



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**OS RIOS COMPÕEM HISTÓRIAS: OS SABERES E AS PERCEPÇÕES
DE SOCIEDADE TRADICIONAL E SOCIEDADE NACIONAL EM
ESPAÇOS DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS**

Emelí Lappe

Lajeado, dezembro de 2020

Emelí Lappe

**OS RIOS COMPÕEM HISTÓRIAS: OS SABERES E AS PERCEPÇÕES
DE SOCIEDADE TRADICIONAL E SOCIEDADE NACIONAL EM
ESPAÇOS DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ambiente e Desenvolvimento da
Universidade do Vale do Taquari - Univates,
como exigência parcial para obtenção do grau de
Doutora em Ciências: Ambiente e
Desenvolvimento, na área de concentração
Espaço, Ambiente e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva
Laroque

Lajeado, dezembro de 2020

Emelí Lappe

**OS RIOS COMPÕEM HISTÓRIAS: OS SABERES E AS PERCEPÇÕES
DE SOCIEDADE TRADICIONAL E SOCIEDADE NACIONAL EM
ESPAÇOS DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS**

A Banca Examinadora abaixo aprova a Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Doutora em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade.

Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque - Orientador
PPGAD/Universidade do Vale do Taquari - Univates

Prof. Dr. Eduardo Périco
PPGAD/Universidade do Vale do Taquari - Univates

Prof. Dr. Rogério Reus Gonçalves da Rosa
PPG de Antropologia/Universidade Federal de Pelotas
(UFPEL)

Profa. Dra. Cíntia Regia Rodrigues
PPG em Educação/Universidade Regional de
Blumenau (FURB)

Lajeado, 08 de dezembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Escrever este agradecimento não é uma tarefa fácil. Acredito que seja uma das partes mais desafiadoras. São tantas pessoas que fazem parte da minha vida, da minha história e de minha trajetória acadêmica que fica bem difícil mencioná-las todas aqui. Quando iniciei como bolsista do Projeto de Extensão Kaingang lá em meado de 2010, a primeira coisa que falei na entrevista de seleção foi que eu desejava fazer mestrado e doutorado. Eu estava no quarto ano da graduação, mal sabia eu se daria certo ou não minha participação como bolsista. Mas, cá estou eu. Terminando o doutorado e feliz em ter completado mais esse ciclo.

Quando começo a escrever os agradecimentos, meus olhos se enchem de lágrimas, a garganta fica seca e as memórias começam a aparecer lentamente. Quando elas aparecem, o sorriso rega essas lembranças... E penso: que bons momentos eu vivi! Parece que foi ontem que iniciei minha trajetória na pesquisa. Nossa, já faz dez anos que estou trilhando meu caminho na pesquisa. Nesta trajetória, muitas coisas aconteceram. Eu chorei (muito), afinal choro por qualquer motivo! Meu orientador há de concordar! Ri, de nervoso e de felicidade, me diverti, aprendi, desafiei e fui desafiada.

Devo confessar que escrever uma tese não é nada fácil. Requer concentração, força de vontade e persistência. Muita persistência. Mas isso vale a pena? Claro que vale. Cada lágrima, cada desafio e pedras no caminho, a gente vai contornando e aprendendo a lidar com os desafios e com as oportunidades. Eu faria todo isso novamente. Faria com a certeza de que estou no caminho certo e que tudo que fazemos e acontece conosco tem um propósito.

Nesta fase da minha vida, queria que algumas coisas fossem diferentes. Mas a principal delas seria poder abraçar meus avós, Werno e Edy, que não estão mais aqui, que

partiram para o outro plano, mas tenho a certeza que eles estão imensamente orgulhosos. Eles foram as pessoas mais importantes da minha vida. Eles me deram amor, carinho e cuidado. Me ensinaram a ter amor pelas pequenas coisas.

Aqui, devemos agradecer, e eu, quero agradecer todo mundo que está ao meu lado, pois quem convive comigo está cansado de me ouvir falar sobre minha pesquisa. Meus alunos já dizem: lá vem a profe que gosta dos “índios”. Meus colegas de escola em especial a escola ESI São José, que por várias vezes, durante estes quatro anos de doutorado, precisei me ausentar para atividades da pesquisa e, me liberavam, sempre dando um jeitinho de alguém me substituir. Grata por fazer parte da família São José.

Igualmente, agradeço as colegas e amigas Gennifer Giogo e Bárbara Bianca Batisti pelos auxílios no abstract e resumem. Grata pela perceria de sempre!

Agradeço minha dinda Liselote Lappe Giora pelo aceite em ler minha tese e fazer contribuição relacionadas a escrita.

Agradeço ao Universo, que conspirou ao meu favor; agradecer a Deus por me guiar a fazer as melhores escolhas. Por ter oportunidades tão significativas e chegar até aqui não foi sorte, foi força de vontade, determinação e persistência.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Luís Fernando da Silva Laroque, meu orientador e exemplo de profissional. Ele me acompanha desde 2010. Foi com ele que aprendi muitas das coisas que sei hoje. Obrigada pela confiança, pelos ensinamentos durante a graduação, mestrado e doutorado. Grata por cada compartilhamento!

Aos meus colegas de mestrado e doutorado pela partilha de ideias, leituras não compreensíveis, auxílio em atividades, saídas à campo das disciplinas e tantos outros momentos. Agradeço aos professores do PPGAD pelas contribuições e ensinamentos. Vocês são incríveis!!!

A pesquisa não é feita sozinha, precisamos de pessoas que nos auxiliem nesse processo de construção do conhecimento, assim, agradeço aos meus colegas do Laboratório de História. Tivemos bons momentos permeados de conhecimentos, troca de ideias, risadas, momentos de angústias e incertezas. Todos esses anos convivendo com vocês foram significativos e com certeza me auxiliaram profissionalmente e pessoalmente. Galera do laboratório, foi tão bom estar com vocês!! Obrigada por me acompanharem nas saídas de

campo às Terras Indígenas e nas residências de pescadores e, meu agradecimento especial a Janaíne que por inúmeras vezes me acompanhou junto aos pescadores e nas Terras Indígenas. Além disso, a Jana foi minha colega na graduação, acompanhou minha pesquisa no mestrado e no doutorado foi novamente minha colega. Compartilhamos conhecimentos, aprendizados e com certeza construímos uma amizade linda! Agradeço com carinho aos professores Eduardo Périco (UNIVATES) e Rogério Reus Gonçalves da Rosa (UFPEL) por terem participado da banca de qualificação, bem como o professor (a) Cíntia Régia Rodrigues (FURB) que aceitaram compor a banca de defesa desta tese. Grata por cada contribuição e sugestão. Estas foram de total valia para o bom andamento deste trabalho.

Com imensa felicidade, agradeço meus interlocutores Kaingang pelos ensinamentos, entrevistas concedidas e pelo aprendizado que tive durante as pesquisas de campo. Agradeço com a mesma alegria os pescadores artesanais do Vale do Taquari pelas oportunidades que tive em aprender com cada um. Agradeço a disponibilidade das agências oficiais – CODEVAT e Comitê da Bacia Taquari-Antas, bem como os biólogos, geógrafos e ao iniciante do Candomblé pelos conhecimentos compartilhados. Não posso deixar de agradecer a Mãe de Santo da cidade de Encantado que me recebeu com tanta generosidade e carinho! Sem o conhecimento de cada um, esta pesquisa não se realizaria. Gratidão por ter conhecido vocês!

Igualmente, agradeço à Univates pelo ensino de qualidade e à CAPES pela concessão da bolsa taxa/parcial de pesquisa. Sem estas instituições, dificilmente poderia ter sido realizada a tese.

Nosso sucesso é uma construção. E para que esta construção seja sólida precisamos de pessoas especiais ao nosso lado e, eu tive essas pessoas. Obrigada! Meu coração se enche de alegrias por ter quem eu tenho ao meu lado! E vamos lá, seguimos em frente. Um abraço super carinhoso!

Rio Taquari, tua água é nossa vida

De muito longe em suas nascentes

Nasce o rio que abastece o vale

Vem carregando o amor de toda gente

Em as correntes não há o que se iguale

Trazendo histórias de imigrações

De pescaria, muitas aventuras

Navegações negócios importantes

O rio que te falo, você conhece bem

Rio Taquari, tua água é nossa vida

Beleza que inspira gerações

Rio Taquari, caminho percorridos

Inunda minha alma de emoções

Preservação e consciência sempre

É o que precisa o povo desse vale

Pra no futuro não faltar a água

Nosso bem precioso, ouro incolor

Matando a sede da população

Rio sinuoso leva o coração

Os teus encantos cheios de beleza

Onde a natureza nos transmite amor.

(música apresentada no evento Canto da Lagoa estudantil, 2018).

RESUMO

As atividades da sociedade conectadas à natureza estão relacionadas e, portanto, fazem parte da produção sociocultural do espaço. Nos territórios delimitados pela Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (BHTA), observa-se que as distintas sociedades buscaram ao longo do tempo determinados lugares para viver e manusear os recursos existentes, observando o ambiente para utilizá-lo para sua subsistência. A pesquisa se desenvolveu com o intuito de demonstrar a interação da sociedade com a natureza e a ocupação dos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, na perspectiva da Sociedade Tradicional e da Sociedade Nacional. Entendendo que os territórios são marcados e estabelecidos por relações de poder e manuseados de acordo com a lógica cultural das sociedades que o ocupam tem-se a problemática de pesquisa: Quais as percepções existentes dos integrantes e coletivos de Sociedade Tradicional e de integrantes da Sociedade Nacional no que tange a ocupação territorial de espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas? Há articulações entre os saberes dos integrantes de Sociedade Tradicional e de integrantes de Sociedade Nacional em relação ao manuseio destes espaços? A partir dessa problemática, a tese teve por objetivo analisar as percepções, os saberes e as lógicas culturais de integrantes e coletivos de Sociedade Tradicional e de Sociedade Nacional no que tange a ocupação territorial, as relações de poder, os conhecimentos socioculturais e ambientais no que diz respeito aos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. A metodologia de pesquisa debruçou-se em fontes documentais as quais foram consultadas em arquivos do CODEVAT e Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, bem como em revisões bibliográficas. Recorreu-se ainda a investigação em campo com a produção de diários, registros fotográficos e a realização de entrevistas utilizando-se da metodologia da História Oral, delimitando como amostragem para interlocução de 31 pessoas, composta por Pescadores artesanais do Vale do Taquari, indígenas Kaingang da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, integrantes do CODEVAT, do Comitê da BHTA, Geógrafos, Biólogos, Mãe de Santo e Líder de bairro, a maioria destes inseridos em espaços da BHTA. Os dados obtidos na pesquisa foram analisados tendo por base aportes teóricos alusivos a territorialidade, cultura e conhecimento tradicional. Os resultados comprovaram a tese de que em espaços da Bacia Taquari-Antas os saberes e a utilização dos territórios pela Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional estão pautados nas suas próprias percepções sobre preservação, manuseio e desenvolvimento no que se refere a relação entre sociedade-natureza. Constatou-se, alinhado a área das Ciências Ambientais, que coletividades e integrantes da Sociedade Tradicional usufruem e manejam os espaços naturais pensando na sustentabilidade familiar e os integrantes da Sociedade Nacional utilizam os

espaços da BHTA para o desenvolvimento econômico e urbanização, com a alegação que seus projetos se voltam para a preservação do meio ambiente. A partir dos dados pesquisados concluímos que a percepção histórica e sociocultural da Sociedade Tradicional, composta por Kaingang e pescadores artesanais, e Sociedade Nacional, representada na investigação pelo CODEVAT, Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, agentes acadêmicos e líderes comunitárias, demonstraram singularidades em relação a BHTA e estas percepções estão perpassadas pela cultura do grupo a que se inserem, a qual norteia a apropriação e o uso dos recursos naturais existentes no espaço.

Palavras-chave: Sociedade Tradicional. Sociedade Nacional. Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lógicas Culturais.

ABSTRACT

The society activities connected to the nature are related and, therefore, they are part of the sociocultural production from the space. In the delimited territories by Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (BHTA), it is possible to observe that the distinct societies seek through the time certain places to live and handle the existent resources, observing the environment to use it for subsistence. The research was developed with the purpose to demonstrate the interaction of the society with the nature and the occupation of the spaces of the Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, in the perspective of the Traditional Society and National Society. Understanding that the territories are marked and established by power relations and handle according with the society cultural logic that occupy it, there is the research problematic: Which the existent perceptions of the participants and collectives of Traditional Society and of participants of the National Society in terms of territorial occupation of Bacia Hidrográfica Taquari-Antas spaces? There are articulations between the knowledge of the participants of Traditional Society and of participants of the National Society in relation to handle of these spaces? From this problematic, the thesis had as objective to analyze the perceptions, the knowledge and the cultural logic of participants and collective of Traditional Society and National Society in relation to territorial occupation, power relation, the sociocultural and environment knowledge about Bacia Hidrográfica Taquari-Antas spaces. The research methodology focused on documental resources, which were consulted in files of the CODEVAT and Committee of the Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, as well in bibliographic reviews. In the investigation in field were created journals, photographic registers and the interviews with Oral History methodology, delimiting as sampling for interlocution of 31 people, composed by artisanal Fisherman of the Vale of the Taquari, Kaingang indigenous of the Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, participants of the CODEVAT, of the Committee of the BHTA, Geographers, Biologists, Saint Mother and District Leader, most of them inserted in spaces of the BHTA. The data collected in the research was analyzed based on theoretical basis allusive to the territoriality, culture and traditional knowledge. The results proved the thesis that in spaces of the Bacia Hidrográfica Taquari-Antas the wisdom and the utilization of the territories by the Traditional Society and National Society are guided in their own perception about preservation, handle and developed in relation between society-nature. It is possible to determine, aligned to the Ecosystem Science area, that collectivities and participants of the Traditional Society delight and handle the natural spaces thinking about familiar sustainable and the participants of the National Society use the spaces of the BHTA to the economic development and urbanization, with the claim that their projects are about environment preservation. Based on the research data it is possible to conclude that the

Traditional Society historical and sociocultural perception, composed by Kaingang and artisanal fishermen, and National Society, represented in the investigation by CODEVAT, Committee of the Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, academics agents and community leaders, demonstrated singularities in relation to the BHTA and these perceptions are elapsed by the culture of the group that is inserted, which guides the appropriation and the use of the natural resources existent in the space.

Keywords: Traditional Society. National Society. Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Cultural Logics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da delimitação espacial dos Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS.....	20
Figura 2 - Mapa das nove Terras Indígenas Kaingang em contextos urbanos nos territórios da bacia do Lago Guaíba e das bacias dos rios Taquari-Antas e Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.....	99
Figura 3 - Vista parcial da Terra Indígena <i>Jamã Tÿ Tãnh</i> de Estrela.....	103
Figura 4 - Vista Parcial da Terra Indígena <i>Foxá</i> de Lajeado.....	106
Figura 5 - Vista parcial da Terra Indígena <i>Pó Mág</i> de Tabaí.....	107
Figura 6 – Vista parcial da Terra Indígena <i>Pá Nõnh Mág</i> de Farroupilha	109
Figura 7 – Vista parcial da Terra Indígena <i>Ka Mág</i> de Farroupilha.....	112
Figura 8 - Material de pesca e a arte de pescar.....	123
Figura 9 - Limpeza do peixe (<i>piava</i>) pelo pescador de Encantado	123
Figura 10 - Nomenclatura de peixes na língua Kaingang	125
Figura 11 - Microrregiões do Vale do Taquari.....	144
Figura 12 - Relação dos Kaingang com a natureza	154
Figura 13 - Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Encantado	185
Figura 14 - Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes e devoção pelos Umbandistas da cidade de Encantado	188
Figura 15 - Devoção a Nossa Senhora dos Navegantes – Católicos e Afro em frente a capela do bairro Navegantes em Encantado	190
Figura 16 - Pescador ensinando as técnicas de matar e limpar o peixe pescado.....	193
Figura 17 - Placa Identificando a fonte de água natural na Terra Indígena <i>Foxá</i> em Lajeado	199

Figura 18 - Localização BHTA	205
Figura 19 - Pasto utilizado como isca para atrair as carpas capim – rio Taquari na cidade de Encantado/RS	224
Figura 20 - Vista parcial da barragem eclusa de Bom Retiro do Sul/RS	232
Figura 21 - Escadarias da Barragem eclusa de Bom Retiro do Sul – pesca imprópria	233

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Incursões à campo com pescadores do Rio Taquari.....	69
Tabela 2 - Incursões à campo nas Terras Indígenas	70
Tabela 3 - Interlocutores da Sociedade Nacional	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AMVAT	Associação dos Municípios do Vale do Taquari
ANA	Agência Nacional das Águas
BHTA	Bacia Hidrográfica Taquari-Antas
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEEIBH	Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CEEIG	Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guaíba
CEPI	Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CODEVAT	Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari
COMIN	Conselho de Missão entre Índios
CONRHIRGS	Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul

DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
FATES	Fundação Alto Taquari de Ensino Superior
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
PPG	Programa de Pós Graduação
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
TAP	Termo de Anuência Prévia
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA.....	39
2.1 Aportes teóricos	40
2.1.1 Espacialidades territoriais	40
2.1.2 Cultura, sociedades e natureza.....	46
2.1.3 Sociedade Tradicional, Sociedade Nacional e saberes	53
2.2 Metodologia e procedimentos metodológicos.....	60
2.2.1 Tipo de pesquisa	64
2.2.2 Método	65
2.2.3 Coleta dos dados e critérios éticos.....	67
2.2.4 Análise dos dados.....	76
2.2.5 A Trajetória na pesquisa: As vivências na pesquisa de campo	77
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE SOCIEDADE TRADICIONAL EM ESPAÇOS DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS	80
3.1 O tempo, espaço e memória Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas	80
3.2 Pescadores artesanais do Rio Taquari em áreas de imigração: As dinâmicas da pesca e os saberes tradicionais	113
4 COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFIA TAQUARI-ANTAS E CODEVAT: DEFINIÇÕES DE UM ESPAÇO TERRITORIAL PELA SOCIEDADE NACIONAL.....	127
4.1 Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: formação e definições de um espaço territorial	127
4.2 O Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT): Sua representação no Vale do Taquari.....	142
5 “A NATUREZA ELA FAZ BEM PARA TODOS NÓS!”: AS DISTINTAS TERRITORIALIDADES E PERCEPÇÕES DE ATORES SOCIAIS SOBRE A BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS	152
5.1 “A quem pertence a Natureza?”: As distintas territorialidades da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.....	152

5.2 As relações de poder e conflitos entre e os atores sociais em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.....	173
5.3 Kaingang e pescadores: A simbologia e cosmologia das águas	180
6 GEOMORFOLOGIA E A MODELAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS	204
6.1 A Geomorfologia da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas	204
6.2 A modelagem do meio natural pelas ações antrópicas envolvendo indígenas, pescadores e integrantes do CBHTA e CODEVAT	215
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO	243
REFERÊNCIAS	256
APÊNDICES.....	276
APÊNDICE A - Termo de Anuência Prévia (TAP)	277
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)	279
APÊNDICE C - Bloco de questões semiestruturadas para os interlocutores pescadores do Vale do taquari	280
APÊNDICE D - Bloco de questões semiestruturadas para os interlocutores Kaingang da bacia hidrográfica Taquari-Antas	282
APÊNDICE E – Roteiro de questões semiestruturadas para integrantes do CODEVAT	283
APÊNDICE F - Roteiro semiestruturado para integrantes do comitê da bacia hidrográfica Taquari-Antas	285
APÊNDICE G - Roteiro semiestruturado para geógrafos.....	286
APÊNDICE H - Roteiro semiestruturado para biólogos.....	287
APÊNDICE I - Roteiro semiestruturado para mãe de santo e iniciante do candomblé.....	288

1 INTRODUÇÃO

Esta tese teve como interesse de estudo, pesquisar como o espaço da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas é identificado e percebido por integrantes e coletivos de Sociedades Tradicional e pela Sociedade Nacional. Ambas sociedades estão interligadas à apropriação e ao manejo dos recursos naturais existentes nestes territórios, e assim, buscamos entender e analisar os diferentes saberes e cuidados em relação aos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas pela Sociedade Nacional e Sociedade Tradicional.

A Bacia Hidrográfica faz parte da história da ocupação de um espaço pelas distintas sociedades e, no decorrer da trajetória da humanidade, cada sociedade manuseou este espaço observando as características ambientais para que pudesse manter a subsistência de sua coletividade. Esta relação da sociedade com o ambiente não foi diferente no contexto envolvendo a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, foco da presente pesquisa.

Tratando-se do território que corresponde atualmente a região Vale do Taquari, bem como os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, temos de acordo com Kreutz (2008) registros históricos que notabilizam a presença de indígenas da etnia Guarani e Kaingang e no período do pré-contato das Tradições Arqueológicas Caçadoras-Coletoras-Pescadoras, Tupi-Guarani e Pro Jê ou Taquara. Estes grupos impactaram o ambiente, mas sem acarretar grandes transformações se comparada aos moldes das Sociedades ibéricas coloniais e posteriormente Nacionais. Neste sentido, para Rempel e Eckhardt (2007) a transformação da paisagem natural e cultural¹ proporciona a base para a manutenção do sistema econômico, gerando, em

¹ A noção de paisagem tem sido o ponto de partida para o entendimento das relações entre o homem e a natureza, buscando uma compreensão da natureza, bem como possibilita projeções de uso, gestão de espaço e planejamento territorial. Pode-se conceber que a paisagem constitui-se como uma inter-relação entre a esfera

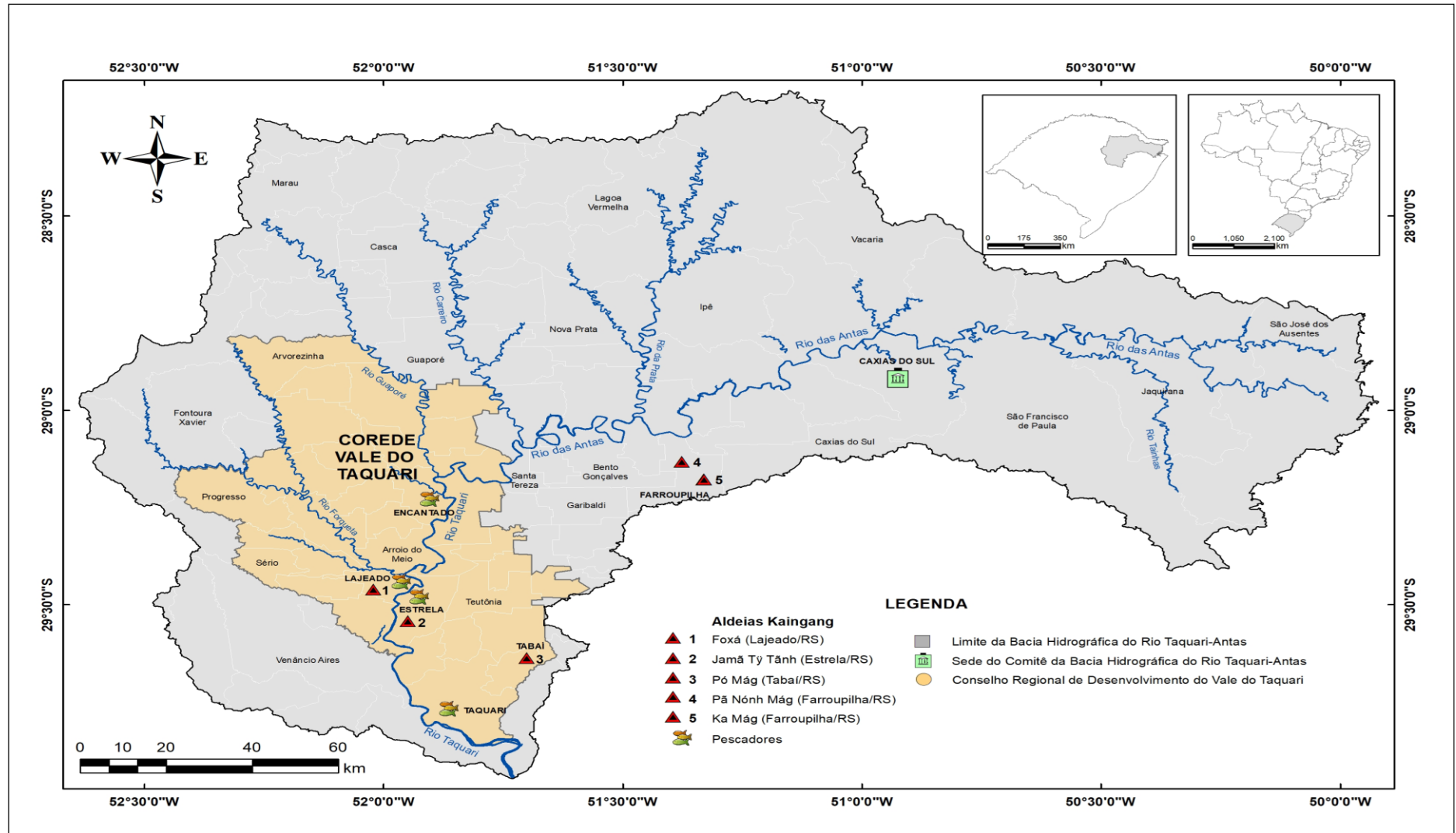
contrapartida, impactos que precisam ser conhecidos e estudados.

Neste sentido, a pesquisa, concentrou-se em estudar os territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas a partir de uma perspectiva histórica e cultural. A pesquisa referenciou como delimitação espacial os territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (BHTA), conforme mapa (FIGURA 1), onde identificamos no espaço do Rio das Antas duas Terras Indígenas da etnia Kaingang: A Comunidade *Pó Nãnh Mág* e *Ka Mág*, ambas localizadas na cidade de Farroupilha, bem como o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, estabelecido na cidade de Caxias do Sul. Em se tratando do Vale do Taquari, contamos com três Terras Indígenas: a *Jamã Tj Tãnh*, *Foxá* e *Pó Mág*, localizadas, respectivamente, nas cidades de Estrela, Lajeado e Tabai, além de ter a representação do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) bem como pescadores artesanais² residentes no Vale do Taquari, respectivamente na cidade de Encantado, Lajeado, Estrela, Taquari, Bom Retiro e Mariante.

natural e a humana. A **paisagem natural** refere-se aos elementos combinados de geologia, geomorfologia, vegetação, rios e lagos, enquanto a **paisagem cultural**, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbano e rural (SILVEIRA, 2009).

² Por pescadores artesanais, caracterizam-se os profissionais da pesca que utilizam simples tecnologia em seus apetrechos de pesca (ANDREOLI; ANACLETO, 2006).

Figura 1 – Mapa da delimitação espacial dos Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Como delimitação temporal, embasamos o foco da pesquisa no período mais atual, mas recuando a recortes temporais, sobretudo do século XIX e XX, devido a história das ocupações e movimentações Kaingang pelos lugares de memória.

No Rio Grande do Sul, as coletividades identificadas como Tradição Taquara ou Proto-Jê³ são reconhecidos pelos pesquisadores como antecessores dos Jê Meridionais. A Tradição Arqueológica Taquara ou Proto-Jê, ocupava terrenos altos e frios do planalto e as regiões setentrionais da Depressão Central e Planície Costeira.

Neste sentido enfatizamos que os Kaingang pertencem a família Macro-Jê, descendentes dos antigos Guayaná e atualmente constituem um dos mais numerosos povos indígenas do Brasil Meridional, e de acordo com o IBGE (2012), esta coletividade constitui aproximadamente 39 mil indivíduos em todo território nacional. A partir dos estudos de Laroque (2002), entende-se que a história de ocupação da coletividade Kaingang associa-se a ocupar as áreas mais altas, cobertas por mata de araucárias.

Conforme Becker (1995), no século XVI, os Kaingang no Rio Grande do Sul localizavam-se, a grosso modo, na porção norte entre o rio Piratini e as cabeceiras do rio Pelotas e na porção sul avançando sobre territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas, Caí, Sinos e Lago Guaíba.

A partir das análises de Luís Fernando Laroque (2007), entre os séculos XVI e XVIII, os Kaingang passam a (re)agir ao impacto das frentes expansionistas. Essas situações estendem-se para além do século XIX, quando resistem ao impacto do estabelecimento de fazendas, abertura de estradas e a política de incentivo da imigração alemã e italiana no Sul do Brasil, bem como a instituição de aldeamentos indígenas, projeto de catequização, companhias de pedestres e bugreiros que gradativamente avançaram sobre os territórios indígenas. Para Vedoy (2015), em relação aos territórios situados em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas as frentes expansionistas do século XVIII se estendem para o século XIX e avançaram significativamente sobre estes espaços através da instalação de fazendas, resultantes da concessão de sesmarias pelo governo português. Nos últimos anos do século XVIII, têm-se segundo Laroque (2000), interferências em territórios Kaingang pelas frentes de expansão, fazendo com que os Kaingang se movimentem pela Serra do Botocaraí

³ Termo utilizado do ponto de vista arqueológico para nos referirmos aos antecessores dos grupos falantes de uma protolíngua Jê meridional, que através de processos de mudança linguística deu origem a duas línguas: o Xokleng e o Kaingang (WOLF, 2012).

até atingir os Campos de Cima da Serra, descendo até o rio Taquari.

O século XIX foi marcado por interferências no território e na organização dos Kaingang. Neste período, como vimos anteriormente, e de acordo com os estudos de Laroque (2007), o território Kaingang abrangia desde as bacias hidrográficas dos rios Tietê (São Paulo) passando pelos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atingindo também a partir das bacias hidrográficas dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio a região de Misiones, na Argentina. Neste período, os Kaingang tiveram seus territórios invadidos pelos imigrantes e colonizadores alemães, italianos (DORNELLES, 2009). A partir das frentes expansionistas, no decorrer do século XIX, os Kaingang foram retirados de seus territórios.

Tomando como base os estudos de Lappe (2015) e Tommasino (1995), no início do século XX, o Governo Provincial almejava confinar os Kaingang em Toldos e Reservas Indígenas, com a premissa de reduzir o território indígena. À medida que houve a expropriação dos territórios Kaingang, os núcleos urbanos, fazendas e colônias foram estabelecidas sobre os mesmos, comprometendo o espaço natural, social e cultural da coletividade indígena.

No final do século XX, temos movimentações de famílias Kaingang para fora dos aldeamentos do norte do estado, tendo em vista suas dinâmicas socioculturais e questões envolvendo a sustentabilidade econômica, como a comercialização do artesanato, educação e saúde. De acordo com Lappe (2015), nesse período ocorre a reterritorialização destes indígenas, no qual os Kaingang realizam suas movimentações em contextos urbanos da Grande Porto Alegre, Serra Gaúcha e também para o Vale do Taquari. Desse modo, temos a formação da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh*, situada em Estrela, a Terra Indígena *Foxá*, em Lajeado, a Terra Indígena *Pó Mág*, localizada na Tabai, a Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, e *Ka Mág* situadas em Farroupilha, Terra Indígena *Por Fi Gâ*, em São Leopoldo, bem como a Terra Indígena *ÿmã Topê Pên*, no Morro do Osso, a Terra Indígena *ÿmã Fág Nhín*, na Lomba do Pinheiro e a Terra Indígena Morro Santana, localizadas na cidade de Porto Alegre. Todas situadas em áreas correspondentes aos seus tradicionais territórios. É importante ressaltar que, as terras indígenas em estudo são reconhecidas de acordo com Severo (2020) como *êmã sî* (aldeia pequena). Para Severo (2020), as *êmã sî* são pequenas partes de territórios contidas na dos *kofá* (velhos), que se constituíam em espaços habitados nos deslocamentos das antigas lideranças em tempos passados para negociarem com as autoridades políticas. São aldeias que

possuem poucos grupos locais e uma população que vive da confecção e comercialização do artesanato, do trabalho em conglomerados industriais e esporádicos, não permitindo a agricultura.

Na porção mais ao sul da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas aponta-se a Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh*, localizada na cidade de Estrela, às margens da Rodovia Federal BR-386⁴. Utilizando como base os estudos de Schwingel, Laroque e Pilger (2014), tem-se a informação que esta coletividade iniciou suas movimentações lideradas pelo patriarca Manoel Soares que precisou migrar de Santa Cruz do Sul, de onde teriam sido expulsos. Para Silva; Laroque (2012), no contexto das décadas de 1960 e 1970 deu-se o processo de movimentação do patriarca Manoel Soares com suas três esposas e filhos, em busca de sustentabilidade e também em busca do local onde Manoel teria suas raízes.

Quando os Kaingang da *Jamã Tÿ Tãnh* saíram da região da Gruta dos Índios, em Santa Cruz do Sul, foram morar em uma localidade rememorada por eles como o “Pinheral”. Quando chegaram no Vale do Taquari, inicialmente, se instalaram nas proximidades do trevo de acesso a Bom Retiro do Sul e após algum tempo, por orientação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) se instalaram a cerca de dois quilômetros deste local, onde edificaram moradias precárias, e fundaram a chamada aldeia velha (SCHWINGEL; LAROQUE; PILGER, 2014; SILVA; LAROQUE, 2012), permanecendo neste espaço por aproximadamente quarenta anos.

No ano de 2004, Maria Antônia Soares, filha de seu Manoel Soares, assume a liderança da comunidade e com isto passou a reivindicar uma área de terras maior e a construção de novas casas. Em 2005, o CEPI negocia e confirma a ampliação da área de terra. A partir de 2005, os projetos de duplicação da BR 386 passaram a refletir nos Kaingang de Estrela. Por conseguinte, em 2006, houve a construção de dezenove casas de madeira, sendo ocupadas por aproximadamente 130 indígenas que residiam no local (SILVA, 2016).

Baseando a pesquisa nos estudos de Silva (2016), temos informações que no ano de 2008, houve a aprovação do empreendimento da duplicação da rodovia BR 386 no trecho entre as cidades de Estrela e Tabaí que afetaria de forma direta a área da Terra Indígena. Neste mesmo ano os trabalhos através do Plano de Aceleração do Crescimento iniciaram, começando pelo Estudo do Impacto Ambiental, que após aprovação do Instituto Brasileiro de

⁴ A rodovia federal BR-386 liga a cidade de Canoas/RS, na região Grande Porto Alegre, com a cidade de Iraí, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Meio Ambiente (IBAMA), concedeu a licença para o começo da obra. Em 2010, é publicado o Programa de Apoio às Comunidades Kaingang - Plano Básico Ambiental das obras de duplicação da BR 386, o qual classifica as Terras Indígenas *Jamã Tÿ Tãnh* e *Foxá* como áreas de influência direta, ao passo que as demais (*Topê Pên*/Morro do Osso, *Fág Nhín*/Lomba do Pinheiro e Morro Santana; *Pá Nõnh Mág* /Farroupilha e *Por Fi Gâ*/ São Leopoldo) são consideradas áreas de impacto indireto (PRESTES, 2018).

Uma das medidas compensatórias decorrentes das obras de duplicação da BR-386 foi a construção de uma Aldeia Nova. Desse modo, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) adquiriu uma área de terras próxima da aldeia *Jamã Tÿ Tãnh* que ficava às margens da rodovia (PRESTES, 2018). As obras de construção da aldeia nova iniciaram em 2014 com a construção de 29 casas de alvenaria e de uma casa de fala. De acordo com Silva (2016), em julho de 2015, a coletividade foi realocada para este novo espaço, com o acesso às moradias e ao centro cultural.

Outra coletividade indígena também estabelecida em áreas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas são os Kaingang da Terra Indígena *Foxá*, em Lajeado (LAPPE, LAROQUE, 2018). A formação da Terra Indígena *Foxá*, se deu há aproximadamente 17 anos, quando as movimentações de retorno dos Kaingang para a cidade de Lajeado intensificaram-se por volta do ano 2000, quando as primeiras famílias vindas de Nonoai, Serrinha, Votouro e Guarita se estabeleceram inicialmente às margens da rodovia estadual RS130⁵, a 600 metros a oeste do trevo de cruzamento com a rodovia federal BR-386, do lado esquerdo de quem se desloca para a cidade de Venâncio Aires (LAPPE, 2015). As primeiras famílias que chegaram a Lajeado vieram da Aldeia Bananeiras, localizada na Reserva Indígena de Nonoai, estabelecendo-se em um prédio que estava em construção, próximo a rodoviária da cidade. De lá foram expulsos ao queimar as taquaras para fazerem o artesanato. As dificuldades desta coletividade eram visíveis, pois, além do espaço reduzido, as crianças estavam expostas aos perigos constantes na RS 130, em razão do fluxo de veículos (LAPPE; LAROQUE, 2018).

Em março de 2003, representantes da Promotoria de Justiça de Lajeado, Assistência Social e secretários municipais reuniram-se para discutir a situação em que se encontravam as famílias Kaingang acampadas às margens da RS-130, no município de Lajeado. Neste momento, foi sugerido um lugar onde os indígenas pudessem se estabelecer quando

⁵ A RS-130 é uma rodovia estadual do Rio Grande do Sul que liga a BR-386, na cidade de Lajeado-RS, à RS-129, na cidade de Encantado-RS.

estivessem de passagem pela cidade (OLIVEIRA, 2010). Com o intuito de resolver a situação dos Kaingang, em fevereiro de 2004, foi realizada reunião com órgãos públicos e representantes dos Kaingang a fim de encontrar soluções para a melhoria das condições de vida desses indígenas. Esta coletividade teve o auxílio do Ministério Público Federal (MPF), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Conselho Tutelar de Lajeado, Conselho de Missão entre Índios (COMIN) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Nesse período, foi exposta uma área de aproximadamente 500 m², localizada às margens da RS-130, no sentido Lajeado-Cruzeiro do Sul. Da prefeitura de Lajeado, após muitas reuniões e discussões, os Kaingang receberam uma área de terra no bairro Jardim do Cedro (LAPPE, 2015; LAPPE, LAROQUE, 2018).

Em 11 de outubro de 2005, os indígenas conseguiram o direito de uso de uma área de terra de 525 m² às margens da RS-130 no bairro Jardim do Cedro, no sentido à cidade de Cruzeiro do Sul, próximo ao estádio do clube de futebol Lajeadense (LAPPE; LAROQUE, 2018). Em abril de 2007, foram construídas oito casas de madeira, além de uma unidade sanitária com três banheiros coletivos e dois tanques para lavar roupas, bem como a instalação de energia elétrica, e água potável.

A partir das medidas compensatórias oriundas da duplicação da BR 386, foi previsto para a Terra Indígena *Foxá* a aquisição de 17 hectares de terras. No ano de 2013, após consulta com a liderança da época, cacique Francisco *Ró Káng* dos Santos e a comunidade Kaingang, estes escolheram uma das áreas de terra oferecidas pela União. Desse modo, esta coletividade é compensada com 11,6 hectares de terra (BUSOLLI, 2015).

A terceira comunidade Kaingang também estabelecida em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas trata-se da Terra Indígena *Pó Mág* localiza-se atualmente às margens da BR 386, a 2 quilômetros do centro da cidade de Tabaí. A Terra Indígena está localizada em uma propriedade à margem esquerda da BR 386 – sentido Lajeado/Porto Alegre.

Inicialmente, o local foi pensado como um acampamento provisório, com a finalidade de fornecer materiais à *Foxá*, os quais seriam utilizados para confecção do artesanato. Posteriormente, por questões internas entre lideranças, é decidido que a área se tornaria uma aldeia fixa, portanto uma *emã* (BUSOLLI, 2015). Esta coletividade, conforme Prestes (2018), vieram a enfrentar dificuldades em ver efetivados seus direitos fundamentais, como acesso a

saneamento e educação. Somente em 2015 é que a comunidade tem a energia elétrica instalada e o abastecimento de água potável por meio de caminhão pipa. No que tange a educação, havia sido publicado em diário oficial a necessidade de instalação da escola indígena, e na época já havia vindo um professor indígena, com titulação suficiente para ministrar aulas na escola indígena. Somente em 13 de março de 2015, a criação da escola foi confirmada, sendo denominada Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental *Pó Mág* e as atividades regulares somente tiveram início no ano de 2016.

Conforme os estudos de Busolli (2015), entre as Terras Indígenas surgidas nesse processo compensatório, a mais recente, a Terra Indígena *Pó Mág* vem lutando para se consolidar em meio ao preconceito e desconfiança da sociedade envolvente. Entre suas demandas podemos apontar três como as principais, a busca da manutenção cultural Kaingang, saúde e educação que levem em consideração sua identidade. Conforme Prestes (2018), esta coletividade conquistou a efetividade de seus direitos, entre eles se destaca a regularização da escola indígena e a contratação de Agente de Saúde Indígena.

Especificamente para a porção norte da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas em direção a Bacia Hidrográfica do Caí temos a Terra Indígena *Pá Nõnh Mág* está localizada no bairro Nova Vicenza em Farroupilha, próximo ao Balneário Nova Santa Rita na cidade de Farroupilha, sendo instituída em 2006 (INVERNIZZI, 2017; PRESTES, 2018).

As famílias que residem *Pá Nõnh Mág* são originários de Terras Indígenas de Tenente Portela, Cacique Doble, Benjamin Constante, Nonoai e Passo Fundo (PRESTES, 2018). Esses grupos familiares costumavam movimentar-se pelas áreas indígenas de Ligeiro, Carreteiro, Cacique Doble, Nonoai, Campo do Meio ou pelas cidades da Serra Gaúcha, como Gramado, Farroupilha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, fazendo caminhadas para comercializar o artesanato ou trabalhando em atividades paralelas (INVERNIZZI, 2017).

Para que os Kaingang se fixassem em Farroupilha de forma definitiva, seria preciso algumas negociações para que estes encontrassem uma terra disponível para montar as iniciais estruturas de uma Terra Indígena. Nesse seguimento, Invernizzi (2017), acentua que as negociações entre os Kaingang e os órgãos públicos municipais começaram a acontecer e em 2006 a prefeitura municipal de Farroupilha, criou a Lei Municipal n°. 3.139, de 23 de maio de 2006 para regularizar a instalação dos Kaingang no município. Com a lei instituída em vinte e três de maio de 2006, no mesmo mês é assinado o Termo de Cessão de uso de Bem Público

Municipal. No dia 30 de maio de 2006 o Termo de Compromisso de ajustamento de conduta referente à cessão de terreno para fixação das famílias Kaingang acampadas na cidade de Farroupilha é assinado. Destarte, por meio de um convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foram construídas quinze casas, além de uma escola e uma área coberta utilizada para eventos sociais realizados pela comunidade.

A partir da duplicação da BR-386, a Terra Indígena *Pã Nõnh Mág* teve direito a adquirir uma concessão de terras por meio das medidas compensatórias de tal frente pioneira. A comunidade recebeu uma área de terras na cidade de Farroupilha, sendo que, a partir de uma dissidência, algumas famílias, passaram a ocupar o local em meados de 2015, sendo a nova área denominada como *Ká Mág*. A Terra Indígena *Ká Mág* possui 22 hectares de terra (14 hectares de área e 08 hectares de mata “grossa”. A Terra Indígena *Ká Mág* além de representar um desdobramento da Terra Indígena *Pã Nõnh Mág*, representa a efetividade de direitos assegurados a partir das medidas compensatórias da duplicação da BR 386 (PRESTES, 2018). Desse modo, entende-se que a coletividade Kaingang residente em Farroupilha exerce a função de protagonistas de sua historicidade, pois atuam bravamente em proveito de melhorias na educação, saúde e sustentabilidade.

Quando nos referimos a atividade pesqueira, podemos salientar que desde a pré-história até a atualidade sempre foi uma atividade de subsistência para várias coletividades. A pesca caracteriza-se como uma atividade econômica do setor primário, que apresenta peculiaridades quanto a sua produção e manutenção já que a produção dos pescados depende de um meio para existir, a água, que no caso é também um recurso natural com outros usos.

A pesca é uma atividade destinada basicamente à alimentação e a comercialização do pescado, e por isso, enquadra-se em cinco categorias: *a) Pesca comercial*: desenvolvida por pescadores profissionais e destinada à comercialização; *b) Pesca industrial*: desenvolvida por pescadores profissionais; *c) Pesca de peixes ornamentais*: desenvolvida por pescadores artesanais de peixes vivos; *d) Pesca de subsistência*: desenvolvida por pescadores e destinada a sua alimentação e a de seus familiares, a produção além de consumida pela família, também é comercializada; *e) e a pesca esportiva*.

A pesca artesanal segue sua particularidade, iniciando com a captura e estendendo-se até a venda do pescado, incluindo em algumas oportunidades o labor em terra, com o envolvimento familiar e da própria comunidade na cadeia produtiva. Além disso, a pesca de

subsistência pode ser entendida como pesca artesanal, pois de acordo com Andreoli e Anacleto (2006), os pescadores artesanais se caracterizam pela simplicidade das tecnologias utilizadas em seus aparatos de pesca, embora, as técnicas e necessidades tenham passado por modificações. Ainda de acordo com Andreoli e Anacleto (2006) as embarcações são pequenas ou de médio porte, sem instrumentação de bordo, e pelo baixo custo da produção, onde a remuneração se faz através da venda do pescado para peixarias, bancas de peixe ou banca própria, podendo ocorrer algumas atividades econômicas complementares para a renda familiar.

Conforme Andreoli e Anacleto (2006), bem como Santos; e Santos (2005), a pesca artesanal é uma categoria que exige domínio de conhecimentos variados e especializados sobre o meio ambiente, que permitem ao pescador experimentar, atualizar e aprender novos saberes em meio ao rio. Para Andreoli e Anacleto (2006), a tradição dos pescadores, suas vivências e história demonstram como estão conectados com a dinâmica do ambiente em que vivem e a vida que levam, do conhecimento acumulado e da educação que receberam. Os pescadores conhecem os limites da coleta de acordo com o ritmo da natureza, tendo, como condição de sua reprodução a manutenção do equilíbrio ambiental.

No setor da pesca, devemos considerar que nos últimos anos alguns fatores estão impossibilitando a prática da pesca, como por exemplo, a construção de barragens, a sobrepesca, a poluição, o uso de agrotóxicos, etc., o que dificulta a reprodução de espécies de peixes e beneficia a sociedade urbana-industrial, prejudicando a Sociedade Tradicional, principalmente os pescadores, que mantem a subsistência por meio da pesca (KAEHLER, 2011).

Os pescadores artesanais do Vale do Taquari tem seu conhecimento construído por meio de um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das águas, e os hábitos dos diferentes tipos de peixes. Assim, estes pescadores influenciam na conservação dos recursos hídricos, pois são sociedades que vivem da pesca, e precisam do equilíbrio do ecossistema para preservar a tradição da pesca.

É importante salientar que a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, foco de estudo desta tese, está localizada a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional e Depressão Central. O Rio Taquari-Antas nasce no extremo leste da Bacia com a denominação de Rio das Antas até a foz do Rio Carreiro,

quando passa a denominar-se Taquari, desembocando no Rio Jacuí. Possui uma extensão de 546 km desde as nascentes até a foz, sendo que por 359 km é denominado Rio das Antas e por 187 km, Rio Taquari.

A Bacia Taquari-Antas foi a primeira a criar o seu Comitê através do Decreto Estadual n.º 38.558, de 08 de junho de 1998. pensou-se na criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, como uma instância descentralizada e participativa de discussão e deliberação, composto por representantes de diferentes setores da sociedade que tenham interesse na bacia (LIMA, 2005). De acordo com dados da Agência Nacional das águas (2011), temos a informação que a participação social e a representação no âmbito do comitê permitem a negociação sobre o uso da água em uma esfera pública até então inédita na gestão das águas no país.

A partir dos estudos de Cánepa *et al.* (2017), tem-se que o processo de formação do comitê Taquari-Antas, iniciou em meados dos anos de 1990 e durou aproximadamente três anos até formalizar sua criação. O procedimento foi dividido em cinco fases: a sensibilização – transcorreu durante o ano de 1995 e teve como objetivo despertar o interesse - sensibilização da sociedade e a aglutinar entidades e instituições; a mobilização - caracterizando a segunda fase, iniciou-se no ano de 1996, com o objetivo de conhecer a Política de Recursos Hídricos do estado do Rio Grande do Sul e aprofundar os conhecimentos sobre a bacia do Taquari-Antas; a organização - transcorreu durante parte do ano de 1997. Nesse processo, tiveram como meta, identificar os usuários e segmentos da população, bem como chegar a uma formatação do comitê. Sob o ponto de vista estratégico, o maior êxito foi o da fusão das duas comissões originais (a do Taquari e do Antas). A partir daí, a comissão unificada passou a escolher entidades para preencher as vagas dispostas na formatação do comitê; a institucionalização - em meados de 1997 e metade do ano de 1998, o objetivo era formalizar a existência do comitê e definitivamente, a sua criação/conclusão.

De acordo com Bevilacqua (2011), a Bacia Hidrográfica pode ser representada como uma unidade territorial onde se concentram as relações água-ambiente e também geograficamente, pode ser compreendida como uma produção social do espaço, e as perspectivas de desenvolvimento aliado à sustentabilidade. Também, parte da concepção que as bacias hidrográficas devem ser entendidas como espaços de inter-relações com o ambiente e uso do solo e possibilitam uma análise das ações humanas sobre o ambiente e seus desdobramentos no equilíbrio dessa unidade. Para Lima (2005), as bacias hidrográficas podem ser caracterizadas como espaços que se individualizam pelos seus fatores físicos, mas

são influenciadas diretamente pela ocupação humana e pela ação dos diversos grupos sociais que nela se instalam.

Desse modo, Santos (2006) sinaliza que as relações existentes entre sociedade e natureza são em todos os lugares, a da substituição de um meio natural, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, instrumentalizado por essa mesma sociedade. Podemos dizer que sempre houve sociedades em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza – espaço natural através do trabalho, e depois criando valor ao modificar o espaço social.

A captação de água na bacia hidrográfica Taquari-Antas, por exemplo, destina-se a irrigação, o abastecimento público, a agroindústria e a dessedentação de animais. A Bacia do Taquari-Antas abrange parte dos campos de cima da serra⁶ e região do Vale do Taquari⁷, com predomínio de agropecuária, e a região colonial da Serra Gaúcha⁸, caracterizada por intensa atividade industrial (SEMA, 2012, texto digital).

Os rios e as diferentes sociedades se entrelaçam em uma história que não pode se desvincular. A necessidade vital da água fez o ser humano construir suas primeiras aldeias na proximidade dos leitos dos rios (FONSECA; CAROLA, 2017). Assim, podemos salientar que no decorrer da história, modificações aconteceram na relação das sociedades com a natureza e, por consequência, na sua relação com a água, pois todas as sociedades cresceram e se desenvolveram com base na água e nos entornos de rios (BACCI; PATACA, 2008).

A água é um dos elementos centrais da reprodução não somente material, mas também simbólica da Sociedade Tradicional (DIEGUES, 2007). De acordo com Bevilacqua (2011) a água é um elemento vital para subsistência das sociedades, e quando se tem os processos de acumulação de riquezas, passa a ser eficaz a sua reprodução em todas suas dimensões, incluindo o urbano, pois passa a ter importância econômica. De acordo com a Agência Nacional das Águas (2011) há uma multiplicidade de interesses em relação ao uso da água. Na sociedade capitalista a água passou a ser vista como recurso hídrico e não mais como um bem natural. Na percepção do ecossistema aquático, a preocupação é com a qualidade e a quantidade das águas do rio. Já a visão dos que desempenham atividades ligadas

⁶ O Território Campos de Cima da Serra está situado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷ O Vale do Taquari é uma região formada por 36 municípios. Está localizado na porção centro leste do Rio Grande do Sul.

⁸ Localiza-se na porção nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

ao lazer e ao turismo concentra-se na paisagem. Para empresa de saneamento, o interesse volta-se tanto à qualidade quanto à quantidade de água para distribuição à população. Os pescadores têm preocupação com o rio em manter as espécies de peixes bem como a quantidade adequada para que possam pescar. Estes são os diferentes olhares e perspectivas sobre um mesmo espaço (DIEGUES, 2007).

A partir das colocações anteriores, podemos dizer que a bacia hidrográfica é o lugar das ações e degradações, tanto antrópica quanto natural, refletindo diretamente nas águas. Outrossim, evidencia-se que o espaço possui múltiplas propriedades, pois pode ser utilizado enquanto produção da terra, objeto de consumo, instrumento político e elemento de lutas de segmentos sociais (GAMA, 2003).

Nessa continuidade, o conceito de território e bacia hidrográfica de acordo com Gama (2003), contempla a ideia de territorialidade como um sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence. A existência de relações de territorialidade pode passar pelo papel que um rio ou outros aspectos naturais relacionados à bacia hidrográfica, como a formação de vales, passam a ter na construção de uma identidade regional.

O Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) surge no ano de 1991 a partir da articulação da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) e a Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT). Atualmente, o CODEVAT é um dos 26 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) do Rio Grande do Sul e congrega as lideranças representativas das áreas política, econômica, cultural e social dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari (CODEVAT, 2017). Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul são entendidos como espaços públicos institucionalizados de participação social na gestão pública e de gestão do desenvolvimento. O Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari trabalha em diferentes projetos, seja liderando iniciativas ou participando com outras entidades (SILVEIRA *et al.*, 2015).

Dessa forma, considerando a percepção do território da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, entende-se que este espaço é percebido de acordo com as particularidades de ator social. As Sociedades Tradicionais (Kaingang e Pescadores) e Sociedade Nacional (CODEVAT, Comitê da Bacia Taquari-Antas, geógrafos e biólogos), tem a necessidade de ocupar espaços naturais, transformando-os para extrair deles energia e insumos ou para urbanizá-los e desenvolvê-los.

Dentre as categorias de análise selecionadas para a elaboração da tese, temos inicialmente o conceito de **Bacias Hidrográficas**. Em um primeiro momento é oportuno caracterizar o conceito de bacia hidrográfica. Para isso, utilizamos os estudos de Little (2006) quando expõe que,

Uma bacia hidrográfica é simultaneamente uma entidade geográfica que contém distintos ecossistemas, uma área onde diversos grupos sociais, com suas respectivas instituições socioeconômicas, constroem um modo de vida particular e o *locus* para mobilização política e ambiental em torno do conflito socioambiental (LITTLE, 2006, p.85).

Conforme os estudos de Porto e Porto (2008), desde o surgimento das primeiras coletividades humanas até as sociedades contemporâneas, as bacias hidrográficas tem sido de relevância para a humanidade, visto que, são nos territórios delimitados pelas Bacias Hidrográficas que se desenvolvem as atividades humanas, tais como o nomadismo, sedentarismo, atividades agrícolas, urbanismo, devastações ou mesmo preservação ambiental, situações que podemos identificar na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

Outros conceitos utilizados no decorrer da tese se referem à **Sociedade Tradicional** e **Sociedade Nacional**. Para a utilização destes conceitos nos embasamos nos estudos de Diegues (2007), quando disserta que é difícil definir, classificar e localizar as populações tradicionais brasileiras, sobretudo as não-indígenas, entre as quais somente as indígenas e os quilombolas têm seu território assegurado pela Constituição. Entretanto, esclarecemos que na presente pesquisa utilizaremos a categoria **Sociedades Tradicionais**, a nos referirmos aos Kaingang localizados em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e aos pescadores artesanais do Vale do Taquari.

De acordo com a legislação brasileira, entende-se por Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007). Corroborando, Arruda (1999), salienta que as Sociedades Tradicionais, são entendidas como aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado para a subsistência, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais.

Diegues e Arruda (2001) salientam que exemplos empíricos de sociedades tradicionais

são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas. Para Little (2002), o uso do conceito de povos tradicionais oferece um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade. Segundo Cunha e Almeida (2010), esses grupos assemelham-se pelo fato de que tiveram pelo menos, em parte, uma historicidade respaldada em baixo impacto ambiental e de que, têm no presente, interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram para a sua subsistência.

Ressaltamos que a legislação brasileira, no decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, procura separar os povos indígenas das "sociedades tradicionais" (CUNHA; ALMEIDA, 2010), mas como isto não tem orientado os pesquisadores com os quais estabelecemos interlocução nesta investigação, informamos que na categoria sociedades tradicionais incluiremos os indígenas Kaingang e os pescadores artesanais inseridos nos territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, mais precisamente no Vale do Taquari.

O estudo de Diegues e Arruda (2001) atribui as Sociedades Tradicionais, características de coletividades culturalmente diferenciadas e que, historicamente reproduzem seu modo de vida, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Para isso, ressaltamos que, dentre as coletividades tradicionais em estudo – indígenas Kaingang e pescadores -, possuem formas peculiares de modo de vida e de cultura, portanto cada um destes grupos será investigado levando em consideração suas próprias características.

Ao nos referirmos ao termo *Sociedade Nacional*, este se enquadra aos geógrafos, biólogos, fazendeiros, comerciantes, etc. Tratando-se deste estudo, cujo recorte é a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, a Sociedade Nacional é entendida como aquelas compostas pelo CODEVAT, Comitê da Bacia Taquari-Antas, bem como geógrafos e biólogos.

Os territórios são marcados e estabelecidos por relações de poder e dessa forma, manuseados de acordo com a lógica cultural das sociedades que o ocupam tem-se a seguinte problemática de pesquisa: Quais as percepções existentes dos integrantes e coletivos de Sociedade Tradicional e de integrantes da Sociedade Nacional no que tange a ocupação territorial de espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas? Há articulações entre os saberes

dos integrantes de Sociedade Tradicional e de integrantes de Sociedade Nacional em relação ao manuseio destes espaços?

A partir da problemática inicial, a tese proposta é de que em espaços da Bacia Taquari-Antas os saberes e a utilização dos territórios pela Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional estão pautados nas suas próprias percepções sobre preservação, manuseio e desenvolvimento no que se refere a relação entre sociedade-natureza.

Tratando-se de integrantes da Sociedade Nacional estes utilizam os espaços da Bacia Taquari-Antas para o desenvolvimento econômico e urbanização, mas também, temos que pensar que o CODEVAT e o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, tem políticas públicas e/ou projetos voltados para a preservação do meio ambiente e da sustentabilidade. Eles agem pela ótica do desenvolvimento sustentável. A Sociedade Tradicional usufrui dos espaços naturais pensando na sustentabilidade familiar e para a preservação cultural. Ou seja, os Kaingang utilizam os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas para fazer rituais sagrados, como por exemplo, o *Kikikói*. Além disso, utilizam a mata para fazerem seus chás e remédios. Nos centros urbanos, estes comercializam o seu artesanato, o qual é feito com o cipó e taquaras das matas próximas as suas terras indígenas. Os pescadores, estão em contato direto com os espaços do rio Taquari e utilizam a natureza e em especial o pescado para comercializar o peixe e para a sustentabilidade familiar.

No que tange as articulações entre os saberes de Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional, entende-se que não há uma relação de diálogo entre os integrantes de cada segmento, pois cada ator social utiliza os espaços de acordo com sua lógica cultural, social e urbano-desenvolvimentista. Dentro das reuniões e pautas do CODEVAT quanto ao Comitê há cadeiras disponíveis tanto para pescadores quanto para indígenas, mas estes não participam devido a falta de informação a respeito destas agências oficiais. Além disso, as articulações nos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas estão pautadas nas relações de poder das sociedades, onde cada ator social defende e utiliza o território a partir de suas concepções e conhecimentos.

Esta tese, inserida na Linha de Pesquisa Espaços e Problemas Socioambientais teve por objetivo geral analisar as percepções, os saberes e as lógicas culturais de integrantes e coletivos de Sociedade Tradicional e de Sociedade Nacional no que tange a ocupação territorial, as relações de poder, os conhecimentos socioculturais e os conhecimentos

ambientais em relação aos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Desse modo, a partir do foco central da pesquisa, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar o espaço territorial da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas no que se refere as características físicas e as relações sociais permeadas por relações de poder dos e entre os atores envolvidos;
- b) Estudar a história de ocupação dos espaços da Bacia Taquari-Antas pelos Kaingang e as suas subsequentes movimentações pelo território e entender os processos de ocupação dos espaços do Vale do Taquari pelos pescadores artesanais e seus domínios socioespaciais na região;
- c) Analisar aspectos da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas em relação a utilização dos recursos hídricos, a flora, bem como as práticas de pesca artesanal em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e apresentar as formas de poluição das águas do rio Taquari-Antas e as modelagens sobre tal espaços;
- d) Analisar as percepções sobre a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e entender como estes espaços são manuseados considerando a lógica cultural da Sociedade Tradicional – Kaingang e pescadores - e Sociedade Nacional - CODEVAT, Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, geógrafos e biólogos.

Cabe evidenciar aqui, que a opção pelo tema de pesquisa, surgiu durante a realização da dissertação de mestrado. O objeto de pesquisa se evidenciou nas considerações finais, quando mencionamos a intenção de compreender e estudar as percepções de distintos atores sociais sobre a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas ater-se as subjetividades nos possibilitaria investigar as interpretações, os olhares e as interferências no meio em que vivem. Assim, consideramos que a pesquisa se constitui em duas perspectivas: na subjetividade do pescador e do Kaingang bem como na constituição de agências oficiais e na articulação de desenvolvimento, preservação das águas e do ambiente que estas exercem nos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. A pesquisa se desenvolveu com o intuito de demonstrar a interação da sociedade com a natureza e a ocupação dos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, na perspectiva da Sociedade Tradicional e da Sociedade Nacional.

Todavia, tratando-se da área das Ciências Ambientais onde o Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento se vincula, a bacia hidrográfica apresenta-se

como a unidade da paisagem adequada para estudos de zoneamentos, basicamente devido ao seu conceito de integração de fatores ecológicos, socioeconômicos e culturais. Nessa abordagem, salientamos que as Ciências Ambientais, constituída como área de estudo, articula-se com as questões envolvendo diferentes sociedades, práticas políticas, econômicas e socioculturais. Neste sentido, a tese se conecta com a linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais que visa estudar as interações entre sociedade e natureza, ocupações humanas, implicações entre desenvolvimento, organizações produtivas e sociais, políticas públicas, saúde e ambiente, sustentabilidade e práticas culturais. Para, além disso, a pesquisa se interliga com os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* (ODS) no sentido de demonstrar os impactos da Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional no ambiente e as soluções sustentáveis para a preservação ambiental. Além disso, um dos ODS é garantir a disponibilidade de água e sua gestão sustentável e neste sentido a tese apresenta a gestão dos recursos hídricos e como os diferentes atores sociais se utilizam da água.

De modo igual, a pesquisa tem caráter interdisciplinar, pois dialoga com distintas áreas do saber, principalmente com a biologia, geografia, Ciências Ambientais, Antropologia e História visando a articulação dos diferentes saberes e as relações existentes entre a Sociedade Tradicional e a Sociedade Nacional. **Essa dimensão de pesquisa torna-se relevante para que os diferentes saberes e concepções sejam de fato analisados e possam contribuir para as perspectivas ambientais.**

Esta tese está composta por seis capítulos, dentre os quais se encontra a introdução e considerações finais. Na *introdução*, que consiste no capítulo 1, apresentamos informações alusivas aos Kaingang inseridos na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e suas movimentações pelos espaços tradicionais. Também elencamos informações sobre os pescadores artesanais do Vale do Taquari, bem como informações sobre o CODEVAT, Comitê da Bacia Taquari-Antas e as contextualizações sobre território e territorialidade. Para, além disso, a introdução apresenta a problemática da pesquisa e a tese proposta o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, justificativa, bem como os capítulos acompanhados de uma breve síntese.

O segundo capítulo “*Fundamentação teórica e Metodologia*” apresenta os aportes teóricos do estudo para a análise dos dados e os caminhos percorridos durante a pesquisa. Além disso, o capítulo apresenta a metodologia e os procedimentos metodológicos para o tratamento dos dados utilizados para a análise das informações.

O capítulo três intitulado “*Contextualização histórica sobre Sociedade Tradicional em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*” retrocedendo ao período pré-colonial e colonial e analisa as movimentações Kaingang e a inserção destes indígenas em contextos urbanos nas cidades de Estrela, Lajeado, Tabai e Farroupilha. Além disso, também apresenta e informações sobre os pescadores artesanais do rio Taquari, bem como as peculiaridades de seus saberes tradicionais.

O quarto capítulo nomeado “*Comitê da Bacia Hidrografia Taquari-Antas e CODEVAT: definições de um espaço territorial pela Sociedade Nacional*” apresenta um entendimento sobre a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, bem como uma contextualização do comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e as formações iniciais do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) e suas representações em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (BHTA).

No capítulo 5 intitulado “*“A natureza ela faz bem para todos nós”!: as distintas territorialidades e percepções de atores sociais sobre a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*” apresenta uma análise das diversas territorialidades da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas e as percepções de diversos atores sociais de Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional sobre este espaço em estudo. Além disso, o capítulo contextualiza as relações de poder estabelecidas entre os atores sociais em espaços da BHTA, e da mesma forma, analisa as relações estabelecidas entre CODEVAT e o Comitê da Bacia Hidrográfica com pescadores e Kaingang. O capítulo apresenta aspectos alusivos a cosmologia de pescadores e Kaingang no que se refere ao território e as territorialidades de cada coletividade tradicional.

O capítulo 6 nomeado como “*Geomorfologia e a modelagem da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*” elenca aspectos do desenvolvimento e as interferências para a Sociedade tradicional. O capítulo aborda as interferências a partir de construção de barragens, poluição do rio e urbanização. Uso de agrotóxicos, industrialização, etc. Além disso, o capítulo apresenta as modelagens do rio Taquari para que façamos uma reflexão a fim de entender o quanto as ações antrópicas interferem no meio ambiente.

Nas *considerações finais* desta tese é o momento que fazemos uma síntese geral decorrente da pesquisa, retomando os problemas levantados, a tese proposta e demonstrando os resultados e objetivos que foram alcançados. Apresentamos posteriormente as referências documentais e bibliográficas, os apêndices deste estudo que contemplam com os termos de

TCLE e TAP e os blocos de questões e questões temáticas, os quais foram utilizados com os interlocutores pesquisados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Este capítulo destina-se a apresentar as fundamentações teóricas de estudo para a composição da tese e os caminhos percorridos durante a trajetória acadêmica. Estes caminhos passam pela pesquisa de campo até a análise dos conteúdos. A partir disso, o capítulo discorre sobre os aportes teóricos utilizados para o desenrolar da pesquisa. Para a construção da tese, este capítulo apresenta a metodologia e os procedimentos metodológicos para o tratamento dos dados utilizados para substanciar a tese.

No estado da arte abordou-se estudos que tratam a respeito dos aspectos físicos, ambientais, territoriais e socioculturais no que se refere as Bacias Hidrográficas, bem como sobre os aspectos da pesca e o saber dos pescadores. Da mesma forma recorreu-se a trabalhos que se voltam a estudar desde autores que estudam os Kaingang desde o contato inicial dos Kaingang com os colonizadores até as primeiras décadas do século XX. Pesquisas envolvendo os Kaingang do final do século XX até as primeiras décadas do século XXI, sobretudo dos indígenas Kaingang localizados em espaços urbanos das cidades em Estrela, Lajeado, Tabaí e Farroupilha. Ademais, realizamos levantamento no que se refere as Sociedades Tradicionais como é o caso dos Kaingang e pescadores e as relações com seu espaço natural e cultural.

Por tratar-se de uma pesquisa interdisciplinar, foram utilizadas obras que abordam sobre as espacialidades territoriais⁹ (Território, territorialidade, espaço), e espacialidades sociais¹⁰ (cultura, conhecimentos tradicionais) que podem estar associadas ou não à temática proposta nesta pesquisa.

⁹ Por espacialidades territoriais, categoria também utilizada em nossa dissertação de mestrado, compreende-se o espaço físico, os aspectos envolvendo as concepções de reterritorialização, territorialização e território.

¹⁰ Por espacialidades sociais entende-se que estas estão interligadas com os aspectos culturais e sociais das Sociedades Tradicionais e não Tradicionais em estudo.

2.1 Aportes teóricos

Como perspectiva teórica para análise dos dados da pesquisa, recorreu-se a autores que estudam aportes referentes a território, territorialidade, cultura e conhecimentos tradicionais.

2.1.1 Espacialidades territoriais

Antony Seeger e Viveiros de Castro, no artigo “*Terras e territórios Indígenas no Brasil*” (1979) enfatizam a luta pela sobrevivência dos povos indígenas, no que diz respeito ao acesso à terra. Os autores argumentam que para algumas pessoas a expropriação territorial dos indígenas era a de que o uso da terra é improdutivo, apontando como exemplo os indígenas do Alto Xingu, os Jê do Norte e os Yanomami. No decorrer do artigo Seeger e Castro apontam em sua pesquisa que, várias coletividades indígenas dependem na construção de sua identidade tribal distintiva, de uma relação mitológica com um território. É importante ressaltarmos que os Kaingang foram expropriados de seus tradicionais territórios para que o Governo pudesse investir na colonização europeia e assim, pudesse desenvolver a agropecuária objetivando o lucro e o desenvolvimento. Até hoje, os Kaingang lutam para reaver seus territórios, para que suas terras sejam demarcadas e reconhecidas. A luta é permanente.

Paul Elliot Little no trabalho “*Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização*” (1994) o autor utilizando o estudo de caso com os indígenas Lakota (Sioux) apresenta três categorias de estudo: espaço, memória e migração. Para Paul Little, as coletividades humanas têm necessidades de criar raízes em lugares específicos, no qual buscam lugares de origem, envolvendo a religião e os mitos criacionistas. Os Kaingang, por exemplo, em territórios ocupados hoje por esta coletividade são repletos de memórias, signos e significados. Nestes espaços, estes indígenas compartilham conhecimentos e mantêm preservada a cultura Kaingang, através da comercialização do artesanato. Os rituais sagrados são mantidos, como o matrimônio nomeações e ritual do *Kikikói*. Para os pescadores artesanais investigados as percepções que eles possuem em relação as suas práticas sociais, culturais, econômicas e ambientais possuem peculiaridades próprias e estão interligados a apropriação e ao uso dos recursos naturais existentes no espaço.

Neste sentido de território, podemos mencionar os rios. Estes são entendidos a partir

dos estudos de Arruda (2008) como sendo espaços em disputa. Assim, podemos assinalar que, na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, os espaços trazem histórias de conflitos entre atores sociais, pois cada sociedade tem um interesse particular, seja interesse no território ou interesse na água. Para Paula (2018), as disputas pelo domínio dos recursos ambientais causam impactos devastadores no ambiente e geram conflitos que influenciam a dinâmica territorial da pesca. Assim, Arruda (2008) disserta que o processo de construção de território é sempre conflituoso, pois envolve competição com outras populações e outras concepções territoriais, que são concretamente formas diferenciadas de apropriação e representação do ambiente natural.

De acordo com Tommasino (2008), os rios são importantes marcadores de territorialidade Kaingang. Os Kaingang eram divididos em várias unidades sociopolíticas vinculadas (ou não) por relações de amizade ou inimizade. As amizades eram estabelecidas por alianças através de casamentos e as inimizades eram produzidas ou por rapto de mulheres ou por dissidência de parte do grupo. Essas dissidências produziam a migração, por fuga, da parte dissidente, para local distante, geralmente, à margem oposta de um grande rio. Os Kaingang que viviam no atual estado de São Paulo eram inimigos dos que viviam no Paraná, nas terras da margem esquerda do Paranapanema. Os grupos que viviam na região de Guarapuava no século XVIII e não aceitaram o contato amistoso com os brancos, refugiaram-se nas terras ao sul do rio Uruguai. Foi o caso do grupo chefiado pelo cacique Condá, e de outro, chefiado por Braga. Por outro lado, se um rio de grande extensão separava grupos inimigos, rios de menor porte constituíam as bacias onde se fixavam os diferentes grupos locais de uma unidade sociopolítica Kaingang. Neste caso, os rios e afluentes constituíam-se como rios de amizade, de encontros entre parentes de outras aldeias.

Ainda conforme Arruda (2008), os territórios são resultados de relações sociais historicamente estabelecidas que transformam e imaginam a natureza; são produtos de coletividades. As sociedades impulsionam a construção e a reconstrução de territórios, sejam eles suportes para o estado-nação, secundados pelas suas unidades menores, a província/estado, para os regionalismos ou para noções territoriais de outras populações, como os povos tradicionais.

Assim, Little (1994) reforça a ideia de que as pessoas mudam de um lugar para o outro e podem ser caracterizados como: nômades, isto é, migrantes contínuos. Outro grupo compreende a diáspora como sendo a dispersão de um grupo de um lugar específico, num

dado momento histórico, que cria uma identidade, unificado pela memória desse lugar. Existem outras migrações como os deslocamentos diretos e forçados, migração grupal relativa no qual um grupo responde a pressões externas migrando coletivamente, e para livrar-se dessa pressão, reagrupa-se numa localidade nova.

Tratando-se das movimentações Kaingang, esta coletividade saiu de terras no Norte do Estado do Rio Grande do Sul em busca de melhores oportunidades voltadas à sustentabilidade, comercialização do artesanato, acesso à saúde e educação de qualidade. Conforme Tommasino (2001), os povos indígenas estiveram, direta ou indiretamente, vinculados às cidades. A medida que foram expropriados de seus territórios, cidades e fazendas invadiram suas terras tomando conta da paisagem, e os recursos florestais que garantiam a sua subsistência foram gradativamente desaparecendo e os indígenas foram se tornando cada vez mais dependentes das cidades.

Neste sentido, vale uma ressalva. Os Kaingang da Terra Indígena *Jamã Tj Tãnh* de Estrela podem ser enquadrados em uma movimentação forçada, visto que, estavam instalados na Gruta dos índios na cidade de Santa Cruz do Sul e foram expulsos de seus territórios, obrigando esta coletividade sair em busca de novos territórios. Claro, esta situação não é nova para os Kaingang, visto que, no século XIX foram expropriados de seus territórios para que o Governo da Província investisse nos colonizadores alemães e italianos e dessa forma impulsionasse a economia através da agropecuária.

O artigo de Zilá Mesquita “*Procura-se o coração dos limites*” (1994) pretende argumentar a partir de um trabalho empírico sobre autonomia territorial, partindo de reflexões a respeito do conceito de limites para a Geografia Política. Para a autora, os conceitos de limite e fronteira só adquirem sentido quando integrados a outros, como por exemplo, o conceito de divisa, demarcação e delimitação. A autora também evidencia a conceituação para território e territorialidade. Para ela, o que constitui a distinção entre territórios é a territorialidade. Se nos referirmos aos Kaingang estes não utilizam os termos de fronteiras, limites e delimitações territoriais para definir seus territórios. Para estes indígenas os territórios eram demarcados por rios e por araucárias, símbolo da cultura Kaingang. Para eles há apenas um território indígena e neste território podem circular livremente para visitarem seus parentes, coletar material para o artesanato ou para comercializar seus produtos. Se nos referirmos aos pescadores, estes também possuem delimitações territoriais distintos da geopolítica municipal, estadual e as vezes até internacional, pois eles concebem os territórios

e as fronteiras tendo como base os rios e os espaços para o o pescador. Conforme Paula (2018) As territorialidades da pesca artesanal são evidentes no âmbito das comunidades e integram áreas de pesca e de recursos que são utilizados nas pescarias. Assim, podemos dizer que a territorialidade pesqueira e a própria natureza dos rios é entendida pelos pescadores artesanais de acordo com as necessidades de subsistência e pode ser caracterizada a partir de um viés econômico.

Paulo Roberto Homem de Góes em sua tese intitulada *“Morfológicas: um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os Kaingang (dialetos Paraná) e os Mbya (litoral sul)”* procura identificar a partir de dados etnográficos as lógicas de produção territorial Kaingang dialetos Paraná (Jê) e Mbya do Litoral Sul (Tupi-Guarani). De acordo com o autor os processos de produção territorial, por serem passíveis de abordagem na longa duração, são estratégicos para identificar como se constitui a morfologia social de cada grupo étnico. Góes analisa como os Kaingang e os Mbya produzem espaços e ambientes ao produzirem suas escalas sociopolíticas. Para ele, as territorialidades Kaingang e Mbya são abordadas a partir de estratégias analíticas, como por exemplo, o mapeamento de relações intra e interaldeãs, a identificação das distintas escalas de sociabilidade, a organização política, os dados arqueológicos e os contrastes com os dados etnográficos sobre outros povos “aparentados” linguisticamente, Jê e Tupi-Guarani.

Paul E. Little no artigo *“Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade”* (2002), apresenta um estudo sobre a diversidade sociocultural do Brasil acompanhada por uma diversidade fundiária. Little tem a intenção de estudar com a diversidade de coletividades - indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos e caiçaras-, desde uma perspectiva fundiária informada pela teoria antropológica da territorialidade e, daí, delimitar um campo de análise antropológica centrado na questão territorial desses grupos.

O artigo de Paul Little analisa também os múltiplos “territórios sociais” que existem no Estado brasileiro e suas principais características, para posteriormente focalizar aos seus confrontos contemporâneos com o desenvolvimentismo, o preservacionismo, o socioambientalismo e o Estado tecnocrático. Para entender a relação entre sociedade e território, traz o conceito cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. É válido mencionar que em um espaço territorial há

múltiplas territorialidades e interpretações do território, onde cada coletividade utiliza este espaço para o desenvolvimento de suas práticas socioculturais. A territorialização da pesca pode ser entendida como a necessidade do pescador em manusear e ocupar espaços necessários para realizarem suas atividades e para delas sobreviver. Para Paula (2018), o território contém os recursos necessários para o desenvolvimento do indivíduo e expressa territorialidades individuais e coletivas. Logo, no território, seus atores e agentes são capazes de imaginar, criar e gerenciar políticas e medidas que atendam aos seus objetivos e intencionalidades de apropriação da natureza.

Ainda conforme os estudos de Paula (2018), precisamos compreender o território enfatizando as relações sociais existentes nele e dessa forma, entender as relações estabelecidas entre a sociedade com a natureza. O território resulta da capacidade das diferentes sociedades de transformar tanto a natureza envolvente como suas relações sociais através do trabalho.

Para o autor, a cosmografia inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social e as formas de defesa do território. Além disso, o autor salienta que a territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões, pois produz um leque de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. O interesse do autor é mostrar como este novo olhar analítico pode detectar semelhanças importantes entre esses diversos e vincular essas semelhanças a suas reivindicações e lutas fundiárias.

Dominique Tilkin Gallois no artigo “*Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades*” (2004) define três conceitos: Terras, territórios e territorialidade. Para o autor, Terra Indígena e a compreensão antropológica da territorialidade são praticadas por diferentes coletividades indígenas. Para ele a territorialidade propicia uma melhor compreensão dos elementos culturais nas experiências de ocupação e gestão territorial por parte dos indígenas. Nesse sentido, entendemos que para os Kaingang inseridos na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, os seus territórios representam um suporte identitário, permeado de memórias e histórias, onde os seus antepassados circulavam. Assim, Gallois (2004), disserta que uma Terra Indígena deve ser definida, identificada, reconhecida, demarcada e homologada para que o direito dos indígenas seja reconhecido.

Rogério Haesbaert no artigo intitulado “*Desterritorialização, Multiterritorialidade e*

Regionalização” (2005), expõe os conceitos de território e região como sendo conceitos-chave indissociáveis da Geografia. Para entender os processos de territorialização e multiterritorialidade, o autor usa o termo desterritorialização para dizer que estes processos estão vinculados e devem ser considerados em qualquer procedimento de regionalização. Para o autor, há múltiplas formas de reterritorialização, ou seja, multiterritorialidades.

Andréa Zhouri e Raquel Oliveira na obra *“Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processo de territorialização”* (2010) apresentam os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais, identificando os locais e as condições em que segmentos sociais afetados por projetos econômicos de apropriação do espaço contestam o estado de risco a que estão submetidos.

Neste sentido Paula (2018) corrobora ao salientar que o capital, ou seja, os empreendimentos visando o lucro projeta o desenvolvimento econômico e intervem nos avanços tecnológicos e no progresso de uma determinada sociedade. Mas, ao mesmo tempo que beneficia o progresso traz consigo impactos negativos para a atividade pesqueira, extinguindo várias espécies e assim, os pescadores ficam sem recursos para manter suas atividades.

Gilmar Arruda no artigo *“Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades”* (2015) apresenta um estudo da bacia do rio Tibagi-PR, descrevendo se a noção de bacia hidrográfica seria operacional para o uso dos historiadores nas definições espaciais dos seus objetos de pesquisa. De acordo com o autor o espaço é um desafio para o campo da história ambiental, a qual procura ter uma precaução, ou esforço, em definir mais claramente e consistentemente a espacialidade dos seus objetos de estudo. Esta preocupação origina-se na sua própria definição ao pretender estudar as relações entre a natureza e as sociedades humanas, atribuindo certo grau de agência ao meio. O autor também utiliza o conceito de região como sendo um dos objetos para a análise da história ambiental. No campo da história ambiental, a noção de bacia hidrográfica adquire o significado de uma unidade de organização sócio-econômico-ambiental, na medida em que representa a cristalização do funcionamento amalgamado de uma formação social historicamente contextualizada. Uma história ambiental de uma bacia hidrográfica seria uma história das relações que as populações humanas, que nela circularam e viveram, circulam e vivem, mantiveram e mantêm com as outras populações não humanas e com as suas características físico-naturais da bacia. A bacia hidrográfica do rio Tibagi, como objeto de estudo, seria uma tentativa de estabelecer marcos temporais para as

relações das populações humanas com aquele espaço natural.

Através desses aportes, entende-se que cada coletividade desloca-se à procura de realocização no espaço. As diferentes formas de territorialização criam lutas singulares pelo espaço, motivando os processos de reterritorialidade. Assim, tem-se que os territórios e as fronteiras são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais.

2.1.2 Cultura, sociedades e natureza

Clifford James Geertz no capítulo I “*Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura*” (1978), inserido na obra “a Interpretação da cultura” expõe que a cultura é uma ciência interpretativa em busca de significado, ou seja, seria uma teia de significados tecida pelo homem onde a antropologia interpretativa busca o alongamento do discurso humano. E para essa interpretação, utiliza os estudos de Max Weber, “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” [...] (GEERTZ, 2008, p. 4).

A cultura é um elemento que podemos identificar nas sociedades tradicionais e Sociedade Nacional, no qual cada grupo vive à sua maneira e percebe seus espaços de acordo com suas particularidades socioculturais. A territorialidade ajuda-nos a entender as relações que as diferentes sociedades exercem sobre o meio em que vivem, no qual pensam em desenvolvimento e preservação ambiental de acordo com sua lógica cultural.

Fredrik Barth no capítulo “*Os grupos étnicos e suas fronteiras*” (da obra de sua autoria) “O guru, o iniciador e outras variações antropológicas” (2000) são analisados conceitos relativos a etnicidade, grupos étnicos e fronteiras étnicas. Barth aborda também a existência de sociedades poliétnicas, ou seja, um mesmo grupo étnico vivendo em diferentes condições ecológicas, gerando variáveis culturais, mas sem perder a sua identidade étnica. O autor é enfático ao afirmar que as diferenças culturais podem e se mantêm mesmo que haja o contato e isso se explica através das fronteiras étnicas e identidade étnicas. Uma cultura distinta daquela concebida com hegemônica no território de um Estado Nacional nem sempre recebe o respeito e valor que merece. Um exemplo são os Kaingang inseridos em contexto urbano da Serra Gaúcha e Vale do Taquari, onde as pessoas olham com estranheza os indígenas, pois consideram que o lugar deles é no mato e não na cidade comercializando o

artesanato. Em relação aos pescadores, estes não sofrem tamanho preconceito, mas em alguns momentos não tem incentivos por parte dos Governos.

Fredrik Barth (2000) ressalta que os seres humanos e a sociedade são dinâmicos, não existindo uma forma para construir grupos étnicos. O autor também questiona a ideia de aculturação, pois indivíduos do mesmo grupo étnico podem viver em diferentes ambientes naturais e se adaptar a eles de maneiras diferentes.

De acordo com Pereira (2009) que estuda os Kaingang da região do Lago Guaíba coloca que a memória é entendida como uma mediação relevante para compreender a identidade cultural dos Kaingang, por exemplo, é necessário pensá-la como um fenômeno histórico e social. Nesse sentido, a memória desempenha um papel fundamental na construção da identidade, pois é um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que ela é um fator importante de continuidade e coerência de uma pessoa ou de uma coletividade.

Com base nos estudos de Geertz e Barth podemos salientar que os Kaingang das Terras Indígenas em estudo, estão inseridos em seus tradicionais territórios e, nestes espaços procuram manter e preservar sua identidade de Ser Kaingang, mesmo vivendo em contextos urbanos. Os pescadores artesanais do rio Taquari possuem diversas ascendências. Uns são descendentes de portugueses, outros de imigrantes alemães e outros de imigrantes italianos, mas mesmo com descendências distintas¹¹, estes compartilham saberes e conhecimentos relacionados a atividade pesqueira. Isso é entendido quando Geertz expõe utilizando Max Weber que “o homem é um animal amarrado a teias de significados”, ou seja, na pesca as teias são os conhecimentos traçados e compartilhados. Dessa forma, temos que entender que o território brasileiro é composto por uma diversidade cultural e, cada cultura tem seus significados e ressignificações.

João Pacheco de Oliveira em seu estudo intitulado “Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas” (1996), analisa as movimentações das coletividades indígenas como um processo complexo. Para Pacheco de Oliveira essas migrações podem ser feitas de forma individual ou em coletividade, podendo

¹¹ É importante ressaltar que diferente de outras pesquisas acadêmicas de graduação, mestrado e doutorado sobre ribeirinhos e pescadores, a partir de levantamento de dados realizados durante a tese de doutorado, os interlocutores pescadores são predominantemente descendentes de imigrantes europeus (alemães, italianos e portugueses).

ser uma migração espontânea ou de forma forçada, como ocorreu no decorrer do século XIX com os Kaingang que foram expulsos de seus tradicionais territórios. Também é importante ressaltar as frentes expansionistas que adentraram gradativamente o território Kaingang, incentivadas pelo Governo da Província. Para João Pacheco de Oliveira as movimentações podem ocorrer internamente dentro das aldeias, ou seja, alguns indígenas se deslocam para outras comunidades a fim de evitar conflitos internos.

Em outra obra de João Pacheco de Oliveira intitula-se *“Uma etnologia dos “índios misturados” Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”* o autor apresenta um estudo sobre os povos e culturas indígenas do Nordeste brasileiro. Oliveira, dialogando com diversas perspectivas teóricas, delineia alguns conceitos como, “territorialização”, “situação colonial”, “diáspora” e “viagem da volta” que permitem fazer uma análise do processo histórico que veio a transformar as populações nos grupos étnicos atuais. O autor no decorrer de seu artigo esboça conceitos para embasamento de uma análise a respeito da etnicidade e, baseando-se em etnografias apresenta algumas interpretações para a “emergência” de novas identidades. João Pacheco traz concepções e perspectivas para o estudo de populações tidas como de pouca distintividade cultural, ou seja, culturalmente misturadas, expressão encontrada em Relatórios de Presidentes de Província e em outros documentos oficiais. De acordo com o autor Cada grupo étnico repensa a “mistura” e afirma-se como uma coletividade precisamente quando se apropria dela segundo os interesses e crenças priorizados. A idéia da mistura está presente entre os próprios indígenas, sendo acionada para reforçar clivagens faccionais.

Nesse sentido, podemos citar os Kaingang das Terras Indígenas situadas em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas que passaram por processos de territorialização e (re)territorialização, onde gradativamente, formaram uma coletividade organizada, com identidade própria no qual cada Terra Indígena apresenta suas singularidades, como por exemplo, a confecção e comercialização do artesanato, organização de lideranças indígenas e distribuição das casas.

Marshall Sahlins na obra intitulada *“O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em via de extinção”* (Parte I e Parte II) (1997) tece algumas reflexões a respeito de experiências etnográficas, apresentando conceitos pertinentes como, por exemplo, o conceito de cultura, antropologia, desenvolvimento, transculturalidade e o culturalismo contemporâneo. A partir dos estudos de Marshall Sahlins

entende-se que a cultura é cíclica, ou seja, passa por ressignificações, visto que as coletividades não conseguem manter a perenidade. Pensando nas ressignificações, podemos salientar que muitos atores sociais inseridos na Sociedade Nacional pensam que os indígenas que estão inseridos em contexto urbano não são indígenas e que os mesmos deveriam estar nas matas caçando, coletando e pescando. Estas pessoas acreditam que os Kaingang não são indígenas por usarem roupas, por terem estudo e falarem a língua portuguesa. O que estas pessoas não entendem é que esta coletividade passou por um processo de ressignificação, onde precisaram se adaptar e se “enquadrar” nos moldes culturais da Sociedade Nacional, para que assim tivesse acesso a melhores oportunidades voltadas à educação, saúde e subsistência.

Paola Andrade Gibram na dissertação de mestrado intitulada “Política, Parentesco e outras Histórias kaingang: uma etnografia em Penhkár” (2012) apresenta conceitos sobre a política entre os indígenas Kaingang da Terra Indígena do Rio da Várzea (RS), região conhecida como *Penhkár*. Segundo Paola Gibram, trata-se de olhar voltado para as diferenciações e relações assimétricas entre os Kaingang sem programá-las ao modelo de estatogênese - esquematismo que implica na redução do problema do poder político nas sociedades ameríndias à questão da negação ou da aparição do Estado. De acordo com Gibram, considerando que o domínio político ultrapassa os planos público e masculino de atuação, busca-se realizar descrições centradas no domínio doméstico e no plano da sociabilidade, colocando luz sobre os mecanismos pelos quais os indígenas concentram relações, revelam proeminências, e assim constituem figuras da liderança e unidades sócio-políticas.

Eduardo Viveiros de Castro no capítulo 6 “*Imagens da natureza e da sociedade*”, presente na obra *a Inconstância da alma selvagem* (2002) sintetiza e problematiza a literatura sobre a sociologia das sociedades indígenas da floresta Amazônica. Viveiros de Castro quando discorre sobre a ecologia humana, apresenta-nos informações de que, a natureza amazônica pode ser entendida como parte de um processo histórico social, onde existiram e existem modificações humanas. As culturas indígenas da Amazônia são adaptações da cultura ou ainda uma adaptação a uma mudança cultural da natureza. Nas perspectivas do autor, os conceitos de natureza e sociedade são produzidos em diferentes culturas, as relações que as coletividades humanas estabelecem com a natureza e entre si, passam a ter significados se estudados a partir do olhar da sociedade em questão. Para o autor, a ecologia cultural permite-nos supor uma adaptação da natureza para satisfazer determinados aspectos culturais.

Já no capítulo 7 “*Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena*” presente na obra *a Inconstância da alma selvagem* (2002) o autor Eduardo Viveiros de Castro apresenta noções do real e o imaginário. Para ele, o perspectivismo ameríndio propõe reconsiderar a corporalidade, que faria a ligação do homem à natureza. A concepção de perspectivismo parte da percepção dos indígenas segundo a qual o modo como os seres humanos veem os animais e outras subjetividades que povoam o universo, é diferente do modo como esses seres veem os humanos e se veem a si mesmos. Viveiro de Castro expõe que a distinção entre natureza e cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologia não ocidental sem antes passar por uma crítica etnológica. A cultura ou sujeito seria aqui a forma universal; a natureza ou objeto, a forma particular.

Victoria (2016) corroborando com as ideias de Viveiros de Castro apresenta em seus estudos a vivência de seis jovens ribeirinhos da Amazônia bem como populações ribeirinhas que estão caracterizadas com o espaço e neste espaço as famílias se reúnem em torno de atividades e interesses pautados em relações cotidianas, essas comunidades expressam a singularidade dos modos de relação do homem com a natureza, e que sem dúvidas fazem parte desse universo, mas não explicam as relações ali vividas, que apresentam outras vivências que caracterizam a cultura de uma comunidade ribeirinha. O dia-a-dia desses ribeirinhos se guia pela relação com o rio, sendo a imagem deste associado à alimentação, ao transporte, ao lazer, ao trabalho e às condições naturais e de vida. São diferenças no modo de ser e viver, em uma realidade marcada pela dimensão do viver em comunidade, onde se constroem laços e traços próprios de convívio com o meio, na relação homem – natureza e dos homens entre si.

Os pescadores artesanais do rio Taquari, descendentes de imigrantes europeus vivem do espaço que ocupam e expressam essa vivência através da relação entre pescador e natureza. Esta relação é permeada de conhecimentos e práticas diárias no rio. O rio Taquari é fonte de alimento, trabalho e lazer, onde o pescador trilha caminhos para seguir em frente.

Kimiye Tommasino no artigo “Concepções simbólicas da água e dos rios na mitologia e na história dos Guarani e Kaingang” (2008) inserido no livro *A natureza dos rios: história, memória e territórios* Os Guarani e os Kaingang são dois povos com culturas muito distintas entre si, mas que possuem formas de apropriação e uso da natureza fundamentadas em cosmologias segundo as quais homens, natureza e sobrenatureza formam uma totalidade inseparável e influenciam-se reciprocamente. Segundo Tommasino na cultura Kaingang o

mito de origem fala de um dilúvio que cobriu a terra onde viviam seus ancestrais. Os heróis civilizadores eram *Kayurukré*, *Kamé*, *Kaingang* e *Kuruton*. O mito Kaingang do dilúvio, explica não apenas a origem dos Kaingang e suas relações com outros grupos como também as características geográficas de seu território. A mitologia Kaingang contém os princípios lógicos que permeiam toda a vida desse povo: organizam, simbolicamente, os mundos social, natural e sobrenatural em *Kamé* e *Kairu*. No mito, por exemplo, são os *Kairu* que dão água aos *Kamé*. De acordo com a autora, a água possui valor tanto positivo quanto negativo. Pode ser fonte de perigo e destruição e, ao mesmo tempo, a bebida vital dos homens. Existe água boa (*goio hã*) e a água ruim, perigosa (*goio korég*). Nessa simbologia da natureza, terra e água se equilibram para promover a vida.

Roque de Barros Laraia (2009) apresenta teorias modernas que nos remetem para uma discussão referente ao conceito de cultura. Para o autor a cultura abarca conhecimentos, crenças, mitos, costumes e leis onde cada sociedade possui as peculiaridades de sua própria cultura. Para Laraia a cultura é compartilhada entre as gerações de uma mesma coletividade e também é importante sinalizar que, segundo o autor, a cultura não é estática, passando por ressignificações.

Patrick Pardini no artigo, “*Natureza e cultura na paisagem amazônica: uma experiência fotográfica com ressonância na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica*” (2012) percebe o entrelace entre cultura e Natureza. Esta experiência encontra a ressonância na eco-cosmologia das sociedades da floresta amazônica. Nas perspectivas do autor, entende-se que a representação da natureza o trabalho simbólico sobre o ser e o dever ser, o estar e o devir da humanidade, os povos indígenas aparecem como representantes de uma forma de vida humana que estaria em sintonia natural com a natureza, bem diferente da nossa representação. Os pescadores artesanais do rio Taquari buscam locais específicos para praticar a pesca, observando sempre a quantidade de peixes, para que não haja prejuízos para a atividade pesqueira. A definição do melhor lugar para pescar, define-se como o conjunto de saberes a respeito da natureza e do próprio território.

A cosmologia ameríndia é uma ecologia simbólica, pois elabora uma complexa dinâmica de trocas e transformações entre sujeitos humanos e não-humanos, visíveis e invisíveis. A ecologia ameríndia é uma cosmologia posta em prática através de seus rituais, crenças e costumes, na qual animais caçados e plantas cultivadas são parentes que é preciso seduzir ou coagir. Para os pescadores artesanais do Rio Taquari, elementos cosmológicos que

podemos observar na pesquisa de campo, as fases da lua, e qual a mais indicada para pescar, os procedimentos para “matar um peixe após ser pescado” e cuidados com a sustentabilidade ambiental relacionada a preservar as águas e os peixes.

Gilmar Arruda na apresentação do livro “*A natureza dos rios*” (2008), apresenta uma breve contextualização sobre a utilização dos rios para a Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional. Para o autor, em muitas regiões urbanizadas os córregos, riachos e rios desapareceram de nossos olhares, pois se transformaram em canais ou foram transpostos por pontes, canalizados para evitar as cheias. Os rios, sejam eles grandes ou pequenos, foram interrompidos pela construção de barragens para que a força da correnteza movimentasse turbinas para satisfazer a necessidade por energia. Para Arruda nós não conseguimos ver a natureza dos rios, mas vemos as suas funções. Para ele, o rio, com suas imagens, suas histórias e seus relatos trata-se de uma construção social e contém as relações entre os homens e o meio natural. Nesse sentido, a paisagem é um atributo da cultura e é assim que percebemos a realidade física do natural. As sociedades estabeleceram com os rios relações históricas da mesma forma que com os outros ambientes naturais. Em muitas ocasiões os rios foram muito mais importantes que quaisquer outros ambientes naturais, mas ainda assim eles parecem ter sido esquecidos, apesar de todos os aspectos simbólicos e religiosos que possuem em diversas sociedades.

Bittencourt (2017) evidencia em sua dissertação que o ambiente natural se constitui a partir de uma multiplicidade de perspectivas, ou epistemologias, com dimensões crescentes que nunca se sobrepõe ou se homogeneízam. Assim, neste mosaico de conhecimentos que elaboram o ambiente natural, quando acontece o encontro de perspectivas, surgem impulsos para a sua ressignificação. Desta forma, pela necessidade de atualização de conceitos, as epistemologias realizam movimentos de desterritorialização e reterritorialização a partir de seus encontros, apresentando novas formas de expressão.

Nesse sentido, Cardoso (2001) explana que a atividade pesqueira consiste em um processo de apropriação da natureza pelo trabalho humano. Na pesca, é o tempo cósmico que predomina, mesmo naquelas formas mais modernas. O pescador é o mediador com a natureza, tanto mais nas formas de pescaria com menor emprego de capital e tecnologia. A apropriação da natureza é expressa na figura do pescador em seu processo de conhecimento e trabalho.

Bittencourt (2017) ao estudar uma colônia de pescadores da cidade de Pelotas

corroborar ao expressar que os pescadores e as pescadoras do extremo sul do Rio Grande Sul, que habitam as margens da Lagoa dos Patos, desenvolvem redes de compartilhamento de instrumentos, conhecimentos e alimentos entre comunidades pesqueiras a partir da introdução de novas tecnologias pela modernização da atividade pesqueira, esta sendo uma estratégia para permanecerem pescadores. Assim, estas pessoas realizam mediações entre os conhecimentos modernos e tradicionais, a partir da experiência com os ambientes aquáticos e da sua criatividade. Assim, ser pescador ou pescadora tradicional não é apenas ter uma profissão, mas significa apoderar-se de um tipo de conhecimento que está refletido em um modo de vida, ou seja, significa empoderar-se de uma herança cultural.

Nauíra Zanardo Zanin em seu estudo denominado “*Dinâmicas culturais indígenas e suas relações com lugares de identificação*” (2016) apresenta ponderações sobre as coletividades indígenas a respeito da identidade como sendo um atributo que se refere à interação com outras coletividades. Assim, Zanin apresenta colocações sobre a identidade cultural e suas ressignificações que reconhece dinâmicas sobre às vivências interculturais e as relações estabelecidas com lugares simbólicos. A autora tece informações sobre a importância das escolas indígenas sendo classificadas e entendidas como um instrumento de reafirmação da identidade étnica das coletividades indígenas.

Para a Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional, estes estabelecem relações com a natureza. Assim, podemos salientar que os Kaingang e os pescadores desenvolvem formas particulares de manuseio dos recursos naturais que não visa diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social de suas coletividades. Também, podemos sinalizar que todas as sociedades interferem, utilizam o ambiente para sua subsistência e desenvolvimento, porém, a Sociedade Tradicional não acarreta transformações se comparada a Sociedade Nacional.

2.1.3 Sociedade Tradicional, Sociedade Nacional e saberes

Antônio Carlos Diegues na primeira parte do livro “*Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*” (1983), faz um estudo sobre o desenvolvimento da pesca e suas contradições, apresentando um panorama da atividade pesqueira anterior à agricultura, passando pela Idade Média, Revolução Industrial e seus efeitos devastadores e a produção capitalista, bem como sintetiza a pesca na Inglaterra e Escandinávia. Diegues esboça os modelos de expansão das atividades pesqueiras no Japão e União Soviética. A intenção do autor é analisar em diferentes países e no Brasil, os processos pelos quais o produtor direto foi

gradativamente separado das condições naturais de produção, tornando-se um proletariado do mar. Na segunda parte de sua obra, o autor apresenta um contexto histórico, social e cultural da atividade pesqueira no Brasil, evidenciando o desenvolvimento desta atividade no litoral sudeste do Brasil, a organização de empresas pesqueiras e a organização da produção, bem como a reprodução social dos pescadores artesanais.

Conforme Bittencourt (2017) a interpretação do ambiente natural pode ser ilustrada através da maneira como se perpetuam os conhecimentos dos pescadores e das pescadoras tradicionais. Os mais velhos e mais experientes pescadores, ou que mais “matam peixe”, são considerados os mais sábios na arte da pescaria e com os quais os pescadores menos experientes aprendem sobre os ritmos dos ambientes aquáticos. Por outro lado, os conhecimentos tradicionais permitem que os pescadores estejam, a todo o momento, valendo-se da sua criatividade para adaptar as pescarias de acordo com o contexto histórico, com as condições de mar em que estejam inseridos e com as ferramentas disponíveis.

De acordo com Cardoso (2001), o fazer pesqueiro está presente na história da humanidade desde a pré-história até os dias atuais. Como atividade extrativa compôs a dieta alimentar dos grupos humanos ancestrais. Este fazer remonta a um saber sobre a natureza construído, tanto por homens como por mulheres. É um saber construído na apropriação da natureza, apropriada materialmente por intermédio da técnica, simbolicamente pelos sistemas cognitivos construídos socialmente.

Diegues (2007) evidencia os conhecimentos tradicionais dos pescadores sobre as condições físicas e biológicas da produção dos cardumes de peixes contrastando com as condições desumanas de existência dos tripulantes dos barcos pesqueiros a vapor da Revolução Industrial. Para os pescadores artesanais do rio Taquari, o saber-fazer vai muito além do que o conhecimento perpassado entre gerações. O conhecimento que possuem é adquirido através das experiências diárias no rio e na criatividade de cada pescador.

Rinaldo Arruda no artigo intitulado “*Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*” (1999), apresenta uma análise referente a oposição entre sociedades tradicionais e as necessidades de conservação dos recursos naturais, avaliando as características da política de preservação ambiental vigente no país, centrada na criação de Unidades de Conservação. O autor é sugestivo ao propor a inclusão da perspectiva das populações rurais no conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua

identidade, seu saber para a melhoria de suas condições de vida para garantir sua participação em uma política de conservação da qual sejam beneficiados.

O autor utiliza o termo populações/sociedades tradicionais como exemplos empíricos ao se referir as comunidades de caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Isso corrobora com a tese proposta nesta pesquisa no sentido de nos referirmos aos Kaingang inseridos em territórios da bacia Hidrográfica Taquari-Antas e aos pescadores artesanais do Rio Taquari, no qual estas coletividades experienciam vivências em ambiente natural, trocam saberes com os mais velhos e mantêm práticas de sustentabilidade para a preservação na natureza. Como exemplo de populações não-tradicionais, seriam os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, etc. Na tese para diferenciar da categoria Sociedade Tradicional, composta pelos indígenas e pescadores, utilizaremos para os demais sujeitos a categoria de **Sociedade Nacional**, composta por integrantes do Comitê da Bacia, CODEVAT, assim como para interlocutores geógrafos e biólogos.

Segundo Little (2002), esse leque de coletividades costuma ser agrupada sob diversas categorias – populações, comunidades, povos, sociedades, culturas, onde cada uma é acompanhada por um dos seguintes adjetivos: tradicionais, autóctones, rurais, locais, residentes. Para o estudo o autor utiliza o termo “*povos tradicionais*”. Na elaboração da tese, o termo Sociedade Tradicional é utilizado para nos referirmos aos Kaingang inseridos na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e aos pescadores artesanais do rio Taquari. A escolha desta categoria compreende que estas coletividades compartilham saberes e exercem respeito para com ambiente no qual estão inseridos a partir de outras lógicas.

John Monteiro no texto “Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígenas e do Indigenismo” (2001) salienta que entre os historiadores brasileiros se tinha duas ideias sobre os povos indígenas do Brasil. A primeira referia-se a exclusão dos indígenas enquanto legítimos atores históricos. A segunda tratava os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. Segundo o autor até a década de 1980, a história dos indígenas resumia-se à crônica de sua extinção. Essa situação toma novos rumos quando arqueólogos, historiadores, antropólogos e linguistas elaboram a “Nova História Indígena”. De acordo com John Monteiro, surgiu uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história e antropologia.

Corroborar os estudos de Luisa Tombini Wittmann, explanadas no texto “Introdução ou a Escrita da História Indígena” (2015) apresenta algumas perspectivas sobre a Nova História Indígena. Segundo a autora a Nova História Indígena leva em conta a perspectiva dos indígenas e colocar em cena suas interpretações da história, posto que, durante muito tempo, os pesquisadores se detiveram apenas nos discursos e práticas sobre eles, ou mesmo não reconheciam sua historicidade. Hoje, se propõe indagar sobre as formas indígenas de pensar e agir diante do outro, diferente de si. As sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências.

Maria Regina Celestino de Almeida no artigo “Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens Interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro” (2013) apresenta a importância das abordagens interdisciplinares da antropologia e da história para que se possa ter uma compreensão mais ampla sobre a presença e atuação dos indígenas na história, a partir de sua pesquisa com indígenas e aldeias no Rio de Janeiro, no qual a autora tem o interesse de estudar os indígenas em contato com a sociedade colonial do Rio de Janeiro, como sendo sujeitos históricos e dessa forma analisar suas relações com os não índios a partir de suas próprias motivações e interesses, procurando identificar os diferentes significados de suas ações e comportamentos nos processos de conquista e colonização da capitania. Para Almeida os diálogos da história e antropologia são importantes para pensarmos sobre relações de contato entre povos cultural e etnicamente diversos têm se intensificado, desde as últimas décadas, com benefícios para os campos de estudo. John Manuel Monteiro incentivou esses diálogos e notabilizou-se pela inestimável contribuição de sua obra para os estudos históricos sobre os indígenas no Brasil. Além disso, a autora destaca a contribuição John Manuel Monteiro na pesquisa interdisciplinar.

Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Sérgio Vieira Arruda no trabalho “*Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*” (2001) enfatizam a importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. Inicialmente, para esclarecer o conceito de sociedades tradicionais, os autores utilizam as perspectivas de Karl Marx para associar as culturas tradicionais a modos de produção pré-capitalista, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria.

Para Diegues e Arruda, as sociedades tradicionais são os grupos humanos culturalmente diferenciados e que reproduzem seu modo de vida, com base em modos de

cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Para estes autores, no decorrer do estudo, eles salientam que um dos critérios para a definição de culturas ou populações tradicionais é o reconhecer-se como pertencentes àquele grupo social. Ao nos referirmos aos Kaingang e aos pescadores artesanais entende-se que as estas coletividades identificam e reconhecem um território como parte de sua própria identidade, ou seja, como elemento integrante de seu modo de vida.

Antônio Carlos Sant’Ana Diegues no livro *“O mito modernos da natureza intocada”* (2004), analisa através de percepções simbólicas as relações estabelecidas entre os homens com a natureza, tendo como centro da análise as áreas naturais protegidas. Para o autor, as sociedades ocidentais, e parte dos movimentos ambientalistas, têm criado representações simbólicas para estabelecer ilhas intocadas de florestas, os parques e reservas naturais onde a natureza pudesse ser admirada. O autor faz uma análise sobre as concepções de mundo natural, o papel das culturas e os debates sobre as formas de se proteger a diversidade biológica e a sociocultural. Além disso, o autor descreve sobre as culturas e populações tradicionais no que diz respeito ao envolvimento destas sociedades com a natureza e a importância do território para estes grupos, elencando considerações sobre os modos de subsistência, trabalho, relações sociais e o imaginário mitológico.

Marina Osmarina Silva no editorial *“Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais”* (2007) apresenta bases sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais com base na Constituição Federal de 1988, a chamada constituição cidadã. A nomenclatura “invisibilidade” se refletia, segundo a autora, até pouco tempo, na ausência de instâncias do poder público responsáveis pela articulação e implementação de políticas para os povos e comunidades tradicionais, especialmente no que diz respeito àquelas de inclusão social. Grande parte das dificuldades enfrentadas por eles no acesso às políticas públicas decorre da ausência de reconhecimento das diferenças da diversidade social e cultural presentes em nosso país.

Antônio Carlos Diegues no trabalho *“Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras”* (2007), objetiva explicar aspectos das relações entre as populações tradicionais e povos indígenas com a água. O autor inicia suas considerações, evidenciando a importância da água para as sociedades sejam elas tradicionais ou não. Diegues coloca que a água é um

dos elementos centrais da reprodução não somente material, mas também simbólica dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Nas sociedades tradicionais a água, incluindo rios e lagos fazem parte de um território e um modo de vida, base de identidades específicas. Além da água, o território passa a ser entendido como uma característica importante que marcam a existência desses grupos tradicionais.

Para os pescadores do vale do Taquari, o rio possibilita as práticas de pesca, mas necessita da preservação das águas para manter a subsistência familiar, e nesse sentido, o território e a natureza são conservados pela lei do respeito. Os pescadores em suas práticas diárias do pescar compreendem a dinâmica das águas, entendem o comportamento dos peixes e da natureza. Para os Kaingang inseridos na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, a utilização e preservação das águas torna-se necessária para que sua coletividade mantenha sua subsistência e para que possam preservar seus rituais sagrados e a relação Sociedade-Natureza possa ser mantida.

Marina Rachel Graminha e José Francisco Miguel Henriques Bairrão no artigo *“Torrentes de sentidos: o simbolismo das águas no contexto umbandista”* (2009) apresentam uma concepção aos sentidos das águas na umbanda. Os autores examinaram o simbolismo das águas presente em letras de músicas da umbanda. Para os autores na umbanda o simbolismo voltada às águas comporta uma concepção peculiar permeada de nuances de sentido que ultrapassam o âmbito psicológico e assumem conotações éticas. De acordo com os autores a umbanda é uma religião afrobrasileira que inclui ritos de possessão por espíritos associados a aspectos da natureza. Entre estes, existe o povo das águas que se incluem espíritos de marinheiros, caboclas, etc. Graminha e Bairrão apresentam também, as características de Yemanjá e Oxum, rainhas das águas, salgadas e doce. Segundo os autores, Yemanjá e Oxum, além de serem donas dos domínios das águas, estão ligadas aos sentimentos humanos, como o amor e o ódio. Estas relações simbólicas das emoções podem estar relacionadas aos movimentos das águas, que são instáveis.

João Daniel Dorneles Ramos no artigo *“A (cosmo)lógica das relações humano-animais nas religiões afro-brasileiras”* (2016) apresenta as diferentes práticas rituais e cotidianas das religiões de matriz africana que operam as relações existentes entre humanos e animais. De acordo com o autor os humanos apreendem territórios, potências, forças por meio das relações com extra-humanos que também participam e estas potências extra-humanas incorporam humanos. Para Ramos a natureza, os territórios e os elementos da paisagem são

conectados a outras dimensões humanas e extra-humanas. Não se trata apenas de um cuidado com a natureza, mas sim trata-se de uma relação intensa entre natureza, cosmos, pessoas, animais e seres existentes e que é operado por conectividades possíveis. A partir dos estudos de Ramos entende-se que a (cosmo)lógica das religiões de matriz afro não separa, ontologicamente, a natureza e a cultura.

Josiane Carine Wedig no artigo *“Territórios e questões ambientais na perspectiva de povos e comunidades tradicionais”* (2017) explana a relação de povos e Sociedades Tradicionais, seus territórios e as questões ambientais. Wedig estuda a perspectiva de povos e sociedades tradicionais do Paraná sobre os territórios existenciais. Segundo a autora, para as Sociedades Tradicionais o território é o espaço de existência em que se conectam humanos e não humanos, compondo agenciamentos coletivos. Segundo a autora, estes territórios estão ameaçados pelo avanço desenvolvimentista que consideram a natureza apenas como um recurso a ser utilizado em benefício das sociedades. Ainda no artigo a autora coloca que além da expropriação da terra, essas Sociedades Tradicionais passam a enfrentar a degradação das florestas, águas, plantas e animais, entendidos como agentes que habitam igualmente os territórios e compõem seus modos de vida.

Pereira e Diegues no artigo intitulado *“Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação”* (2010) fazem uma análise sobre os conhecimentos das sociedades tradicionais na perspectiva da etnoconservação, associando a conservação da natureza com os conhecimentos tradicionais e manejo dos recursos naturais que propiciam. Este artigo nas suas iniciais observações procurou caracterizar as populações tradicionais para poder compreender a difusão de seus conhecimentos, presentes nos estudos da etnociência.

Os pescadores artesanais do Rio Taquari em suas práticas diárias do pescar (o equipamento mais adequado, os apetrechos de fácil manuseio) compreendem a dinâmica das águas, entendem o comportamento dos peixes e da natureza. Esses saberes estabelecem cuidados para a sustentabilidade dos espaços territoriais do rio Taquari, sendo essa coletividade, parceira da conservação do ambiente. De acordo com os Pereira e Diegues, a associação das características das populações tradicionais, no que se refere à utilização dos recursos naturais e ao processo oral de transmissão, são partes constituintes do conhecimento das sociedades tradicionais.

Após mencionarmos os referidos aportes teóricos que fundamentam este projeto de pesquisa, nota-se que a análise feita a partir desses estudiosos que sustentam os embasamentos de territorialidade, cultura, sociedade tradicional e sociedade nacional, nos ajudam a compreender a temática proposta em estudo, desde entender as percepções das sociedades tradicionais e a relação com o ambiente e território, até chegar em teóricos que discorrem sobre as espacialidades territoriais e culturais.

Após a explanação dos aportes teóricos, entende-se que a análise de temas que versam sobre as espacialidades territoriais, a cultura e o conhecimento tradicional servem de suporte para a compreensão da temática em estudo. Estes eixos de estudo se interligam, pois podem ser identificados tanto nas coletividades indígenas como para os pescadores artesanais, além das espacialidades territoriais trazerem conexões com as sociedades nacionais.

2.2 Metodologia e procedimentos metodológicos

A metodologia é a trajetória percorrida para o desenvolvimento da pesquisa, pois abrange as concepções teóricas de abordagem, as técnicas que possibilitam o estudo da realidade, bem como o potencial criativo do pesquisador (MINAYO, 2004). O método de procedimento constitui em etapas concretas da investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Para esta pesquisa, o método de estudo, estrutura-se em uma abordagem qualitativa, utilizando-se os respaldos da etno-história e a história oral e, para evidenciar os objetivos gerais da tese, a mesma torna-se exploratória, debruçada em pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A pesquisa não se configurou como uma pesquisa etnográfica, pelo fato de não termos emergido na vida e no cotidiano de pescadores, indígenas, CODEVAT e Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, bem como com os geógrafos, biólogos e mãe de santo.

No que se refere a população e amostra do estudo, a pesquisa foi realizada em cinco áreas indígenas localizadas em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. As Comunidades Kaingang foram *T.I Jamã Tÿ Tãnh*/Estrela, *T.I Foxá*/Lajeado e *T.I Pó Mág*/Tabaí, localizadas no Vale do Taquari e as comunidades Kaingang da *T.I. Pó Nãnh Mág*

e *Ka Mág*/Farroupilha, localizadas na serra gaúcha. Também, como interlocutores, dialogamos com pescadores artesanais da Bacia do Rio Taquari, residentes em cidades do Vale do Taquari, como Lajeado, Estrela, Encantado, Bom Retiro do Sul e Taquari.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas de campo, onde foram efetuados registros em diário e entrevistas semiestruturadas. O estudo de campo compreende à ida nas cinco Terras Indígenas, bem como, a incursão nas colônias de pescadores e na residência dos mesmos. Salientamos que as incursões nas Terras Indígenas começaram a ocorrer desde a atuação da pesquisadora como bolsista do projeto de Extensão História e Cultura Kaingang no ano de 2010, atuando junto a Terra Indígena *Jamã Ty Tãnh*, antiga Aldeia Linha Glória e, Terra Indígena *Foxá*, ambas localizadas no Vale do Taquari, respectivamente na cidade de Estrela e Lajeado. Posteriormente, para estreitar os laços para a monografia do curso de história e posteriormente para a dissertação do mestrado, ampliamos nossas incursões e passamos a pesquisar em 2011 a Terra Indígena *Por Fi Gâ* de São Leopoldo. Em Tabaí, na Terra Indígena *Pó Mág* as incursões iniciaram entre os anos de 2013, 2014, quando algumas famílias, após as medidas compensatórias da BR386 se mudaram para o local. Em Farroupilha na *T.I. Pó Nãnh Mág* as incursões iniciaram em 2015, mas foi em 2017 que as saídas a campo se tornaram mais frequentes, momento que iniciei no doutorado. Propriamente para a tese de doutorado, as incursões nas Terras Indígenas iniciaram no primeiro semestre de 2017 e o contato com os pescadores iniciou no segundo semestre de 2017. Os primeiros contatos com o CODEVAT e o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas iniciaram no segundo semestre do ano de 2018.

Esta pesquisa apresentou memórias individuais e coletivas a partir de relatos e narrativas de pescadores artesanais do rio Taquari, localizados nas cidades de Encantado, Estrela, Lajeado, Bom Retiro do Sul, Taquari e Mariante. Nas interlocuções, a memória sempre se faz presente nas rodas de conversa. Como evidencia Tedesco em sua obra, “o campo da memória envolve noções de temporalidades, lembrança, oralidades, subjetividades, factualidades, espacialidades, instrumentalidade objetual, etc” (TEDESCO, 2014, p.28).

Para Portelli (1997), o ato lembrar é extritamente pessoal, ou seja, a memória social torna-se mentalizada pelo indivíduo. Assim, podemos sinalizar que a memória seja ela coletiva ou individual, servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição, à possibilidade de materialização de formas simbólicas da vida cotidiana (TEDESCO, 2014). A memória não é somente a lembrança de um indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um

contexto familiar ou social, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas.

A memória coletiva reafirma sua transmissão, pois, para continuar a recordar, é necessário que cada geração transmita o fato passado para que possa se inserir nova vida em uma tradição comum (TEDESCO, 2014). Embasados em estudos de Le Goff ([1924] 2003), podemos sinalizar que as sociedades que mantivemos contatos, em especial pescadores e Kaingang manifestam seus conhecimentos através da oralidade, dos quais perpassam gerações através de suas memórias individuais e coletivas. Estas memórias, narradas a nós, manifestam pensamentos, histórias e cultura.

Os pescadores artesanais são associados a colônias de pescadores Z32 (Taquari) e Z20 (Estrela). A escolha desses pescadores está vinculada a partir do contato com as colônias de pescadores. Somente os pescadores de Encantado não tem essa relação. A pesquisadora tinha contato com um deles desde criança e o outro, foi conhecido por meio de uma reportagem publicada na imprensa regional e, além disso, o pescador era avô de uma ex-aluna da pesquisadora.

Os pescadores artesanais do rio Taquari possuem idades entre 50 e 60 anos de idade. Apenas um pescador, da cidade de Taquari tem em torno de 30 anos de idade. Também, é válido ressaltar que a pesquisa de campo com os pescadores artesanais foi uma experiência diferenciada em razão do contexto de alguns pescadores habitarem bairros afastados do rio. Dos nove interlocutores pescadores artesanais do rio Taquari, quatro deles moram bem próximos ao rio e os outros cinco residem em localidades mais afastadas do rio Taquari. É relevante mencionar que como estamos pesquisando em espaços de imigração, devemos referenciar que os pescadores que mantivemos contato são descendentes de europeus (alemães, italianos e portugueses). Assim, temos a amostragem de três pescadores de descendência portuguesa/açoriana; dois pescadores de descendência italiana e quatro pescadores descendentes de alemães. Sobre a religião dos pescadores, tivemos a informação de apenas quatro pescadores. Um pescador de Encantado foi batizado na Igreja católica, mas hoje frequenta uma igreja evangélica. Dois pescadores de Taquari, também são evangélicos. O pescador de Estrela é evangélico protestante Luterano. Dos outros pescadores não obtivemos respostas.

Além disso, estes interlocutores são todos do sexo masculino. Com suas esposas ou

filhas não tivemos contato, pois as interlocuções aconteciam na maioria das vezes somente entre a pesquisadora e o pescador. O pescador de Estrela, por exemplo, em uma de nossas conversas, a esposa ficou sentada conosco, perto do fogão à lenha. Fez um chimarrão e ficou lá nos escutando. Poucas vezes se manifestava. Um pescador de Encantado, a primeira vez que fomos em sua residência, a esposa nos recebeu. Nos ofereceu alguns alimentos e ficou sentada conosco embaixo da árvore. Quando fomos pela primeira vez andar de caíco, a filha do pescador de 16 anos, nos acompanhou.

É importante salientar que no decorrer da pesquisa nos aproximamos das questões religiosas, em especial com Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes com o intuito de entender a cosmologia de pescadores artesanais do rio Taquari e o envolvimento (ou não) que estes tem em relação as festividades religiosas das Santas. Para que este entendimento fosse possível, o diálogo foi estreitado para interlocuções com uma Mãe de Santo e dois líderes de bairro, os três da cidade de Encantado. A Mãe de Santo é uma Senhora de aproximadamente 60 anos que reside no bairro Navegantes na cidade de Encantado. Tem uma fala doce e um conhecimento admirável. Ela nos convidou para entrar em sua sala de atendimento. Conversamos sobre a religião afro e em especial a Umbanda. Com um dos líderes do bairro Navegantes de Encantado, conversamos em sua residência e, após levou a pesquisadora para conhecer o bairro e a apresentou para alguns dos moradores. O outro líder do bairro, também morador de Encantado, o diálogo iniciou na biblioteca municipal de Encantado, mas após nos dirigimos à sua residência localizada no Bairro Navegantes.

Durante a realização da tese, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que fazem parte do acervo dos Projetos de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS”, “Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil” e Projeto de Extensão “História e Cultura Kaingang”, algumas das quais também já haviam sido utilizadas para o trabalho monográfico do curso de Licenciatura em História (2012) e na dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (2015) com interlocutores Kaingang de comunidades indígenas localizadas em território da Bacia do Taquari-Antas e da Bacia do Rio dos Sinos. Essas entrevistas, seguindo blocos de questões sobre ambiente, território, cultura e educação eram realizadas normalmente em trios ou duplas, todas realizadas por integrantes dos projetos ressaltados acima. As entrevistas eram combinadas previamente com a liderança da Terra Indígena. Quando chegávamos a TI sentávamos no lugar escolhido pelo interlocutor. Normalmente embaixo de uma árvore ou na escola da comunidade. Essas entrevistas, após o

consentimento do interlocutor, eram registradas com o auxílio de um gravador, onde realizávamos o diálogo de forma simples e objetiva. Vale salientar que no projeto de extensão atuamos como bolsista durante o ano de 2010 a 2012 e posteriormente atuamos como voluntária, tanto neste projeto de extensão como nos projetos de pesquisa mencionados, desde o ano 2017.

Para aprofundar os estudos da tese e corroborar com os teóricos utilizados no decorrer da investigação, estreitamos as análises para outras ramificações da Sociedade Nacional, como geógrafos, biólogos, estudante de engenharia ambiental e iniciante do Candonblé, Mãe de Santo e líder de bairro. Assim, utilizamos entrevistas semi-estruturadas com três integrantes do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, um representante do CODEVAT, quatro conversas com geógrafos e dois biólogos para compreendermos alguns conceitos e significados para qualificar a escrita da tese. Para aprofundar a pesquisa e entender os conceitos vinculados a religiosidade dos pescadores entrevistamos uma Mãe de Santo da cidade de Encantado e dois líderes de bairro – moradores do bairro Navegantes da cidade de Encantado e um estudante de engenharia ambiental. Além disso, para compreender alguns conceitos sobre Constituição e territórios indígenas dialogamos com um indígena Kaingang estudante de direito da UFRGS.

2.2.1 Tipo de pesquisa

Para esta pesquisa foi utilizado o método qualitativo, visto que, o intuito da tese é entender as percepções das Sociedades Tradicionais (pescadores e indígenas) e Sociedade Nacional (integrantes de Agências Oficiais, tais como conselhos e comitê), atuantes em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. De acordo com Chiapetti (2010), a pesquisa qualitativa, ao valorizar os aspectos descritivos e as percepções pessoais, objetiva compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, avaliar o contexto em que vivem. Na pesquisa qualitativa, temos como objetivo compreender como os diferentes interlocutores percebem o território em que vivem, qual a relação que eles estabelecem com a Bacia Hidrográfica onde estão inseridos, qual o significado do território e do espaço e qual os saberes que compartilham e vivenciam.

Nesse sentido, Minayo (2004), disserta que este método de pesquisa privilegia o contato direto com os sujeitos a serem pesquisados e possibilita o conhecimento através de histórias, de narrativas, bem como suas experiências no cotidiano do entrevistado.

Corroborando, Dalfovo, Lana e Silveira (2008), salientam que a pesquisa qualitativa possibilita o conhecimento através de histórias, falas dos sujeitos entrevistados, bem como de suas experiências no cotidiano.

O trabalho qualitativo parte do exame rigoroso da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o fenômeno estudado e (re) interpretado de acordo com as hipóteses estabelecidas pelo pesquisador. Nesse sentido, a compreensão dos fatos e informações relaciona-se a diversos fatores, podendo também utilizar-se de conteúdos descritivos e dados quantitativos para completar a análise de informações coletadas (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2009). Assim, esta pesquisa de doutorado, visa explicar as percepções de sujeitos sobre a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas a fim de compreender os diferentes conhecimentos e sabedoria sobre este espaço, focando-se na compreensão das diferentes particularidades socioculturais.

2.2.2 Método

Para o método de pesquisa, utilizamos o caráter exploratório, a fim de contribuir para resolver algumas dificuldades da investigação e nos fornecer uma maior compreensão do problema de pesquisa. Assim, Chiapetti (2010) ressalta que, uma das características da pesquisa qualitativa é que são exploratórias, pois incentivam os sujeitos a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. As pesquisas exploratórias devem ser utilizadas quando os pesquisadores buscam percepção e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para interpretação.

A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2007), tem como objetivo proporcionar a familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito para construir hipóteses. Nesse sentido, a tese analisou as percepções das Sociedades Tradicionais e Sociedade Nacional da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e as articulações entre os diferentes saberes de sociedades tradicionais e sociedade nacional. Para que isto acontecesse, foi necessário uma minuciosa coleta de dados com os interlocutores Kaingang e pescadores para que assim pudessemos entender suas concepções relacionadas aos espaços da Bacia Taquari-Antas, e dessa forma pudessem ser analisados e comparados aos saberes dos interlocutores pesquisados.

A intensão de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto pouco

explorado. Para esta pesquisa, precisamos nos debruçar em pesquisa bibliográfica e documental acerca dos conhecimentos tradicionais. A pesquisa documental partiu de uma análise de documentos cedidos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas através da plataforma do Google Drive, do qual disponibilizaram o acesso a atas, planejamentos, leis, etc. Os documentos do CODEVAT, foram enviados por e-mail pela secretária do Conselho. Após o envio destes materiais, foi feita a análise e a tabulação dos dados. Assim, de acordo com Gil (2007), de todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso.

Para a obtenção dos dados históricos utilizamos a metodologia da História Oral, pois esta se caracteriza como uma estratégia metodológica para alcançarmos os objetivos propostos na pesquisa. Em decorrência disto, a oralidade foi aplicada para o registro de conversas com interlocutores Kaingang, pescadores do Vale do Taquari, e integrantes de Agências Oficiais como do COREDE e do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

Segundo Matos e Senna (2011), a história oral utilizada como procedimento metodológico, busca registrar e, perpetuar as impressões, vivências e lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. De acordo com Alessandro Portelli (1997):

Na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher [...] Dessa forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos. Mas a depreciação e a supervalorização das fontes orais terminam por cancelar as qualidades específicas, tornando as fontes ou meros suportes para fontes tradicionais escritas, ou cura ilusória para todas as doenças [...]. A história oral é diferente, intrinsecamente e, portanto, útil, especificamente (PORTELLI, 1997, p. 26).

Em vista disto a história oral tem o intuito de registrar vivências de pessoas que tenham interesse de compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido.

Conforme Meihy (1994), a história oral é muito mais do que uma conversa mediada pelo gravador, a história oral deriva de um método complexo e arrola particularidades. Para Matos; Senna (2011), a história oral pode ser entendida como um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam

acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.

De acordo com Portelli (1997), a transcrição das entrevistas durante a História Oral transforma objetos auditivos em visuais, o que implica mudanças e interpretações. Além disso, a História Oral possibilita a produção de uma história do tempo presente (POLLAK, 1992), fugindo deste modo, do tradicional estudo do passado através de documentação, tão enraizado no historiador.

Outro aspecto a salientar sobre a afloração de memória para uma pesquisa é a conceituação de Pierre Nora, o qual disserta que, sendo a história a reconstrução problemática que não existe mais, a memória apresenta-se como um fenômeno sempre atual, um elo ligado ao presente. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido em constante mudança aberta a dialética entre lembrança e esquecimento (NORA, 1993, p. 17).

Além da história oral, o método da etno-história será utilizado para que possamos evidenciar a interdisciplinariedade de pesquisa, pois é o melhor caminho para compreendermos os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica. A etnohistória é usada em termos como etno-botânica, etno-medicina, etc. Seu desenvolvimento está relacionado com o surgimento de uma nova perspectiva para as pesquisas históricas, arqueológicas e etnológicas (LAROQUE, *et al.*, 2015).

Além disso, a etno-história representa uma porção de liberdade metodológica que propicia ao pesquisador partir de um problema que se quer analisar e é o problema que determina as fontes e o método que se quer utilizar. De acordo com os estudos de Cavalcante (2011), a utilização da etnohistória é oportuna para apresentar uma abordagem de análise onde os pesquisadores podem utilizar a interdisciplinaridade a fim de compreender a história indígena a partir do ponto de vista dos interlocutores pesquisados.

2.2.3 Coleta dos dados e critérios éticos

Pesquisar é buscar os “*garimpos de campo*”, sejam eles por meio de pesquisa documental, bibliográfica e oralidade, procura respostas em algum lugar para responder às questões sugeridas no desenrolar das pesquisas (CHIAPETTI, 2010). Ao nível da pesquisa

qualitativa os instrumentos de trabalho de campo são: o roteiro de entrevista e os critérios para observação participante.

A coleta de dados realizou-se em três etapas de estudo: a) Estudos prévios de referencial bibliográfico e teórico sobre a temática proposta; b) Pesquisa de documentação cedida pelas agências oficiais e o comitê de bacia mediante contato por e-mail; c) Contatos iniciais com os interlocutores, principalmente pescadores e integrantes agências oficiais e do comitê de bacia, visto que, quando se iniciou a pesquisa de doutorado, não conhecíamos nenhum pescador e também não tínhamos contato com as agências oficiais – CODEVAT e o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Com os Kaingang, a aproximação aconteceu desde 2010, momento que atuamos como bolsista do projeto de Pesquisa “História e Cultura Kaingang” e posteriormente como voluntária, assim como pesquisadora voluntária no Projeto de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas” e “Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil”. Concomitantemente a estas duas primeiras etapas, continuou-se no processo de busca para coletar informações relativas os pescadores do Vale do Taquari e mantendo contato com as agências oficiais.

Dessa forma, os dados obtidos nas pesquisas documentais, bibliográficas e fontes orais foram analisados com base nos aportes teóricos apresentado anteriormente. Segundo Pimentel (2001), o início dos trabalhos com a documentação inicia-se com o “garimpo” onde toda documentação relevante para a pesquisa deve ser buscada junto a arquivos e órgãos públicos, algo já iniciado na presente pesquisa. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental é fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não.

As fontes documentais podem ser materiais de arquivos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas como, por exemplo, o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE). Os documentos podem ser classificados em: a) escritos; b) iconografias; c) fotografias; d) objetos. Já a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, etc. sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito, filmado sobre determinado assunto (LAKATOS; MARCONI, 2003). Neste sentido informamos que foram consultados arquivos do CODEVAT E Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

Pesquisas e entrevistas que ocorreram nas Terras Indígenas Kaingang e nas residências de pescadores e colônias de pescadores foram imprescindíveis para a realização desta investigação, pois é necessário que ocorra a aproximação entre o pesquisador e seus interlocutores afim de que a pesquisa possa acontecer. O interesse da pesquisa de campo volta-se para o estudo de indivíduos, coletividades, instituições, visando compreender alguns aspectos da sociedade. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorreram espontaneamente na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes para analisar.

Para as entrevistas, os interlocutores pescadores foram selecionados de acordo com a disponibilidade em contribuir para a pesquisa e também o fato dos mesmos possuírem amplos conhecimentos sobre pesca e as dinâmicas do Rio Taquari. Desse modo, foram entrevistados nove pescadores residentes no Vale do Taquari, nas cidades de Encantado (2), Lajeado (2), Taquari (2) e Estrela (1), Bom Retiro do Sul (1) e Mariante (1). É importante ressaltar que antes de realizarmos as entrevistas, fizemos uma “sondagem” com os pescadores.

Previamente agendávamos uma visita as suas residências e conversávamos sobre assuntos aleatórios e sobre a pesca. Esses registros foram feitos em diário de campo. Após a conversa, em outra data agendada, realizávamos a entrevista semiestruturada. Também, participamos de uma reunião da colônia de pescadores Z20 da cidade de Estrela a convite do presidente da colônia. Nesta reunião dialogamos com alguns pescadores e fizemos registros em diário de campo.

Tabela 1 - Incursões à campo com pescadores do Rio Taquari

Pescadores	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Colônia Z32 (diálogo com dois pescadores)	23/02/2018 09/03/2018 11/05/2018 31/08/2018		
Residência pescador 1 de Encantado	30/03/2018 05/05/2018	08/02/2019	
Colônia Z20	15/12/2018		
Residência pescador de Estrela	31/08/2018 22/11/2018		
Residência Pescador 1 de Lajeado		07/02/2019	
Residência Pescador 2 de Lajeado		07/02/2019	
Residência do pescador de Bom Retiro do Sul		12/04/2019	
Residência do Pescador de Mariante		05/07/2019	
Residência Pescador 2 de Encantado			31/01/2020
Total de saídas de campo: 15 saídas a campo			

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

No que se refere aos Kaingang, estes foram nomeados por representatividade dentro das Terras Indígenas em estudo em relação à temática de pesquisa. Os escolhidos para as entrevistas seguiram o critério de disponibilidade em contribuir para a pesquisa. Durante a tese (2017-2020) entrevistamos três indígenas da Terra Indígena *Pó Nãnh Mág* e *Ká Mág*. Foram eles: A professora, uma ex-liderança da comunidade e o cacique atual.

Tabela 2 - Incursões à campo nas Terras Indígenas

Terra Indígena	Cidade	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Total de saídas
Terra Indígena Estrela		04/08/2017	22/02/2018	Nenhuma	27/02/2020	6 incursões
<i>Jamã Ty Tãnh</i>		06/10/2017	18/05/2018	saída realizada	13/03/2020	
Terra Indígena Fozá Lajeado		08/02/2017	19/01/2018	29/03/2019	17/01/2020	18 incursões
		30/08/2017	29/03/2018	04/10/2019	29/02/2020	
		30/09/2017	05/04/2018	05/10/2019		
		15/12/2017	07/04/2018	11/10/2019		
			28/06/2018	25/10/2019		
				08/11/2019		
				20/12/2019		
Terra Indígena <i>Pó Mág</i> Tabai		27/10/2017	25/08/2018	17/05/2019		8 incursões
		14/12/2017	27/10/2018	08/11/2019		
			14/12/2018	20/12/2019		
Terra Indígena <i>Pã Nanh Mág</i> Farroupilha			19/01/2018	30/01/2019	26/01/2020	15 incursões
			31/01/2018	01/03/2019	29/02/2020	
			15/03/2018	24/05/2019		
			25/05/2018	27/09/2019		
			28/06/2018	22/11/2019		
			24/08/2018	12/12/2019		
			21/12/2018			
Terra Indígena <i>Ká Mág</i> Farroupilha			19/01/2018	30/01/2019	26/01/2020	6 incursões
			15/03/2018	01/03/2019		
				27/09/2019		
Indígena morador da Terra Indígena <i>Fozá</i> Lajeado					30/09/2020	
Diálogo com Kaingang estudante da UFRGS Porto Alegre/Nonoai					01/10/2020	
Total de incursões presenciais: 53						

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

*Entrevista realizada através do aplicativo *Whatsapp* por meio de áudios.

**Entrevista realizada através da plataforma do *Google Meet*.

Ademais, nossa presença na residência dos pescadores e nas Terras Indígenas tornou-se importante para o desfecho da pesquisa, pois assim tivemos a possibilidade de conhecer os interlocutores, entender seu cotidiano, seus saberes e suas vivências. Além disso, fez com que nós pudéssemos adquirir experiências de vida e novos aprendizados como pesquisadores.

Torna-se relevante informar que durante o andamento da tese, fomos abalados pela pandemia do *Corona Vírus – COVID-2019* e isto nos impossibilitou de fazermos as saídas de campo às Terras Indígenas e às Comunidades de Pescadores, bem como as agências oficiais e diálogos com geógrafos e biólogos. Ressaltamos que no ano de 2020 tinha-se ainda previsto a continuidade da pesquisa de campo com os indígenas Kaingang, mas a pandemia afetou o contato, e dessa forma, outras metodologias foram pensadas para as interlocuções com os

Kaingang. Desse modo, como o intuito era realizarmos as entrevistas no primeiro semestre de 2020, às incursões as Terras Indígenas não foram realizadas, mas as aproximações por meio do aplicativo *whastapp* foram mantidas com as lideranças das comunidades. Assim, para que a pesquisa continuasse, uma alternativa pensada pela pesquisadora e proposta aos indígenas foi mandar as perguntas pelo aplicativo do *Whatsapp* e a resposta enviada por meio de áudio. A proposição foi aceita, e assim, foi possível realizar uma “entrevista” com um Kaingang da Terra Indígena *Foxá*. As “entrevistas” enviadas por e-mail ou feitas pelo *Google Meet*, seguiram os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Os interlocutores assinaram, scanaram ou tiraram fotos e enviaram à pesquisadora.

Também, no que se refere aos interlocutores Kaingang, no decorrer do ano de 2020 com vista a aprofundar algumas questões foi necessário recorrer a outras alternativas para a investigação. Para isto, a pesquisadora entrou em contato com um Kaingang, o qual não reside nas Terras Indígenas pesquisadas, mas possui uma rede de relações para com elas e faz parte da juventude Kaingang atuante em Curso de Graduação e Movimento Indígena. Com este Kaingang o contato ocorreu por meio da plataforma do *Google Meet*. As entrevistas foram previamente agendadas e, posteriormente gravadas e salvas no *Google Drive* em forma de *link*. Após, a entrevista, foi transcrita em documento de *Word*.

No decorrer da tese, a pretensão era entrevistar doze pescadores residentes no Vale do Taquari, nas cidades de Encantado, Roca Sales, Lajeado, Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Estrela e Mariante. Como arrolado, em razão da pandemia, entrevistamos apenas 9 pescadores das cidades de Encantado (2), Lajeado (2), Estrela (1), Bom Retiro (1), Taquari (2) e Mariante (1). No que se refere aos Kaingang, a intenção era entrevistar cinco lideranças indígenas e quatro professores Kaingang, mas entrevistamos 1 professora indígena, 1 cacique e uma ex-liderança, os três da Terra Indígena *Pã Nanh Mág* de Farroupilha. Por meio “virtual” entrevistamos dois Kaingang, como mencionado anteriormente, um indígena da Terra Indígena *Foxá* e um Kaingang estudante da UFRGS.

Em relação ao CODEVAT e o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, viabilizava-se entrevistar dois representantes de cada entidade. Em relação do comitê, tivemos o contato e realizamos entrevista com três representantes, um representante de forma presencial e os outros dois de forma online; e do CODEVAT apenas um contato e entrevista foi realizada de forma presencial. No que se refere aos biólogos e geógrafos, conseguimos contato e entrevista com quatro geógrafos e dois biólogos. De forma presencial entrevistamos

um biólogo e um geógrafo. O restante dos interlocutores foi de forma online. Além disso, tivemos contato e uma conversa com um graduando de engenharia ambiental que é iniciado no candomblé há seis anos para o *Orixá Ògún* e faz parte do candomblé a aproximadamente 9 anos.

Frente ao exposto, e com vista a complementar as informações, recorremos as entrevistas realizadas para o trabalho monográfico do Curso de História e Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento na Univates, já realizadas com comunidades Kaingang, as quais fazem parte do acervos dos Projetos de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS”, “Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil” e Projeto de Extensão “História e Cultura Kaingang” da Univates.

No que se refere às Agências Oficiais, inicialmente, no decorrer da pesquisa, realizamos contato com o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, com sede na Universidade de Caxias do Sul (UCS) por trocas de e-mails e uma visita a sede do Comitê. Em saída de campo junto ao comitê, estes nos disponibilizaram materiais para a pesquisa. Posteriormente, conversamos por telefone e via e-mail com o presidente do Comitê. Em relação ao CODEVAT, foram apenas trocados e-mail com informações e a disposição de alguns materiais para a pesquisa. Assim, realizamos entrevistas com dois representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (um ex-presidente e um vice-presidente), uma representante do CODEVAT, um biólogo e integrantes do Comitê e uma geógrafa. Ressaltamos que as entrevistas realizadas com o vice-presidente e um membro do Comitê da BHTA foram feitas através de e-mail em razão da pandemia. Inicialmente, conversamos por *Whatsapp* com os integrantes do Comitê e posteriormente o aceite dos interlocutores, foi enviado em *DOC de Word* as perguntas para que fossem respondidas. O termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) foi enviado por e-mail, onde cada interlocutor assinou, scanou e enviou por e-mail para a pesquisadora.

No decorrer da tese, foi entrevistado presencialmente um biólogo e uma geógrafa para dar mais ênfase e relevância para a pesquisa. Em razão do COVID-19, e pelo fato de entrevistas com biólogos e geógrafos ainda não estarem concluídas, semelhante ao que fizemos com integrantes de Sociedade Tradicional, recorremos a uma metodologia alternativa. A pesquisadora entrou em contato por e-mail com alguns biólogos que se prontificaram em participar como interlocutor. As perguntas foram enviadas por e-mail e três

dos interlocutores biólogos responderam em forma de texto no arquivo de *Word*. Além desta metodologia, agendamos previamente uma reunião pela plataforma do *Google Meet* e entrevistamos um geógrafo que estuda a territorialidade da pesca. A entrevista foi gravada pelo próprio *Google Meet* que gera um link do *Google drive*. A partir dessa gravação, a interlocutora, visualizou e escutou a conversa e transcreveu a entrevista. O diálogo com o graduando de engenharia ambiental foi realizada pelo aplicativo do *whatsapp*, onde as perguntas eram feitas por áudio e as mesmas também eram respondidas em forma de áudio. Após as trocas de áudios, foi feita a transcrição das informações coletadas.

Tabela 3 - Interlocutores da Sociedade Nacional

Interlocutor Sociedade Nacional	Ano 2019	Ano 2020
CODEVAT	30/08/2019	
Ex-presidente do Comitê Bacia Taquari-Antas		19/01/2020
Vice-presidente do Comitê Bacia Taquari-Antas¹²		21/09/2020
Membro do Comitê Bacia Taquari-Antas¹³		07/04/2020
Geógrafa 1		10/01/2020
Biólogo 1		08/01/2020
Líder de bairro – Encantado	26/08/2019	
Líder de bairro – Encantado	23/08/2019	
Mãe de Santo – Encantado	02/09/2019	
Estudante de engenharia ambiental¹⁴		21/09/2020
Geógrafo 1		24/09/2020
Biólogo 2		25/09/2020
Geógrafo 2		26/09/2020
Geógrafa 2		30/09/2020

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Para que pudéssemos compreender as celebrações a Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá e a relação dos pescadores nestas festividades, participamos da procissão fluvial realizada na cidade de Encantado. Dessa forma, no domingo, dois de fevereiro de 2020, na parte da manhã, dirigimo-nos até o bairro Porto XV na cidade de Encantado. Fomos acompanhando a imprensa local. Acompanhamos os fiéis arrumando suas embarcações com bandeiras brancas e azuis, flores e demais adereços. A imagem de Nossa Senhora dos Navegantes no momento que chega ao rio, é colocada sobre um barco todo enfeitado. Uma banda acompanha a procissão. Pescadores, religiosos e demais moradores da comunidade participam da celebração. Todos acompanham a procissão. Cantorias são realizadas. Quando a procissão chega ao ponto de desembarque no Bairro Navegantes na cidade de Encantado, o grupo de Umbanda, liderados pela Mãe de Santo, participe desta pesquisa, espera a imagem

¹² Entrevista realizada por e-mail através de questões elaboradas e enviadas em documento de *Word*.

¹³ Entrevista realizada por e-mail através de questões elaboradas e enviadas em documento de *Word*.

¹⁴ Entrevista realizada através de áudio pelo aplicativo de *Whatsapp*.

da Santa. Estes jogam flores e se ajoelham perante a imagem. Todos que acompanham a procissão caminham até a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. O grupo de Umbanda não entra na Igreja, ficam apenas do lado de fora. Então, para que pudéssemos entender a organização da festividade e a relação entre católicos e umbandistas, entrevistamos um líder do Bairro Navegantes e o presidente da comunidade.

Dessa forma, para que sejam preservadas as identidades dos interlocutores Kaingang, pescadores e Sociedade Nacional os entrevistados serão identificados com siglas. O total de indígenas Kaingang que atuaram como interlocutores foram 7 sendo que 2 foram entrevistados durante a elaboração da monografia e dissertação, os quais nomeamos de EA e EC e os Kaingang entrevistados durante a tese foram identificados como EK1, EK2, EK3, EK4 e EK5. Como a pesquisa é coletiva, utilizamos para a elaboração da tese, duas entrevistas realizadas pelos bolsistas e voluntários do projeto de extensão história e cultura Kaingang. Estas entrevistas são nomeadas como ED e EE. O total de pescadores entrevistados foram oito pescadores artesanais do Rio Taquari, mas utilizamos apenas quatro das entrevistas, nas quais foram nomeados como EP1, EP2, EP4, EP5 e EP6. Selecionou-se três integrantes do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e foram identificados pelas siglas ECB1, ECB2, ECB3 e mais um representante do CODEVAT foi identificado pela sigla ECO1. Dois biólogos entrevistados foram nomeados como EBI1, EBI2 e quatro geógrafos pela representação EG1, EG2, EG3, EG4. Uma mãe de Santo entrevistada, cuja identificação foi EMS e um representante de bairro com a nomenclatura ERB. O graduando de engenharia ambiental foi nomeado por EEA. Portanto a amostragem total dos entrevistados foi de trinta e um interlocutores, 18 representando as pessoas da Sociedade Tradicional e 13 representado integrantes da Sociedade Nacional.

Todas as entrevistas presenciais realizadas com os Kaingang, pescadores, integrantes de agências oficiais, biólogo, geógrafo, mãe de santo e líder de bairro foram registradas em áudio com o auxílio de um celular e aplicativo de gravação e posteriormente transcritas em documento de *Word* respeitando a expressão original das falas dos interlocutores. Além disso, é importante mencionar que as questões foram baseadas em um roteiro aberto e semiestruturado. Corroborando com o roteiro semiestruturado, Minayo (2004, p.108) ressalta que este método “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer do tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”. Dessa forma, tem-se a possibilidade de incluir novas perguntas durante a coleta de dados para o aprofundamento dos temas a serem pesquisados.

Para Marconi e Lakatos (2003), a entrevista consiste em um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, pois é entendida como um instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais. Tendo em vista que a pesquisa transcorresse de forma tranquila e agradável e para que o interlocutor ficasse à vontade, evidenciamos que as todas as entrevistas foram realizadas com prévio consentimento dos interlocutores (pescadores, Kaingang, integrantes das agências oficiais e do comitê de bacia), acompanhadas das devidas orientações estabelecidas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). No que se refere as Terras Indígenas, realizamos as entrevistas mediante conversa com a liderança local, subsidiado pelo Termo de Anuência Prévia (TAP) (APÊNDICE A), para que posteriormente as entrevistas pudessem ser realizadas com prévio consentimento dos entrevistados.

Além disso, para que os interlocutores pescadores e agências oficiais nos conhecessem, foi entregue uma carta de recomendação explicando o objetivo da pesquisa. A interlocução com os Kaingang que aconteceram na Terra *Pó Nãnh Mág* e na residência de pescadores e/ou em colônias de pescadores do Vale do Taquari foram baseadas em um roteiro aberto e semiestruturado, respeitando a rotina dos interlocutores desta pesquisa (APÊNDICE C; APÊNDICE D). Para a realização da entrevista com as agências oficiais – CODEVAT (APÊNDICE E) e Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (APÊNDICE F), foi feito contato prévio via e-mail e/ou telefone, para que posteriormente pudéssemos agendar a entrevista. Esta conversação foi mandada previamente por e-mail para que o entrevistado ficasse à vontade para responder as questões propostas. Para a efetivação das entrevistas com os geógrafos (APÊNDICE G) e biólogos (APÊNDICE H) realizamos contato por e-mail e *whatsapp*. Para a conversa com a mãe de Santo (APÊNDICE I) foi feito contato telefônico, agendando a visita mediada por meio das filhas. Na conversa com o iniciante em Candomblé (APÊNDICE I) realizamos contato por *whatsapp*.

Ressalta-se que durante a execução do trabalho, principalmente durante a pesquisa de campo com os pescadores e as Terras Indígenas, foram efetuados registros em diário de campo, que de acordo com Uriate (2012) os registros de campo referem-se a um método etnográfico que consiste num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses “outros” que queremos apreender e compreender. Também foram utilizados diários de campos que fazem parte do acervo documental dos Projetos de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS”, “Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil” e Projeto de

Extensão “História e Cultura Kaingang” da Univates para o aprofundamento de questões relacionadas aos Kaingang e pescadores.

No decorrer da pesquisa de campo e incursões às Terras Indígenas em estudo, bem como as residências dos pescadores e colônias de pescadores elaboramos cinquenta e cinco (55) diários de campos, vários dos quais em conjunto com demais integrantes do grupo de pesquisa, e no decorrer do texto deste trabalho serão apresentados pela denominação “*Diário de Campo*” e a data que foi realizado. Para a produção da tese, nem todos os diários de campo foram utilizados, pois não continham as informações que desejávamos, mas outros integrantes do grupo de pesquisa poderão utilizá-los. Além disso, esta numeração de diários de campo não corresponde ao número de saídas à campo, pois em um mesmo dia, incursionou-se até duas ou três Terras Indígenas e/ou pescadores.

Durante a escrita da tese, para corroborar com algumas informações apresentadas utilizamos fotografias para evidenciar aspectos apresentados e, de acordo com Boris Kossoy (1941) a iconografia fotográfica, organizada por uma gama de temas, como por exemplo, em nossa tese, aspectos culturais, sociais e o envolvimento com o meio ambiente, fornece informações pertinentes para uma maior compreensão de múltiplos aspectos. Ainda de acordo com Kossoy, as fotografias são fontes de pesquisa e podem ser entendidas como uma possibilidade de investigação e descobertas. Assim, é através da fotografia que construímos trajetórias e histórias de vida.

Além da oralidade por intermédio de conversas informais e das entrevistas, utilizamos as técnicas de observação e registro de fotografias do cotidiano e paisagens naturais e culturais, bem como materiais fílmicos. Esses registros são respaldados em consentimentos prévios por parte dos interlocutores.

2.2.4 Análise dos dados

Os dados coletados, iniciados no primeiro semestre de 2017 e que se estendeu até o segundo semestre de 2020, objetivaram contribuir para a ampliação de conhecimentos sobre a relação de distintos grupos sociais sobre um mesmo território, bem como colaborar para as relações estabelecidas entre as sociedades humanas e o ambiente. Para que isso acontecesse, a análise documental e bibliográfica aconteceu de forma seleta e organizada, para que pudesse haver uma observação criteriosa em relação as fontes de pesquisa. No decorrer da

investigação e a apreciação dos documentos oficiais, foi realizada uma leitura minuciosa e aprofundada dos mesmos, onde fizemos a separação das unidades de análise, categorização, organização dos dados e, por conseguinte, sua interpretação e tabulação dos dados levantados.

Os dados coletados durante as entrevistas foram transcritos de forma minuciosa e cuidadosa, para não deixar nenhum detalhe fora de contexto. Inicialmente, as entrevistas gravadas foram salvas em um arquivo de computador e, depois, foram transcritas de maneira como os interlocutores falaram, com o cuidado de não alterar as falas dos entrevistados, sendo realizada posteriormente, a tabulação de dados e a análise das informações coletadas.

Nos registros em diário de campo, observações sobre as diversas situações vividas, fatos, pessoas, tempo, foram realizadas, para em seguida serem transcritas em forma de diário de campo para que fossem utilizadas como registro histórico da pesquisa realizada. As fotografias registradas foram salvas em um arquivo de computador.

A partir dos aportes teóricos arrolados e os procedimentos metodológicos da pesquisa, a interpretação dos dados e as vivências da pesquisadora nas Terras Indígenas e na residência dos pescadores foram primordiais para superar inquietações surgiram durante o processo da pesquisa. Nos caminhos da pesquisa foi necessário a dinamicidade, resistência e alento para percorrer cinco Terras Indígenas e as especificidades de cada uma delas e as redes de interlocuções, entrar em contato com os pescadores e agências oficiais também exigiu do pesquisador persistência e capacidade de diálogo.

A partir desta metodologia, produziu-se uma investigação sobre o espaço territorial da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas envolvendo atores das sociedades tradicionais, integrantes das agências oficiais e comitê de bacia. Dessa forma, foi possível perceber que a riqueza de uma pesquisa está interligada a metodologia elencada, com vista a atingir os objetivos propostos, bem responder a tese levantada.

2.2.5 A Trajetória na pesquisa: As vivências na pesquisa de campo

A relação da pesquisadora com os Kaingang das Terras Indígenas *Jamã Ty Tãnh*, *Foxá*, *Pó Mág*, *Pó Nãnh Mág* e *Ka Mág* é resultado de dez anos de contato com os interlocutores indígenas e sujeitos da sua história. Assim, todas as etapas da pesquisa abordaram a interação da pesquisadora com os Kaingang. Além das cinco Terras Indígenas,

tivemos contato próximo com a Terra Indígena *Por Fi Gâ* em São Leopoldo, na qual estudamos durante a monografia e dissertação do mestrado.

Os estudos com as coletividades Kaingang iniciaram no ano de 2010, quando atuamos como bolsista no Projeto de Extensão história e cultura Kaingang. A primeira Terra Indígena que se conheceu foi a TI *Jamã Tÿ Tãnh*, localizada na cidade de Estrela. Naquele momento, a TI chamava-se Aldeia Linha Glória. Posteriormente, conhecemos a Terra Indígena *Foxá*, em Lajeado. A partir dos contatos iniciais, a relação da pesquisadora com os Kaingang foi sendo construído a partir de relações de reciprocidade. Gradativamente, nossas pesquisas e relações se estenderam para as demais aldeias, como a Terra Indígena *Por Fi Gâ* em São Leopoldo e *Pã Nanh Mág e Ká Mág* em Farroupilha.

Nas Terras Indígenas, as incursões a campo eram breves, em torno de 2 a 3 horas ou todo o dia quando se tratava de algum cerimonial ou festividade. Na Terra Indígena *Foxá*, pelo fato de localizar-se em Lajeado o contato e convivência foi facilitado e também tivemos uma maior aproximação, tendo em vista que desde 2010 passamos a trabalhar com essa comunidade. Com as Terras Indígenas *Jamã Tÿ Tãnh*/Estrela, *Pó Mág*/Tabaí, *Pã Nanh Mág e Ká Mág*/Farroupilha tivemos que nos reaproximar das comunidades, visto que, durante nossa caminhada acadêmica como bolsista de extensão, durante o Trabalho de Conclusão e Mestrado, tivemos uma menor aproximação para com estas.

Além da atuação como bolsista do projeto de extensão, destaca-se a participação como voluntária extensionista e pesquisadora, respectivamente no Projeto de Extensão “História e Cultura Kaingang” e nos Projeto de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da bacia hidrográfica do Taquari-Antas/RS” e “Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates.

Durante este período de pesquisa, várias experiências foram vivenciadas. Participamos da festividade do *Kikikói*, de matrimônio Kaingang, festividade do Dia dos Povos Indígenas, Festividade da Mais Bela Índia, caminhos percorridos nas matas, atividades com as crianças das Terras Indígenas, conversas com anciãos, caciques, kujás e parteiras, benzimento Kaingang, compartilhamento da bebida do *Kiki*.

No ano de 2017, quando ingressamos no doutorado em Ambiente e Desenvolvimento o desafio lançado foi pesquisar além do indígena, os pescadores artesanais do Rio Taquari. O

começo foi desafiador, pois não conhecíamos nenhum pescador e nem tínhamos conhecimento sobre as colônias de pescadores. Quando iniciamos de fato a interlocução com os pescadores, as incursões a campo nas residências de pescadores eram breves. Ficávamos no máximo duas horas. Fazíamos entrevistas semiestruturadas ou apenas relatos em diários de campo. Os pescadores eram “acanhados”. Muitas vezes falavam pouco. O contato mais próximo que tivemos, foi com um pescador da cidade de Encantado. Este levou-nos ao rio por duas vezes em seu caíco. Explicou sobre a relação com a natureza, falou dos simbolismos e cosmologias da água/rio. Com este pescador, as informações para as questões propostas começaram a fazer sentido. Considero oportuno relatar que, nos diálogos com pescadores, não tivemos contato direto com suas famílias. Talvez um “oi” rápido, mas normalmente as conversas ocorriam entre o pescador e os integrantes do projeto de pesquisa.

Enfim, cada entrevista, cada diálogo foi um momento de aprendizado, de trocas de conhecimentos, de saberes e de motivações para fazer a pesquisa acontecer. Assim, a partir dos procedimentos metodológicos, e teóricos utilizados nesta tese foi possível elaborar um estudo sobre as percepções da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas para os diferentes atores sociais (Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional). Dessa forma, considera-se que o esclarecimento da metodologia utilizada e a gama variada de aportes teóricos contribui significativamente para a análise e compreensão dos dados.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE SOCIEDADE TRADICIONAL EM ESPAÇOS DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS

Este capítulo consiste em contextualizar a historicidade Kaingang nos territórios que abrange a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, retrocedendo de forma breve ao período pré-colonial e colonial. Apresentamos questões relacionadas às movimentações Kaingang e à inserção destes indígenas em contextos urbanos – mais especificamente nas cidades de Estrela, Lajeado, Tabai e Farroupilha, levando-nos a uma reflexão em relação as dinâmicas territoriais destes sujeitos no processo históricos. Para além dos Kaingang, caracterizamos o protagonismo de pescadores artesanais do rio Taquari em seus espaços físicos e sociais, bem como evidenciamos seus saberes tradicionais em relação ao ambiente natural.

3.1 O tempo, espaço e memória Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas

Entre as ocupações humanas mais antigas no Sul do Brasil está a coletividade de caçadores-coletores que viveram ao longo das barrancas do alto Rio Uruguai (atual divisa Rio Grande do Sul – Santa Catarina). De acordo com Hensel (1928, p.67), em várias partes do Brasil se encontravam Coroados.¹⁵ “Parece que no Rio Grande do Sul eles imigraram em época relativamente moderna [...] parece que eles procederam do Nordeste, talvez da província do Paraná [...] tendo-os finalmente conduzido à província de Santa Catarina”.

¹⁵ A designação Coroado foi, por muito tempo, utilizada por autoridades civis, religiosas e a sociedade não indígena para designar os Kaingang. Contudo, não gostavam de ser chamados por este nome “aportuguesado”. Essa pode ter sido mais uma maneira de buscar dissolver a etnia Kaingang na população nacional, negando a sua autodeterminação e sua identidade (MOTA, 2004).

No Rio Grande do Sul, os antepassados dessas coletividades foram identificados como Tradição Taquara ou Proto-Jê¹⁶ e são reconhecidos como antecessores dos Jê Meridionais (VEIGA, 2006). De acordo com Kreutz; Machado (2017) por volta de 1200 anos atrás, os Jê Meridionais ou Proto-Jê Meridionais, originários da Região Central do Brasil, teriam chegado ao Vale do Taquari. Esta coletividade integra o Tronco Linguístico Macro-Jê, falantes da língua Jê. A coletividade Kaingang pertence à família Macro-Jê, e, atualmente, constituem um dos mais numerosos povos indígenas do Brasil Meridional, totalizando aproximadamente 39 mil indivíduos em todo território nacional (BRASIL, 2012). Desse modo, através dos estudos de Becker (2006), sabe-se que os Kaingang ocupavam, desde o início da conquista até fins dos séculos XVII e XVIII, áreas dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A ocupação dos Proto-Jê no sul do Brasil está inserida entre os séculos III e XVIII da era Cristã e associam-se a ocupação de áreas com predominância da Floresta Ombrófila Mista, com a presença da *Araucaria angustifolia*, bem como, com a exploração do pinhão (WOLF, 2012). Os registros mais antigos encontram-se no município de São Joaquim/SC, e no Rio Grande do Sul, Bom Jesus, no Planalto dos Campos Gerais. Os sítios arqueológicos visitados no Rio Grande do Sul tiveram escavações representativas, como nas casas subterrâneas de Caxias do Sul, Taquara e Vacaria e também nos vales dos rios Caí, Antas, Pelotas e Sinos. Essas estruturas têm sido associadas a grupos falantes do tronco linguístico Jê, denominados de Proto-Jê Meridionais, e que no território gaúcho foram associadas à Tradição Taquara (WOLF, 2012).

Laroque (2002) ressalta que a Tradição Arqueológica Taquara ocupava os terrenos altos e frios do planalto e as regiões setentrionais da Depressão Central e da Planície Costeira. Wolf (2016) sintetiza que, os resultados obtidos nos sítios arqueológicos do Alto Forqueta e Guaporé no Vale do Taquari, permitiram uma associação aos sítios localizados nas bacias hidrográficas dos rios Caí, Sinos, Antas e Jacuí, na busca de uma história de vida do território Jê.

O estabelecimento no território teria ocorrido entre 100 e 700 anos AD (*Anno Domini*), com a presença de assentamentos junto ao Rio das Antas, e pequenas expansões na direção dos rios Caí e dos Sinos, na borda Sudeste do Planalto das Araucárias, atingindo

¹⁶ Termo utilizado para nos referirmos aos grupos falantes de uma protolíngua Jê meridional, que através de processos de mudança linguística deu origem a duas línguas: o Xokleng e o Kaingang (WOLF, 2012).

possivelmente o Litoral.

É válido destacar que no espaço atualmente denominado Vale do Taquari, a ocupação dos Jê Meridionais concentrou-se ao norte do território, onde estes ocuparam as chamadas “terras altas” da região, seguindo as matas de araucária (*Araucaria angustifolia*). Os sítios arqueológicos, compostos de casas subterrâneas, estão localizados acima de 500m de altitude, ou seja, as aldeias em tempos remotos situavam-se na região de planalto (KREUTZ, MACHADO; 2017).

Segundo Wolf (2016), há incidência de sítios arqueológicos de coletividades Proto-Jê em áreas de campo, floresta estacional decidual e zonas de transição entre floresta ombrófila mista e floresta estacional decidual, ambientes estes marcados pela presença de áreas cobertas por araucária. Corroborando com o estudo de Wolf (2016), Kreutz; Machado (2017), Noelli (2017) argumenta que as evidências arqueológicas mostram que os Jê do Sul se concentravam em territórios mais elevados, normalmente acima do nível do mar, onde as temperaturas são mais baixas e as áreas de campo eram intercaladas com a mata de araucária (NOELLI, 2017). A ocorrência de sítios arqueológicos Proto-Jê em áreas de campos de araucárias, encostas e vales florestados, além da planície litorânea, demonstra um domínio sobre diferentes ambientes, o que lhes fornecia maiores chances de sobrevivência (WOLF, 2012).

Além dos sítios com casas subterrâneas, associados a áreas de floresta ombrófila mista e campo, encontram-se sítios arqueológicos superficiais de populações Jê meridionais em áreas próximas aos rios, no interior dos vales ligados a vegetação de transição da floresta estacional decidual (WOLF, 2016). Afora das estruturas subterrâneas, essas coletividades poderiam estabelecer-se em aldeias, em terrenos a céu aberto, com choças de palha em terrenos mais baixos e em refúgios temporários, como abrigos rochosos (KREUTZ; MACHADO, 2017).

De acordo com Kimiye Tommasino (2000, p.192), “[...] cada sociedade elabora a sua concepção de tempo e de espaço conforme sua visão de mundo, a qual também orienta as suas práticas e relações sociais e simbólicas com a natureza e entre si”. Na categoria de tempo e espaço, podemos utilizar os estudos de Tuan (2011) que enfatiza os dois conceitos com significados variados, principalmente na vida cotidiana e conhecimento. Para o autor, é mais comum associarmos espaço e lugar do que espaço e tempo. Em nossa imaginação é fácil tratar espaço, tempo e lugar separadamente. Na experiência vivida, eles estão conectados, pois

segundo ele o espaço é onde acontecem as ações e onde coexiste um conjunto de ideias e de culturas. O lugar é entendido por Tuan (2011), como subjetivo, o espaço singular, ou seja, pensar no lugar é pensar nas relações e conexões entre a sociedade e o meio em que vive. Entende-se então que a partir da subjetividade, o lugar vai sendo construído.

Corroborando Tommasino (2004), quando disserta sobre a organização sócio espacial dos Kaingang da Bacia do Tibagi no Paraná. Kimiye Tommasino (2004) explica que a organização social e espacial dos Kaingang acontece a partir da disposição dos *wãre* - acampamentos provisórios próximos aos rios e *emã* – aldeias fixas.

De acordo com Tommasino (2000), os *wãre* podem ser vistos como espaços de subsistência, visto que, um território Kaingang pode ser constituído por serras (*krin*), campos (*rê*) e florestas (*nén*). Nesses espaços as coletividades exercem suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio de alimentos. Esse território constituía um espaço de movimentações onde os Kaingang desenvolviam suas atividades de subsistência.

Esta coletividade fazia acampamentos provisórios (*wãre*) nas florestas e margens dos rios, onde permaneciam nas semanas ou meses em que praticavam a caça ou a pesca. Na atualidade, os *wãre* podem ser associados às movimentações para a venda do artesanato, quando os Kaingang se movimentam na beira de rodovias e entre cidades para coletar cipó, taquaras, sementes e comercializar o seu artesanato. Para Wolf (2016), esta espacialização indica a integração de diferentes perspectivas econômicas baseada na exploração das três áreas ocupadas, a floresta ombrófila mista, região de campo/floresta e floresta estacional decidual.

No período entre 100 e 700 anos AD, os assentamentos concentram-se no Planalto, em altitudes elevadas, com a presença de sítios superficiais líticos e cerâmicos, além da utilização de abrigos para sepultamento de indivíduos. Relacionando as moradias Kaingang com a demarcação territorial, um Kaingang residente na Terra Indígena *Foxá* relata:

“Outro exemplo também que nós Kaingang costumamos deixar como marcação de território é as antigas moradias. Em todos os lugares onde os índios de antigamente passaram sempre se deixa algo para trás. Como por exemplo, fica no subsolo cerâmicas, sementes, sinais de fogo que é, por exemplo, o carvão, são sinais de moradia que um dia o povo Kaingang passou, moraram por aí. E isso é marcação de território, é uma prova que aquele território um dia foi de um povo Kaingang” (EK4, 30/09/2020, p. 1).

A partir desta interlocução, podemos trazer aspectos relacionados a memória coletiva, uma vez que, para os Kaingang, os tradicionais territórios possuem marcas e histórias da cultura Kaingang. Para Little (1994) cada coletividade quando se movimenta por diversos territórios procura sua (re)localização no espaço e de certa forma, a recuperação e/ou retomada de seus territórios apresenta-se na memória desses povos como uma necessidade existencial. Como Le Goff ([1924] 2003) menciona em sua obra a memória faz parte da vivência das sociedades, principalmente para os povos ágrafos. E neste sentido, Little corrobora no sentido de salientar que a memória coletiva é uma das formas pelas quais as coletividades se localizam em um determinado espaço.

Nas antigas moradias Kaingang, não só em casas subterrâneas, mas em seus acampamentos temporários, estes indígenas deixam registros da cultura material muito bem demonstrados por estudos arqueológicos mais recentes na região, portanto são indicadores que corroboram para a compreensão relacionada aos movimentos de retorno para o lugar habitado pelos seus ancestrais. Dessa forma, a partir das movimentações Kaingang, percebe-se pequenos avanços em direção a encosta sudeste do Planalto das Araucárias, e provavelmente no Litoral, em áreas de menor altitude (bacias dos rios Caí e Sinos). Nesse contexto surgem os primeiros sítios de estruturas subterrâneas da bacia Taquari-Antas. Entre 700 e 1400 anos AD ocorre a manutenção, com a ocupação das áreas à oeste do centro de estabelecimento. Esta expansão atinge as nascentes do Rio Jacuí e as porções mais elevadas das bacias hidrográficas dos rios Pardo, Pardinho, Forqueta e Guaporé, quando assentamentos são ocupados e reocupados por centenas de anos (WOLF, 2016).

Conforme Wolf (2016) houve uma intensa ocupação de grupos Proto-Jê nas áreas da borda sul do planalto das araucárias por mais de dez séculos no período pré-colonial, o que demonstraria um intenso controle do espaço. Restos de cerâmica Proto-Jê foram encontrados em sítios arqueológicos localizados em áreas das bacias hidrográficas dos rios Taquari-Antas, Jacuí, Caí e Sinos assim como no litoral norte do Rio Grande do Sul.

As pesquisas arqueológicas e históricas de Wolf (2012; 2016) e os estudos históricos e antropológicos de pesquisadores como Laroque (2000; 2002), Veiga (2006) e Vedoy (2015) vem ao encontro de nossa investigação ao evidenciar a ocupação territorial de Kaingang em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Corroborando, Becker (1995) salienta que os Kaingang no Rio Grande do Sul, localizavam-se entre o rio Piratini (afluente da margem esquerda do Uruguai) e às cabeceiras do rio Pelotas e de acordo com Vedoy (2015), pela

extensão do planalto meridional, a coletividade estabelecia-se em territórios das Bacias Hidrográficas dos rios Caí, Sinos, Taquari-Antas e Pardo, além do rio Jacuí, de onde retiravam a sua subsistência e vivenciavam a suas crenças e cultura. É importante destacar que até o século XIX estes indígenas, além de ocuparem espaços nos atuais estados meridionais do Brasil e São Paulo também viviam territórios da região de Misiones na Argentina. Em relação aos territórios tradicionais, outro interlocutor Kaingang explana:

“O nosso território abrange, passa pelo norte do estado do rio grande do sul, passando por Santa Catarina, Paraná até São Paulo e a partir disso, é muito comum, como referência também para demarcar o lugar a própria semente e semeadura de araucária, por exemplo. Onde tem araucária tem ocupação Kaingang. E isso se materializa em todas as araucárias que se tem no norte do Estado, Santa Catarina, Paraná” (EK5, 01/10/2020, p.1).

Como mencionado anteriormente, os Kaingang reconhecem seu tradicional território a partir das araucárias e, além disso, desde o período pré-colonial seus antepassados habitavam lugares onde a araucária se fazia presente. Conforme uma ex-liderança da Terra Indígena *Pã Nanh Mág* de Farroupilha, “[...] a araucária é importante na vida dos Kaingang. Os índios fazem vários alimentos com o pinhão e daí também utilizavam o nó de pinho pra fogo de chão” (EK3, 29/02/2020, p.2). Esta relação do Kaingang com a araucária perpassa sua história, é o momento que o passado se entrelaça com o presente.

Para os estudos dos Kaingang a partir do século XVI, as informações a respeito aparecem em registros de cronistas e viajantes que incursionavam pelo sul do Brasil representando os interesses das coroas ibéricas, mas sem pretensões de se estabelecer no território. Nesse período, como mencionado anteriormente, no estado do Rio Grande do Sul, a etnia Kaingang, localizava-se, mais ao norte, entre o rio Piratini (afluente da margem esquerda do Uruguai) e às cabeceiras do rio Pelotas e, mais ao sul, ocupavam áreas até ambos os lados da Bacia hidrográfica do rio Jacuí.

Na historicidade Kaingang é a partir do século XVII que se tem as primeiras tentativas de missão do Pe. Montoya (BECKER, 1995; 2006). Corroborando, Laroque (2000), enfatiza que nos séculos XVII e XVIII, o padre Montoya, ao lado de outros jesuítas, tentou catequizar os Kaingang, mas não obteve sucesso. Somente Pe. Cristóvão de Mendoza tem êxito, fundando no ano de 1630, no território do Guandaná, no alto curso do rio Uruguai a Redução de Conceição, aldeando aproximadamente 3.000 nativos. Cristo (2016) em seus estudos corroborando com as afirmações apontadas por Wolf (2016), disserta que na primeira metade do século XVII – em territórios do Tebiquari (Taquari), Caii (Caí) e

Mboapari (Antas) haveria a possibilidade de ter grupos Guarani e Kaingang dividindo estes espaços. Este estudo corrobora com a presença dos Kaingang em territórios da Bacia Taquari-Antas.

Nas análises de Luís Fernando Laroque (2007), entre os séculos XVI e XVIII, os Kaingang resistiram ao impacto das frentes expansionistas e colonizadoras das colônias ibéricas e as incursões dos jesuítas. Essas situações estenderam-se para além do século XIX, quando resistem ao impacto do estabelecimento de fazendas, abertura de estradas e a política de incentivo da imigração alemã e italiana no Sul do Brasil, bem como a instituição de aldeamentos indígenas, projeto de catequização, companhias de pedestres e bugreiros que avançaram sobre os territórios indígenas.

Hensel (1928) enfatiza que o Governo Brasileiro se esforçou em fazer os Kaingang saírem de seus “matos” (territórios de origem) e acostumá-los a outros lugares. Por este motivo no Rio Grande do Sul eles são encontrados em três áreas: Nonohay, Campos do Meio e Caseros. De acordo com o autor, “parece que principalmente no alto Taquary e entre este e o Cahy ainda se encontra coroados completamente selvagens, como é de supôr pelos assaltos periódicos, porem agora quase sufocados, às colonias allemãs do matto virgem” (HENSEL, 1928, p. 68).

As relações entre Kaingang e imigrantes europeus foram estabelecidas a partir do momento em que o Governo Imperial passou a organizar as frentes de expansão em direção às matas, até então consideradas como “vazias”, na intenção de povoar o território e torná-lo mais rentável (LAROQUE; WEIZENMANN; SCHÄEFFER, 2019). Acredita-se que, ao final do século XVIII, novamente o território dos Kaingang estendia-se desde o planalto sul-rio-grandense, adentrando ao longo da Bacia Hidrográfica do Taquari Antas e arredores. Salienta-se que os territórios localizados em áreas do rio Taquari-Antas, inseridos dentro do cenário fronteiriço do Rio Grande do Sul, desde o final do século XVIII passaram a ser de interesse do governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (VEDOY, 2015).

As frentes expansionistas do século XVIII que se estendem para o século XIX, avançaram sobre estes espaços através da instalação de fazendas, resultantes da concessão de sesmarias pelo governo português (VEDOY, 2015). A partir do contato entre os Kaingang e as frentes expansionistas financiadas pelo Estado Nacional brasileiro, no século XIX, as relações interétnicas em torno da ocupação do território se intensificaram entre ambas as

etnias (VEDOY, 2018). Nos últimos anos do século XVIII, tem-se, segundo Laroque (2000), interferências em territórios dos Kaingang pelas frentes expansionistas, fazendo com que os Kaingang incursionassem pela Serra do Botocaraí até atingir os Campos de Cima da Serra, descendo até o rio Taquari. A respeito das movimentações Kaingang pelos espaços, segundo a memória de um indígena relacionada às movimentações Kaingang pelos tradicionais territórios da Bacia do Taquari Antas, tem-se:

“[...] a terra indígena, por exemplo, do Vale do Taquari [referindo-se a Terra Indígena Foxá da cidade de Lajeado] ela tem as histórias né, tem como eu vô dizia, território, onde que os território dos Kaingang, né que o território dos Kaingang já começa até aqui na terra até o litoral né. Agora existia aqui em Lajeado né historicamente né pelos nossos velhinhos né, pelo bisavô, avô, passaram pelos pais então e os pais passaram pra seus filhos e passo pros meus filho agora, passo pros meus filhos e netos historicamente pra não terminar né e por isso eu gosto muito de né porque com o tempo ali vem mostrando né [...] aqui em Lajeado era um aldeia indígena Kaingang né. Daqui os índio saiam por Rio Pardo, pesca, caça [...] agora tem em Lajeado essa outra aldeia onde é que os índio Kaingang se acampavam [...] e virou um território indígena né e começaram quere desaldeia os índio né a aldeia por exemplo pegaram todos os índio que conviviam aqui né e uniram eles na aldeia de Nonoai, Guarita, Ligerio né, do cacique Doble tiraram dessa região em muito pouco tempo e então fico então essas aldeia que eles conviviam ali que viviam ali e agora então foram formada essas aldeias.[...] foi confirmado essas aldeia e hoje nos convivemos né São Leopoldo, Lajeado nós habitamos essa região né. Quantas vezes eu vim de lá porque eu morei em Porto Alegre e também tem aldeias indígenas Kaingang. E daí convivi lá eu vinha em São Leopoldo ficava uma temporada um mês até as vezes um ano trabalhando porque isso é um costume da cultura indígena nós semo diferente” (EA, 15/12/2011, p.1-2, grifo nosso).

A ocupação dos espaços territoriais das Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e Caí estruturavam-se sobre uma dinâmica histórica de arranjos espaciais envolvendo fronteiras dos Kaingang com outros grupos étnicos. Nestes espaços (planalto sul-rio-grandense e as Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e do Caí) os Kaingang passaram a manter relações de conflito ou de aliança com o colonizador europeu a partir da introdução de colonos que compunham as frentes expansionistas empreendidas pelo Estado Nacional Brasileiro (LAROQUE; WEIZENMANN; SCHÄEFFER, 2019).

Verifica-se neste século, uma intensificação da doação de sesmarias no intuito de ocupar os espaços em direção a oeste, ao longo das Bacias Hidrográficas do Jacuí, Pardo e do Taquari-Antas. Assim, a Coroa passou a conceder sesmarias¹⁷ a beneficiários. A Coroa Portuguesa considerava que a doação de sesmarias no Rio Grande do Sul do final do século XVIII e início do XIX deveria ser concedida aos sesmeiros conforme a sua capacidade de manter e valorizar as possessões das terras (VEDOY, 2015). Dessa forma, estes sesmeiros

¹⁷ Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário (sesmeiro), em nome da Coroa Portuguesa com o objetivo de cultivar terras “desocupadas”.

passaram a estabelecer fazendas em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Essa ocupação territorial foi acelerada pelo Tratado de Madrid (1750) e o contexto beligerante entre as coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII, possibilitando a expansão fundiária de uma sociedade hierárquica que estendia seu patrimônio por meio de matrimônios e uso da força (VEDOY, 2015).

No século XIX, o tradicional território Kaingang abrangia desde as bacias hidrográficas dos rios Tietê (São Paulo) passando pelos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atingindo também a partir das bacias hidrográficas dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio a região de Misiones, na Argentina (LAROQUE, 2007). No Rio Grande do Sul, estes espaços concentravam-se entre o planalto sul-rio-grandense e as Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e Caí (LAROQUE; WEIZENMANN; SCHÄEFFER, 2019). Essas extensões formavam um amplo território. Mesmo sendo separados pelas bacias hidrográficas e pelos rios, as parcialidades Kaingang eram interligadas por laços de parentesco e reciprocidade. Nesse sentido, há indicativos de que esta situação também acontecia no Rio Grande do Sul e nos territórios que, nos dias atuais, fazem parte da espacialidade territorial da bacia hidrográfica Taquari-Antas e Sinos (LAPPE, 2015). Da mesma forma, o referido grupo mantinha uma interação íntima com a natureza, que, além de garantir a subsistência, assegurava a continuidade de suas práticas socioculturais (LAROQUE; WEIZENMANN; SCHÄEFFER, 2019). Em relação ao território Kaingang e a utilização dos rios como demarcadores territoriais um Kaingang da Terra Indígena *Foxá* ressalta:

“Tem identificações também que, as aldeias são identificadas por rios. É, por território, como por exemplo, o território da aldeia de Nonoai, no Estado do Rio Grande do Sul, ela é cercada por três grandes rios que é um corredor indígena. Que por exemplo, é o rio Uruguai, depois o rio Passo Fundo, depois o rio da Várzea. São três grandes rios que são referência de um corredor indígena, território indígena, também os rios fazem parte de divisa”s (EK4, 30/09/2020, p.1).

Estes espaços, como mencionado anteriormente, eram territórios tradicionais de coletividades indígenas com predominância da tradição arqueológica Taquara ou Proto Jê (VEDOY, 2015). É válido ressaltar mais uma vez que os entornos territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, desde períodos mais longínquos, são de ocupação indígena e, os rios e bacias hidrográficas entre o planalto e a Bacia do Rio Jacuí são importantes delimitadores territoriais para as tradições arqueológicas como Tupi-Guarani e Proto Jê, bem como para os grupos ameríndios a partir do contato - como as coletividades Guarani e Kaingang (VEDOY, 2018).

Ainda tomando como referência Vedoy (2018) para entender as ocupações Kaingang nos entornos da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, tem-se que Guarani e Kaingang estabeleciam uma área de fronteira sobre a Bacia Taquari-Antas muito antes da chegada dos colonizadores alemães e italianos. De acordo com as pesquisas arqueológicas de Sidnei Wolf realizadas em 2016, pode-se pensar, a partir dos assentamentos que a ocupação da coletividade Tupi-Guarani (Guarani) entre os séculos XIV e XVIII esteve associada a áreas com predominância de altitudes mais baixas da bacia Taquari, e as coletividades Protos Jês (Kaingang), há indícios de estruturas indicando a presença destes em regiões de pontos mais altos da bacia.

E, conforme Wolf (2016), durante o século XIX houve ampla circulação de coletividades e lideranças Kaingang pelas bacias dos rios Antas, Taquari, Caí, Sinos, Jacuí e Uruguai, que séculos anteriores estavam ocupadas por sítios de superfície, estruturas subterrâneas, montículos e grutas com sepultamentos. Parece evidente uma associação entre estes grupos Jê Meridionais pré-coloniais com as recém denominadas populações Kaingang.

É válido mencionar que, até o século XVIII o interesse maior em relação aos indígenas relacionava-se à mão-de-obra ameríndia, mas a partir do século XIX, o interesse voltava-se para a ocupação dos territórios indígenas. Foi a partir desse século que pretensões mais diretas e os projetos colonizatórios passaram a atingir o território e a organização social Kaingang, pois a política do Império brasileiro objetivava explorar os domínios em áreas de planalto no sul do Brasil (DORNELLES, 2009).

Nesse sentido, a política de ocupação das áreas devolutas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul estava inserida dentro de um contexto maior: o da ocupação do interior do Brasil. Os trabalhos de abertura de estradas, o estabelecimento de fazendas e o incentivo à imigração europeia foram intensificados, bem como, os projetos de catequese e aldeamento avançaram de forma contundente sobre os territórios indígenas (BRINGMANN, 2010).

Assim, por volta de 1850, a política do Governo da Província era voltada à expansão pastoril, tentando reunir os Kaingang em uma única área para que pudesse liberar as terras aos colonizadores. Para que isso fosse possível, neste mesmo ano, de acordo com Kauss e Santos (2017), o Governo, aprovou a Lei de Terras, que “assegurou o direito originário às populações indígenas sobre as suas terras”. O dispositivo que aparentemente protegia os direitos territoriais indígenas, na prática se revelou o contrário, pois, as coletividades indígenas

poderiam ser expulsas caso as suas terras fossem declaradas improdutivas pelo Estado por uma simples declaração de interessados na posse. Isso favoreceu a prática da grilagem, uma forma de apropriação fraudulenta de terras (KAUSS; SANTOS, 2017).

Com as frentes de expansão, e o incentivo à colonização europeia no Sul do Brasil, os Kaingang tiveram seus territórios invadidos. Gradativamente foram retirados de seus territórios, bem como, tiveram sua organização social e cosmológica atingida (DORNELLES, 2009; BRINGMANN, 2010). Nesse sentido, Seeger e Castro (1979) esclarecem que a justificativa de expropriação dos indígenas de suas terras deve-se pelo fato que o uso da terra era considerado improdutivo e destrutivo. Gradativamente, as Terras Indígenas foram transformadas em fonte de renda, por meio do plantio de grãos, da implantação de latifúndios para a criação de gado e granjas da monocultura e também da expansão imobiliária (LAPPE, 2015).

Corroborando com os dados apresentados anteriormente, torna-se necessário mencionar que os Kaingang, em séculos anteriores, encontravam-se estabelecidos em territórios que hoje temos os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. E sobre isso, um interlocutor Kaingang da Terra Indígena *Foxá* de Lajeado relata:

“Essa região aqui de Lajeado até Caxias [...] essa região da serra aqui pra cima era tudo território Kaingang. Em Ilópolis, ali era tudo território Kaingang. Até no Morro do Osso [referindo-se a Terra Indígena localizada em Porto Alegre] tem uma casa subterrânea. As casas subterrâneas não é em qualque lugar que ela tem que sê ela não pode se aonde o sol, o sol, né, o poente, ela tem que fica vira pra onde o sol nasce (...)” (EA, 15/12/2011, p. 13).

A partir da interlocução arrolada, podemos corroborar com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas por Wolf (2016), quando menciona os materiais e vestígios encontrados em espaços da Bacia Taquari-Antas. Além disso, percebe-se que as movimentações Kaingang pelos territórios da BHTA sempre se fizeram presente, mesmo antes da chegada do colonizador. Com base em estudos de Tommasino (1995) é possível considerar que os territórios Kaingang, que se estendiam ao longo do Planalto Meridional Brasileiro era delimitado por rios menores e Bacias Hidrográficas, formando um grande território no qual usufruíam para a subsistência do grupo. Para as demais regiões Kaingang é possível pensarmos que grandes rios como o Uruguai, Chapecó, Canoas, Jacuí, Sinos, Caí, Antas e Taquari servissem para delimitar os territórios das tribos lideradas por *Endjotoi*, *Nhancuiá*, *Fongue*, *Nonohay*, *Condá*, *Votouro*, *Nicafin*, *Braga*, entre outros, e muitos dos afluentes desses rios limitam-se aos subterritórios ocupados pelas várias subtribos pertencentes a esses

caciques (LAROQUE, 2000).

Corroborando, Bringmann (2010), sintetiza que na Província do Rio Grande do Sul alguns líderes Kaingang destacaram-se em razão da resistência imposta à invasão de seu território e aos aldeamentos, como por exemplo, o cacique Nicué, Victorino Condá, Nonoai e Fongue. Ainda fazendo referência aos grandes caciques e as movimentações para os territórios da Bacia Taquari-Antas, temos informações que, muitas famílias da Terra Indígena *Pó Nañh Mág* de Farroupilha, são originárias dos aldeamentos de Ligeró, Guarita e Votoró.

Segundo relatos de moradores da TI *Pó Nañh Mág*, “Eles cruzavam aqui, Caxias, Gramado e Canela” (DIÁRIO DE CAMPO, 28/02/2020, p.1). De acordo com uma Kaingang da Terra Indígena *Pó Nañh Mág* referenciando as passagens de João Grande pela Serra gaúcha ressalta que “[...] a gente sabe a história que ele [João Grande] vivia por aqui, em Caxias, Canela e Gramado” (EK3, 29/02/2020, p.2). Segundo estes relatos, entende-se que os Kaingang cruzavam pelos territórios da Bacia Taquari-Antas para irem até Salto Ventoso, onde possivelmente teria uma reserva indígena. Além disso, sabe-se que os Kaingang de cacique Doble fazem parte da família de João Grande (DIÁRIO DE CAMPO, 28/02/2020). E ainda temos:

S: “Eu morava na aldeia de Cacique Doble”

E: “E lá é a aldeia do João Grande?”

S: “Sim, lá é a aldeia do João Grande. Dos descendentes dele”.

“Eu sou descendente dele. Eu sou, ele é meu tataravô. Minha descendência com ele é por parte de mãe” (EK3, 29/02/20, p.1).

E temos ainda:

“[...] o que a gente sabe que o pai e o avô da gente conta é que, o pai da minha mãe hoje que me criou, o avô dela foi o João Grande, daqui da região. Foi um dos maiores caciques da região. A história a gente sabe que ele lutava muito contra os imigrantes e até contra o próprio exército. Tanto é que foi o exército que matou ele. Que eles esperava eles dormir e ia lá todos eles. Daí teve um dia que fizeram uma emboscada pra ele se fizeram que dormiram enquanto ele foi lá e eles pegaram. Daí que o pai da minha madrastra pegaram e foram pra Caseros e de lá do Caseros para Cacique Doble” (EK2, 29/02/2020, p. 1).

Além das interlocuções arroladas, uma liderança de Farroupilha converge com as informações ao salientar que os Kaingang percorriam nesses territórios e “João Grande [Nicué¹⁸ e/ou Nivo] andou por esses locais e que uma mulher Kaingang [madrasta de uma liderança] é descendente dele” (DIÁRIO DE CAMPO, 26/01/2020, p.3). Por esta razão,

¹⁸ A nomenclatura *Nicué* aparece nas documentações com várias terminologias, entre elas “João Grande”, nome popular para os não-indígenas e alguns Kaingang. Na atualidade, aparece o nome *Nivo*.

justifica-se a instalação dos Kaingang na cidade de Farroupilha.

De acordo com Kauss e Santos (2017), os direitos territoriais indígenas foram sistematicamente violados durante o século XIX e, nas primícias do século XX, a situação da coletividade Kaingang pouco difere do século anterior, pois a inserção de não indígenas e a cobiça pelos territórios desta coletividade continuaram. Mas, em razão da controvérsia em volta da marginalização e extermínio dos ameríndios, uma política oficial para “protegê-los” contra o avanço das frentes de expansão foi assente. Nesse sentido, de acordo com Kauss e Santos (2017), as primeiras políticas indigenistas¹⁹ começaram a ser esboçadas no começo do século XX, atendendo ao modelo protecionista e integracionista vigente na época.

Pode-se dizer que este século foi o período de contenção das territorialidades Kaingang às terras indígenas e, por meio de coerção e tutela, órgãos indigenistas foram criados. Em 1910, o Governo Federal, liderado por Nilo Peçanha, cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) pelo Decreto nº 8.072 (MARCON, 1994; PEZAT, 1997). O SPILTN objetivava prestar assistência às populações indígenas e integrar esses povos num processo de “nacionalização” (KAUSS; SANTOS, 2017). De acordo com Rodrigues (2007), a ideia do órgão era propor alternativas a fim de evitar que os não indígenas invadam terras dos indígenas e que a organização interna, social e cultural das coletividades ameríndias fosse respeitada, não intervindo para alterá-los e consultando sempre a vontade dos seus respectivos chefes.

Em 1918, a partir de um desmembramento do SPILTN, este veio a se chamar Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e de acordo com Rodrigues (2007), passou a se dedicar apenas à causa das coletividades indígenas. Nas diretrizes propostas pelo SPI, estava em assegurar aos indígenas seus costumes, sua alimentação e seu modo de vida. Uma das propostas do Serviço de Proteção aos Índios definiu algumas prerrogativas de proteção às Terras Indígenas contra a ação dos não indígenas. Uma das ações iniciais foi “pacificar” algumas coletividades indígenas e demarcar as terras ocupadas pelos mesmos com o consentimento destes (MARCON, 1994).

É válido ressaltar que a pacificação imposta pelo SPI aos Kaingang, não ocorreu de

¹⁹ Quando mencionamos as Políticas indigenistas estamos nos referindo as políticas impostas pelo SPILTN, SPI, Estatuto do Índio e a Constituição Federal de 1988. Estas políticas indigenistas traziam a ideia de “proteger” os povos indígenas do Brasil. Porém, é válido mencionar que estas políticas foram pensadas e elaboradas por não-indígenas, ou seja, por representantes da chamada Sociedade Nacional.

forma amistosa, mas sim forçadamente, pois estes indígenas eram obrigados a deixar seu espaço natural e sociocultural para facilitar os serviços do SPI (LAPPE, 2015). Além disso, historicamente no Brasil, a ideia introduzida pelo SPI de pacificar as coletividades indígenas, estruturou diversas políticas de conquista e ocupação de território brasileiro.

A partir da década de 1950, ocorreram mudanças na orientação do SPI. De uma perspectiva humanista passa a atender orientações modernizantes e desenvolvimentistas. Dessa forma o SPI deixa de ser um órgão de proteção aos povos indígenas e adota uma postura comprometida com fazendeiros, mineradores, madeireiros, empresários rurais, colonos e demais interessados em explorar as Terras Indígenas. A partir dessas arbitrariedades, durante o governo militar de Costa e Silva, o SPI é extinto tendo sido criada em 1967, para substituí-lo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (MARCON, 1994; MELATTI, 2007).

A FUNAI, criada a partir da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, e vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal e do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973) (KAUSS; SANTOS, 2017). Ressalta-se que, o Estatuto do Índio definiu a situação jurídica dos povos indígenas com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional. O modelo de proteção às terras indígenas durante o regime militar manteve o viés integracionista, além de situar a questão indígena numa perspectiva de defesa e segurança nacional (KAUSS; SANTOS, 2017).

O papel da FUNAI seria de intermediar as questões indígenas e exercer o “cuidado” sobre os ambientes indígenas. É importante enfatizar que a FUNAI não efetuou sua tarefa de proteger e defender os povos indígenas. Além disso, a FUNAI não garantiu a integridade dos territórios indígenas, contribuindo para que a invasão dos colonos continuasse sendo motivadas (MARCON, 1994; RODRIGUES, 2007). Fica evidente que, na historicidade do Serviço de Proteção ao Índio e posteriormente da Fundação Nacional do Índio, as coletividades indígenas sempre foram vistas como inferiores, e seu trabalho foi explorado, suas terras expropriadas.

De acordo com Marcon (1994), os governos brasileiros, após o golpe militar de 1964, foram orientados por uma política de aumento da produtividade, pressionando assim as reservas indígenas do Sul do Brasil para modernizarem a produção. A partir disso, as práticas

de arrendamento de terras foram intensificadas e estes espaços transformaram-se em espaços para a produção de soja e trigo. Mas, é partir da segunda metade do século XX que a situação dos indígenas começa a se agravar em virtude da necessidade de novas interlocuções capitalistas de produção agrícola e na expropriação das terras e de suas riquezas.

Pelos estudos de Kauus e Santos (2017), os indígenas foram submetidos a processos de territorialização, como a criação de aldeamentos em terras não tradicionais, ou submetidos à convivência com grupos rivais. Como exemplo, as interferências em territórios Kaingang fazia com que estes indígenas saíssem das aldeias de Nonoai, Guarita, Votoro e Ligerio e comessem a fazer movimentações para outros espaços territoriais do Rio Grande do Sul, como por exemplo, os espaços da Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas. Sobre os caminhos percorridos pelos Kaingang, um interlocutor explana:

“A reserva de Nonoai ela foi pacificada [...] E daí como teve aquela ligação de Kaingang com o governo eles saíam lá de Nonoai atravessando o rio Taquari e iam pra Porto Alegre a pé daí que eles se “pechavam” Xokleng com no morro do Fão, daí eles se atacavam pra pode cruza [o rio] [...] Lajeado foi a estrada deles, a estrada deles trabalha” (EC, 15/05/2012, p. 13).

A partir do arrolado na interlocução, compreende-se que as movimentações Kaingang estiveram relacionadas com as interferências da Sociedade Nacional em suas terras no norte do estado do Rio Grande do Sul, obrigando-os a ir à busca de terras habitadas pelos seus antepassados. Nestes caminhos percorridos, os Kaingang entraram em disputadas territoriais com outros grupos étnicos, como por exemplo, os Xokleng. Além disso, entende-se que as movimentações para fora dos aldeamentos no norte do Estado, realizadas pelas famílias Kaingang apresentavam-se como uma maneira de manter e preservar elementos socioculturais, cosmológicos e, além disso, a sobrevivência física (LAPPE, 2015). Por conseguinte, parte dos Kaingang das Terras Indígenas na Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas são provenientes destas áreas. A situação dos indígenas frente ao Estado brasileiro tem significativas mudanças a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988, reconhecendo os povos indígenas como sujeitos de direitos.

Antes da Constituição de 1988, as primeiras legislações brasileiras que atearam na questão da terra de povos tradicionais do Brasil referiam-se exclusivamente às terras indígenas e surgiram no período do Brasil Colonial. Longe de gerar qualquer proteção ou segurança jurídica, os instrumentos jurídicos voltados às comunidades indígenas serviram para legitimar o poder dos colonizadores, reforçar a violência e a escravização dessas populações (KAUSS; SANTOS, 2017).

Uma situação mais profícua dos povos indígenas em relação ao Estado Nacional brasileiro começou a passar por algumas modificações a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática do Brasil (RODRIGUES, 2005). A partir da Constituição Federal de 1988, criaram-se novas perspectivas no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Um dos feitos da CF é integrar os povos indígenas à sociedade nacional. Do mesmo modo, cabe ao Estado promover a legalização do direito originário à terra. Nesse sentido, há dois artigos que fazem menção aos povos indígenas, o artigo 231 e 232 (KAUSS; SANTOS, 2017). Sobre o direito indígena e os artigos 231 e 232 vinculados à Constituição de 1988 um Kaingang expõe:

“Para falar de direito, de constituição, a gente faz uma separação básica. O direito indígena e o direito indigenista. O direito indígena é o que a gente vive, vivencia que tem normas e condutas internas dentro das comunidades. Esse seria na lógica se a gente fosse nominar, seria o direito indígena. O direito indigenista ele foi pensado por uma lógica não indígena ele foi pensado por não indígenas. Eu faço essa separação por que. Porque a própria conquista dos poucos direitos indigenistas que se tem no Brasil, entre eles o artigo 231 e 232 no qual são reconhecidos aos povos indígenas o direito dos territórios tradicionalmente ocupados sendo de usufruto e uso exclusivo desses povos indígenas. Isso tem um significado importante porque ele é fruto de uma luta histórica dos povos indígenas por necessidades fundamentais como direito ao território, saúde, habitação, direito a diferença garantido que também foi assegurado pela constituição. Direito de ser indígena, de praticar seus hábitos, os seus costumes” (EK5, 01/10/2020, p.1-2).

A partir da Constituição de 1988, no artigo 231, os povos indígenas são reconhecidos pela sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. No que se refere às terras que tradicionalmente ocupam, cabe à União demarcá-las e protegê-las (RODRIGUES, 2005). Também, este artigo esquadrinhou abranger a diversidade étnica existente no país em meio rural ou urbano, em terras demarcadas ou isoladas (KAUSS; SANTOS, 2017).

É importante ressaltar que antes da Constituição de 1988, a terra para os indígenas era percebida como um direito histórico reivindicado. Após a elaboração da Constituição, as Terras Indígenas são um direito constitucional, reconhecido o seu direito histórico (RODRIGUES, 2005). Dessa forma, o artigo 231 considerou como terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas aquelas habitadas em caráter permanente, utilizadas em atividades produtivas, necessárias à preservação de recursos naturais, da manutenção de seus costumes e tradições. À União, coube a tarefa de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas através de um processo administrativo (KAUSS; SANTOS, 2017).

Já o artigo 232 da Constituição Federal, considerou os indígenas, suas comunidades e organizações como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. Assim, o artigo reconheceu a capacidade processual das comunidades e a autonomia para ingressar na defesa dos interesses de sua coletividade (KAUSS; SANTOS, 2017). Sobre os artigos 231 e 232 da Constituição Federal um interlocutor Kaingang salienta:

“Os artigos 231 e 232 ele rompe com aquela lógica da tutela, ele rompe com a lógica com integracionismo que era a política adotada pelo estado brasileiro na tentativa de fazer com que os povos indígenas se integrassem não sociedade não indígena e por si só uma forma de desaparecer com o passar dos anos e isso não aconteceu” (EK5, 01/10/2020, p. 2).

A partir disso, é possível dizer que os povos indígenas devem receber proteção da União baseada na diferença cultural de cada etnia (RODRIGUES, 2005). Dessarte entende-se que a Constituição Federal de 1988 rompeu com o modelo assimilacionista e integracionista vigente até então e reconheceu aos povos indígenas o direito à diversidade étnica, à diferença e à auto-organização. Na atualidade, esses direitos são o pano de fundo da implantação de políticas públicas de acesso/retomada da terra no Brasil (KAUSS; SANTOS, 2017).

A coletividade Kaingang, mesmo tendo seus direitos respaldados na Constituição Federal de 1988, ainda hoje está na luta pelo reconhecimento de várias de suas terras tradicionais. A partir da década de 1970, percebe-se que a ação de indivíduos organizados social e politicamente reivindicando os seus direitos pode ser compreendida como uma forma de expressão da própria sociedade civil (BICALHO, 2011). Neste sentido, conforme Londero (2015), para que houvesse a conquista da cidadania dentro dos Estados Nacionais e a busca pelos seus direitos, se estrutura entre as décadas de 1970 e 1980, o Movimento Indígena no Brasil.

Dessa forma, em meados da década de 1970, com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ocorre no estado do Mato Grosso, a primeira Assembleia Indígena Nacional, e a partir deste momento os indígenas do Brasil, começam a se reunir em Assembleia para discutir os enfrentamentos com a Sociedade Nacional e elaborar estratégias para alcançar seus direitos originários, como por exemplo, a retomada de seus tradicionais territórios. E, relacionado as mobilizações Kaingang temos:

Também no Rio Grande do Sul, mais especificamente no ano de 1978, ocorre o primeiro levante, quando os indígenas da etnia Kaingang da Terra Indígena de Nonoai, localizada nos atuais municípios de Nonoai, Gramado dos Loureiros,

Planalto e Rio dos Índios, liderados pelo índio Xangrê e auxiliados pelos Kaingang do Estado do Paraná e Santa Catarina, expulsam os posseiros e as famílias de agricultores ali colocadas pelas empresas de colonização do Estado e pela Reforma Agrária perpetrada pelo então governador do Estado Leonel Brizola, no ano de 1963 (LONDERO, 2015, p. 70).

Assim, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas como o período em que o Movimento Indígena passou a se organizar para a retomada de suas terras. Apesar de estarem garantidos na lei maior da sociedade brasileira, estes direitos são constantemente desrespeitados e continuam ameaçados pelo interesse capitalista em suas terras (LONDERO, 2015). Conforme Bicalho (2011), o Movimento Indígena no Brasil pós-Constituição destacou-se pela luta em torno da garantia dos direitos conquistados, tornando o Estado um interlocutor com o qual estes povos dialogam diretamente através das instâncias que perpassam as demandas do Movimento.

É válido mencionar que mesmo havendo uma legislação vigente em território nacional para “dialogar” sobre os direitos dos povos indígenas do Brasil, bem como um órgão federal para garantir a atuação do Estado na defesa dos direitos indígenas, perpetua um abismo entre a teoria e a prática, legitimado, pela postura preconceituosa da sociedade nacional. Devemos considerar que há dificuldade de assegurar os direitos dos povos indígenas frente ao poderio econômico, que desconsidera o direito originário desses povos sobre seus territórios tradicionais, visto que a sociedade nacional minimiza a presença do indígena e o preconceito é externalizado (CURI, 2010).

Reportando-nos ao que foi exposto anteriormente, a partir dos estudos de Tommasino (2001), entende-se que as movimentações da coletividade Kaingang relacionam-se às interferências dos colonizadores a partir do século XIX em seus tradicionais territórios, e com as políticas indigenistas criadas no decorrer do século XX, bem como, as diferentes estratégias de sobrevivência adotadas por famílias Kaingang em diversos territórios para que pudessem se adequar a essa nova imposição a eles destinada.

Corroborando Tommasino (2000), quando disserta que mover-se no espaço significa, mover-se no tempo. Dessa forma, o indígena Kaingang se move entre dois polos: do espaço administrado/vigiado ao espaço *wãxi*/não-vigiado e vice-versa. O *uri* (tempo atual) caracteriza-se metaforicamente em caminhar entre a realidade e o mito. Esse processo de reconstrução sociocultural e simbólico é permanente e o tempo atual (*urí*) se (re)inscrever no território invadido pelo colonizador pelo incentivo do Governo da Província. Dessa forma, a territorialidade Kaingang (re) humaniza nesse território, subvertendo as intenções da

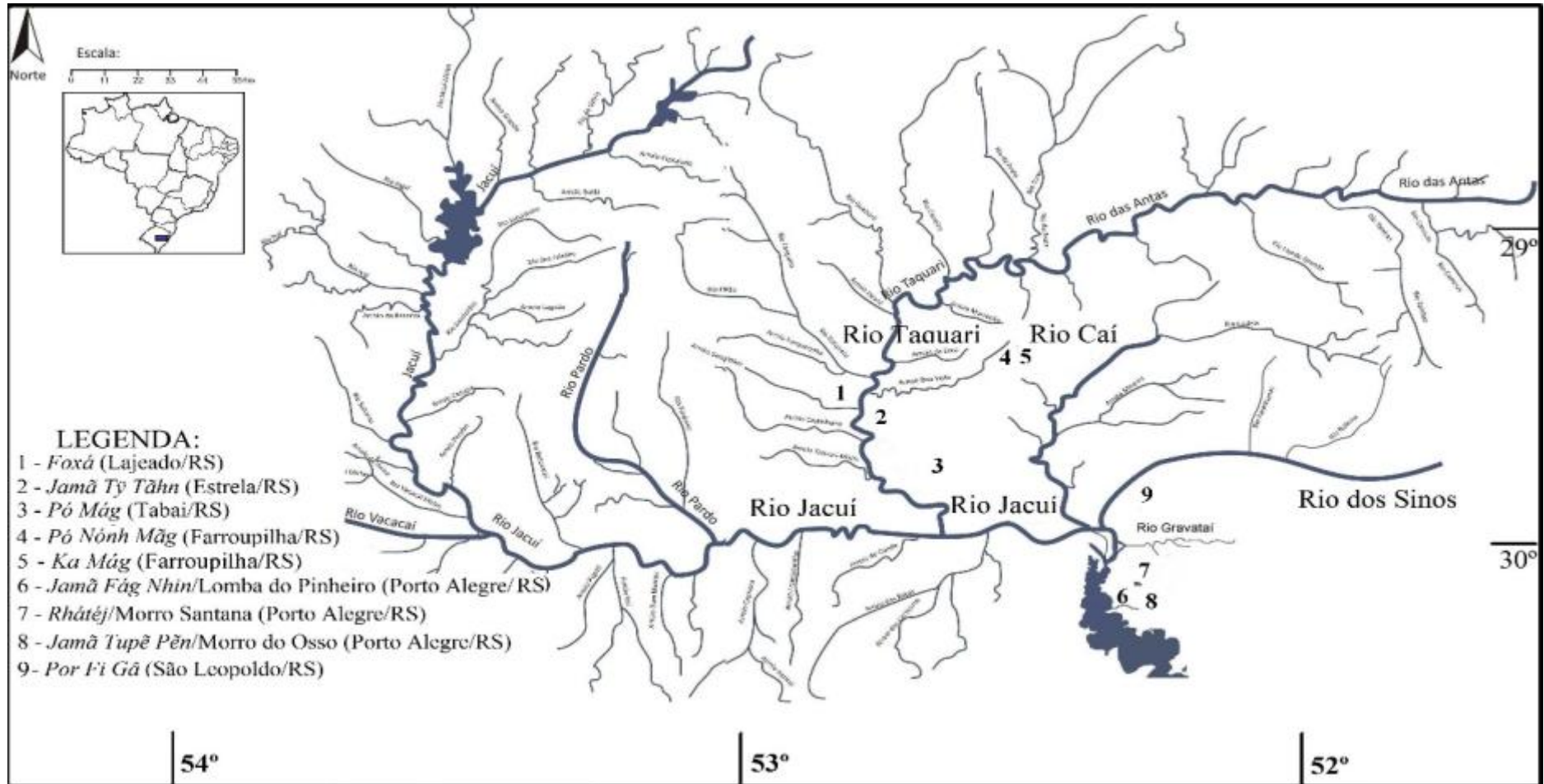
sociedade nacional. Nessa (re)territorialização, o tempo dos antigos (*wãxi*) continua presente no tempo e nos novos espaços. É o tempo novo que lhes impõe a construção dos novos *wãre* na cidade para venderem seu artesanato. O conteúdo e a forma do *wãxi* estão preservados a partir dos mitos e da troca de conhecimentos dos anciãos com os mais novos.

As atividades do espaço/tempo *wãxi* são essenciais para os Kaingang, pois são nesses espaços que mantêm sua cultura e a realização de seu modo de Ser. O passado, parece mitificado, e viver nas terras baixas simboliza um retorno ao passado, que é constitutivo do tempo atual (*urí*). Para os Kaingang de hoje, estar inseridos nos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, é viver num espaço sagrado, onde seus antepassados estiveram (TOMMASINO, 2000). Assim, podemos salientar que os territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas foram definidos para se tornarem espaços de (re) territorialização.

A partir dessas premissas, temos a formação da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh*, situada em Estrela, a Terra Indígena *Foxá*, em Lajeado, a Terra Indígena *Pó Mág*, localizada na Tabai, a Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, e *Ka Mág* situadas em Farroupilha, Terra Indígena *Por Fi Gâ*, em São Leopoldo, bem como a Terra Indígena *ÿmã Topê Pên*, no Morro do Osso, a Terra Indígena *ÿmã Fág Nhinh*, na Lomba do Pinheiro e a Terra Indígena Morro Santana, localizadas na cidade de Porto Alegre, todas situadas em áreas correspondentes aos tradicionais territórios Kaingang, conforme podemos observar no mapa (FIGURA 2). Estas Terras Indígenas são entendidas como *Ëmã sî* (aldeia pequena) (SEVERO, 2020).

Nesse processo de reterritorialização, será denotado, algumas considerações sobre as Terras Indígenas *Jamã Tÿ Tãnh*, *Foxá* e *Pó Mág*, as quais localizam-se na porção mais ao sul Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, bem como apontamentos sobre as Terras Indígenas *Pó Nãnh Mág* e *Ka Mág*, localizadas na porção mais ao norte Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas em direção a Bacia Hidrográfica do Caí. Vale salientar que o estabelecimento das Terras Indígenas em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e do Caí deve-se ao fato de que no passado, conforme apresentado, já terem habitado este local e os seus antepassados terem enterrado os umbigos.

Figura 2 - Mapa das nove Terras Indígenas Kaingang em contextos urbanos nos territórios da bacia do Lago Guaíba e das bacias dos rios Taquari-Antas e Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Neste sentido na porção mais ao sul da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas aponta-se Terra Indígena *Jamã Tyj Tãnh* que na língua Kaingang significa “*os coqueiros também vivem ali*”, “*nós e os coqueiros*” (SCHWINGEL, LAROQUE, PILGER, 2014), localiza-se na cidade de Estrela, às margens da Rodovia Federal BR-386²⁰. Estes Kaingang, ao se instalarem na respectiva cidade, foram recriando um novo território de acordo com peculiaridades de sua coletividade (SILVA; LAROQUE, 2012). Sobre as movimentações dos Kaingang até chegarem à cidade de Estrela, temos o seguinte relato:

“Nóis viemo natural de Santa Cruz, da Gruta dos Índio lá. Nóis viemo vindo, se acampando pelas beira das estrada. O falecido pai fazia barraquinho para nós né, de capim, paremo até debaixo das pedra né fazendo artesanato, debaixo das ponte e viemo vindo pela estrada de... até que chegemo na ponte de Mariante, ali na ponte de Mariante nós fiquemos debaixo um bom tempo ali sabe, depois nós vimo que não tava dando muito certo ali por causa do nossos artesanato daí nós voltemo lá pra Montenegro. De Montenegro nós viemo vindo. Fizemo a volta na Tabai, se acampemo na Tabai também, e viemo vindo até que chegemo na entrada de Bom Retiro, acesso a Bom Retiro ali. Essa estrada era tudo estrada de chão que entra pra Bom Retiro. Era tudo chão batido ali” (EE, 28/07/2016, p.1).

A partir do relato e corroborando com os estudos de Silva; Laroque (2012) entende-se que a coletividade Kaingang hoje residente na cidade de Estrela iniciam suas movimentações, liderados pelo patriarca por Manoel Soares que precisou migrar de Santa Cruz do Sul, de onde teriam sido expulsos. Ou seja, no contexto das décadas de 1960 e 1970 deu-se o processo de movimentação do patriarca Manoel Soares com suas esposas (Dona Lídia Soares e Eva Rosalina de Mello, ambas indígenas) e filhos. Todas estas pessoas são naturais de alguma localidade situada na região serrana entre os rios Pardo e Taquari (BASTOS NETO, 2019).

Da descendência de Manoel com Lídia nasceram os indígenas de nomes Maria Antônia Soares, José Alvício Soares, Altair Soares, Pedro Antônio Soares, Jair Soares, Clarice Soares, Carlos Soares, Márcia Soares, Maria Sandra Soares, Andréia Soares, Maria Conceição Soares e Adelar Soares. Na relação entre Manoel Soares e Eva Rosalina de Mello, estes tiveram nove filhos, sendo eles: Janete Soares, Marcos de Mello, Márcio de Mello, Carlos André de Mello, Paulo Alexandre de Mello, Vanderlei de Mello, Leandro de Mello, Claudete e André de Mello (SILVA, 2011). Estes Kaingang, guiados pelo patriarca Manoel, fizeram suas movimentações, em busca de sustentabilidade e do local onde Manoel teria suas raízes. Isto se deve, sobretudo, à memória das marcas deixadas pelos seus antepassados, em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (SILVA, 2016).

²⁰ A rodovia federal BR-386 liga a cidade de Canoas/RS, na região Grande Porto Alegre, com a cidade de Iraí, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Estes Kaingang são detentores da memória. E neste sentido, Tedesco (2014) reforça a ideia de que a memória coletiva demonstra que sua estabilidade ligada-se à estruturação e à estabilidade de uma coletividade. Gibram (2012) corroborada com os dados arrolados de que os Kaingang conferem importância significativa àqueles que têm o umbigo enterrado no local, em detrimento daqueles que vêm de outras áreas indígenas e isto faz parte da memória da coletividade Kaingang.

Manoel Soares teria tido ainda uma terceira esposa, dona Sirce (natural de Venâncio Aires), com quem também teve filhos, porém devido ao fato de ela ter saído da aldeia antes de Manoel Soares falecer, na década de 1990, e retornado para Venâncio Aires, não se tem conhecimento de ligação destes com o grupo atualmente. De acordo com Ernesto Bastos Neto (2009), em Santa Cruz a coletividade Kaingang atualizava suas fronteiras étnicas e mantinha uma coesão através de casamentos entre pessoas de ascendência indígena. Isto se justificava, conforme o referido autor, o estabelecimento de relações poligâmicas, conforme foi o caso do *Kofá* Manoel Soares com as suas três esposas.

Quando os Kaingang da *Jamã Tỳ Tãnh* saíram da região da Gruta dos Índios, em Santa Cruz do Sul, foram morar em uma localidade rememorada por eles como sendo o “Pinheral”, distante cerca de 10 quilômetros da Gruta. Até chegar ao trevo de acesso a cidade de Bom Retiro do Sul, divisa com a cidade de Estrela estes Kaingang se movimentaram por diversas cidades como Mariante, Montenegro e Tabaí (SILVA, 2016). Ao chegarem ao Vale do Taquari, inicialmente, se instalaram nas proximidades do trevo de acesso à Bom Retiro do Sul. Após algum tempo, por orientação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), vieram a se instalar a cerca de dois quilômetros deste local, onde edificaram moradias precárias, e fundaram a “aldeia velha” (SCHWINGEL; LAROQUE; PILGER, 2014; SILVA; LAROQUE, 2012). Lá permaneceram, por mais de quarenta anos, sendo que no ano de 2002 o grupo foi reconhecido como pertencente ao grupo étnico Kaingang (PRESTES, 2018).

Em 2004, a área de terras da “Aldeia Velha” era composta por dezenove casas, em situação de precariedade. Diante dessa realidade, Maria Antônia Soares assume a liderança da comunidade e passa a reivindicar, junto ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), uma área de terras maior e a construção de novas casas. Em 2005, o CEPI negocia e confirma a ampliação da área de terra a ser ocupada pela coletividade. A partir de 2005, os projetos de duplicação da BR 386 passaram a refletir nos Kaingang de Estrela. Por conseguinte, em 2006,

houve a construção de dezenove casas de madeira, sendo ocupadas por aproximadamente 130 indígenas que residiam no local. Esta área de terras tornou-se uma continuidade da “Aldeia Velha”, na medida em que foi incorporada a nova área (SILVA, 2016).

No ano de 2008, houve a aprovação do empreendimento da duplicação da rodovia BR 386, no trecho entre Estrela e Tabaí que afetaria a área da Terra Indígena, reconhecida até meados de 2013, como Aldeia Linha Glória, que somente em 2013 é denominada Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh* (SILVA, 2016). Em 2008, iniciam os trabalhos através do Plano de Aceleração do Crescimento, começando pelo Estudo do Impacto Ambiental, que após aprovação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), concedeu a licença para o começo da obra. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) então, no ano de 2009, passa a intermediar a questão, pois a obra afetaria, diretamente, o território da *Jamã Tÿ Tãnh* (PRESTES, 2018).

Em 2010, é publicado o Programa de Apoio às Comunidades Kaingang - Plano Básico Ambiental das obras de duplicação da BR 386, o qual classifica as Terras Indígenas *Jamã Tÿ Tãnh* e *Foxá* como áreas de influência direta, ao passo que as demais (*Topê Pên/Morro do Osso*, *Fág Nhin/Lomba do Pinheiro* e *Morro Santana*; *Pá Nõnh Mág/Farroupilha* e *Por Fi Gâ/São Leopoldo*) são consideradas áreas de impacto indireto (PRESTES, 2018).

Uma das medidas compensatórias decorrentes das obras de duplicação da BR-386, foi a construção de uma Aldeia Nova. Desse modo, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) adquiriu uma área de terras próxima da aldeia *Jamã Tÿ Tãnh* que ficava às margens da rodovia (PRESTES, 2018). As obras de construção da aldeia nova tiveram início em 2014 com a construção de 29 casas de alvenaria e de uma Casa de Fala. Em julho de 2015, a coletividade foi realocada para este novo espaço, com o acesso às moradias e ao centro cultural. Somente a escola e a Casa de Artesanato não haviam sido concluídas neste período conforme podemos observar (FIGURA 3). A escola foi liberada para uso da comunidade, em maio de 2016.

Figura 3 - Vista parcial da Terra Indígena *Jamã Tỳ Tãnh* de Estrela



Fonte: Acervo Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Além das casas, outra reivindicação antiga que veio a concretizar-se com a construção da “Aldeia nova”, foi o acesso a água e a luz para todas as moradias e a construção de banheiros, com fossa séptica (SILVA, 2016). Assim, esta coletividade foi se instalando e caracterizando o espaço de acordo com seu jeito de Ser Kaingang.

Outra coletividade indígena também estabelecida em áreas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas são os Kaingang da Terra Indígena *Foxá*, em Lajeado, os quais vêm lutando para reaver seus tradicionais territórios e manter os costumes, mesmo vivendo em contexto urbano. A nomenclatura da Terra Indígena *Foxá*, na língua Kaingang, quer dizer ‘cedro’ (*Fó Sá*) = Aqui no Cedro (LAPPE, LAROQUE, 2018). O nome da Terra Indígena faz referência às árvores de cedro existentes no local. Destaca-se que em alguns estudos e documentos pesquisados no Ministério Público Federal (MPF) e Prefeitura de Lajeado, o nome da Terra Indígena é referido de diversas maneiras. Desse modo, em uma saída de campo realizada à comunidade, os Kaingang nos explicaram que a letra “x” não pertence ao alfabeto Kaingang e que a grafia “*Foxá*” foi uma construção “aportuguesada” escolhida pelos próprios indígenas, mas que pela grafia Kaingang é apenas “*Fó*”, pois *Fó* é Cedro (DIÁRIO DE CAMPO, 27/09/2017).

A formação da Terra Indígena *Foxá*, se deu há aproximadamente 20 anos (LAPPE, 2015), quando as movimentações de retorno dos Kaingang para a cidade de Lajeado intensificaram-se por volta do ano 2000, quando as primeiras famílias oriundas de Nonoai, e posteriormente de Serrinha, Votouro e Guarita se estabeleceram inicialmente às margens da

rodovia estadual RS130²¹, a 600 metros ao oeste do trevo de cruzamento com a rodovia federal BR-386, do lado esquerdo de quem se desloca para a cidade de Venâncio Aires (LAPPE, 2015).

De acordo com alguns indígenas, as primeiras famílias que chegaram a Lajeado vieram da Aldeia Bananeiras, localizada na Reserva Indígena de Nonoai, estabelecendo-se em um prédio que estava em construção, próximo a rodoviária da cidade. De lá foram expulsos ao queimar as taquaras para fazerem o artesanato (DIÁRIO DE CAMPO, 13/05/2016). Neste período de instalação, aproximadamente quinze pessoas, entre jovens, adultos e crianças, viviam nas margens da rodovia RS-130 (LAPPE, LAROQUE, 2018). As dificuldades desta coletividade eram visíveis, pois, além do espaço reduzido, as crianças estavam expostas aos perigos constantes na RS 130, em razão do fluxo de veículos (LAPPE, 2015). Apesar da precariedade de suas instalações e o perigo constante em razão do fluxo de pessoas e veículos, os Kaingang ali permaneceram, reivindicando seus direitos.

Em março de 2003, representantes da Promotoria de Justiça de Lajeado, Assistência Social e secretários municipais reuniram-se para discutir a situação em que se encontravam as famílias Kaingang acampadas às margens da RS-130, no município de Lajeado. Em torno de três famílias, somando aproximadamente 20 pessoas, viviam em situação de precariedade às margens da RS 130. As habitações encontravam-se cobertas por lonas e não dispunham de sanitários e energia elétrica. Neste momento, sugeriu-se a formação de um lugar onde os indígenas pudessem se estabelecer quando estivessem de passagem pela cidade. Visando resolver a situação dos Kaingang, em fevereiro de 2004, foi realizada reunião com órgãos públicos e representantes dos Kaingang com a finalidade de encontrar soluções para a melhoria das condições de vida dos indígenas acampados na cidade de Lajeado (LAPPE, 2015; LAPPE, LAROQUE, 2018).

Segundo Oliveira (2010), os Kaingang, tiveram a ajuda do MPF, FUNAI, Conselho Tutelar de Lajeado, Conselho de Missão entre Índios (COMIN) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em abril, os órgãos públicos citados, se reuniram para decidir a situação dos Kaingang. Ficou definido que a FUNASA seria a responsável por providenciar a instalação do ponto de água, junto ao acampamento às margens da RS-130 e que a FUNASA se comprometeria com a instalação de um sistema de banheiro coletivo. Nesse mesmo

²¹ A RS-130 é uma rodovia estadual do Rio Grande do Sul que liga a BR-386, na cidade de Lajeado/RS, à RS-129, na cidade de Encantado/RS.

período, foi exposta uma área de aproximadamente 500 m², localizada às margens da RS-130, no sentido Lajeado-Cruzeiro do Sul. Da prefeitura de Lajeado, após muitas reuniões e discussões, os Kaingang receberam uma área de terra no bairro Jardim do Cedro para se instalar. As negociações para a instalação da Terra Indígena começaram em agosto de 2005 (LAPPE, 2015).

Em 11 de outubro de 2005, os indígenas conseguiram o direito de uso de uma área de terra de 525 m² às margens da RS-130 no bairro Jardim do Cedro, no sentido à cidade de Cruzeiro do Sul, próximo ao estádio do clube de futebol Lajeadense (LAPPE; LAROQUE, 2018). Esse espaço foi disponibilizado às famílias Kaingang por um Termo Administrativo de Cessão de Uso celebrado entre a Prefeitura Municipal de Lajeado e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul em 16 de janeiro de 2006 (LAPPE, 2015).

Em abril de 2007, foram construídas oito casas de madeira, além de uma unidade sanitária com três banheiros coletivos e dois tanques para lavar roupas, bem como a instalação de luz elétrica, e água potável (LAPPE, LAROQUE; 2018). É importante ressaltar que a Prefeitura de Lajeado cedeu em comodato, para o assentamento dessa coletividade, uma área de 20m X 25m (LAPPE, 2015).

O espaço onde se encontram atualmente foi uma conquista engajada em luta diária da comunidade (FIGURA 4), e hoje, é entendida como um processo positivo, principalmente por estarem localizados em um lugar tranquilo, onde as crianças podem brincar coletando frutos, balançar-se em cipós na área de mata contígua ao terreno, bem como os moradores da Terra Indígena podem coletar materiais para confeccionar o artesanato.

Figura 4 - Vista Parcial da Terra Indígena *Foxá* de Lajeado



Fonte: Acervo Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

A partir das medidas compensatórias oriundas da duplicação da BR 386, como referido anteriormente, foi previsto para a Terra Indígena *Foxá* a aquisição de 17 hectares de terras. No ano de 2013, após consulta com a liderança da época, cacique Francisco *Rókáng* dos Santos e a comunidade Kaingang, estes escolheram uma das áreas de terra oferecidas pela União. Desse modo, esta coletividade é compensada com 11,6 hectares de terra. Ressalta-se que apenas 11,6 dos 17 hectares foram repassados à Terra Indígena *Pó Mág*, portanto, há ainda 5,4 hectares para serem destinados à comunidade (BUSOLLI, 2015). A partir desse momento, surgiu a Terra Indígena *Pó Mág*, um desdobramento da Terra Indígena *Foxá* (LAPPE, 2015).

A terceira comunidade Kaingang também estabelecida em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas trata-se da Terra Indígena *Pó Mág* localiza-se atualmente às margens da BR 386, a 2 quilômetros do centro da cidade de Tabai. O nome *Pó Mág* tem origem na língua Kaingang e significa Pedra Grande, uma referência às inúmeras formações rochosas presentes no local (DIARIO DE CAMPO, 08/01/2015). A Terra Indígena está localizada em uma propriedade à margem esquerda da BR 386 – sentido Lajeado/Porto Alegre (FIGURA 5).

Figura 5 - Vista parcial da Terra Indígena *Pó Mág* de Tabaí



Fonte: Acervo Projeto de Pesquisa Identidade Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Inicialmente, o local da TI foi pensado como um acampamento provisório, com a finalidade de fornecer materiais à *Foxá*, os quais seriam utilizados para confecção do artesanato. Posteriormente, por questões internas entre lideranças, é decidido que a área se tornaria uma aldeia fixa, portanto uma *emã* (BUSOLLI, 2015). A primeira família a ir residir na Terra Indígena *Pó Mág*, fora de Francisco *Ró Káng* dos Santos, proveniente da Terra Indígena *Foxá*, que, a partir de então, se tornou cacique das duas Terras Indígenas. Posteriormente, o cacique Francisco permaneceu somente como liderança na Terra Indígena *Pó Mág*, localizada em Tabaí (LAPPE, 2015). A partir de estudos de Busolli (2018), as famílias que atualmente residem na Terra Indígena *Pó Mág* são originárias do município de Miraguaí e Redentora. Ambas localidades são limítrofes e, entende-se que a Terra Indígena Guarita se estende pela área dos dois municípios.

As famílias que lá passaram a residir, através do protagonismo de suas lideranças, buscaram manter a cultura e a sustentabilidade Kaingang, bem como garantir à sua comunidade os direitos que lhe são garantidos por Lei, como saúde e educação (BUSOLLI, 2018). Esta coletividade, conforme Prestes (2018), vieram a enfrentar dificuldades em ver efetivados seus direitos fundamentais, como acesso a saneamento e educação. Ressalta-se que no ano de 2013, o município de Tabaí negou aos Kaingang o direito de matrícula na rede pública, alegando que os mesmos não residiam na cidade, bem como foi negado o atendimento médico pelos postos de saúde locais.

Somente em 2015 é que a comunidade tem a luz instalada e o abastecimento de água potável por meio de caminhão pipa. No que se refere à saúde, o Sistema Único de Saúde atende as necessidades básicas e o agente de saúde por meio de visitas e aconselhamentos, faz

o acompanhamento da comunidade. No que tange a educação, havia sido publicado em diário oficial a necessidade de instalação da escola indígena, e na época já havia vindo um professor indígena, com titulação suficiente para ministrar aulas na escola indígena (DIÁRIO DE CAMPO, 28/04/2015). Conforme Busolli (2015; 2018), em treze de março de 2015, a criação da escola foi confirmada, sendo denominada Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental *Pó Mág*. Prestes (2018) corrobora trazendo a informação que, devido às burocracias de órgãos competentes, as atividades regulares somente tiveram início no ano de 2016, assim, durante os anos letivos de 2016 e 2017 as crianças indígenas tiveram garantido o acesso à educação. Vale relacionar a conquista da escola com as políticas indigenistas do século XX, sendo que começam a “negociar” pelos seus direitos, ou seja, buscam melhores acessos e oportunidades à educação, saúde, saneamento básico e moradias. Neste sentido, as escolas foram e são pautas significativas dentro das terras indígenas. Assim, utilizando os estudos de Little (1994), salientamos que as reivindicações Kaingang são casos de reterritorialidade, pois, se voltarmos no tempo, veremos que são produto de uma ou até mesmo de várias movimentações originárias.

Nesse caminho houve alguns percalços como a morte do cacique Francisco *Rockã*, ocorrida no dia 17 de agosto de 2015. Desse modo, a nova liderança, Tomé Fongue, busca dar continuidade à luta Kaingang (BUSOLLI, 2015). Em 2016 por algumas questões internas, Tomé sai da comunidade e a liderança é assumida por André Fongue. Esta coletividade vivencia dificuldades rotineiras, haja vista o local onde estão instalados, inibe a venda do artesanato, em razão do difícil acesso, e o solo apresenta baixa produtividade, já que, a área é composta por solo pedregoso, bem como as dificuldades em ver os direitos básicos assegurados (PRESTES, 2018).

Conforme os estudos de Busolli (2018), entre as Terras Indígenas surgidas nesse processo compensatório, a mais recente, a Terra Indígena *Pó Mág* vem lutando para se consolidar em meio ao preconceito e desconfiança da sociedade envolvente. Entre suas demandas podemos apontar três como as principais, a busca manutenção cultural Kaingang, saúde e educação que levem em consideração sua identidade. Conforme Prestes (2018), esta coletividade conquistou a efetividade de seus direitos, entre eles se destaca a regularização da escola indígena e a contratação de Agente de Saúde Indígena. Contudo, há necessidades que precisam ainda ser supridas, dentre as quais se destaca a falta de água potável encanada.

Especificamente para a porção norte da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas em

direção a Bacia Hidrográfica do Caí temos a Terra Indígena *Pá Nõnh Mág* localizada no bairro Nova Vicenza em Farroupilha, próximo ao Balneário Nova Santa Rita na cidade de Farroupilha, sendo instituída em 2006 (INVERNIZZI, 2017; PRESTES, 2018). De acordo com algumas lideranças da Terra Indígena, o espaço da comunidade é de aproximadamente 8.000 a 9.000 m², ou seja, nem um hectare de terra (DIÁRIO DE CAMPO, 08/01/2015).

Figura 6 – Vista parcial da Terra Indígena *Pá Nõnh Mág* de Farroupilha



Fonte: Acervo Projeto de Pesquisa Identidade Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

A denominação “*Pá Nõnh Mág*”, na língua Kaingang refere-se “a montanhas, morros, com araucária que vivem próximos de nós”. Segundo informações de Invernizzi (2017), para os Kaingang é difícil clarificar o significado da denominação atribuída a sua Terra Indígena, visto que, se articula a lógica da própria cultura.

As famílias que residem na Terra Indígena *Pá Nõnh Mág* são originárias de Terras Indígenas de Tenente Portela, Cacique Doble, Benjamin Constante, Nonoai e Passo Fundo (PRESTES, 2018). De acordo com a professora da Terra Indígena, atualmente as famílias da comunidade são provenientes de “*Tenente Portela, Charrua, Cacique Doble, Nonoai*” (EK1, 12/12/2019, p.1). Através de nossas interlocuções e registros em diário de campo, temos a informação que as famílias desta comunidade, foram compostas de homens da comunidade de Guarita que se casaram com mulheres de Tenente Portela (DIÁRIO DE CAMPO, 08/01/2015).

Esses grupos familiares costumavam movimentar-se pelas áreas indígenas de Ligeiro, Carreteiro, Cacique Doble, Nonoai, Campo do Meio ou pelas cidades da Serra Gaúcha, como Gramado, Farroupilha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, fazendo longas caminhadas para comercializar o artesanato ou trabalhando em atividades paralelas (INVERNIZZI, 2017).

Quando perguntado a uma antiga liderança da comunidade sobre o porquê se fixarem em Farroupilha, ela expõe:

“Nós acampava ali perto da rodoviária. Dai nos ficamos até eles ajeitarem esse lugar aqui pra nós [onde estão atualmente]

E: *“e tu lembra quando eles ajeitam aqui pra vocês?”*

S: *“aqui eles, foi em 2006”.*

E: *“Tu lembra como foi tua vinda pra cá?”*

“Nós viemos de ônibus. A gente sempre vinha vender artesanato, dai depois acabamos ficando. Nós vinha nas férias das crianças no verão e depois nos voltava”.

E: *“e porque resolveram ficar por aqui”.*

S: *“Aqui é um lugar bom para trabalho e venda dos artesanato”* (EK3, 29/02/2020, p.1-2).

Corroborando com explanação um relato da liderança da T.I onde informa que *“Nós ficava ali do lado da rodoviária. Aí tinha um espaço que era da Grendene e aí nos ficava nesse local. O dono cedeu pra nós pra acampar lá”* (EK2, 29/02/2020, p.1). Ainda sobre a vinda à Farroupilha a liderança da comunidade coloca que *“[...] a gente pegou uma carona de um caminhoneiro e viemos. Só com a roupa do corpo e estamos aí até hoje. Primeiro veio a família do tio Ornélio e dai depois vem a nossa família, do tio Vander depois, e dai depois veio todo o resto do pessoal”* (EK2, 29/02/2020, p.2). E também temos:

“[...] Pela história que a gente sabe que já tem aqui. E a gente já sabia que nossos antepassados já andavam por aqui e foi um dos motivos para gente já ficar por aí. E claro, também porque a gente tá perto de uma metrópole, tem mais oportunidade de trabalho, hoje como não tem mais um espaço grande para a gente viver da caça ou da pesca então a gente se obriga a depender de uma metrópole” (EK2, 29/02/2020, p.1-2).

Entende-se a partir desse relato, que os Kaingang residentes na cidade de Farroupilha, foram motivados a permanecerem no local em razão da venda do artesanato e também pela possibilidade de trabalho, além de seus antepassados já terem frequentado estes espaços. *“a gente veio morar pra cá mesmo em 2004, 2005. Mas antes disso a gente morava em Tenente Portela. Mas desde que eu me conheço por gente, o pai já andava por aqui. Sempre, todo o ano ele vinha. Mas residi mesmo em 2004/2005”* (EK2, 29/02/2020, p.1).

Para entender as suas movimentações até chegar a cidade de Farroupilha, na Serra Gaúcha, Invernizzi (2017), explica que a identificação com o território perpassa os valores simbólicos interligados ao reconhecimento ambiental do espaço em que vivem. Dessa forma, tem-se que as vivências nos espaços das cidades de Caxias do Sul e Farroupilha eram cotidianas nas movimentações Kaingang. Para, além disso, é sabido que os Kaingang se faziam presentes, circulando por estes territórios nos anos de 1998 ou 1999.

Para que os Kaingang se fixassem em Farroupilha de forma definitiva, seria preciso algumas negociações para que encontrassem uma terra disponível para montar as estruturas de uma Terra Indígena. Sobre isso o cacique da T.I menciona que “[...] até esse espaço que a gente tem aqui foi uma negociação uma vez a respeito da, com o espaço da Grendene. Pra sair de lá o prefeito negociou e deu esse espaço por tempo indeterminado. E a gente começou a construir as casas” (EK2, 29/02/2020, p.1-2).

Nesse sentido, Invernizzi (2017), acentua que negociações entre os Kaingang e órgãos públicos municipais começaram a acontecer. A prefeitura municipal de Farroupilha criou a Lei Municipal n°. 3.139, de 23 de maio de 2006 para regularizar a instalação dos Kaingang no município. Com a lei instituída em vinte e três de maio de 2006, no mesmo mês é assinado o Termo de Cessão de uso de Bem Público Municipal. No dia 30 de maio de 2006 o Termo de Compromisso de ajustamento de conduta referente à cessão de terreno para fixação das famílias Kaingang acampadas na cidade de Farroupilha é assinado.

Destarte, por meio de um convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foram construídas, quinze unidades habitacionais, além de uma escola e uma área coberta utilizada para eventos sociais realizados pela comunidade. Ressalta-se que as negociações para a implantação da escola tiveram início em 2007, vindo compatibilizar somente no ano de 2013 (PRESTES, 2018).

A partir da duplicação da BR-386, a Terra Indígena *Pã Nõnh Mág* teve direito a adquirir uma concessão de terras por meio das medidas compensatórias de tal frente pioneira. A comunidade recebeu uma área de terras na cidade de Farroupilha, sendo que, a partir de uma dissidência, algumas famílias, passaram a ocupar o local em meados de 2015, sendo a nova área denominada como *Ká Mág*, a qual significa árvore grande (PRESTES, 2018).

A Terra Indígena *Ká Mág* possui 22 hectares de terra (14 hectares de área e 08 hectares de mata “grossa” (PRESTES, 2018). Está localizada na localidade Capela São Roque no 4º Distrito de Farroupilha (FIGURA 7). Entre a *Pó Nãnh Mág* e a *Ka Mág* são 21 quilômetros de distância (INVERNIZZI, 2017). A “nova aldeia” fica em área de vinhedos, de modo que, a vegetação que predomina são os parreirais (PRESTES, 2018). Inicialmente, migraram para lá seis famílias. A parcialidade liderada por Neri, é o grupo inicial a morar na *Ka Mág* (INVERNIZZI, 2017).

Figura 7 – Vista parcial da Terra Indígena *Ka Mág* de Farroupilha



Fonte: Acervo Projeto de Pesquisa Identidade Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Em conformidade, Invernizzi (2017), ressalta que não é possível apontar qual é o mês exato da mudança, mas a partir de interlocuções com lideranças Kaingang residentes na cidade de Farroupilha, constata-se que novembro de 2015 tenha sido o mês de ocupação e criação da Terra Indígena *Ka Mág* e início do cacicado de Silvana *Kréntánh* Antônio, passando a ser cacique das duas Terras Indígenas. Utilizando os estudos de Prestes (2018), reforça-se a concepção de que a Terra Indígena *Ká Mág* além de representar um desdobramento da Terra Indígena *Pã Nõnh Mág*, representa a efetividade de direitos assegurados a partir das medidas compensatórias da duplicação da BR 386.

Desse modo, entende-se que a criação das Terras Indígenas *Pã Nõnh Mág* e *Ka Mág* são semelhantes ao de outras Terras Indígenas, sendo que os Kaingang tiveram que lutar para terem seus direitos reconhecidos (PRESTES, 2018). A coletividade Kaingang residente em Farroupilha exerce a função de protagonistas de sua historicidade, pois atuam bravamente em proveito de melhorias na educação, saúde e sustentabilidade.

O contexto espacial em que se encontram as Terras Indígenas *Jamã Tÿ Tãnh*, *Pó Mág*, *Foxá*, *Pã Nõnh Mág* e *Ká Mág* é apropriado pelas coletividades Kaingang que constroem sua territorialidade a partir do meio em que vivem, podendo ser exemplificado a partir da

nomenclatura das Terras Indígenas.

Conforme referido anteriormente, a territorialidade das cinco Terras Indígenas em estudo trata-se de uma construção sociocultural, visto que, as pesquisas arqueológicas e documentais corroboram sobre a presença e movimentações dos Kaingang em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Rio Taquari-Antas, desde o período do pré-contato com os ibéricos. As movimentações da coletividade Kaingang estão objetivadas na obtenção de matéria-prima para a confecção do artesanato com cipós, taquaras e sementes, bem como na subsistência familiar. Além disso, essas movimentações relacionam-se aos seus parentes, os quais, são provenientes do processo de (re)territorialização dos Kaingang aos seus tradicionais territórios localizadas em espaços da Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas e as terras indígenas localizadas no norte do estado do Rio Grande do Sul.

Como mencionado anteriormente, antes da Constituição Federal de 1988 e pós Constituição, os Kaingang mesmo respaldados pela Carta Magna lutam diariamente pelos seus direitos. Um exemplo são as medidas compensatórias provenientes da duplicação da BR 386, as reuniões para conseguirem construir dentro das TI mais moradias, posto de saúde e centro cultural.

Além disso, os Kaingang localizados nos espaços da Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas fazem parte do tradicional território Kaingang e estes reconhecem entre si um sistema cosmológico comum (LAPPE; LAROQUE, 2015). Nestes espaços a maioria das coletividades Kaingang vive de acordo com suas metades clânicas *Kamé* e *Kanhru* e seguem regras de aliança e reciprocidade entre si. Para estes indígenas, o território é onde seus ancestrais habitam (TOMASSINO, 2000) e, dessa forma entender a presença indígena na cidade e seu processo de retorialização é interligar as movimentações a partir de suas cosmologias, do faccionalismo e das necessidades de subsistência.

3.2 Pescadores artesanais do Rio Taquari em áreas de imigração: As dinâmicas da pesca e os saberes tradicionais

O fazer pesqueiro e a atividade pesqueira, compondo as práticas e a dieta alimentar das coletividades humanas, permeou a trajetória da humanidade até os dias atuais, (BAPTISTA, 2007; CARDOSO, 2001; SANTOS; SANTOS, 2005). Além da subsistência familiar, esta atividade associa-se a organização socioeconômica das coletividades e apresenta

uma temporalidade antiga, pois foi utilizada para abastecimento de núcleos urbanos e espaços interioranos do Brasil colonial (MORENO; CARVALHAL, 2013). De acordo com Santos; Santos (2005), a atividade pesqueira, classificada como atividade do setor primário, destinada basicamente à alimentação e ao comércio (SANTOS; SANTOS, 2005), pode ocorrer em águas interiores – provenientes de lagoas, rios, arroios, sangas, riachos, barragens e açudes, assim como as de represas que fornecem águas às lavouras por meio de comportas ou dutos, bem como em mar aberto (CARTILHA DO PESCADOR, 2003). O manejo dos recursos pesqueiros dá-se por meio da pesca extrativa (que extrai o pescado como um recurso natural renovável) e através da pesca não extrativa (que tem o pescado como um produto cultivado - a aquicultura) (ABDALLAH, 1998). Conforme um dos geógrafos que também estuda a territorialidade pesqueira, durante a interlocução, menciona que “*o pescador é um extrativista – ele come o que ele pescou naquele dia ou o que ele conseguiu acumular*” (EG2, 24/09/2020, p.1).

Segundo Santos e Santos (2005), como os recursos hídricos e os organismos que neles vivem são de domínio público, o exercício da pesca é garantido para todos, desde que sejam registradas como atividades de pesca. Dessa forma, a atividade pesqueira enquadra-se em cinco categorias, conforme segue: *a) Pesca comercial*: desenvolvida por pescadores profissionais e destinada à comercialização; *b) Pesca industrial*: desenvolvida por pescadores profissionais; *c) Pesca de peixes ornamentais*: desenvolvida por pescadores artesanais de peixes vivos; *d) Pesca de subsistência*: desenvolvida por pescadores e destinada à sua alimentação e a de seus familiares, a produção além de consumida pela família, também é comercializada; *e) Pesca Esportiva*: no sistema pesque-pague, pesque-solte e pesque-leve (SANTOS; SANTOS, 2005).

Para uma melhor organização na atividade pesqueira, foram criadas as colônias de pescadores. De acordo com o Artigo 1º da Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008,

As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal (BRASIL, 2008, texto digital).

Assim, com vista a facilitar a atividade pesqueira e o trabalho do pescador, o Vale do Taquari conta com duas colônias de pescadores. A colônia Z20, situada na cidade de Estrela e a colônia Z32 na cidade de Taquari. Durante as pesquisas à campo, mantivemos contato com integrantes das colônias de pescadores que nos auxiliaram nas interlocuções. Desse modo, o

presidente da colônia de pescadores Z20 da cidade de Estrela sintetiza o trabalho da colônia:

“Olha, a gente auxilia da maneira de intermediar o encaminhamento de papelada. O fulano vem aqui quer encaminhar uma carteira de pesca pra ser pescador profissional artesanal, porque aqui é só pros artesanais, o profissional é em alto mar, onde as embarcações são maiores. Então quando se fala artesanal, quer dizer o profissional que trabalha com as mãos, sem mecanismo. Aí ele quer ser pescador profissional artesanal, então a gente, segundo a lei, o ministério da pesca, a documentação que tu precisa, e isto e aquilo, a gente explica também o direito e dever aí ele sai, se ele quiser continuar ele volta com a documentação pra encaminhar. A gente preenche toda a documentação e encaminha pro ministério da pesca pra encaminhar a sua carteira. Uma vez que ele tem a carteira a gente orienta ele que ele tem que pegar o SEI na receita federal tem que ir no INSS que ele tem que pegar o talão de notas, que todo peixe que ele vende ele tem que cadastrar e tirar nota e pagar... essas partes legais a gente orienta como fazer”.

M: *“Tem muita burocracia, dificulta pra vocês?”*

L: *“Olha, há bastante assim, o seguro defeso. Porque hoje é tudo on-line. Ele traz toda a documentação é levado pro contador, é mandado on-line ao INSS, o INSS analisa toda a documentação, daí o INSS defere ou indefere”.*

E: *“[...] quantos associados tem na colônia?”*

“[...] eu acredito que nós temos em torno de uns 120, 150 pescadores, mais ou menos isso. Mas todos do Vale do Taquari” (EP4, 22/11/2018, p. 4-5).

O presidente da colônia de pescadores Z32, da cidade de Taquari sinaliza o seguinte:

“Olha aqui a gente dá toda manutenção sobre os direitos, manutenção da carteira, talão de produtor, documentação, então aqui a colônia ele faz toda essa manutenção aqui. O pescador só paga uma anuidade e o resto a gente faz tudo, deixa tudo prontinho pro pescador” (EP2, 11/05/2018, p. 3).

A partir dos relatos dos presidentes das colônias de pescadores e, as interlocuções com demais pescadores do rio Taquari, percebe-se que, em se tratando do rio Taquari, é possível classificar a atividade pesqueira pesca industrial e de subsistência/artesanal, pois os pescadores identificam-se como sendo pescadores artesanais, visto que comercializam seu pescado e mantém a sustentabilidade da família. Sobre isso, um pescador da cidade de Taquari enfatiza:

“Geralmente como na nossa região não tem cooperativa então o nosso peixe é vendido direto pro consumidor. Com talão de produtor, então em qualquer lugar o pescador profissional pode vende. Com esse bloco depois é gerado um ICM, 2,3% cada um paga então todo o pescador tá contribuindo pro estado” (EP2, 11/05/2018, p.11).

Um pescador de Encantado, corroborando com o pescador de Taquari, expõe que ele após pescar limpa imediatamente o pescado e os coloca no *freezer*. Quando os compradores desejam adquirir peixes, estes dirigem-se até sua residência para escolher e comprar o pescado do seu interesse (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2018, p.3). O pescador de Estrela menciona que seu pescado não é comercializado em feiras e/ou supermercados, mas *“[...] a gente comercializa de casa em casa ou em casa mesmo”* (EP4, 22/11/2018, p.4).

Além da comercialização do pescado em pequena escala, a questão conceitual sobre pesca artesanal envolve uma diversidade de modalidades de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos. Além disso, a pesca artesanal é realizada nos moldes da pequena produção mercantil (CARDOSO, 2001). Nesse sentido, a pesca de subsistência também pode ser entendida como pesca artesanal, pois de acordo com Andreoli e Anacleto (2006), os pescadores artesanais se caracterizam pela simplicidade da tecnologia utilizada em seus aparatos de pesca e, conforme Cardoso (2001), as tecnologias possuem baixo poder de predação.

De acordo com Andreoli e Anacleto (2006), as embarcações são pequenas ou de médio porte, sem instrumentação de bordo, e pelo baixo custo da produção, onde a remuneração se faz através da venda do pescado para peixarias, bancas de peixe ou banca própria, podendo ocorrer atividades econômicas complementares. Corroborando, em pesquisa à campo, na cidade de Encantado, um pescador da referida cidade mencionou que ele próprio faz suas embarcações. O barco que ele utiliza atualmente, foi construído a aproximadamente oito anos. O pescador menciona que *“as ripas de cima do barco são eucalipto, as do fundo são cedro alagoano - é uma madeira que quando tu cerra ela arde o nariz de uma maneira – que nem pimenta”* (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p.4). O pescador, durante a interlocução salienta que fazia sua embarcação um pouco por dia e que para o barco ficar bom e não entrar água leva o tempo - uns cinco a seis dias (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019). Sobre os materiais e apetrechos utilizados nas pescas, o interlocutor de Encantado menciona a seguinte utilização:

“Rede, tarrafas, anzóis. É o que eu uso. Covo [armadilha para pescar] eu teria o direito de usar um, mas eu não pesco com covo porque eu acho que é até uma covardia o covo, onde bota comida no covo o peixe ele vai né. E o peixe se, na verdade o fundo do rio ele é um deserto. Saiu a água vira um deserto. Então aonde tem comida o peixe procura ir” (EP1, 05/05/2018, p. 10).

Corroborando com o interlocutor anterior a respeito dos materiais utilizados para as pescarias, o pescador de Taquari ressalta:

“Então sempre o meu ramo de pesca era rede e tarrafa, espinhel e anzol assim, muito pouco, ne?! Mas assim, a gente sempre pesco o peixe pra vende, pra comercializa, então pra te uma renda uma quantidade maior assim, tem que se com material mais especificado assim, profissional, rede, tarrafa e outros equipamentos, ne?!” (EP2, 11/05/2018, p.2).

O pescador da cidade de Estrela relacionado aos seus aparatos de pesca sinaliza que utiliza a rede para pescar e, o material que vai manusear depende muito da época que o peixe

está desovando ou não. Segundo ele, os materiais são específicos, sempre se observando a reprodução do pescado. Sobre isso temos:

“Eu uso alguns espinhéis, muito depende dá onde eu vou pescar então, existe épocas do ano que o espinhel dá muito bem o peixe é mais... principalmente quando ele tá se preparando pra procriar, pra desovar. Porque tem uma fase que o peixe desenvolve a ova na barriga que ele come muito que ele precisa alimentar a si e alimentar toda aquela porção de ovas que ele tem. Então é uma época que o peixe come muito. Tem épocas que ele fica praticamente dormindo, que daí é mais fácil pegar com rede. A gente tira a experiência porque eu largo o espinhel com trinta anzol e tu levanta de manhã, vinte, trinta, isca, aí é sinal que o peixe não tá comendo. Não comeu com isca, pode parar de pescar com anzol, não tá com fome. Aí começa a pescar só com rede e deixa o espinhel de lado. Mas as vezes acontece de eu largar o anzol e de manhã ter dez, quinze peixes, não ter mais nenhuma isca. Opa!! Nessa temporada posso pescar mais de anzol” (EP4, 22/11/2018, p.3).

Um outro pescador da cidade de Lajeado complementa que na maior parte das vezes utiliza a rede e a espera e relacionado à pesca há anos atrás ele sinaliza que, *“se utilizava muita espera. [...] se fazia espera e fazia juncá, me parece que é o nome, tipo de um funil de taquara que era feito, colocava na correnteza e o peixe vinha e ele tava preso ali”* (EP6, 07/02/2019, p.4). E sobre os materiais utilizados para a atividade pesqueira, o pescador de Lajeado explana o seguinte:

“[...] as redes eram tudo meio que artesanal, o pessoal ia fazendo, errava, fazia de novo errava e ia fazendo até acertar até que dessa vez acertava. Então a rede, a rede é boa, mas aí tu vai ver ela tem o ponto que escorre, o que que é o ponto de escorre, ela não ficou bem presa aí o peixe entra e escapa, ela se abre né, então isso acontecia muito, agora não, agora já não é mais [...] Porque primeiro se pescava com alfinete e uma linhazinha né, fígava um peixe e ele caía ali não ficava e pegava... [...] A primeira vez que eu fui pescar foi com alfinete [...] Entorta o alfinete, exato pra dar o anzol, coloca a minhoquinha ali, enrola uma linha na cabecinha do alfinete e larga ali, o peixe puxou to “tsst” puxa, ele não fica ferrado mas tu tira da água” (EP6, 07/02/2019, p.14).

Percebe-se a partir das interlocuções arroladas que, as técnicas de pesca são peculiares a cada pescador. Cada um observa o comportamento dos peixes, avaliam o melhor material e, além disso, o lugar mais propício para se pescar. O que se tem em comum, são os materiais utilizados. Anzóis, redes, espera, etc. corroborando, Baptista (2007), ressalta que as técnicas e materiais utilizados por pescadores artesanais tiveram modificações ao longo dos anos em razão das necessidades de aumentar a quantidade de pescado, visando a subsistência familiar. A introdução de modernas e novas tecnologias na atividade pesqueira pode ser entendida como estratégia para permanecerem pescadores. Precisam destas ressignificações para que possam atender as suas demandas de produção. Assim, estes pescadores realizam mediações entre os conhecimentos modernos e tradicionais, a partir da experiência com os ambientes pesqueiros e sua criatividade de readaptação (BITTENCOURT, 2017). Um de nossos

interlocutores reforça a ideia sobre o conhecimento dos pescadores:

“O conhecimento do pescador na contemporaneidade, no passado ele era ecológico era a partir da dinâmica com o ambiente, o pescador sabe quando a maré vai encher, quando ela vazar, ele sabe do vento, ele sabe quando o peixe está reproduzindo. Só o que acontece dando um exemplo da hidrelétrica mesmo. Ele sabe quando a maré vai subir e vai descer. Mas quando chega a hidrelétrica não tem mais como saber. Que quem decide isso é o dedo no botão da compota. Então o que eu disse: que esse conhecimento não é mais ecológico tradicional ele é um conhecimento territorial tradicional. Porque? Porque ele passa a compor as estratégias dos pescadores. Então para além de saber da dinâmica do peixe ele precisa saber esconder onde tem peixe. Ele tem que saber colocar armadilhas no caminho. Então passa a ter um monte de estratégias que não são mais da natureza. Eu entendo até o conhecimento como territorial. E é territorial porque só diz respeito aquele espaço” (EG2, 24/09/2020, p.2-3).

Corroborando, devemos entender que a pesca artesanal não deve apenas estar atrelada à questão do instrumental tecnológico empregado nas capturas e sim nas formas de organização social dos pescadores e sua forma de extração (CARDOSO, 2001), pois esta categoria de pesca segue um rito particular, iniciando com a captura e estendendo-se até a venda do pescado (BRAIDO, CAPORLINGUA, 2013). Os peixes são recursos do ambiente percebidos e explorados de acordo com os padrões culturais próprios da sociedade (BAPTISTA, 2007).

A atividade pesqueira, tanto industrial como artesanal, faz parte de um universo com costumes e conhecimento culturalmente passados de geração para geração, normalmente de pai para filho (BRAIDO e CAPORLINGUA, 2013), ou, conforme Andreoli e Anacleto (2006), a pesca é baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador normalmente pelos mais velhos e com a própria experiência, adquirida com o trabalho diário no rio. Os conhecimentos dos pescadores são transmitidos através da oralidade e da experiência (BITTENCOURT, 2017).

Relacionado aos pescadores do rio Taquari, nem sempre, podemos associar a transmissão de conhecimentos entre as gerações. O que se percebe é um aprendizado por necessidade ou, em algumas vezes, pelos ensinamentos de pessoas próximas a eles. Raramente são os pais que os ensinam a pescar. Sobre práticas de pesca e a transmissão de conhecimentos, o pescador da cidade de Encantado relata o seguinte:

“[...] Quando eu tinha entorno de 6 anos de idade, o pai tirava areia do rio. E aí eu ia junto pescar. Meio dia por dia eu estudava e o outro meio dia eu ia junto tira a água do barco. E aí a gente já ia pescando! Sobrava um tempo a gente ia junto, de linha. Naquela época era só linha de mão. E tinha muito peixe aquela época. [...] eu aprendi com os irmãos mais velho, né. [...] E depois vai aprendendo com tempo! E hoje assim, dá pra dizer que já sou profissional na pesca. Porque a gente conhece

bem o rio, a gente sabe manusear bem o material de pesca então facilita, a prática surgiu ao longo desses anos” (EP1,05/05/2018, p.3).

Além dos ensinamentos da pesca transmitidos pelo seu pai, o pescador de Encantado informa que tem um irmão que pesca *“ele pesca muito mais que eu!”* conseguindo viver somente da atividade pesqueira. - *“Ele não trabalha fora e só vive da pesca”* (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2018, p.3). Além desse irmão, o pescador menciona que tem outro irmão pescador e que este só pesca de linha de mão (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019).

O pescador da cidade de Taquari, presidente e associado na colônia de pescadores Z32, referindo-se aos seus ensinamentos na pesca nos diz que *“desde criança, desde os 7 anos com o meu pai eu pescava, ele era agricultor, ele pescava também e a gente foi se incentivando naquela profissão. Eu já trabalhei na roça também e depois eu fui me aperfeiçoando na pesca, né?!”* (EP2, 11/05/2018, p.1).

Diferente dos pescadores referidos anteriormente, o pescador da cidade de Estrela dialoga que a necessidade de subsistência de sua família fez com que aprendesse a pescar. Em algumas oportunidades, foi acompanhado de seu irmão mais velho, que já pescava para o rio, onde gradativamente, foi aprendendo as técnicas da pesca. Sobre isso, o pescador expõe:

“Quem me ensinou foi a necessidade da vida. Eu sou de uma família que é uma família numerosa e meu pai era oleiro, trabalhava em uma olaria e ganhava um salário mínimo e... a necessidade e ainda paga aluguel, água, luz, tudo, e não sobrava nada. E como nós morávamos perto de onde é que tinha um arroio passando ali, na época não tinha poluição, eu aprendi pesca desde os sete, oito anos. Comecei a pesca pra ajuda no sustento da família e aí, eu comecei a tomar gosto pela coisa. Eu ia lá no arroio com o anzol de vara e pega o peixe e ia pra casa e a mãe já me agradecia... - “Bah”! que bonito peixe que tu trouxe!” E isso fez que eu tomasse gosto!” (EP4, 22/11/2018, p.2).

E complementa:

“Meu pai não pescava. Ele não tinha tempo. Ele trabalhava, chegava em casa... era serviço muito pesado. Trabalhar em olaria, trabalhar com barro o dia inteiro, enformar, aqueles fornos quentes, de tijolo de telha, era muito cansativo. Ele chegava de noite em casa ele não queria mais sabe, ele tava cansado. O salário era pouco, então tudo que a gente podia fazer pra ajuda, ajuda a família. E então, meu irmão mais velho também já pescava e aí eu comecei a ir junto com ele”.

E: *“E tu foi aprendendo olhando ele?”*

“[...] Fui aprendendo olhando ele. Saía de noite as vezes com uma lanterna, um facão, na beira do arroio e aí se via o peixe deitado lá e ele dava um corte na cabeça ali e pegava e levava pra casa, botava numa sacola e levava pra casa. Na época não existia plástico, né. Era um saco aqueles de algodão. Plástico surgiu bem depois” (EP4, 22/11/2018, p.2-3).

Corroborando com o pescador da cidade de Estrela, o interlocutor de Lajeado sintetiza:

“[...] a gente aprendeu de criança, tipo brincadeira, pescando com anzol de alfinete ainda né, na época não existia anzol, pegava uma linha de costura né, amarrava na cabecinha do alfinete e pegava os charutinhos que nem dizia na época e aí a gente começou a gostar e foi indo, aí se pesca até hoje.

E: *“E ninguém da tua família, pescava?”*

EP6: *“Não, adoram comer os peixes, pescar não. Único pescador sou eu”.*

E: *“E hoje tu ensina alguém a pescar?”*

EP6: *“Ensino, minha filha que gosta de pescar, vai junto pesca”* (EP6, 07/02/2019, p.1).

A partir das interlocuções, percebe-se que nem todos os pescadores aprenderam a pescar com seus pais ou parentes mais próximos. Então, nem sempre podemos afirmar que as atividades pesqueiras, em águas do Taquari, ao menos de forma direta, foram transmitidas de geração para geração, pois alguns pescadores aprenderam pela necessidade da vida. Mas, o que estes pescadores têm em comum são os conhecimentos da pesca e do rio, conhecimentos estes, adquiridos no decorrer de suas vidas e de suas profissões, bem como, pela interação com o meio ambiente. Para Andreoli e Anacleto (2006), o saber tradicional dos pescadores é empírico em razão das experiências diárias com a ida ao rio e também é dinâmico porque se transforma em razão das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas dos espaços territoriais que circulam.

O pescador da cidade de Taquari inicia sua rotina cedo da manhã, mais precisamente às 5h30 minutos, isto é, antes do sol nascer e fica no rio pescando até à noite, pois, segundo ele, é o melhor horário de pegar peixes. Em inúmeras vezes, o pescador deixa a tarrafa no local escolhido e volta para casa, indo ao anoitecer recolher seu material de pesca e os peixes pescados. Quando os pescadores largam a rede no rio, sinalizam com boia onde tem o material para que não haja acidentes. Um pescador que estava na roda de conversa relata que *“é um serviço leve, que não te judia”*. [...] *as 10 horas ou 11 horas tu vê as carpa nadando, quando a água tá mais baixa*” (DIÁRIO DE CAMPO, 09/03/2018, p.3). Esses conhecimentos estabelecem regras para a sustentabilidade da região, sendo essas sociedades, parceiras da conservação do ambiente, pois, como evidencia um pescador de Encantado, *“a natureza ela faz bem para todos nós! Ela ensina muita coisa para gente! E o homem sem ela não consegue viver”* (EP1, 05/05/2018, p. 4).

A produção de subsistência exige que o pescador tenha a percepção de ter o cuidado com o pescado para que evite os desperdícios (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Nesse sentido, nosso interlocutor da cidade de Encantado expõe:

“[...] a gente tem que ir preservando para sempre ter. e não ir destruindo tudo que amanhã vai fazer falta! Tudo o que dá para preservar a gente tem que preservar. Aproveita só o necessário que ela tem, que ela pode dar e, o resto deixa aí. Tem gente que vai pescar e porque pegou um “purudinho” e joga pra fora da água pra morrer. Não! Eu digo, larga de novo no rio! “má não é bom de comer. Quem sabe um dia ele é bom de comer. Porque todo o ser vivo na verdade ele é feito para se comido um pelo outro. Então ele tem a cadeia alimentar de cada um, tem os pássaros a lontra, tudo vai viver em cima do peixe. Então tem que preserva. Eu procuro não perde nada!” (EP1, 05/05/2018, p.10)

Nesse sentido, o pescador da cidade de Estrela corrobora:

“[...] pescador é judiado. Olha, tem que expor todos os intemperes, não importa se tá chovendo, não tem telhado nada. Tu tá no meio da chuva, tu tá no meio do vento, tá no meio do frio, tudo, e tu tem que ir tá na hora de ir revisa o material tu tem que ir [...] Se tu quer pegar uma coisa tu tem que coloca o material na água. Então tu tem que toma gosto pela coisa senão tu não vai ser pescador nunca! E a renda também não é grande, é só pro sustento mesmo. [...] se fosse viver aqui do rio Taquari eu tava morrendo de fome até hoje. [...] Aqui tá precário. Uma porque eles tão acabando com os arroios e os lagos marginais que são os berçários. Onde não tem berçário não existe a procriação. Não existe o desenvolvimento da espécie! Onde os peixes se desenvolvem? É nas águas rasas e mornas. Que são os arroios e as lagoas marginais. E essas não existe mais praticamente. Esses arroios estão poluídos ao máximo, não tem mais como manter uma vida ali dentro. Eu atribuo o principal fato de ter menos peixe. Porque o peixe que ainda tem no rio Taquari é aquele que desenvolve lá no berçário lá no delta do Guaíra, lá embaixo naquela região cresce e vem adulto pra cima. Porque eu acho que aqui em cima não existe mais a reprodução de peixe” (EP4, 22/11/2018, p. 2-3).

A partir interlocuções dos pescadores acima e corroborando com estudos de Andreoli; Anacleto (2007) e Batista (2007) entende-se que os pescadores conhecem os limites da coleta de acordo com o ritmo da natureza mantendo o equilíbrio ambiental. Sendo assim, conforme Baptista (2007), a percepção do ambiente é de suma importância, já que traduz a relação das sociedades com a natureza. A atividade pesqueira consiste em um processo de apropriação da natureza pelo trabalho humano, o qual consiste no conhecimento do pescador a partir de suas práticas de pesca (CARDOSO, 2001). De acordo com Cardoso (2001), o “saber fazer da pesca” remonta a um saber sobre a natureza construído por homens e mulheres, um saber construído na apropriação da própria natureza. O domínio do saber-fazer é que forma o cerne da profissão do pescador, exigindo um saber-fazer sobre um meio em constante movimento e transformação.

O pescador artesanal não é somente o viver da pesca, mas, sobretudo a apropriação real dos meios de produção, o controle do como pescar e do que pescar (DIEGUES, 1983). Conforme Andreoli; Anacleto (2006), bem como Santos e Santos (2005), este tipo de pesca torna-se expressiva do ponto de vista cultural, por ser uma atividade comumente praticada por gente de ambos os sexos e de todas as idades e categorias sociais.

As interações dos pescadores não se limitam ao uso e apropriação dos recursos, mas se inserem num contexto de relações sociais. Eles agem não só como "forrageadores" que procuram fazer escolhas, mas também, como fiscalizadores do ambiente (BAPTISTA, 2007). O conhecer do pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas aonde e quando utilizá-lo (DIEGUES, 1983).

Corroborando, Moreno e Carvalhal (2013) ressaltam que a pesca é uma categoria que exige domínio de conhecimentos variados e especializados sobre o meio ambiente, construídos com base em suas experiências vividas na atividade pesqueira. Em uma de nossas incursões na residência do pescador da cidade de Encantado, tivemos a oportunidade de incursionar junto com ele no rio Taquari. Quando chegamos em sua residência, ele estava embaixo de uma árvore fazendo ajustes em sua rede de pesca (FIGURA 8). A rede utilizada pelo pescador é uma rede feita com fio de náilon, e embaixo (para ter peso), para descer até o fundo do rio, parece ter umas barras de ferro.

Nesta tarde a campo, o pescador separou duas cadeiras, bonés e o material da pesca. Ele então nos disse que iríamos sair para pescar para que pudéssemos ver de perto a maneira correta de se pescar utilizando a rede. Fomos até o rio por um atalho feito pelo próprio pescador. Durante navegação pelo rio, o pescador tarrafeou para tentar pegar um peixe. Estava difícil pescar, pois segundo ele, os peixes estavam enxergando e, além disso, o vento atrapalhava um pouco, sendo melhor pescar quando não havia vento. Paramos em vários pontos até que em um, pegamos uma piava de mais ou menos 800 gramas. No último ponto que ele tarrafeou, disse que *“de dez vezes que se tenta pegar um peixe, nove tu consegue pescar um”* (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p.4).

Figura 8 - Material de pesca e a arte de pescar



Fonte: Acervo do projeto de Pesquisa Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS da Univates. 08 de fev.2019.

Além de nos mostrar os materiais e a prática de pescar utilizando-se da rede, o interlocutor pesquisado mostrou como seria o “ideal” para se matar e também limpar um peixe. *“O correto é limpar os peixes no rio mesmo, pois assim, ele pode oferecer alimento para outros peixes e aves que se alimentam das tripas e até mesmo das escamas do peixe”* (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2018, p.4). O pescador normalmente retira inicialmente os miúdos (FIGURA 9) e somente depois as escamas com vista a retirar o resto de sangue. Fazendo dessa forma, segundo o pescador, não fica o gosto forte do peixe (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2018).

Figura 9 - Limpeza do peixe (*piava*) pelo pescador de Encantado



Fonte: Acervo do projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS da Univates, 08 de fev. 2019.

Enquanto ele limpava a piava – peixe pescado durante a saída pelo rio –, as vísceras eram jogadas na água. Assim, vários lambaris se alimentavam dos restos jogados no rio (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019).

Tendo por base os dados apresentados, é perceptível o conhecimento que o pescador tem da dinâmica das águas, do saber pescar, do comportamento dos peixes e da natureza, bem como das espécies que podemos encontrar no rio Taquari. Sobre as espécies pesqueiras, o pescador de Encantado comenta:

“Aqui nós temos [...] vários tipo. Tudo tem as suas época. O nosso rio, o rio Taquari, ele é um rio de, um corredor do peixe, quando começa a piracema, então o pintado ele começa um pouco antes da piracema e vai subindo daí. Começa a subi pra desova. O pintado ele dá só no tempo mais da piracema, um pouco antes. Como o mês de agosto ele já vai subindo. Ele vai até dezembro, daí já deu, já foi. Já desova e já vai indo embora. E aí começa a piava viu?! E aí a piava é agora a época dela. Agora vai até o inverno, até junho. E aí então como falei, aí i vem a branca a trambica e o jundiá né. Então esses são o principal peixe na nossa região. Tem o dourado que é proibido mas dá sempre mais no verão, mas ainda é proibido! Lambari que, que muitos pescam mas nós não pescamo lambari. E outro peixe que tem que é hoje, o nosso rio taquari tá eliminado, o mais que tem hoje é a carpa”. Tem muita carpa tem no nosso rio por causa dos criador de peixe na região, açudes, por causa das enchente e eles invadiram os rio então hoje tem em média 11 tipo de carpa. Em nosso rio a aí. Antigamente era carpa comum, então hoje tem uns 11 tipo de carpa que são criada em laboratório e até peixe que nem é daqui que foram criados em açudes, laboratórios, também já tem nos nossos rio aí” (EP2, 11/05/2018, p.6).

De acordo com as dinâmicas da atividade pesqueira, entende-se que cada Bacia Hidrográfica possui um conjunto variado de peixes, com características similares. Na BHTA encontramos espécies como: a piava (*leporinus* sp.), jundiá (*Rhamdia* spp.), pintado (*Pseudoplatystoma curuscan*), cascudo (*Hypostomus* spp.), grumatã (*Prochilodus* spp.), carpa (*Cyprinus carpio*), lambari (*Astyanax* spp.), etc. (DIÁRIO DE CAMPO, 09/03/2018; DIÁRIO DE CAMPO 30/03/2018). Segundo conhecimentos do pescador de Estrela, ele nos relata que o “*Grumatã, é uma espécie bastante pega [no rio Taquari], só que o grumatã fica em água mais parada, onde tem mais terra*” (EP4, 22/11/2018, p.7).

Relacionando as espécies de peixes do rio Taquari citadas pelos pescadores, podemos mencionar o conhecimento alusivo aos Kaingang. Conforme um Kaingang da Terra Indígena Foxá, eles conhecem alguns nomes de peixes que se encontram no rio Taquari e, além disso, estes peixes são nomedos na língua indígena, como por exemplo, “o Lambari, nome Kaingang *krekofar*, traíra, nome Kaingang *gro*, bagre nome Kaingang *ryn* e o cascudo nome Kaingang *von*” (EK4, 30/09/2020, p.3).

Figura 10 - Nomenclatura de peixes na língua Kaingang

NOMES	
PORTUGUÊS	KAINGANG
- LAMBARI	KRÊKOFÁR
- TRAIRA	GRO
- BAGRE	RYN
- CASCUDO	VON

PEIXE
PEQUENO

Fonte: Imagem cedida pelo Kaingang da T.I. Foxá, out. 2020

Além disso, nosso interlocutor explana que “o peixe carpa, mais a piava não faz parte da nomenclatura Kaingang porque são peixes não conhecidos dos Kaingang. Os peixes nominados por mim são peixes nativos da região sul” (EK4, 30/09/2020, p.3). Isso corrobora com os pescadores artesanais quando mencionam que a carpa, por exemplo, é uma espécie exótica, não é um peixe originário do rio Taquari.

Caracterizando a identidade do pescador artesanal do rio Taquari, durante a pesquisa, constatamos, que estes pescadores estão exercendo outras atividades econômicas além da pesca (presidentes da associação de pescadores, fazendo atividades como pedreiros, agricultores, proprietários de aterros sanitários, etc). Tal situação ocorre em razão da diminuição das espécies pesqueiras. Mesmo com os percalços da atividade pesqueira, como a redução do pescado, roubos de materiais por amadores, conflitos com pescadores não profissionais, todos os pescadores com os quais conversamos, criaram-se no rio, envolvidos com a atividade pesqueira. Estes iniciaram suas atividades quando ainda eram crianças, acompanhando seus pais, irmãos ou até seus vizinhos e amigos. Os pescadores, em todas as suas narrativas nos dizem que conhecem o rio “com a palma da mão”. A pesca foi inserida na vida deles em razão do pensar o sustento de sua família. Outros começaram a pescar em razão de estarem sempre no rio. O que há em comum nestes pescadores, é o respeito com a natureza. São os conhecimentos que adquiriram no contato com as águas. Todos se

classificam como pescadores artesanais por possuírem a carteira de pescador profissional/artesanal e por terem materiais de pesca “simples”, sem muitas tecnologias.

O pescar apresenta-se como parte de um universo com costumes e conhecimentos adquiridos pelas suas experiências diárias no rio. Além disso, os pescadores artesanais em suas práticas diárias do pescar (o equipamento mais adequado, os apetrechos de fácil manuseio) compreendem a dinâmica das águas, entendem o comportamento dos peixes e da natureza. Assim, compreende-se que esses conhecimentos – como pescar, que materiais utilizar, como limpar os peixes -, permitem ao pescador experimentar, atualizar e aprender novos saberes em meio ao rio. Dessa maneira, a pesca artesanal, associa-se a uma interação de respeito para com a natureza, equilibrando a necessidade e a oferta, além das comunidades pesqueiras se organizarem social e economicamente.

As percepções sociais, culturais, econômicas e ambientais dos pescadores artesanais sobre os espaços do rio Taquari, possuem suas próprias peculiaridades e estão em conexão com a apropriação e uso dos recursos naturais presentes neste território. Assim, a partir de suas dinâmicas e construções socioculturais, estes pescadores influenciam na conservação dos recursos hídricos, pois precisam do equilíbrio do ecossistema para preservar a atividade pesqueira.

As coletividades em estudo, os Kaingang da bacia hidrográfica Taquari-Antas e os pescadores artesanais do Vale do Taquari reconhecem um território como parte de sua identidade, ou seja, percebem o espaço que circulam como um elemento que faz parte do seu modo ser. Os saberes tradicionais de indígenas e pescadores relacionados aos seus espaços são percebidos e manuseados a partir de uma racionalidade cultural e baseada nas necessidades de subsistência e desenvolvimento econômico.

Para os Kaingang, o território é um espaço físico e social, composto por campos, serras, florestas e rios, e nestes espaços estes indígenas desenvolvem as mais diversas atividades, como por exemplo, a pesca, a coleta de materiais como cipós e taquaras, sementes e frutos, e, além disso, realizam seus rituais sociais e xamânicos. Assim, estes indígenas que habitam os territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas entendem que a preservação dos recursos naturais é essencial para que a coletividade possa manter a subsistência familiar e também para que possam preservar seus rituais sagrados e a relação existente entre Kaingang e Natureza possa ser mantida e preservada.

4 COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFIA TAQUARI-ANTAS E CODEVAT: DEFINIÇÕES DE UM ESPAÇO TERRITORIAL PELA SOCIEDADE NACIONAL

Este capítulo contextualiza a criação do comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, a formação do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) e a representação que exercem em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (BHTA). Além disso, contextualizamos a criação de cada Agência Oficial e os diálogos que estabelecem com a Sociedade Tradicional. Para, além disso, apresentamos características geográficas da Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas e do Vale do Taquari.

4.1 Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: formação e definições de um espaço territorial

De acordo com Bevilacqua (2011), a Bacia Hidrográfica pode ser representada como uma unidade territorial onde se concentram as relações água-ambiente e também geograficamente, pode ser compreendida como uma produção social do espaço, e as perspectivas de desenvolvimento aliado à sustentabilidade. Além disso, as bacias hidrográficas devem ser entendidas como espaços de inter-relações com o ambiente e uso do solo possibilitando uma análise das ações humanas sobre o ambiente e seus desdobramentos no equilíbrio dessa unidade. Para um representante do Comitê da bacia Taquari-Antas, uma Bacia Hidrográfica é entendida como,

“[...] um espaço territorial, delimitado por cotas mais altas que fazem drenagem pra cotas mais baixas dos seus recursos hídricos. Esta é uma bacia hidrográfica com a magnitude que tu queira dar. Uma Taquari-Antas, uma Atlântico-sul ou que seja lá,

todas elas são bacias hidrográficas ou regiões hidrográficas e não deixam de ser bacias e pode ser uma pequena bacia hidrográfica, mas é um espaço territorial na qual ali se inserem as questões naturais, a água está como um elemento drenante disso tudo com suas precipitações e drenam pra um eixo principal, pra um rio principal que leva a outro maior ou ao mar, o que seja lá...” (ECB1, 19/01/2020, p.2).

Conforme outro integrante do comitê da BHTA a respeito da classe dos Usuários da água – Abastecimento Público – Associações de abastecimento, nos diz que *“Bacia hidrográfica é formado por uma região geográfica, onde todas as águas se juntam, através de córregos, arroios, rios afluentes menores, até formarem o rio maior, e este então deságua em outro rio, estuário, lagoa, ou no mar”* (ECB3 01/10/2020, p.1). Para um biólogo a Bacia Hidrográfica é entendida como:

“[...] uma área de terras drenadas por corpos hídricos, de certo modo convergentes que recebe energia através de uma combinação entre fatores e agentes climáticos e geomorfológicos e perde ou transfere esta e materiais através do escoamento das águas, permitindo a manutenção de uma biodiversidade mais ou menos característica e interagindo com a mesma” (EBI2, 25/09/2020, p.1).

A partir das informações arroladas, entende-se as bacias hidrográficas como unidades territoriais de gestão da água e sobre isso temos:

- a) As bacias são as principais formas terrestres dentro do ciclo hidrológico, já que captam e concentram a água que provém das precipitações. Essas características físicas, em geral, geram uma inter-relação e interdependência (externalidades ou efeitos externos) entre os usos e usuários na bacia.
- b) No espaço da bacia interatuam e interdependem os recursos naturais não renováveis e bióticos (flora e fauna) num processo permanente e dinâmico.
- c) No território das bacias se inter-relacionam também os sistemas socioeconômicos, formados pelos usuários da bacia, sejam habitantes ou interventores externos da mesma, cada grupo com seus interesses (WOLKMER; PIMMEL, 2013, p. 176).

Segundo outro geógrafo entrevistado uma *“[...] bacia Hidrográfica é o conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes e/ou subafluentes. No caso do Taquari-Antas, falamos de um conjunto de bacias hidrográficas secundárias que acabam formando esse complexo”* (EG3, 26/09/2020, p.1). A partir dessas colocações iniciais, devemos caracterizar e categorizar a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. A Bacia Hidrográfica Taquari-Antas localiza-se a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas de 28°10’ a 29°57’ de latitude Sul e 49°56’ a 52°38’ de longitude Oeste, abrangendo as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional e Depressão Central (SEMA/RS, 2012, texto digital). O rio Taquari-Antas, afluente do rio Jacuí, sendo um dos formadores do Guaíba, e com uma extensão de 530 km, drena uma bacia de aproximadamente 26 mil km² (CÁNEPA *et al.* 2017). A Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas abrange total

ou parcialmente 118 municípios²², sendo que 83 estão totalmente e 35 estão parcialmente inseridos na Bacia (COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS, 2012). Em relação aos municípios que compõe os espaços territoriais da Bacia Taquari-Antas e envolvimento e integração entre eles, o representante do CODEVAT explana o seguinte:

“[...] se conhece [os municípios] quando eles tã dentro do sistema. Se eles entram dentro do sistema eles se conhecem. Senão eles conhecem outra divisão. Ah, é o CODEVAT. Os membros do CODEVAT se conhecem porque eles buscam ações coletivas, não só individuais, mas coletivas. Ai já começa a ter um G10, G7, G8, etc. são um grupos de municípios que tem uma identidade um pouquinho maior. Essas estruturas ali tem identidade muito mais clara pra gestão pública do que a bacia hidrográfica” (ECO1, 30/08/2019, p.2).

A partir dessas colocações, entende-se que para os municípios integrantes do Comitê a relação entre eles torna-se “difícil” em razão de não terem aspectos em comum. Alguns, são mais desenvolvidos, voltados a atividades industriais, outros municípios dedicam suas atividades econômicas na agropecuária. Quando perguntado para um dos representantes do Comitê da BHTA sobre como os territórios da bacia são percebidos pelo comitê, o interlocutor diz que *“No Taquari-Antas tem os territórios de mineração (área baixa), produção industrial e agrícola (em qualquer área), geração de energia (áreas de desnível), pesca e irrigação (área baixa), entre outras”* (ECB3, 01/10/2020, p.2). A própria extensão territorial é divergente. Segundo a explanação acima, para “regionalizar” é mais fácil pela classificação do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT), pois os municípios são agrupados por características socioculturais e econômicas semelhantes.

Os principais cursos de água da Bacia Taquari-Antas são o Rio das Antas, Rio Tainhas, Rio Lageado Grande, Rio Humatã, Rio Carreiro, Rio Guaporé, Rio Forqueta, Rio Forquetinha e o Rio Taquari. O Rio Taquari-Antas nasce no extremo leste da Bacia com a denominação de Rio das Antas até a foz do Rio Carreiro, quando passa a denominar-se Taquari, desembocando no Rio Jacuí. Possui uma extensão de 546 km desde as nascentes até a foz, sendo que por 359 km é denominado Rio das Antas e por 187 km, Rio Taquari (SEMA/RS, 2012, texto digital).

²² Para nos referirmos a contexto histórico e geográfico da BHTA, utilizaremos dados do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas disponibilizado no link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1DsB6mipdBcnTUgCEYEFrmpFywFfS6uUE>. Ressalta-se que varia segundo alguns autores, o número de municípios integrantes do espaço territorial da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Meier (2016), abrange 119 municípios de acordo com relatório técnico de Serviços técnicos de engenharia S.A de 2011. Gómez (2016), utilizando-se de dados do Relatório Anual sobre a situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, destaca a BHTA composta por 120 municípios.

O rio das Antas²³ tem suas nascentes nos municípios de Cambará do Sul e Bom Jesus, no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais, e percorre 390 Km até juntar-se com as águas do rio Carreiro e mudar sua denominação. O rio Carreiro²⁴, antigamente chamado de Ligeiro, nasce ao Norte da bacia do rio Taquari-Antas, na divisa entre os municípios de Ibiraiaras e Lagoa Vermelha. Sua foz está situada entre os municípios de Cotiporã e São Valentim do Sul, na localidade de Santa Bárbara. Nas proximidades da cidade de São Valentim do Sul, acontece o encontro dos dois rios: Antas e Carreiro, passando então a se chamar Taquari²⁵, até desembocar no Jacuí. Tem extensão de 530 Km desde a nascente até a foz, sendo por 390 Km denominado rio das Antas e por 140 Km rio Taquari. Depois da junção, desce na direção norte-sul até a cidade de Taquari no Vale do Taquari, direcionando-se para sudeste até sua foz no rio Jacuí (FERRI; TOGNI, 2012).

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas, o referido Comitê, foi criado pelo Decreto Estadual n.º 38.558, de 08 de junho de 1998. A Bacia Taquari-Antas foi a primeira a criar o seu Comitê seguindo os parâmetros da Lei Estadual 10.350 de 30 de dezembro de 1994. A Lei estabelece no art.1º “A água é um recurso natural de disponibilidade limitada e dotado de valor econômico que, enquanto bem público de domínio do Estado, terá sua gestão definida através de uma Política de Recursos Hídricos [...]” e no parágrafo único coloca: “[...] os recursos hídricos são considerados na unidade do ciclo hidrológico, compreendendo as fases aérea, superficial e subterrânea, e tendo a bacia hidrográfica como unidade básica de intervenção (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1994a, p.1.). De acordo com Cánepa *et al.*, (2017), em âmbito Federal, os comitês foram criados em um dado momento da história e em determinado contexto político. Relacionado ao território que envolve a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, um representante do comitê relata o seguinte:

“[...] o desafio da Bacia Taquari-Antas é uma coisa magnífica. Magnífica pela história dela porque ela juntou duas regiões que elas não se enxergavam. Elas não se visualizavam porque a nossa divisão política, geopolítica ela te levava aos municípios, aos territórios, e a sua cultura a sua colonização, a sua estruturação social de organização. E aí nós tínhamos na BHTA dois eixos: os eixos de Cima da

²³ O rio das Antas era denominado pelos Guarani de *Mboapari* ou *Mborebi*. A denominação de Antas teve origem em função de a região ser o habitat de antas que, existiam nas várzeas do rio (FERRI, 2012).

²⁴ A denominação de Carreiro deve-se aos carreiros que os animais como gado e cavalos fizeram surgir junto ao rio quando ali passavam (FERRI, 2012).

²⁵ O nome Taquari, de origem Guarani, foi atribuído pelos Jesuítas no século XVII e deriva de *Tebicuary*. Tendo como significado “rio do barranco profundo” ou “rio das traíras” ou “rio das taquaras” (FERRI, 2012). De acordo com Cristo (2016), através de suas pesquisas documentais em caras Ânuas, tem-se que o nome do rio Taquari pode aparecer descrito como *Tebicuari* e *Tebiquari*, pois os jesuítas não tinham um consenso quanto a isso.

Serra, os italianos, vamos chamar assim, que ligava Porto Alegre por outros caminhos e o trecho Baixo Taquari-Antas, com predominância alemã, lusos, que levavam ao, por outro caminho a Porto Alegre, capital. E isso foi construído dessa forma. Eles nunca se enxergaram como um único território. Então culturalmente isso não aconteceu. Até na formação do comitê lá em, num tempo mais remoto, ele tinha a ideia de ser duas bacias. A do Antas e a do Taquari. Veja só, as duas regiões tinham o mesmo rio com dois nomes. Ela é antas até ali em cima em São Valentim do Sul quando junta com o Carrero, a partir daí se chama Taquari. Mas o eixo principal é um rio só. Então culturalmente dois nomes com o mesmo rio. Então essa dificuldade da visualização. Dentro disso ali, depois então 119 municípios se criaram, total ou parcialmente. Cento e dezenove municípios fazem parte de uma bacia hidrográfica que nem se enxergam, não se conhecem [...] e tu tem que ter uma articulação porque são executores das políticas públicas, os municípios. Fora isso, claro que tu soma toda a questão da utilização, né então porque se deram conta de juntar, fazer um comitê só?! Porque teve um momento que teve um problema ambiental na região da serra com indústria vinícola, o vinho e deu um problema que pintou os cascalhos aqui pra baixo, deu uma poluição, deu uma marca, marcou a poluição e disseram como é que vamos fazer duas gestões e aí é que se dão conta que não tinha como fazer separados e aí se juntaram os dois núcleos que estarem trabalhando nisso, formando isso para criar um único colegiado. Isso é uma história que não se encontra em muitas bacias hidrográficas. Acontece o contrário, há separação. Aqui houve uma fusão de duas perspectivas que poderiam ser diferentes que se fundiram para fazer isto. E esse é o desafio da Taquari-Antas. “O Taquari-Antas dessas características ambientais das características de uso e ocupação da bacia da intensidade das atividades econômicas para que ele tenha condição de ter uma harmonização de usos e vivência” (ECB1, 19/01/2020, p. 2-3).

A partir da explanação acima, entende-se que a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas foi criada a partir de dois eixos, o eixo de Cima da Serra e o eixo Baixo Taquari-Antas. Ambos com características sociais, econômicas e ambientais diferentes. Nas decisões do comitê é preciso ter articulação nas decisões de políticas públicas, precisa-se pensar em ações, envolvimento em comum. Assim, entende-se que o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) refere-se a um grupo de pessoas que se reúnem para discutir ações sobre o uso d’água em uma determinada bacia (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2011). Nesse sentido, podemos salientar que as bacias hidrográficas possuem uma tarefa significativa dentro de um território – reger e organizar o uso de suas águas. Sobre isso, um geógrafo expõe:

“A bacia hidrográfica é uma regionalização fundamental para o regramento e a organização dos usos da água e sua disponibilidade ao longo de um recorte territorial por representar múltiplas forças e interesses e a interdependência dos povoadamentos ao longo do trajeto da mesma, evitando conflitos de interesse e da oferta democrática de água de qualidade a toda população” (EG3, 26/09/2020, p.2).

A bacia Hidrográfica impõe uma nova integração entre a divisão administrativa do espaço e os espaços naturais geográficos e assim sendo, a adoção de Bacia Hidrográfica (BH) como unidade regional de planejamento e gerenciamento das águas resultou na delimitação de Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cujos órgãos consultivos e deliberativos de gerenciamento são denominados Comitês de Bacias Hidrográficas (WOLKMER; PIMMEL,

2013).

Corroborando, Cánepa *et al.*, (2017), reforça a ideia que os Comitês de bacia que foram sendo instalados e formados dentro do marco legal federal da Lei nº 9.433/97 e tiveram como respaldo as respectivas leis estaduais onde os comitês se localizam. Além disso, a legislação brasileira inspirou-se em experiências internacionais que vão ao encontro da implementação desse tipo de experiência institucional na gestão de recursos hídricos. A partir da Constituição de 1988, a água foi considerada um bem público e considerou a necessidade de uma política integrada (MALHEIROS; PROTA; RINCÓN, 2013).

A partir das experiências de países como a França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos começou a ser esboçado no Brasil a ideia de que a gestão por bacia hidrográfica é uma abordagem na gestão das águas. O Governo Federal criou Comitês de Estudos Integrados nas principais bacias de rios federais, coordenados pelo Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH) e sob o comando geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) (CÁNEPA *et al.*, 2017). Vários estados aprovaram leis que reorganizaram o sistema de gestão dos recursos hídricos: São Paulo, em 1991, Ceará, em 1992 e, nos anos seguintes, Santa Catarina, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia (MALHEIROS; PROTA; RINCÓN, 2013).

Pensou-se na criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, como sendo uma instância descentralizada e participativa de discussão e deliberação, composto por representantes de diferentes setores da sociedade que tenham interesse na bacia (LIMA, 2005). Relacionado a participação de representantes da sociedade no Comitê da Bacia Taquari-Antas, temos:

“[...] é uma dificuldade enorme de conseguir fazer a espacialização. Porque é importante que o comitê repercute, o comitê [...] só existe quando se reúne [...] Fora disso quem é comitê? É essa discussão. São todas as entidades que fazem parte, elas têm cadeira lá no comitê. O comitê também é um legislativo [...] Essa identidade das entidades que fazem parte, onde estão distribuídas, a espacialização é muito importante. Então, conseguir que tenha gente de Cambará do Sul com sua visão, num comitê de bacia hidrográfica tu não enxerga dois grupos usuários, são três grupos usuários da água representantes da população, gestores, a classe política, ou gestor público (Estados, União, Municípios). Cada um tem... quem quer usar, quem quer preservar ou quem quer fazer gestão pública disso. Cada um tem seu porque de estar ali dentro do colegiado. Dentro disso ainda, tu começa a ter alguém que trabalha com a atividade industrial que tem cadeira, mas ele tá representando atividade industrial de Caxias do Sul e a de Lajeado! Ele tem a representação disso e no comitê é claro, é uma representação por afinidade e por uso [...]” (ECB1, 19/01/2020, p. 4-5).

A partir da explanação acima, percebe-se que a participação social e a representação no âmbito do comitê permitem a negociação sobre o uso da água em uma esfera pública até então inédita na gestão das águas no País. De acordo com a Agência Nacional das águas (2011), o comitê tem poder deliberativo e deve ser composto por representantes da sociedade civil e dos usuários, além do poder público. Em relação ao poder deliberativo do comitê, temos a informação:

“Bacia hidrográfica, comitê da Bacia Hidrográfica é um organismo do Estado, é ONG e não é executivo! O comitê não executa nada. [...] O comitê é deliberativo - de gestão e de planejamento. Quem vai executar as políticas públicas é o estado. Quem está sob a mercê das políticas públicas?! São os usuários! Quem paga pelas políticas públicas? A população. O comitê delibera. E aí tu tem instrumentos de planejamento, e instrumentos de gestão. Tu tens dois instrumentos. Planejamento é plano de bacia. Tu enxergas toda essa região chamada de bacia hidrográfica e com todos os seus usos e diagnóstico, prognósticos a curto, médio e longo prazo, que tipo de intervenção, onde a intervenção precisa ser feita pra garantir água em quantidade pra toda a população. Instrumentos de gestão: cobrança. Ou seja, e a água é dotada de valor econômico, quanto ela custa e como se cobra?! Instrumentos de controle! Outorga! Só usa água quem através do estado permite o uso! Tanto o uso pra captação quanto o uso sobre lançamento de fluentes. Quem define isso: comitê! Quem executa isso: Estado! Quem está sobre estas regras: o usuário!” (ECB1, 19/01/2020, p.5).

Assim, entende-se que a governança das águas realiza-se com a participação social, envolvimento e negociação dos interessados tendo como unidade de gestão a bacia hidrográfica (WOLKMER; PIMMEL, 2013). É importante que a comunidade participe na gestão de bacias hidrográficas, pois esta se vincula às propostas da Constituição Brasileira de 1988, por meio do qual foram criadas as condições para se avançar na gestão de recursos hídricos (MALHEIROS; PROTA; RINCÓN, 2013).

Cada comitê possui composição e regras de funcionamento próprias, regidas por seu estatuto, os quais apresentam semelhanças básicas (MALHEIROS; PROTA; RINCÓN, 2013). Corroborando com a informação o ex-presidente do comitê da Bacia Taquari-Antas diz que “o comitê coloca regras. Quem diz que sim e não é governo, é o Estado” (EC1, 19/01/2020, p.6). Os princípios básicos da gestão de Bacias Hidrográficas foram ditados pela Constituição Brasileira de 1988 e detalhados pela Política Nacional de Recursos Hídricos em 1997 (MALHEIROS; PROTA; RINCÓN, 2013).

Nesse sentido, a principal competência de um comitê é a de aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica. Esse plano, cujo conteúdo mínimo encontra-se definido no artigo 7º da Lei nº 9.433/1997 e regulamentado pela Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos de 2001, constitui-se no instrumento da Política Nacional de

Recursos Hídricos (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2011).

O Rio Grande do Sul, através da Lei estadual nº 10.350/94, se constitui numa das unidades federadas pioneiras no estabelecimento de um sistema de gestão de recursos hídricos, descentralizado e participativo, em que os comitês de bacia são chamados a desempenhar o papel central. A bacia hidrográfica do Guaíba teve instalado, no ano de 1979, o Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guaíba (CEEIG). O CEEIG aglutinou entidades federais estaduais e municipais e sistematizou conhecimentos com base em estudos e propôs um enquadramento dos principais corpos d'água por classes de uso (CÁNEPA *et al.*, 2017).

Em 1981, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, interessado na captação de recursos financeiros federais destinados a irrigação, cria mediante decreto, um sistema estadual de recursos hídricos, tendo à testa o Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIRGS). Eram previstos dois tipos de comitês de bacia: Um comitê executivo, composto por órgãos oficiais, e um comitê consultivo, composto por entidades não governamentais. Ainda que alguns desses comitês fossem criados, e até instalados, o "sistema" nunca teve funcionamento efetivo (CÁNEPA *et al.*, 2017).

Os anos 1970 e 1980 presenciaram a eclosão do movimento ambientalista, preocupado com a degradação ambiental, especialmente a dos corpos d'água. Na região Metropolitana de Porto Alegre, três cursos d'água causavam preocupação: o Lago Guaíba, o Rio dos Sinos e o Rio Gravataí. Em virtude de estarem localizados em região industrializada e urbanizada, os três corpos d'água sofriam um processo de poluição intensa. Diante disso, em meados da década de 1980, algumas entidades promoveram campanhas para sensibilizar a sociedade e provocar uma ação governamental. A partir disso, surgiram os dois primeiros "comitês", o do Sinos e o do Gravataí. A formação do Comitê Sinos remonta a 1987. Em 17 de março de 1988, a partir do decreto de criação, o Comitê Sinos torna-se o primeiro de gerenciamento de bacia de um rio estadual implantado no país. A Bacia do Rio Gravataí, após decreto governamental de 15 de fevereiro de 1989, instalava oficialmente (CÁNEPA *et al.*, 2017).

Até a década de 1970, as questões referentes ao uso da água eram tratadas sob a perspectiva da necessidade dos grandes usuários, ou dos problemas relacionados às inundações e às secas. As decisões eram tomadas pelo governo e as bacias hidrográficas não eram as unidades predominantes de planejamento. No ano da criação do Comitê do Rio dos

Sinos, foi promulgada a Constituição Federal de 1988. A Carta Magna atribuiu à União, no seu artigo 21, inciso XIX, a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Neste mesmo ano, foi publicada pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) a Carta de Salvador, que apontou para a necessidade de inclusão de novos atores na gestão de recursos hídricos, principalmente usuários e organizações cuja atuação estivesse envolvida com a gestão das águas (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2011).

Em 1991, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos. Enquanto o projeto federal tramitava no legislativo, outros estados aprovaram suas políticas ampliando a participação da sociedade civil e dos usuários de água na gestão. Esse processo de implantação de políticas de recursos hídricos nos estados acelerou a tramitação do Projeto de Lei no âmbito do Congresso Nacional. Então, no ano de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.433, instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecendo a bacia hidrográfica como a base territorial de planejamento e gestão da água, bem como prevendo a criação de comitês de bacia. Três anos depois foi criada, por meio da Lei nº 9.984, a Agência Nacional de Águas (ANA) (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2011).

Nesse sentido, de acordo com Cánepa *et al.* (2017), o processo de formação do comitê Taquari-Antas, iniciou em meados dos anos de 1990 e durou aproximadamente três anos até formalizar sua criação. O procedimento foi dividido em cinco fases: 1ª) sensibilização, 2ª) mobilização, 3ª) organização, 4ª) institucionalização e a 5ª) instalação. A primeira fase, *sensibilização*, transcorreu durante o ano de 1995 e teve como objetivo despertar o interesse - sensibilização da sociedade e a aglutinar entidades e instituições. A *mobilização*, caracterizando a segunda fase, iniciou-se no ano de 1996, com o objetivo de conhecer a Política de Recursos Hídricos do estado do Rio Grande do Sul e aprofundar os conhecimentos sobre a bacia do Taquari-Antas. A terceira etapa, a de *organização*, transcorreu durante parte do ano de 1997. Nesse processo, tiveram como meta, identificar os usuários e segmentos da população, bem como chegar a uma formatação do comitê. Sob o ponto de vista estratégico, o maior êxito foi o da fusão das duas comissões originais (a do Taquari e do Antas). A partir daí, a comissão unificada passou a escolher entidades para preencher as vagas dispostas na formatação do comitê.

A partir da *institucionalização*, em meados de 1997 e metade do ano de 1998, o objetivo era formalizar a existência do comitê. Isto implicou desenvolver três linhas

estratégicas: elaboração e publicação do Aviso Público para o cadastramento de entidades interessadas em participar do Comitê; realização da escolha das entidades, através de eleição direta por categoria; elaboração de minuta do Regimento Interno do Comitê (CÁNEPA *et al.*, (2017).

A implantação dos Comitês de Bacia Hidrográfica em cenário brasileiro é recente, mas é a partir deles que podemos perceber que os problemas relacionados aos recursos hídricos têm fomentado a modificação das instituições, das práticas sociais e que influenciam sobre a organização do espaço geográfico representado pela bacia. Uma vez gerenciado por um comitê, o espaço da bacia deixa de apenas ter agentes individuais agindo somente em seu local e passa a obedecer um comando central onde todos os atores sociais passam a interagir (LIMA, 2005). Corroborando e reforçando as ideias centrais da criação dos Comitês,

Para Lima (2005), a sociedade é vista como um agente que interfere nos processos naturais. Como os limites de uma bacia determinam os limites do sistema a ação humana somente vai ser considerada enquanto interagir dentro daqueles limites; o elemento humano e suas ações têm que ser passíveis de mapeamento. Corroborando, Andreoli; Anacleto (2006), sintetizam que o meio ambiente se gera e se constrói no processo histórico das inter-relações entre sociedade e natureza, portanto a compreensão dessas relações deve ser mediada pelos estilos de desenvolvimento vigentes.

O espaço inclui o território e áreas não habitadas, elementos e ambientes naturais assim como os elementos e lugares produzidos pelo homem. Porém, não se pode mais isolar os ambientes naturais da sociedade, pois a interferência humana está em todos os pontos do planeta (GAMA, 2003). Nesse viés, Bacci e Pataca (2008), salientam que as bacias hidrográficas são espaços que se caracterizam pelos seus fatores físicos, mas são influenciadas diretamente pela ocupação humana e pela ação dos diversos grupos sociais, como por exemplo, as sociedades tradicionais (pescadores e indígenas), sociedade nacional que nela se instalam. Seja em meio rural ou urbano, o uso da água na bacia hidrográfica é determinado pelas sociedades que a ocupam, e sua interferência no meio físico ocorre em razão dos interesses desses grupos.

Ao longo da história, modificações aconteceram na relação das sociedades com a natureza e, por consequência, na sua relação com a água, pois todas as sociedades cresceram e se desenvolveram com base na água e nos entornos de rios, assim, gradativamente, pela

necessidade vital da água fez o ser humano construir suas primeiras aldeias na proximidade dos leitos dos rios (FONSECA; CAROLA, 2017). Dessa forma, as bacias apresentam-se como espaços de processos naturais ao mesmo tempo em que sofrem modificações pelo homem (BACCI; PATACA, 2008). É importante frisar que, conforme salientam Diegues e Arruda (2001), a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes, visto que as Sociedades Tradicionais e Sociedade Nacional têm racionalidades e intencionalidades diferentes, ou melhor, apresentam regras sociais conscientemente elaboradas para melhor atingir um conjunto de objetivos. Além disso, entre a própria Sociedade Tradicional, há racionalidades e intencionalidades diferentes, visto que a lógica cultural, histórica e social é diferente entre Kaingang e pescadores. De acordo com o biólogo “[...] *uma bacia hidrográfica é uma potencial unidade de manejo e planejamento ambiental, social, econômico, educacional e político, independente de suas dimensões*” (EBI2, 25/09/2020, p.1).

Nesta perspectiva, para os Kaingang da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, a utilização e preservação das águas torna-se necessária para que sua coletividade mantenha a subsistência e para que possam preservar seus rituais xamânicos e a relação Sociedade-Natureza possa ser mantida. Um Kaingang da Terra Indígena *Foxá* reforça a ideia de que “[...] *a importância da água para o Kaingang é muito rica. Primeiramente, o Kaingang, a parte da vivência do índio Kaingang porque ela é em primeiro lugar mata a nossa sede, e ela é vida para nossa sobrevivência*” (EK4, 30/09/2020, p.2). Para estes indígenas, o território é um espaço físico, composto de campos, serras, florestas e rios, onde desenvolvem suas atividades rotineiras, como a pesca, caça e coleta, bem como seus rituais socioculturais. Para os pescadores do Vale do Taquari, o rio preserva as práticas de pesca, necessita da preservação das águas para manter a sua subsistência e de sua família, e nesse sentido, o território e a natureza são conservados pela lei do respeito. Os pescadores em suas práticas diárias compreendem a dinâmica das águas, entendem o comportamento dos peixes e da natureza.

Em relação ao comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, a partir da interlocução de um de seus representantes uma das preocupações do comitê é em relação ao rio e a água. Segundo nosso interlocutor, no que se refere ao comitê, a água é uma representação de uso. No momento que questionamos um representante do Comitê sobre a importância da BHTA este nos responde que “[...] *a manutenção e recuperação da qualidade da água, o regramento para o uso adequado e a preservação, são metas primordiais e fundamentais, para que as*

gerações atuais e futuras possam usufruir da melhor qualidade de vida possível” (ECB3, 01/10/2020, p.2). E outro representante acrescenta:

“E essa representação na espacialização é um exercício muito grande. Quem está dentro do comitê tem só uma obrigação: defender a água como um bem essencial a vida! Se é pra atividade econômica, se é para sobreviver, se é pra natureza, mas esse é o único objetivo. O cara que tá lá e não defende a água como um bem natural, tá errado! E esse é o exercício dessa bacia desse tamanho!” (ECB1, 19/01/2020, p. 4-5).

Cada sistema econômico e social determina uma modalidade específica de uso dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana e, conseqüentemente, utiliza normas específicas do bom e do mau uso dos recursos naturais (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Corroborando e complementando sobre as representações dentro do comitê, um representante do CBHTA ressalta que há três grandes grupos dentro do comitê: os usuários da água, os representantes da população e as organizações governamentais. Cada grupo, representa dentro do comitê, os seus próprios interesses. Atualmente, alguns setores da sociedade participam das reuniões Comitê. De acordo com um representante do CBHT:

“Participam representantes do poder público (DRH/SEMA, prefeituras, câmaras municipais, etc.); sociedade civil (associações de classe, ONGS, profissionais, etc.); e usuários da água (abastecimento público de água, irrigação agrícola, mineração, hidroelétricas, empresas através de CIC e serviços, etc.)” (ECB3, 01/10/2020, p.2).

Outro representante do Comitê complementa:

“Há três grandes grupos. Os usuários da água e os representantes da população. Usuários da água é todo e qualquer grupo, entidade que faz o uso da água como um bem econômico e que está dentro do seu processo produtivo. Representantes da população eles são estruturas da sociedade que recebem os serviços ou produtos dos usuários da água, mas que tem a água como um bem que é um equilíbrio para que não seja só valor econômico, e tem valor ambiental também. Usuário da água tem agricultura, indústria, saneamento, mineração, navegação, dependendo da bacia hidrográfica cada um tem uma estrutura. Representantes da população tem ONGS, universidades, câmaras municipais de vereadores. O município é um usuário da água. E depois tem organizações governamentais, secretarias de estado e União. Esta é a distribuição que tem. Todos têm cadeiras. Aqui no Taquari-Antas tem cinquenta cadeiras [...] O que é a representação? É juntar, por exemplo, o pessoal da agricultura, vai representar os sindicatos rurais. Aqui, nos representantes da população do Taquari-Antas não tem nem pesca, tem uma cadeira, que nunca é ocupada! Essa cadeira aqui nunca foi ocupada!”

E: *“e de representante indígena?”*

D: *“eu não tô lembrado”* (ECB1, 19/01/2020, p.6).

Corroborando com as explicações, entende-se que dentro de um comitê de Bacia há a representatividade da sociedade em geral, onde todas as categorias podem participar. Nesse sentido, quando conversamos com um representante do Comitê este expõe que os Kaingang e os pescadores, mesmo inseridos no plano da Bacia não participam das reuniões. E mais:

“A representatividade na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas está instituída corretamente, porém não é exercida como deveria pela falta de interesse ou até conhecimento de alguns setores da sociedade que deveriam fazer se representar mais”.

E: “Há relação entre o comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e pescadores e indígenas? Os setores de pescadores e indígenas estão inseridos no plano de bacia, são valorizados, porém não existe representatividade nem trabalho específico com estes” (ECB3, 01/10/2020, p.2).

Essas interlocuções consolidam as falas dos pescadores entrevistados que colocam que não conhecem o Comitê da Bacia Hidrográfica e/ou afirmam que em nenhum momento participaram de reuniões com o comitê. Alguns afirmam que, “[...] Não! É que é o seguinte aqui. Aqui nós temos vários pescadores que são do, da região do Alto, da Serra, então eles são filiados aqui. Eles pescam, mas as normas são as mesmas” (EP2, 11/05/2018, p.4). O pescador da cidade de Encantado salienta que “Não. O que a gente tem na verdade é só a associação. Então na associação tem reunião uma vez por ano lá na Z20”. E afirma que o comitê não participa das reuniões da colônia de pescadores e complementa que “Uma vez eu participava do conselho municipal do meio ambiente. Eu era voluntário. Daí tinha o [presidente do comitê] que era o representante desse comitê e depois foi trocado. Porque cada tempo tem que se trocar o voluntário. Daí eu não fiz mais parte” (EP1, 05/05/2018, p.5). O pescador de Estrela corrobora com os demais pescadores e salienta que, “Olha, nem o presidente recebeu convite pra isso. Inclusive nos tínhamos uma época, tínhamos uma reunião aqui [...] e ao presidente do Conselho Municipal, daí depois o [presidente] saiu e a reunião começou a não ter um período fixo” (EP4, 22/11/2018, p.5).

Percebe-se a partir das narrações de pescadores e do próprio comitê que não há relação entre pescadores e comitê da bacia. Do mesmo modo, indígenas não participam do comitê. Neste sentido podemos dizer que há um discurso da invisibilidade, pois há uma Constituição que ampara pescadores artesanais e indígenas. A invisibilização e sobretudo o não reconhecimento do outor pode ser entendido quando a Sociedade Tradicional – pescadores e indígenas não são convidados e/ou chamados a participarem das reuniões do CBHTA e das reuniões do CODEVAT.

De acordo com o Diagnóstico dos Usos Atuais das Águas, realizado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2012), a população da Bacia Taquari-Antas faz uso da água de forma direta e indireta, para as atividades domésticas, profissionais e de lazer. Esses usos são divididos em duas categorias: usos consuntivos, que consomem água e os usos não consuntivos, que precisam de água para que sua funcionalidade ocorra, mas não a retiram do rio. A captação de água na bacia, por exemplo, destina-se a irrigação, o abastecimento

público, a agroindústria e a dessedentação de animais. A Bacia do Taquari-Antas abrange parte dos campos de cima da serra²⁶ e região do Vale do Taquari²⁷, com predomínio de agropecuária, e a região colonial da Serra Gaúcha²⁸, caracterizada por intensa atividade industrial (SEMA, 2012, texto digital). Nos usos consuntivos, destaca-se a Pecuária, com a criação da bovinocultura, suinocultura e avicultura; a Agricultura irrigada; o abastecimento Público; e o setor industrial. Nos usos não consuntivos, que são os que não consomem água do rio, temos as categorias da Pesca Extrativa e Aquicultura e o sistema de produção extensivo e o semi-intensivo, a mineração, o transporte hidroviário, a geração de energia, o turismo e o lazer (SEMA, 2012, texto digital).

De acordo com a Agência Nacional das Águas - ANA (2011) há uma multiplicidade de interesses em relação ao uso da água. Pode-se imaginá-lo sob várias perspectivas, pois os interesses passam a ser distintos e condicionam um olhar particular da sociedade interessada. Em relação ao uso das águas, o ex-presidente do comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas explana o seguinte:

“[...] a água é um bem natural, com uso comum de todos, dotado de valor econômico. Quando o bem é dotado de valor econômico? Quando ele é escasso! Se ele é escasso tu pagas. Tu tens sede, tu paga R\$5,00 uma garrafinha de água mineral, tu paga. E é isso na natureza. O poder está no valor econômico das coisas. Enquanto ele não for dotado de valor econômico, não tá aí o problema. O problema tá em outro lugar. E é isso que é a questão da identificação. Há um colegiado, a uma estrutura parcialmente implantada por isso que as pessoas não enxergam, porque ela não interfere na minha vida. Quando começa interfere? Pô, não tem água na minha torneira! Bah, essa água tá muito cara! Esse rio morreu peixe, olha lá! A escassez, a carência do bem que dá a característica de valor econômico, e que daí da o peso econômico dele” (ECB1, 19/01/2020, p.4).

Complementando essa ideia e divergindo do interlocutor ECB1, Bacci e Pataca (2008) argumentam que na atual sociedade capitalista, a água passou a ser vista como recurso hídrico e não mais como um bem natural, disponível para a existência humana e das demais espécies. É importante sinalizar que dentro de um espaço territorial, e aqui tomemos como exemplo a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, este espaço possui múltiplas propriedades, pois pode ser utilizado enquanto produção da terra, objeto de consumo, instrumento político e elemento de lutas de segmentos sociais (GAMA, 2003). São as relações socioeconômicas que dão a dinâmica da sociedade ao espaço, assim como as relações ecológicas dão ao espaço, a dinâmica da natureza.

²⁶ O Território Campos de Cima da Serra está situado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

²⁷ O Vale do Taquari é uma região formada por 36 municípios. Está localizado na porção centro leste do Rio Grande do Sul.

²⁸ Localiza-se na porção nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Nos estudos da Agência Nacional de Águas (2011), a utilização da água é peculiar em cada segmento da sociedade. Segundo a ANA (2011), do ponto de vista do ecossistema aquático, a preocupação é com a qualidade e a quantidade das águas do rio; sob a ótica energética, a preocupação se volta para a quantidade de água necessária para garantia das demandas de energia; entretanto, a visão dos irrigantes fixa-se na garantia de água, em quantidade e qualidade, para o desenvolvimento de suas culturas. Já a visão dos que desempenham atividades ligadas ao lazer e ao turismo concentra-se na paisagem, se esta corresponde aos anseios de seus visitantes ou se a água é própria para o banho; para empresa de saneamento, o interesse volta-se tanto à qualidade quanto à quantidade de água para distribuição à população; as empresas responsáveis pela navegação estão preocupadas com as condições da via navegável – nível de água e condições da calha do rio.

Algumas sociedades tradicionais no Brasil são denominadas de “povos das águas” porque vivem em estreita dependência do elemento aquático, seja dos rios ou mares, mas é importante ressaltar que cada tipo de sociedade tradicional tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade desse elemento e por tradições historicamente construídas (DIEGUES, 2007). Neste sentido o autor ainda destaca:

Nas sociedades tradicionais a água (rios, cachoeiras, etc) é um bem da natureza, muitas vezes dádiva da divindade, responsável pela sua abundância ou pela sua escassez. Proveniente da natureza, a água é um bem de uso, em geral coletivo. Nas sociedades urbanas e modernas, a água doce é um bem, em grande parte, domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição, em alguns países, pode ser apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se um bem de troca, ou uma mercadoria. Nas sociedades tradicionais, apesar da água ser de uso polivalente (beber, lavar, irrigar), existem necessidades menos diversificadas que nas sociedades urbano-industriais, pois nestas últimas a água é usada também para uma grande diversidade de usos não domésticos e em larga escala (produção de bens industriais, serviços, etc) (DIEGUES, 2007, p. 3).

Testificando os apontamentos de Diegues (2007) em relação as águas, os pescadores têm a preocupação em observar se o rio tem a possibilidade de manter as espécies de peixes e em quantidade adequada para pesca (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2011). Os pescadores artesanais do rio Taquari em suas práticas diárias do pescar compreendem a dinâmica das águas, entendem o comportamento dos peixes e da natureza. O pescar consiste em um processo de apropriação da natureza e a territorialização da pesca é entendida como a necessidade do pescador em manusear e ocupar espaços necessários para realizarem suas atividades e para delas sobreviver. Os pescadores artesanais buscam em locais específicos do rio, em lugares onde a quantidade de peixes é maior. Essa definição de “o melhor lugar para

pescar”, “a procura de recursos pesqueiros”, está definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito da natureza e do território.

Nessa relação estabelecida entre indígena e o meio natural, uma liderança Kaingang expõe que “[...] *a natureza, o mato pra nós é muito importante, porque do mato né é nossa sustentabilidade nosso alimento né, nós vivemos dá própria natureza [...]*” (EA, 15/12/2011, p.3). O mesmo interlocutor Kaingang, sobre a importância dos rios salienta:

“[...] nós Kaingang achamo que os peixes são sagrados, que nem o Taquari, Vale do Caí, mas isso não tem fim é que nem um rio sagrado [...] O rio pra nós é sagrado, os peixes dentro do rio, os mais né, dá pra fazer nosso rituais, dá pra fazer nosso, porque até os peixe nos vai lava ela, e faz ela pra come. A gente lava ela e aquela água ali ela é um remédio também pra nós, pra pessoa se tem uma destreza, não sei, por motivo de guerra, de briga, então a gente dá banho na criança e aquela criança ninguém segura aquela criança, porque o peixe você não consegue pega dentro dá água na mão né. Pra nós aquilo ali é um remédio pras crianças pra ter uma destreza na hora das lutas” (EA, 15/12/2011, p.16).

A partir das informações elencadas anteriormente, entende-se que para as sociedades tradicionais a água faz parte de uma dinâmica territorial e social, com base de identidades específicas ao passo que nas sociedades modernas a água, como bem de consumo é desterritorializada, canalizada de outros lugares muitas vezes distantes, com os quais as populações urbanas têm pouco ou nenhum contato. Assim, entende-se que há diferentes olhares e perspectivas sobre um mesmo espaço. Estas concepções, nem sempre enxergam a bacia hidrográfica como um todo, pois cada ator social projeta-se a defender seus interesses. Gama (2003) sinaliza que um território pode ser delimitado através de aspectos naturais ou pela sociedade, que dá ao espaço um caráter dinâmico, promovendo transformações de acordo com suas particularidades e esta característica é vista nos territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

4.2 O Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT): Sua representação no Vale do Taquari

O Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) surgiu em 1991, a partir da articulação da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) e a Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), e atualmente o CODEVAT é um dos 26 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) do estado do Rio Grande do Sul.

O Vale do Taquari apresenta três formas distintas de relevo. 1) *A Unidade*

Geomorfológica Serra Geral, caracterizada como sendo uma região de planalto com altitudes mais elevadas e os rios que compõe a região caracterizam-se por correrem em vales mais fechados. 2) *A Unidade Geomorfológica Patamares da Serra Geral* – encontra-se no centro do Vale do Taquari. É uma região de transição entre o planalto e a planície. Os rios e arroios apresentam, ao longo de suas margens, planícies de diferentes tamanhos. Ora elas são mais estreitas, ora, mais largas. 3) *A Unidade Geomorfológica Depressão Rio Jacuí* é observada na porção sul. A região possui um relevo homogêneo, sem muitas variações altimétricas (KREUTZ, MACHADO, 2017).

Como já mencionado anteriormente, o Vale do Taquari é drenado pela Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, que é o principal recurso hídrico. O Rio Taquari nasce no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais com a denominação de Rio das Antas. A partir da confluência com o Rio Carreiro, passa a denominar-se Rio Taquari, cuja foz é no Rio Jacuí (FERRI; TOGNI, 2012, KREUTZ; MACHADO, 2017). A região do Vale do Taquari insere-se no bioma Mata Atlântica. A vegetação presente no território é a Floresta Estacional Decidual²⁹ e Floresta Ombrofila Mista³⁰.

Para que ocorra uma organização em nível regional, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) surge no ano de 1991 a partir da articulação de duas entidades a Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) e a Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT). Salienta-se que, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1994, o governo criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, contudo, no Vale do Taquari, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT), criado em dezembro de 1991, já havia revisto sua divisão regional, identificado com um território com a formação social e econômica dada pela história ao longo da bacia do rio Taquari. Dialogando com um interlocutor e membro do CODEVAT sobre sua criação e finalidade, obtivemos a seguinte informação:

“Os conselhos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul e o nosso é um dos primeiros nasce em 1991 com o objetivo de dar conta de nas regiões suportarem termos do desenvolvimento que o estado não verificava. O estado estava muito distante das regiões e as regiões precisavam pensar em suas próprias dinâmicas. E aqui, na maior parte dos primeiros nove que começaram lá em 1991, as instituições de ensino, e no nosso caso a antiga FATES e as associações de município começaram a se organizar para montar conselhos de desenvolvimento nas regiões. Obviamente isso está associado a possibilidade que a constituição de 88 abriu pra

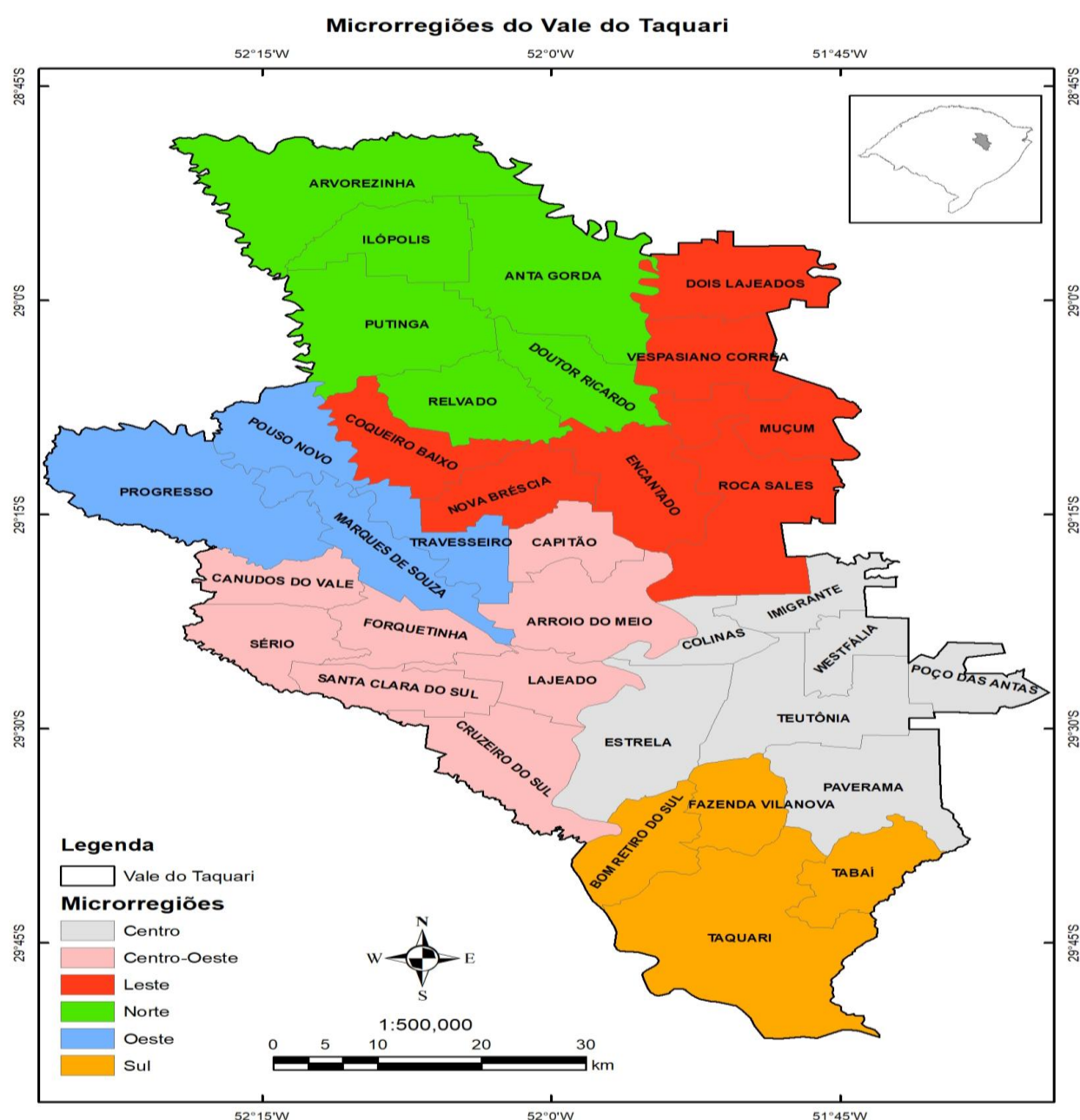
²⁹ Típica da maior parte do Vale do Taquari, sendo observada ao centro e ao sul.

³⁰ Ocorre com maior frequência ao norte. A espécie mais comum neste tipo de vegetação é a *Araucaria angustifolia*, o pinheiro.

conformação dos espaços para a sociedade civil dos conselhos etc. e tal” (ECO1, 30/08/2019, p.1).

Dessa forma, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) é um dos 26 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) (LAROQUE *et al.*, 2016). No mapa a seguir (FIGURA 11), consta as seis microrregiões em que o Vale do Taquari está regionalizado. De acordo com Laroque *et al.* (2016), esta regionalização não corresponde necessariamente às fronteiras culturais constituídas pelos grupos étnicos de açorianos, alemães, italianos e seus descendentes que ocuparam a região.

Figura 11 - Microrregiões do Vale do Taquari



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Assim, em maio de 1991, a Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES) encarregou-se de organizar um plano de ação para a implementação da proposta de um Conselho Regional de Desenvolvimento no Vale do Taquari. Em agosto, a Fundação coordenou algumas reuniões microrregionais envolvendo centenas de lideranças para apresentar os subsídios e entregar um questionário a ser preenchido por cada um dos 24 municípios, procurando identificar problemas, potencialidades e prioridades municipais e regionais. Nestas reuniões confirmou-se a necessidade do CODEVAT desempenhar o papel de articulador de ações para o desenvolvimento regional (CODEVAT, s/d, texto digital).

As estratégias de desenvolvimento dos COREDE no estado do Rio Grande do Sul possuem caracterizações conforme sua história, organização institucional, contextos socioculturais nos quais se inserem, estrutura produtiva (agropecuária), organização industrial, formas de governança, logística, cooperação entre agentes, etc. O desenvolvimento regional é decorrência de uma necessidade de gerir de forma mais eficaz os fatores de desenvolvimento, tanto na otimização dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes segmentos sociais. O desenvolvimento regional depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais (ÁVILA *et al.*, 2013).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – inicialmente CRDs, atualmente COREDES, originam-se da confluência de duas vertentes de pensamento e reivindicação social das últimas décadas do Século XX, uma nacional e outra estadual. No plano nacional, designa caráter participativo da democracia. Em esfera estadual, à questão da diversidade microrregional do Rio Grande do Sul e sua expressão cada vez mais acentuada na sociedade e nas políticas públicas (FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). A regionalização do Rio Grande do Sul em instituição chamadas de COREDEs considerou a existência de diferenças entre as regiões gaúchas - seja ela econômica, social, cultural ou de recursos naturais. Através da criação dos COREDEs, o objetivo do governo do estado foi possibilitar o desenvolvimento através de políticas públicas que considerem as especificidades e particularidades de cada região (SANTOS; ANGST; RISTOW, 2018). Sobre a definição do conceito de região Haesbaert (2010), informa o seguinte:

A região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (genericamente: o Estado, as empresas, as instituições de poder não-estatais e os distintos grupos socioculturais e classes econômico-políticas) em suas lógicas espaciais [...] (HAESBAERT, 2010, p.7).

Haesbaert (2010) entende a região como “arte-fato”, ou seja, a região vista como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, sendo esta região construída através do envolvimento de diferentes atores sociais. É a partir desse processo de apropriação que se constroem as regiões (CODEVAT, 2017). Além disso, para a construção de regiões, entende-se que o homem é um ator social e geográfico que tem no lugar o seu espaço de vida, ou seja, os laços afetivos desenvolvidos pelas diferentes sociedades com meio natural, projetam a configuração do lugar e facilitam a categorização de regionalização. O lugar envolve uma teia de conexões que projetam sentimentos, memórias, valores, simbolismos e aspirações (CAPELLESUESS; LEITE, 2018). Desse modo, compreender o lugar, significa entender o que acontece no espaço.

O CODEVAT como sendo um dos 26 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) do Rio Grande do Sul congrega as lideranças representativas das áreas política, econômica, cultural e social dos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari (CODEVAT, 2017). Desde a implantação do referido Conselho, diferentes membros compuseram as diretorias. A busca pelos consensos regionais, com as diferentes representatividades setoriais, microrregionais e de interesses dos mais diversos, nortearam a formação das diretorias do CODEVAT. O desenvolvimento regional se dá a partir dos planejamentos e/ou das ações nos territórios construídos, apropriados pela sociedade, ou seja, é no território que se identificam regiões ou lugares (CODEVAT, 2017).

Igualmente, a trajetória dos COREDES configura-se como uma estratégia pioneira de organização regional no Brasil, onde a estrutura institucional, os mecanismos de participação social, as formas de encaminhamento das demandas regionais, o amadurecimento dos processos e relações entre governo e sociedade foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo (SILVEIRA *et al.*, 2015). De acordo com Talaska (2011), o conceito de regionalização se constituiu pela fragmentação e integração de determinadas áreas. Neste sentido, Haesbaert (2010), evidencia:

Regionalidade envolveria a criação concomitante da “realidade” e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas (HAESBAERT, 2010, p.8).

Para que haja regionalização, é preciso observar as características das áreas em estudo, observando suas transformações no tempo e no espaço. Regionalizar pode atender as necessidades de uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional

Talaska (2011). Para que pudéssemos entender os critérios de regionalização dos COREDE questionamos o interlocutor sobre esse processo que nos diz que *“existe uma lei lá na origem... A construção se deu por uma análise de identidade. Assim, lá na história esses municípios tem certa identidade [...]”* (ECO1, 30/08/2019, p.2).

“[...] Nós levamos muito tempo para falar de Vale do Taquari e ainda uns falam de Alto Taquari e Baixo do Taquari. Na década de 90 tu ouvia assim, o tempo todo. Hoje ainda, assim, a comunidade ainda fala... mas que nunca gerou dissidência em termos de conselho. Ainda falando em alto e baixo. Tem coisas que tem mais características da microrregião e tal. Tem coisas que tem mais a característica da microrregião baixa. Mas tem coisas que são de todo o Vale do Taquari” (ECO1, 30/08/2019, p. 3).

Com base na explanação anterior e os estudos de Talaska (2011), entende-se que o processo de regionalização - divisão de um território - é desenvolvido verticalmente, ou seja, é o poder público o responsável pelo surgimento de distintas regionalizações. Há também, as regionalizações paralelas às impostas pelo Estado, sendo regionalizações construídas horizontalmente, ou seja, onde intelectuais e a sociedade são seus idealizadores.

Assim, a trajetória de criação dos COREDES inicia nos primórdios de 1991, mas sua institucionalização legal só ocorre em 1994 através da Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e sua regulamentação, pelo Decreto 35.764, de 29 de dezembro do mesmo ano (SILVEIRA *et al.*, 2015; ALLEBRANDT, *et al.* 2011). No final da década de 1980, existiam demandas e iniciativas concretas em microrregiões por uma definição mais clara de políticas públicas ou ações comunitárias na respectiva microrregião. É nesse cenário que no período de 1991 a 1994 propõe-se começar o incentivo a implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e apresentar o projeto de institucionalização, convertido na Lei nº 10.283 (FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Assim, no final de 1991, os treze COREDES então existentes, propuseram organizar um fórum estadual dos conselhos, que passou a funcionar regularmente a partir de março de 1992.

Um interlocutor, membro do CODEVAT, ressalta:

“[...] só em 94 que eles são instituídos novamente – tanto os COREDE como os comitês de bacia. Eles são do mesmo período, no final do governo Colares. Então eles nascem de uma angustia regional de ter um olhar mais local nesse território para as necessidades de desenvolvimento em termos de política pública etc. e tal” (ECO1, 30/08/2019, p. 1).

Nesse sentido, pensava-se em criar um novo cenário de poder político no Rio Grande do Sul, caracterizado como um processo de educação política por meio da participação em

debates relacionados ao desenvolvimento regional (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011). De acordo com a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, tem-se:

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1994b, p.1).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, portanto, são espaços públicos institucionalizados de participação social na gestão pública e na gestão do desenvolvimento. O Estado do Rio Grande do Sul, conforme já referido, está dividido territorialmente em 496 municípios autônomos, que se constituem, juntamente com o estado, em entes federados da República Federativa do Brasil (ALLEBRANDT, *et al.* 2011). Atualmente o Estado, possui vinte e oito COREDES, cujas regiões estão distribuídas no território e inseridas nas nove regiões funcionais de planejamento criadas pelo governo do Estado para fins de organização, construção e implementação dos planos plurianuais.

Sobre os objetivos dos COREDE, o interlocutor enfatiza:

“Fundamentalmente se tu olhar nossas questões estatutárias lá fala várias coisas. Mas o nosso papel é trabalhar e planejar em ações, sejam as mais diversas ações em prol do desenvolvimento da região. Resumidamente é isso. Desde mediação de necessidades do território com o estado, com a União, desde fiscalização de política pública, etc. tudo isso é papel do conselho. Por óbvio que ele se envolve mais com uma coisa e menos com outra. Porque são pessoas voluntárias, cada uma não tem horas dedicadas para, ou é pago para isso... São todos voluntários” (ECO1, 30/08/2019, p.1-2).

Estes Conselhos Regionais articulam-se entre si, no nível estadual, via um fórum próprio, denominado Fórum dos COREDES do RS. Este Fórum constitui-se como um espaço decisivo de interlocução coletiva com o Governo Estadual, bem como um espaço de articulação, avaliação, discussão e planejamento das políticas, diretrizes e ações desencadeadas (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011).

Os COREDES são diferentes entre si quanto à sua dinâmica de constituição, inserção regional, condições de atuação, e se constituem em importantes fóruns regionais públicos de discussão, promovendo debates sobre o desenvolvimento das regiões (SILVEIRA *et al.*, 2015). Sobre as articulações dos COREDE e em especial ao CODEVAT, temos:

“[...] os conselhos existem a 28 anos e se reúnem mensalmente em Porto Alegre todos os conselhos do Estado a 21 anos todos os meses do ano para debater temas que são homogêneos a todas essas regiões”.

E: “*Para chegar os planos em comum?!?*”

“*Isso. E temas que são afetos para todos. Por exemplo: política da inovação, consulta popular, temas que são afetos à todos a gente debate em conjunto dos 28. E tem termos nossos regionais que nos engajamos e aí o que acaba acontecendo... [...] é que a gente age em questões que são mais demandadas. Questões que aparecem mais, que tem uma pressão social maior, [...] E claro, muito do que a gente faz é porque as coisas não funcionam adequadamente. Se a gente trabalhasse com o tema das políticas públicas das políticas sociais adequadamente tem muitas coisas que nós não precisaríamos estar se dedicando da forma que a gente está. Mas como a gente sabe que isso não acontece; nós estamos falando, não só no Brasil, mas no mundo de uma sociedade desigual a gente tem que trabalhar. E eu acredito profundamente nos processos de participação e no que é fazer participação. E por isso que a gente sempre defendeu o espaço de movimentos, de movimentos como o nosso e a região, é uma região bem mais organizada que outras regiões. E somos uma região organizada que consegue de forma organizada algumas coisas. E isso também a prejudica em outras. Porque se ela é organizada ela se acha muito autônoma. E outros a enxergam assim. Então as vezes as políticas públicas não são direcionadas prioritariamente pra cá muitas vezes porque a região se auto resolve. Então, o estado acaba se eximindo de responsabilidades porque as pessoas, a região faz...*” (ECO1, 30/08/2019, p.2).

Os COREDES do Rio Grande do Sul estão articulados em nove regiões funcionais de planejamento, proposto pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, preocupando-se com as mais diversas políticas públicas regionais (SANTOS; ANGST; RISTOW, 2018). A partir da interlocução, entende-se que a participação da sociedade nos projetos de políticas públicas é de fundamental importância para que os processos ocorram adequadamente. Dessa forma, entende-se que os COREDES são espaços abertos de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011). Estes Conselhos, de acordo com Silveira *et al.* (2015) reúnem distintos representantes da sociedade civil, organizando a participação junto ao processo de planejamento governamental e promovendo debates acerca do desenvolvimento das regiões.

Relacionado a participação de diversos segmentos da sociedade nas decisões do CODEVAT, temos a seguinte informação:

“*[...] tem temas que ela se envolve mais [sociedade] tem temas que ela [sociedade] se envolve menos! [...] se a gente olhar estatutamente?! que são os representantes estatutários do conselho: os prefeitos, os presidentes das câmaras de vereadores, vereadores, os deputados, os reitores que são representantes sempre, os conselhos municipais, os representantes de todas as entidades organizadas. Isso com direito a voto, mas, todo cidadão pode participar [...] quando a gente olha as nossas discussões, as nossas assembleias com 50, 70 pessoas é um bom número de pessoas e pessoas que representam bons grupos. E daí a gente tenta ser o mais plural possível, mas não é simples isso. E aí, a gente consegue trazer sindicato de trabalhador rural, sindicato de trabalhador urbano, entidades representativas de associações, entidades da área econômica... eles vem! Tem uma diversidade! [...] A maior parte não tem conhecimento [do CODEVAT] a sociedade, o cidadão comum*”

– não faz parte da vida dele, da dinâmica dele. Então pra ele, ele nem consegue saber disso” (ECO1, 30/08/2019, p. 4).

Em relação a participação de pescadores e Kaingang nas reuniões do CODEVAT, o interlocutor coloca que pescadores nunca participaram das reuniões e os Kaingang participaram de reuniões quando estava em negociações a duplicação da BR 386 que afetaria de forma direta a Terra Indígena *Jamã Ty Tãnh* de Estrela e de forma indireta as outras sete Terras Indígenas. Assim temos:

E: “E nessas participações da sociedade, os indígenas que tem aqui no Vale do Taquari, os pescadores, eles participam das reuniões?”

C: “Os pescadores eu não me recordo... nunca! Talvez assim, no meio disso tudo algumas... mas não comunidades de pescadores e tal, organizadas – não conosco... eu sei que indiretamente eles já chegaram no município, já chegaram na EMATER, indiretamente algumas coisas já foram debatidas nesses ambientes... e comunidades indígenas eu me lembro claramente de uma participação que foi ainda á no processo da BR 386 que era em Fazenda Vilanova e eles [Kaingang] lá – quando era para fazer a duplicação que eles teriam que sair da área ali, ali em Bom Retiro e a audiência foi em Fazenda Vilanova e eu me lembro deles todos lá participando. Eu me lembro de discussões que nós fizemos aqui e com recursos da consulta popular, por exemplo, a gente atendeu as comunidades indígenas, que nas discussões dentro do município de Estrela parte do recurso foi para a comunidade indígena, pra escola da comunidade indígena, mas isso foi, passou pela nossa discussão, mas foi indireto, porque eles não vieram pro debate aqui regional, eles foram pro debate no município e lá as representações conseguiram sim, que a escola que atendiam lá tivesse esse recurso por esse mecanismo. Mais que isso eu não me lembro [...] Como essas comunidades [indígenas] aqui na nossa região são grupos... os pescadores menos a ainda, a gente pouco consegue identificar claramente, tem, mas assim, mas talvez não sejam grupos tão organizados em outras regiões onde isso acontece mais tu vê isso mais claramente. E eu sei que em outras regiões isso é bem mais visível. A gente não tem cultura do pescado como em outras regiões” (ECO1, 30/08/2019, p.5, grifo nosso).

De acordo com a interlocução percebe-se que indígenas e pescadores desconhecem o CODEVAT ou, não sabem que podem participar das reuniões e tomadas de decisões. A maior parte da sociedade não tem conhecimento do CODEVAT, pois não faz parte de sua vida e, teoricamente, não precisa do Conselho. Entende-se que o CODEVAT, comunga da necessidade do engajamento regional articulado, promovendo discussões nas mais diversas áreas. Possui várias ações concretizadas que contribuem para a qualidade de vida da comunidade regional e tantas outras nas quais constantemente atua e busca a promoção do desenvolvimento regional.

Como exposto anteriormente, os territórios que configuram a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas têm sido ocupados desde o período do pré-contato por coletividades indígenas, conforme demonstram as pesquisas arqueológicas. Assim, foi possível constatar que as movimentações dos Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas não se trata de um fenômeno recente, portanto é plenamente legítimo a atual presença e inserção destes

indígenas em contexto urbano do Vale do Taquari, de cidades como Estrela, Lajeado e Tabaí e da Serra Gaúcha, como é o caso da cidade de Farroupilha, Caxias e Canela. Dessa forma, tanto as interlocuções que tivemos com interlocutores indígenas com documentos que constam em trabalhos históricos, se reportam a ancestralidade Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas. Em relação aos pescadores artesanais do rio Taquari caracterizamos os saberes e dinâmicas relacionadas à pesca e ao conhecimento das águas. As percepções que os pescadores exercem sobre o rio Taquari, são entendidas a partir da lógica cultural e de acordo com as necessidades de sua sustentabilidade. Estes saberes possuem peculiaridades próprias e está interligada a apropriação dos recursos naturais existentes no entorno do rio Taquari.

Tratando-se a definição, apropriação e manejos dos recursos e os territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, de parte da sociedade nacional, tem-se o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (BHTA) e o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT). Assim, a partir dos dados arrolados, entende-se que a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas no que se refere a sua extensão territorial e recursos naturais que oferece foram percebidos, utilizados e manejados no decorrer do processo histórico de acordo com as concepções culturais dos distintos atores sociais - Kaingang, pescadores artesanais e pessoas da sociedade nacional que o Comitê da Bacia Taquari-Antas e CODEVAT representam.

5 “A NATUREZA ELA FAZ BEM PARA TODOS NÓS!”: AS DISTINTAS TERRITORIALIDADES E PERCEPÇÕES DE ATORES SOCIAIS SOBRE A BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS

Este capítulo tem o propósito de fazer uma análise das distintas territorialidades da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, ou seja, buscar entender como os espaços territoriais da área de estudo são percebidos pelos atores sociais (pescadores, Kaingang, integrantes do Comitê de Bacia, integrantes do CODEVAT) e as relações de poder estabelecidas entre estes atores sociais sobre Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, da mesma forma analisar e compreender as relações estabelecidas entre CODEVAT e o Comitê da Bacia Hidrográfica com pescadores e Kaingang. Igualmente, tem-se a finalidade de compreender o universo cosmológico de pescadores e indígenas Kaingang no que se refere ao território e as territorialidades de cada coletividade tradicional.

5.1 “A quem pertence a Natureza?”: As distintas territorialidades da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas

Philippe Descola (2018), ao tratar da natureza problematiza a seguinte questão:

Certamente respondemos neste caso que “qualquer uma das espécies que a constitui”, mas em nenhuma delas exceto a nossa – sem servir a esse propósito – é o ponto de vista de alguns de seus membros que irá necessariamente prevalecer. Deveríamos dizer então que toda a moral da natureza é, por definição, antropogênica na medida em que exprime necessariamente os valores defendidos pelos humanos (DESCOLA, 2018. p. 37-38).

Assim, entende-se que a natureza e as relações da sociedade para com esta provocam algumas discussões e análises sobre as diferentes sociedades e a relação que estabelecem no

que se refere ao respeito e preservação da natureza. Nunes (2018), em seus estudos, afirma que algumas atividades produtivas na sua relação com a natureza possibilita que, em uma sociedade unida por valores-de-uso, estabeleçam-se laços familiares, tribal e territorial. Ou seja, precisam ter algo em comum para que se mantenham unidos, e onde a troca estabelece-se na relação sociedade-natureza, na qual a sociedade trabalha e a transforma ao mesmo tempo, em que a natureza fornece produtos para sustentabilidade dos grupos humanos (NUNES, 2018).

De acordo com estudos de Wedig (2017), na área das Ciências Sociais e Humanas, o conceito de território tem início nas discussões da geografia como uma relação entre espaço, natureza e sociedade. O território como um espaço de vida que, por suas dimensões, envolve o poder. Nesse sentido, de acordo com o interlocutor da área da geografia *“para termos um território, invariavelmente teremos relações de poder aí estabelecidas entre os atores sociais nele situados ou que nele exercem influência”* (EG3, 26/09/2020, p.4).

Delineia o conceito de território a partir da ação social de diferentes atores que se apropriam e delimitam um determinado espaço e, dessa forma, incorporam relações de poder. De acordo com um de nossos interlocutores, associado à área de estudo da geografia é evidenciado:

“A definição de território originalmente é retirada da natureza e representava o espaço que era ocupado, dominado e defendido por um determinado grupo de indivíduos de uma mesma espécie em detrimento de outros animais. Socialmente, os atores, dependendo de seu poder econômico e político também exercem soberania sobre um território ou seu ordenamento territorial” (EG3, 26/09/2020, p.4).

Corroborando, Paula (2018), afirma que o território resulta da capacidade da sociedade de transformar tanto a natureza envolvente como suas relações sociais por meio do trabalho. Nos estudos de Eduardo Viveiros de Castro (2002), os conceitos de natureza e sociedade são construções produzidas a partir das distintas culturas, as relações que as coletividades estabelecem com a natureza e entre si, passam a ter sentido e significados se estudados tendo em vista o olhar da sociedade em questão.

Na sociedade tradicional, um aspecto relevante é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas (DIEGUES, 1983). Silva (2007) estabelece que as sociedades tradicionais, baseiam-se em sistemas sustentáveis da exploração dos ambientes naturais, incluindo a importância dos ciclos naturais em suas

práticas produtivas, e o conhecimento do ecossistema no qual vivem e sua organização social.

Quando dialogamos com os Kaingang das Terras Indígenas localizadas em espaços da Bacia do Taquari-Antas e com pescadores artesanais de áreas do Rio Taquari, entendemos que o território é definido de acordo com seus conhecimentos e a relação que estabelecem com a natureza. As sociedades tradicionais, de acordo com Wedig (2017), desenvolveram (e desenvolvem) formas diferenciadas de relações entre agentes, que se distinguem da compreensão moderna, na qual a natureza é vista como recurso e separada dos humanos, situação que podemos observar no caso dos indígenas e pescadores pesquisados.

A organização social dos Kaingang é uma réplica da vida na floresta. Diferente do não indígena que olha para a floresta e enxerga apenas uma formação arbórea densa, um ecossistema terrestre a sua disposição, os Kaingang percebem a floresta como sendo uma continuidade dele mesmo como pessoa, que tem marcas e códigos, podendo ser chamado de “sabedoria do mato” (ROSA, 2014). Neste sentido, podemos observar a relação dos Kaingang com a natureza em terras indígenas localizadas na Bacia do Taquari-Antas (FIGURA 12).

Figura 12 - Relação dos Kaingang com a natureza



Fonte: Acervo Projeto de Pesquisa Identidade Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Nas imagens (FIGURA 12) temos três momentos e perspectivas diferentes em relação ao contato do Kaingang com a natureza. Na primeira imagem (2020), as crianças da Terra Indígena *Pã Nanh Mág/Farroupilha* brincam no riacho atrás da comunidade. Andam pelas pedras com facilidade. Banham-se e pescam nessa água. Na segunda imagem (2018) o *Kujã* de Nonoai, Jorge Garcia, participava da festividade do *Kikikói* na Terra Indígena

Foxá/Lajeado e, neste momento, conversava com a árvore. Um momento de espiritualidade para os Kaingang. Na terceira imagem (2010)³¹, as meninas Kaingang da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh* brincam nos galhos de uma árvore e cantam músicas relacionadas a cultura Kaingang. Na relação do Kaingang com a natureza, uma liderança das Terras Indígenas *Pã Nanh Mág e Ká Mág* de Farroupilha salienta o seguinte:

“Mas nos vivemos desse mato. A gente tira lenha, taquara, cipó. Não tinha cipó quando a gente veio e nos plantamos todo esse cipó que tem aqui. Hoje tem bastante. Faz quinze anos que a gente está aqui. Então no segundo ano que nós tava aqui trouxemos as mudas lá da curva da morte descendo pra São Vendelino. Trouxemos todas as mudas, na época foram 500 mudas. Dai fomos jogando, porque aquilo lá onde a raiz cai ele já pega [...]. A gente plantou aqui em volta árvores frutíferas, acho que foi a Emater que ajudou nós. Pinheiro a gente plantou, só que a gente não registra o que a gente tá fazendo. [...] Todos os pés que cai aqui todo o ano a gente faz o nosso trabalho de pelo menos planta dez pé” (EK2, 29/02/2020, p.2-3, grifo nosso).

Interlocuções como esta corroboram para o fato de que os Kaingang relacionam-se e preservam a natureza, pois dependem dela para manter a sua cultura, ou seja, a natureza está presente na alimentação, na saúde, na nomeação das crianças, no batismo indígena, no casamento das metades clânicas *Kamé* e *Kanhru*³² e na festa do *Kikikói*³³. A própria nomenclatura “Kaingang” remete-se à ligação com a natureza, visto que, Kaingang significa *povo do mato*. Como povo ou gente do mato, gente do mato, remete a noção de um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade (LAPPE, 2012; 2015). Sobre a importância da preservação da natureza e desenvolvimento, um Kaingang da Terra Indígena *Foxá* salienta:

“Nós Kaingang entendemos que o desenvolvimento, nós pensamos assim. O homem branco ele procura explorar todos os recursos naturais da natureza, como por exemplo os rios, os rios fecham criam-se barragens formam-se as barragens para a exploração da energia elétrica e também no outro sentido, o minério, o garimpo. Exploram da natureza. Tudo isso é pro desenvolvimento econômico do país, econômico do Brasil, mas atrás disso, de todas essa exploração fica pra traz um prejuízo. Qual esse prejuízo que fica devido a exploração de todos os recursos naturais? Por exemplo, os peixes” (EK4, 30/09/2020, p.4).

A partir dessa interlocução, podemos entender que o Kaingang não é contra ou não recrimina o desenvolvimento econômico, mas na visão dos indígenas, e aqui sinalizado por

³¹ Trago esta foto, pois me remete a um dos momentos mais significativos da minha trajetória acadêmica. Momento que as meninas sobem na árvore e cantam uma música na língua Kaingang e após fazem a tradução para o português. Emociono-me ao lembrar a delicadeza e pureza dessas crianças. Além disso, o ano de 2010 foi o ano que iniciei minha pesquisa e trajetória com os Kaingang do Vale do Taquari e a Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh* foi a primeira Terra Indígena que tive contato.

³² A metade *Kamé* é representada na forma comprida, longa, alta, aberto, sem fim, denominadas *téi*; já a metade *Kanhru* tem representação no grafismo redondo, quadrangular, baixo e fechado, chamados de *rôr*.

³³ O *Kikikói* trata-se de uma homenagem aos mortos, na qual ingerem uma bebida composta de mel e água.

um Kaingang da cidade de Lajeado, pensar o desenvolvimento somente a partir do lucro e em nenhum momento priorizar a natureza, a sociedade estará prejudicada e, futuramente acarretará prejuízos.

No caso dos pescadores artesanais, estes também se relacionam com os ambientes naturais onde os pescados se reproduzem. A pesca-artesanal, classificada como atividade extrativa, tem a natureza como condição para sua realização, isto é, exige um conhecimento do que pescar, do onde e de como capturar o peixe, o que demanda uma experiência direta com rio (CARDOSO, 2011; NUNES, 2018). Portanto ratifica a ideia de Paul Little (2002) quando estuda os ribeirinhos da Amazônia e os pescadores artesanais do litoral para definir seu território. Segundo Little, entre essas comunidades existem formas de apropriação de um espaço articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos sobre as águas. Para os pescadores, o usufruto coletivo de determinadas áreas estendia-se para além da terra para incluir “territórios marinhos”. A familiaridade de cada pescador com uma dessas áreas marítimas e fluviais cria territórios que são incorporados à sua tradição, pois esse lugar é entendido como um espaço de subsistência e também de pertencimento. De acordo com nosso entrevistado, “[...] *os pescadores exercem suas atividades a partir de territorialidades e eles estabelecem territórios [...] Os pescadores tem uma relação com o espaço e essa relação se apresenta como territorial*” (EG2, 24/09/2020, p.3).

Corroborando, os pescadores artesanais do rio Taquari, não procuram os recursos pesqueiros por acaso, mas buscam em locais específicos do rio, ou seja, buscam lugares onde a quantidade de peixes é maior. Para identificar os lugares mais apropriados da pesca no rio Taquari, o interlocutor narrara o seguinte:

“Há, tem, tem os lugares né, tem os lugares, só que tem muitos lugares bons que tem que ser respeitados né, por exemplo, que nem ali na Barra da Forqueta é um lugar muito bom de pescar pintado, só que daí você tem que pegar, tem a correnteza lá que então você tem que respeitar xis metro abaixo e xis metro acima né que se usa, onde te pega tu tá sujeito a perder a carteira né”.

E – *“E tu, pesca em que lugar assim que tu tens preferência pra pescar”.*

EP6 – *“Lá em Barretos!”*

E – *“Aonde é isso?”*

EP6 – *“É ali em São Jerônimo, ali onde tem a ponte de ferro, é o nome do lugar ali do distrito é Barretos, mas pertence a Triunfo”.*

E – *“Mais ainda é o Taquari?”*

EP6 – *“Ainda é o Taquari, da cinco quilômetros antes de entrar no Jacuí”.*

E – *“E ali é o melhor lugar tu acha?”*

EP6 – *“Sim, porque a gente tem uma casinha lá e é melhor por causa disso (risada). Ai se pega bastante peixe, é muito bom”.*

E – *“E que espécies que tem lá?”*

EP6 – *“Você pegava “piava”, Você pega “Grumatã”, Você pega “pintado”, muito pintado na época dele, você pega “jundiá” e carpa se pega bastante né, se pega*

bastante, tem a carpa cabeçuda, é uma carpa que dá trinta, quarenta quilo, então esse peixe da bastante e o nosso “lambari” que tu vai pescar de “canicinho” que é o xodô” (EP6, 07/02/2019, p.3).

Já um pescador de Estrela, dialogado a respeito dos lugares mais adequados para pescar relata:

E: “E tem um território exclusivo para os pescadores pescarem?”

L: “Ele tem que respeitar o canal de navegação, e não pode a jusante e a montante das barragens muito próximo, não pode ficar próximo de arroios por causa das poluições e nas corredeiras, nas corredeiras, que se entende onde a água faz barulho porque hoje o rio corre por toda a sua extensão mas diz que aquilo lá é uma cachoeira eu subentendo se ela fizer barulho, uma vez que a água sobre um pouco ela deixou de fazer barulho, ali deixou de ser cachoeira”.

E: “E o senhor tem por hábito pescar em que local do rio Taquari?”

L: Quando eu pesco eu pesco ali e Estrela tem um amigo meu que também é pescador que a gente as vezes pesca junto ali, ali um pouquinho pra cima da ponte, um pouquinho pra baixo, naquela região ali. Mas o principal lugar que eu pesco é na região dos pampas. Região de Bagé, Pedras Altas, Erval, Dom Pedrito (EP4, 22/11/2018, p.6).

A partir dos relatos de dois pescadores, um de Lajeado e outro de Estrela, é possível observar que a experiência do pescador permite a sociabilidade entre natureza e pesca artesanal. Além disso, a pesca estende-se para além do rio Taquari, no qual os pescadores procuram lugares apropriados para a atividade e onde encontram uma quantidade satisfatória de pescado. A partir das explanações arroladas, percebe-se que o pescador tem a relação de proximidade com os locais onde realiza suas atividades pesqueiras, pois do reconhecimento dos territórios de pesca, que podem ser repassados de geração em geração ou de pescador para pescador, esses indivíduos percebem os seus espaços guiando-se por fenômenos naturais, incrementados com a utilização de novas tecnologias como, por exemplo, novos aparatos de pesca (linhas, anzóis, espinheis, redes, etc.), como novos barcos e caícos (SILVA, 2011). De acordo com Nunes (2018), o pescador artesanal trabalha para si mesmo, sua relação com o tempo é permeada pelo tempo da natureza, não é a hora do relógio que define seu trabalho e o seu descanso.

Na percepção dos integrantes da sociedade nacional, a questão ambiental entrelaça-se ao lucro e ao desenvolvimento econômico. Tentando entender a política do CODEVAT em relação às práticas ambientais e a apropriação do espaço, questionamos um interlocutor sobre o assunto:

“E qual a política do COREDE relacionada as práticas ambientais aqui no Vale do Taquari?!”

“Vamos lá então. Perpassando as nossas estratégias, desde a fundação, a gente fala de um desenvolvimento sustentável, não sei se a gente enquanto sociedade tem tanta clareza do que quer disso que tá lá. E nos enquanto conselho temos que pensar

nisso de uma forma equilibrada. E, nas estratégias que a gente definiu lá traz, mas agora no último planejamento a gente conduziu dessa forma. Tem estratégias que olham por uma dimensão mais social, tem uma estratégia que olha por uma dimensão econômica e tem estratégias que olham para uma dimensão ambiental. E lá a gente fala do desenvolvimento sustentável fala da perspectiva disso e coloca alguns projetos... e isso faz que quando nos vamos trabalhar nas nossas ações isso passa pelas nossas discussões, passa por um projeto no turismo que vai trabalhar os atrativos turísticos, a partir dessa perspectiva do desenvolvimento sustentável, fala da agricultura familiar nessa perspectiva mais orgânica, ele faz esses movimentos nessas ações... o que eu quero dizer com isso: os nossos projetos, as nossas brigas, todas elas de uma forma ou de outra quem conduz, conduz com esses olhares. Mas a nossa dimensão prioritária é sempre a dimensão econômica. [...] A nossa racionalidade é sempre pra dimensão econômica. As entidades trabalham nessa dimensão (ECO1, 30/08/2019, p.3-4).

Para o CODEVAT, as estratégias estão pautadas tanto no desenvolvimento econômico como em práticas ambientais sustentáveis. Um interlocutor do CODEVAT complementa:

“[...] as pessoas por ingenuidade ou propositalmente, confundem desenvolvimento com crescimento e mais que isso! Quando olham desenvolvimento, olham desenvolvimento pela dimensão econômica quando muito pela dimensão social e, a dimensão ambiental é sempre deixada de lado. Eu acho que isso já melhorou! A gente já vem avançando para algumas coisas [...]” (ECO1, 30/08/2019, p.4).

O relato de um biólogo e representante do Comitê, sobre a perspectiva do desenvolvimento e a preservação ambiental, apresenta o seguinte:

“[...] a energia é um bem que nos precisamos, então para ter energia nós precisamos ter obra de infraestrutura [...] então todas essas obras elas vão causar impactos. E o ambiente é tudo. O ambiente é a flora, é a fauna., é o solo é o próprio rio, envolve as pessoas. Nós somos o eixo social, mas o social faz parte do ambiente, e isso é interação! Então qualquer tipo de atividade de uma cidade, por exemplo, ela causa diversos impactos negativos [...] em relação a um meio mais biológico, flora e fauna, hoje eu vejo que os órgãos ambientais, as empresas, elas fazem um conjunto de estudos, elas avaliam o nível do impacto, e fazem um conjunto de ações de prevenção, de controle e mitigação. O que é prevenção é fazer um conjunto de ações para minimizar o problema, não deixar acontecer o problema. Minimizar é, por exemplo, pensar em colocar a barragem em um local onde ela cause menos impacto. Então avaliar o local para que ela potencialize os ganhos econômicos e que reduza os impactos socioambientais. Então isso é olhado hoje. Então hoje tem muito mais controle e muito mais diálogo nos vários níveis, no eixo ambiental e no eixo social [...]” (EBI1, 08/01/2020, p.4).

Corroborar um representante do comitê quando menciona que o Comitê da Bacia Taquari-Antas exerce atividades e políticas voltadas ao desenvolvimento, mas pensa também nas práticas de preservação do ambiente. Sobre isso temos:

“Várias ações foram e são desenvolvidas periodicamente, como a Semana da Água e várias outras são apoiadas como Viva o Taquari Vivo, Revive Boa Vista, etc. Também são realizados processos de formação e atualização dos participantes, estas ações acabam se refletindo no ambiente de origem destes” (ECB3, 01/10/2020, p.3).

Outro representante do Comitê complementa:

“Dentro de suas atribuições, apoia e potencializa todas as práticas preservacionistas, notadamente as voltadas aos recursos hídricos. É de apoio e incentivo, mas o parlamento tem que se preocupar com todos os usos dos recursos hídricos, onde o meio ambiente é um desses usos. Assim tem cadeiras de ambientalistas, de produção rural, de indústria... Logo a única política que permeia os usos múltiplos é a sustentável com equilíbrio entre sócio, econômico e ambiental. Nossa principal atitude ambiental foi a definição do enquadramento das águas em classes de uso, Resolução CRH 121/2012, que limita os lançamentos de dejetos na bacia. É importante frisar que o problema diagnosticado no Taquari-Antas é a elevada carga orgânica de origem urbana e rural” (ECB2, 07/04/2020, p.2).

Considerando as informações de representantes do CODEVAT e também do Comitê da Bacia Taquari-Antas arroladas anteriormente, foi possível observar que nesta perspectiva é necessário pensar no desenvolvimento econômico, mas sempre havendo o equilíbrio e a preservação para com o ambiente.

Em vista disto podemos recorrer a conceitos desenvolvidos por Philippe Descola (2015) no texto “Além de natureza e cultura”: fisicalidade e interioridade. A fisicalidade permite a ação física e a interioridade, a autorreflexão. Para o autor a percepção desta dualidade é provavelmente inata e específica à espécie humana. Ele utiliza estes dois conceitos para conceituar as ontologias, o naturalismo, o animismo, o totemismo e o analogismo. Estas conceituações são importantes para que possamos entender as relações estabelecidas entre sociedade-natureza, onde cada grupo social estabelece suas regras, ações e percepções do meio em que estão inseridos.

O conceito de território e bacia hidrográfica de acordo com Gama (2003) contempla a ideia da territorialidade como um sinônimo de pertencer a aquilo que nos pertence. Segundo Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático que se apropria e territorializa este mesmo espaço. A territorialidade é uma condição que, segundo Haesbaert (2014), diz respeito às relações econômicas e culturais que se estabelecem em um determinado território, incorporando a dimensão política e de poder, tanto aquele explícito, de dominação, como o simbólico, de apropriação. De acordo com um geógrafo, interlocutor da pesquisa, a territorialidade “[...] é o vivido, o cotidiano, o que de fato acontece em um determinado território e as relações que aí se estabelecem” (EG3, 26/09/2020, p.3).

A territorialidade emerge como a expressão da coexistência de atores no mesmo espaço físico, compartilhando elementos políticos, sociais, históricos e culturais num

determinado contexto social. Esta territorialidade, exercida em um determinado espaço, é uma expressão de relações biológicas, culturais, políticas, sociais, econômicas (KAUSS; SANTOS, 2017). Sobre as identificações de território e territorialidade da BHTA, um interlocutor - biólogo e representante da Universidade junto ao Comitê – sinaliza:

“A visão de território é muito geográfica. Ele envolve um conjunto de terras, daí tem um conjunto de características de solo, de vegetação, de clima, envolve a questão cultural, por exemplo, na nossa bacia na região mais inferior mais de portugueses, na nossa região mais do limite do médio taquari mais alemã em termos de origem de como ela foi colonizada e a região mais da serra o médio, alto taquari de uma influencia mais italiana. Além disso, cultura negra bastante presente, também lá no passado a cultura indígena. Então nesse território em vejo as características físicas e ambientais, flora e fauna presente e pessoas vivendo e usando esses espaços. Então o território é um elemento que ele é dinâmico, não é estático. Então o território ele vai mudando conforme a economia tá criando influência ele vai sofrendo modificações” (EBI1, 08/01/2020, p.5).

A partir desta interlocução temos que divergir do interlocutor. Sim, em um território temos várias territorialidades e assim, uma diversidade étnica e cultural. Mas, quando esse sinaliza as etnias presentes nos territórios da BHTA ele “esquece” os indígenas quando explana “[...] também lá no passado a cultura indígena [...]”. Como no passado? E os Kaingang presentes nos territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas? Estes indígenas no passado, estiveram inseridos nestes espaços e na atualidade, estão reavendo estes territórios. Além disso, nestes espaços os Kaingang mantêm seus traços étnicos e culturais. Compartilham histórias, mitos e conhecimentos e principalmente, são partícipes da história de ocupação da Bacia hidrográfica Taquari-Antas.

Retornando a ideia de território, Raffestin (1993) coloca que a existência de relações de territorialidade pode passar pelo papel que um rio ou outros aspectos naturais relacionados à bacia hidrográfica, como a formação de vales, passam a ter na construção de uma identidade regional. De acordo com Bevilacqua (2011), a partir das considerações de que se reconhece o território como espaço social, podemos dizer que o espaço geográfico é produzido, sobretudo com a natureza e mediante o trabalho das sociedades. A nova dimensão dada à bacia hidrográfica pela existência do sistema de gerenciamento por meio de comitês faz vislumbrar a possibilidade de surgimento de uma individualidade territorial para a bacia hidrográfica (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Cada sociedade tem um conjunto de saberes, culturas e princípios e diversos elementos que as define. No centro desta definição está o seu auto reconhecimento (SILVA, 2007).

Clifford Geertz (1978) no capítulo intitulado “Uma Descrição Densa: Por uma teoria

Interpretativa da Cultura” pensa a cultura como uma teia de significados e interpretações, ou seja, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e o conceito de cultura para Geertz é semiótico, ou seja, a cultura compreende alguns significados que entrelaçam-se.

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, á procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície [...] (GEERTZ, 1978, p.15).

No entender de Geertz (1978), é a partir da compreensão dessa teia de significados que a ciência é capaz de avançar em sua interpretação. É válido mencionar que essa “teia de significados” é entendida como sendo os mitos às crenças, à comunicação e os hábitos sociais, bem como, o próprio indivíduo. Posto isso, ressalta-se que entre os pescadores artesanais do rio Taquari, dirigiam suas falas as suas trajetórias como pescadores ou simplesmente pelo envolvimento com o rio e com as águas antes de se tornarem pescadores. Os Kaingang, suas falas em todos os momentos reportam-se a sua cultura. Há um olhar para a trajetória da coletividade no qual estetizam as memórias e tradição oral de sua coletividade, pois estes ouviram várias histórias, mitos dos anciãos. Para esta coletividade, a cultura envolve o território, sendo este ocupado pelos seus antepassados e gradativamente ocorre um processo de (re)territorialização.

Corroborando, Sahlins (1997) sinaliza que a intensificação cultural é um projeto seletivo orientado de desenvolvimento no qual reflete noções tradicionais da boa vida, associado a uma promoção explicitada da cultura indígena. Diegues (2004) ao caracterizar a cultura de sociedades tradicionais – e aqui tomemos como exemplo os Kaingang e pescadores -, nos faz compreender as relações estabelecidas entre os Kaingang e pescadores, no que se refere a natureza, pois nestas coletividades há um conhecimento da natureza e de seus ciclos, o qual é utilizado no manejo de recursos para a subsistência familiar. Como menciona (DIEGUES; ARRUDA, 2001), para as Sociedades Tradicionais – Indígenas e pescadores -, estes preservam os recursos naturais dos quais dependem para sobreviver, pois desenvolveram formas específicas de manejo dos recursos naturais que não visa, diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos.

Como já mencionado anteriormente, algumas coletividades Kaingang foram submetidas a processos de territorialização, como a criação de aldeamentos em terras não tradicionais, ou submetidos à convivência com grupos rivais (KAUSS; SANTOS, 2017). De acordo com Little (2002), para as sociedades indígenas, o território conecta-se a uma história cultural, vinculada a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos da coletividade, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais. O autor ainda sinaliza que a memória espacial de uma coletividade nem sempre se refere a um lugar primordial de origem da coletividade, mas pode passar por ressignificações para atender a novas circunstâncias e movimentos (LITTLE, 2002).

Testifica Tommasino (2002) quando explana em seus estudos que para os Kaingang o território é constituído em serras, campo, florestas e rios. Nestes territórios por eles ressignificados, exercem a caça, a pesca, a coleta e o plantio de alimentos. Nestes territórios, Kaingang se movimentam gradativamente, formando um entrelaçado de sociabilidade, onde os indivíduos compartilham experiências históricas e se consideram partícipes da mesma cultura. Conforme relato do geógrafo entrevistado, *“os indígenas, por exemplo, vivem muito mais o espaço do que o território. O território é uma coisa totalmente ocidental porque essa ideia de delimitar de fechar é uma construção ocidental”* (EG2, 24/09/2020, p.1). Assim, podemos dizer que os Kaingang não delimitavam os territórios a partir de fronteiras e limites como a Sociedade Nacional, pois estes conceitos seguem um padrão geográfico ocidental. Estes indígenas delimitam seus territórios a partir de araucárias e bacias hidrográficas.

As territorialidades de pescadores artesanais expressam-se a partir do conhecimento que estes estabelecem sobre o espaço para o acesso aos recursos. Assim, se relaciona condições ambientais, com as técnicas e apetrechos de pesca (PAULA, 2018). Para o referido autor, as territorialidades da pesca artesanal evidenciam-se em áreas de pesca e de recursos que são utilizados nas pescarias. Corroborando, um interlocutor da área da geografia expõe:

“Na pesca, a territorialidade pesqueira, ela só existe se tiver pescado. Ela tem essa questão muito clara. A partir do momento que não tem mais pescado naquele pesqueiro, ninguém quer, então já não é mais território. Então quando começa uma crise, uma falta de pescado por causa de danos ambientais por causa da própria dinâmica do peixe essa territorialidade começa a ser acionada e internamente, por isso que existe a territorialidade da pesca ela é acionada entre pescadores. Eles criam regras, eles criam foram as de gestão do espaço eles criam normas informais que começam a gerir a pesca. Uma norma que é muito comum: o respeito. O respeito ele é, aparece em praticamente todas as comunidades pesqueiras do Brasil. Quando se reconhece que aquele território, que aquele pesqueiro é de um determinado pescador ninguém entra” (EG2, 24/09/2020, p.1).

De acordo com um geógrafo, interlocutor desta pesquisa “[...] a territorialidade é uma teia” (EG2, 24/09/2020, p.2). E complementa:

“A mata ciliar é uma territorialidade da pesca, porque sem a mata ciliar o rio começa a desbarrancar e começa o processo de assoreamento. Então a gente tem uma série de territorialidades articuladas que fazem com que a pesca seja possível. E tu percebes essas territorialidades na fala dos pescadores. Quando ele começa a dizer que foi tirar uma taquara em tal lugar, que ele tá preocupado que tão jogando lixo ali no mato na beira do rio, aí tu começa a reconhecer essas territorialidades articuladas” (EG2, 24/09/2020, p.4).

Neste sentido, podemos mencionar que as territorialidades vinculadas a atividade pesqueira estão condicionadas na fala dos próprios pescadores. A partir da interlocução mencionada anteriormente e fazendo um contraponto com as falas dos pescadores, tem-se a percepção que a territorialidade é entendida no momento que o pescador coloca armadilhas para pegar os peixes, é no momento que ele identifica um território piscoso, quando tira a areia do rio, etc. Nestas concepções de territorialidade, questionamos o geógrafo, um dos interlocutores desta pesquisa, se os pastos deixados pelos pescadores no rio para atrair as carpas capim, ali encontradas, poderiam ser identificados como uma territorialidade pesqueira ele expõe:

“Sim. Porque se é importante este pasto para que ela [a carpa] chegue, aquilo ali é um pesqueiro. E esse pasto já compõe uma arte de pesca. A arte de pesca não é só a rede e o fio de náilon, ela é tudo aquilo que tu cria para que o peixe chegue” (EG2, 24/09/2020, p.4).

Segundo Paula (2018), essas territorialidades são fluidas, conectadas por trajetos e canais de pesca e sofrem alterações de acordo com a dinâmica da natureza e movimento dos cardumes. Assim, a pesca artesanal configura-se em espaços onde os recursos ainda não estão esgotados. Desse modo, para Nunes (2018), contrapor a pesca a outras modalidades de produzir pescado implica pensar de que forma a organização da atividade pesqueira artesanal, ao longo da história, representa enquanto trabalho, uma maneira diferenciada de se relacionar com a natureza (NUNES, 2018). Sobre território pesqueiro e suas territorialidades, temos:

“A natureza em si não é território, mas o sentido que a gente dá a ela. Quando o pescador reconhece uma área mais piscosa e ele começa a botar armadilhas na volta, quando colocam pedras, quando eles mentem que não tem peixe naquela área, eles estão definindo aquele território” (EG2, 24/09/2020, p.1-2).

A partir das explanações mencionadas, entende-se que o território contém os recursos necessários para a construção física e cultural das pessoas e a expressão individual e coletiva sobre a territorialidade. Logo, no território, seus atores e agentes são capazes de imaginar, criar e gerenciar políticas e medidas que atendam aos seus objetivos e intencionalidades de

apropriação da natureza (PAULA, 2018). Sobre isso, um biólogo, interlocutor desta pesquisa menciona que o território e a territorialidade a partir de um viés biológico são entendidos da seguinte forma:

“[...] território é uma porção do ambiente caracterizada por ser a área ou local mais frequentado por um animal, o qual é não só demarcado por diferentes estratégias, mas principalmente defendido através de lutas ritualizadas ou embates físicos. A motivação desta defesa geralmente está associada a existência de abrigos naturais, fontes de materiais para a construção ou aprimoramento de abrigos existentes, fontes de alimentos, presença de parceiros sexuais e defesa da prole. No entanto, creio que a noção de território e territorialidade vai, além disto, mesmo para algumas espécies animais, especialmente entre primatas. A noção de vínculo com o território e a sensação de pertencimento ao mesmo (não de simples posse do território), a ideia de lar ou quase isto parece-me ser de crucial importância para as sociedades de macacos antropóides, mormente as humanas. Nestas últimas, a interação íntima com o território a partir da observação, vivência das relações de interdependência com o território com vistas à sobrevivência podem desencadear a noção, mesmo sem conhecimento científico, de respeito e técnicas de manejo de recursos, inclusive a água, dentro de perspectivas de sustentabilidade a longo prazo a exemplo do que fazem diversas comunidades quilombolas, caboclas e indígenas em alguns sistemas agricultura” (EBI2, 25/09/2020, p.2).

Corroborando Cavalcante (2013), quando expressa que o território é multidimensional, composto por dimensões políticas, econômicas, sociais e simbólica, não podendo ser dissociadas. A perspectiva relacional inclui a ideia de que as relações sociais produzem o território, mas ao mesmo tempo são produtos deste. Neste sentido, tem-se:

Em síntese, entendo o território como sendo uma porção do espaço apropriada por um grupo humano que o constrói em seus aspectos sociais, simbólicos, culturais, econômicos e políticos através de modos específicos. Esta relação específica com o espaço que constrói um território é a chamada territorialidade (CAVALVANTE, 2013, p.34).

No momento em que diversas territorialidades surgem, podem ocorrer fenômenos de (des)territorialização³⁴ e multiterritorialização (HAESBAERT, 2002; 2004), que refletem naquele espaço determinado e motivam a geração de conflitos emergentes entre os indivíduos que interagem com o território. Em relação aos Kaingang que compõem as Terras Indígenas *Jamã Tÿ Tãnh*, *Foxá*, *Pó Mág*, *Pã Nanh Mág* e *Ká Mág*, a multiterritorialidade pode ser entendida como um conceito de análise da territorialidade Kaingang, visto que, estes indígenas ocuparam distintos lugares, como por exemplo, áreas de planalto, reservas indígenas no norte do estado do Rio Grande do Sul e áreas urbanas, onde encontram-se atualmente.

A partir das apropriações territoriais por diferentes coletividades, apresentam-se

³⁴ Importante mencionar que para Haesbaert, os processos de desterritorialização são interligados aos processos de reterritorialização das sociedades.

indícios de que as formas de gestão ou ordenamento territorial devem levar em consideração a diversidade de atores e de interesses, para que se possam entender as variadas territorialidades existentes no espaço apropriado (SILVA, 2011). De acordo com Mesquita (1994), a territorialidade pode ser concebida como o amálgama de impulsos internos e estímulos externos, que se expressam pela sociabilidade e permitem a constituição da identidade de uma determinada sociedade. A construção da identidade em questão pode ser entendida como um processo relacionado as territorialidades, pois como ressalta Hall (2006) o interior do sujeito sociológico é formado na relação com outras pessoas que “mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava” (HALL, 2006 p.11). E mais:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 2006, p.11-12).

Barth (2005) nos diz que a cultura deve ser pensada como algo distribuído por intermédio das pessoas a partir de suas experiências. E sobre isso disserta:

Devemos pensar a cultura como algo distribuído por intermédio das pessoas, entre as pessoas, como resultado das suas experiências. Ao terem experiências semelhantes e se engajarem mutuamente em reflexões, instruções e interações, as pessoas são induzidas a conceitualizar e, em parte, compartilhar vários modelos culturais (BARTH, 2005, p.17).

Esta assertiva contribui com as explanações Mesquita (1994) quando exterioriza que as ações que desencadeiam um espaço transformado pelos grupos que o dominam constituem as territorialidades deste espaço apropriado. Como destaca Little (2002), a territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um amplo leque de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. A territorialidade segundo Raffestin (1993) adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

Para os pescadores, tendo como base os estudos de Guedes (2011), compreende-se que os territórios da pesca, são os lugares onde os indivíduos integrantes das colônias de pescadores se utilizam de um determinado espaço para retirada dos recursos pesqueiros. Nestes espaços, as colônias de pescadores desempenham a organização social, a qual

determina as normas de extração e, consubstancialmente, do território na busca de promover o uso racional dos recursos, considerando o ambiente nos preceitos da sustentabilidade.

Nesse sentido, os pescadores do rio Taquari, mediados/orientados pelas colônias de pescadores Z20 de Estrela e Z32 de Taquari, exercem a atividade pesqueira em outros espaços para além do Taquari. Estes se movimentam para outros territórios à procura de peixes suficientes para pescarem e poderem assim comercializar. A partir de algumas interlocuções com pescadores, entende-se que estes procuram lugares para pescar que comportam uma quantidade considerável de peixe. Um pescador de Mariante além de pescar no rio Taquari, pesca em Rio Grande e no mar em Santa Catarina (DIÁRIO DE CAMPO 05/07/2019, p.1). Esse deslocamento acontece em razão da diminuição do pescado no rio Taquari. Um pescador de Encantado relata que tem por hábito pescar em Muçum, mas, periodicamente desloca-se para o Ibicuí. Sobre isso temos:

“Geralmente eu pesco de Muçum (Vale do Taquari – cidade próxima a Encantado/RS) até aqui para baixo no Navegantes (bairro de Encantado), lugares assim, né. E esses dias nós fomos pro Ibicuí (rio brasileiro localizado no estado do Rio Grande do Sul) fazer uma pescaria pra lá” (EP1, 05/05/2018, p.2).

Já o pescador da cidade de Taquari, relata que pesca no rio Taquari e também no rio Jacuí, e para a quantidade de peixe desejável, este relaciona a influência da água para a captura do pescado:

“Mais é o rio Taquari e o rio Jacuí [...] É o seguinte. Tudo depende do clima e depende da água né! Se o nosso rio, o rio Taquari tem vários afluentes que entram nele, arroios, já começa nas cabeceiras. Se o nosso rio tá bem de água, se ele tem um certo nível então se o nosso rio está bem de peixe. Quando o nosso rio abaixa muito a água e a água é muito clara o peixe vai descendo, aí o peixe não se concentra aqui. Então ele vai descendo pras lagoa, pro Jacuí, então quando tá bom aqui, as água tão boa, a gente pesca aqui, mas pra cá. E quando começa a ficar ruim a gente que ir desce pra baixa até as lagoa a gente pesca” (EP2, 11/05/2018, p.4-5).

O pescador de Estrela tem por hábito pescar em sua cidade, mas também desloca-se para a região dos Pampas. Sobre isso o interlocutor menciona:

“Quando eu pesco eu pesco ali e Estrela tem um amigo meu que também é pescador que a gente as vezes pesca junto ali, ali um pouquinho pra cima da ponte, um pouquinho pra baixo, naquela região ali. Mas o principal lugar que eu pesco é na região dos pampas. Região de Bagé, Pedras Altas, Erval, Dom Pedrito” (EP4, 22/11/2018, p.6).

Já o pescador de Teutônia menciona que o melhor lugar para pescar é na Barra do Forqueta, mas também vai para Barretos – em São Jerônimo pescar.

“Há, tem, tem os lugares né, tem os lugares, só que tem muitos lugares bons que tem que ser respeitados né, por exemplo, que nem ali na Barra da Forqueta é um lugar muito bom de pescar pintado, só que daí você tem que pegar, tem a correnteza lá que então você tem que respeitar xis metro abaixo e xis metro acima né que se usa, onde te pega tu tá sujeito a perder a carteira né”.

E: *“E tu, pesca em que lugar assim que tu tem preferência pra pescar”.*

EP6: *“Lá em Barretos!”*

E: *“Aonde é isso?”*

EP6: *“É ali em São Jerônimo, ali onde tem a ponte de ferro, é o nome do lugar ali do distrito é Barretos, mas pertence a Triunfo”.*

E: *“Mais ainda é o Taquari?”*

EP6: *“Ainda é o Taquari, da cinco quilometro antes de entrar no Jacu”.*

E: *“Hum, e ali é o melhor lugar tu acha?”*

EP6: *“Sim, porque a gente tem uma casinha lá e é melhor por causa disso (risada). Ai se pega bastante peixe, é muito bom” (EP6, 07/02/2019, p.3).*

Pelas interlocuções arroladas anteriormente, percebe-se que os territórios pesqueiros diferem a partir da percepção de cada pescador. A partir de seus entendimentos sobre a água, quantidade de peixes, remetem-se a lugares específicos para poderem pescar uma quantidade desejável.

Assim, entende-se que o território é repleto de dinâmicas que são complementares e renovam os olhares sobre a reprodução das relações sociais. O território precisa ser compreendido como área controlada, caracterizando o resultado de estratégias influenciadas através de interesses do grupo social (GUEDES, 2011). Essas dinâmicas produzem novas territorialidades e reinventam o território. O rio torna-se mágico e o caminho singular para os pescadores, essa geografia da pesca refaz constantemente os territórios (CARDOSO, 2011). Quando perguntado para um pescador do rio Taquari a respeito da importância dos rios para os pescadores e para a pesca ele enfatiza:

“Pra nós ele é fundamental! É uma roça pra nós. Porque ali tu tá... porque se durante a piracema tu não pesca, tu tá plantando peixe. Se na época da pesca existe peixe, tu tá colhendo e se a colheita é boa é bom pra ti principalmente pra venda porque nós não queremos jamais que o rio taquari seja considerado poluído ao ponto de nós não vender mais peixe, porque essa é nossa preocupação” (EP4, 22/11/2018, p.6).

A pesca é uma atividade com ligações entre o rio e terra, representando uma forma de uso do território e uma relação entre sociedade e natureza. O território de pescadores artesanais, as suas territorialidades são materializadas quando se percebe a delimitação de seus territórios a partir da apropriação e uso dos espaços naturais onde os pescadores são capazes de delimitar mentalmente estes recortes espaciais (GUEDES, 2011).

Já para os Kaingang a relação com a natureza e com as águas é de extrema importância, pois fazem parte do universo sociocosmológico desta coletividade. Sobre isso

um Kaingang que morou por mais de uma década na Terra Indígena *Foxá* relata:

“[...] o índio, o meio ambiente, a natureza ela é tão importante pra nós, que pra nós ela é a nossa vida [...] nós temos certa prática, certo conhecimento da natureza [...] Então a gente tinha um manejo natural nosso da nossa cultura que nós fazia todos os anos né. [...]” (EC, 15/05/2012, p.2-3).

Sobre a relação do Kaingang com os rios e a natureza, um Kaingang da terra Indígena *Foxá* salienta:

“A importância dos rios enquanto nos Kaingang é para também fazer a demarcação de territórios, divisa de território. Mas também tem a sua importância para nossas sobrevivência, para a pesca para a canoagem e pro lazer. E tudo isso há uma grande importância em referência aos rios. Para o Kaingang o banho, questão de lazer, brincadeiras das crianças, então há uma importância muito grande para a população Kaingan” (EK4, 30/09/2020, p.5).

Referindo-se ao rio Taquari este mesmo interlocutor Kaingang continua:

“Este rio aqui tem um nome, o nome dele se chama Goitéi – Taquari [...] Goitéi na língua Kaingang. [...] Goitéi é rio comprido, porque ele é bem reto né, tem lugar que ele é bem reto [...] Daí os índio colocaram o nome de Goitéi” (EC, 15/05/2012, p.13).

A percepção ambiental e territorial das diferentes sociedades está intimamente ligada ao território que eles habitam e trabalham. De acordo com Silva (2007), o território faz parte da cosmologia do grupo, referendando um modo de vida e uma visão de homem e de mundo; ele é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento próprios, além de assegurar a sobrevivência das sociedades tradicionais, o território constituiu a base para a produção e a reprodução dos saberes tradicionais.

Dessa forma, a partir da territorialização do indivíduo surgem diversas territorialidades, o ato de se territorializar é intrínseco dos seres humanos, pois estes necessitam de espaços próprios para realizarem suas atividades e para delas sobreviverem. O reflexo dessas territorialidades materializa-se no espaço humanizado; percebido e pensado pelas sociedades, dessa forma, vivido e modificado (SILVA, 2011).

Esta percepção do território ocasiona uma identidade com este espaço, sendo que a primeira apreensão que se tem do lugar de morada e trabalho é a paisagem (SILVA, 2011). Para Cabral (2007), a paisagem a partir de uma ótica cultural é a mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana, a noção surge ligada, portanto, à percepção do espaço. A paisagem é aquilo que vemos de uma porção do espaço. *“A paisagem reflete a natureza e a história da comunidade de um determinado lugar”* (EG4, 30/09/2020, p.2). Essa

paisagem é percebida, significada e construída. Seguindo a linha de pensamento de Cabral (2007), o autor coloca a ideia de que a paisagem se traduz como um campo de visibilidade de nossa percepção e a nossa experiência, convertendo-se num campo de significação individual ou coletiva.

Nesse sentido, devemos enfatizar que a relação dos Kaingang com sua paisagem ancestral é povoada de humanos e não humanos (AQUINO, 2018), ou seja, a coletividade Kaingang, por exemplo, ocupava áreas cobertas de campos entremeadas por araucárias, forneciam pinhões que constituíam em um de seus principais alimentos e também dos animais que faziam parte de sua dieta (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014). Quando perguntado para um Kaingang sobre os territórios tradicionais e as movimentações pelos espaços de origem de seus ancestrais ele nos diz:

“Os Kujã faziam essa ligação com esse território ancestral. Eles conseguem fazer essa conexão espiritual com o território ancestral. Eles conseguem identificar esses territórios ancestrais onde tem os nossos mais velhos enterrados, então tem vários elementos pra identificar um território, essa ocupação tradicional [...] começa identificar uma característica, uma araucária, como vegetações, enfim, um ambiente muito comum do povo Kaingan” (EK5, 01/10/2020, p.1).

Corroborando, temos a interlocução de um Kaingang que residia na Terra Indígena *Foxá*.

“[...] pra nos a araucária é um marco, aonde tinha araucária dentro do estado, [...] não era em todos os lugar que tinha araucária nativa né, é o território dos Kaingang. [...] araucária além de remédio ele é alimentação e bastante, com abundância” (EC, 15/05/2012, p.6-7).

Além da araucária como uma identificação territorial, podemos dizer que nos cemitérios Kaingang, eram enterrados os umbigos dos recém-nascidos para marcar o território Kaingang, o qual tem um significado importante na composição do Ser Kaingang. Sobre a araucária e enterrar o umbigo após o nascimento de uma criança, um Kaingang da *T.I Foxá* explana:

“O Kaingang tem um hábito de marcação de território. Por exemplo, no nascimento de uma criança, quando a parteira vai fazer o corte do umbigo da criança, esse umbigo é entregue para o pai e o pai pega este umbigo que foi cortado pela parteira e vai enterrar. Pode ser enterrada na terra profunda no pai de uma árvore grande, bem grande, bem viçosa, ou até mesmo no pé de um pinheiro a araucária”.
“Vou citar um exemplo meu. Eu [...] quando a minha vovó cortou meu umbigo o meu papai lá na aldeia indígena de Nonoai, território Kaingang, pegou meu umbigo e enterrou num pé de um pinheiro araucária. Porque a araucária? Porque a araucária é uma árvore histórica, árvore que possui uma significante para o Kaingang. Isso quer dizer marcação de território” (EK4, 30/09/2020, p.1).

A formação das Terras Indígenas em espaços da bacia Hidrográfica Taquari-Antas deve-se ao fato de, no passado, seus antepassados já terem habitado aquele local, e da mesma forma, terem enterrado seus umbigos para demarcação territorial (LAPPE, 2015). De acordo com Tommasino (2004) que estuda os Kaingang da Bacia do Tibagi disserta que a conexão entre o Kaingang e seu território permeia a vida deste indígena a partir de seu nascimento até a sua morte.

Podemos remeter estas informações aos Kaingang da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh* que saíram da cidade de Santa Cruz em busca de sustento para a sua família, mas também em busca do local onde o umbigo de seu Manoel, o patriarca da aldeia, foi enterrado. De acordo com os estudos de Silva (2011), os Kaingang da *T.I Jamã Tÿ Tãnh* de Estrela tem o costume de enterrar os umbigos das crianças como forma de demarcação territorial. Normalmente, estes indígenas enterram os umbigos próximos a um pé de bananeira que simboliza a vida saudável.

Identificando-se com o território, a sociedade adquire e reconhece esse espaço como parte de sua própria identidade, como elemento integrante de seu modo de vida. Assim, a própria paisagem resulta de forças naturais e antrópicas que constitui um fato físico e cultural, interligados no espaço em um determinado tempo (MACIEL; LIMA, 2011). Entende-se que as paisagens dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada coletividade, portadora de funções sociais que conferem ao espaço significados com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes. Dessa forma, a paisagem pode ser considerada um elemento com muitas interpretações. Esse olhar da paisagem pode ser associado a categoria de identidade pela relação de uma coletividade com o seu território, construído a partir de suas cosmografias. Sobre isso Paul Little (2002) esclarece:

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p.9).

Relacionando aos pescadores, esse território além de ser entendido como identitário, é utilizado como trabalho nas atividades pesqueiras. A apropriação da natureza por parte dos pescadores através da atividade da pesca e a construção de seu conhecimento acerca dos ecossistemas e seus elementos naturais, com os quais interagem no desenvolvimento das

pescarias, conduz os pescadores a um processo de territorialização, ao mesmo tempo em que se constroem suas territorialidades, fundamentadas na pesca e centradas no conhecimento (GUEDES, 2011). De acordo com Silva (2011), os pescadores artesanais são considerados sociedades tradicionais – assim como os Kaingang – pois têm tradições no uso para com os recursos naturais e estão conexos ao lugar onde vivem.

Reportando ao que se abordou em capítulos anteriores, a coletividade Kaingang exercia uma mobilidade territorial extensa, passando semanas ou até mesmo meses em espaços de coleta, caça e pesca. Com a expropriação territorial do século XIX, os Kaingang continuaram a se mover dentro das terras de seus antepassados. Quando pensamos as relações dos Kaingang com as cidades, sabemos que quase todos os grandes chefes Kaingang (*Pã'i*) fizeram viagens para as capitais para negociarem com os governantes (tanto no período imperial quanto no republicano) a delimitação de suas terras (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014). Conforme o conhecimento de uma antiga liderança da Terra Indígena *Foxá* de Lajeado, foi relado o seguinte:

“[...] São Leopoldo ela era uma aldeia [...] de passagem provisoriamente, porque os índios antigos eles vinham com a sua família pra conversa com o governador né sobre a questão das suas terra né, sobre a questão e eles vinham e ficavam em São Leopoldo historicamente [...]” (EA, 15/12/2011, p.16).

A coletividade Kaingang, teve seus territórios tradicionais reduzidos a áreas limitadas, localizadas na região norte do estado do Rio Grande do Sul. A partir das (re) territorializações Kaingang, percebe-se que as famílias que compõe as Terras Indígenas nos entornos da Bacia do Taquari-Antas, no caso do Vale do Taquari - *Jamã Tÿ Tãnh*, *Foxá* e *Pó Mág* e as Terras Indígenas de Farroupilha *Pó Nañh Mág* e *Ka Mág* são provenientes de Terras Indígenas do norte do Estado, principalmente de Nonoai, Votoro, Guarita e Cacique Doble. Estas Terras Indígenas, junto com as TI de Porto Alegre e São Leopoldo, passaram a constituir uma unidade político territorial, compreendendo áreas da Bacia do Taquari-Antas e Bacia do Lago Guaíba (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014).

Neste sentido, podemos mencionar que os Kaingang inseridos em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas se reterritorializaram em terras antes ocupadas por seus ancestrais, os quais foram invadidos pelas frentes expansionistas. Gallois (2004) em seus estudos sobre os indígenas Wajãpi menciona que a territorialidade permite recuperar a história de ocupação de uma terra por uma coletividade indígena e também é um processo que propicia uma compreensão dos elementos culturais a partir das experiências de ocupação e

organização territorial dos indígenas, neste caso dos Kaingang inseridos em espaços da BHTA. Aresi (2008), converge no sentido de evidenciar a territorialidade como uma identificação do espaço. Assim, podemos salientar que os Kaingang justificam o seu território apoiando-se em memórias individuais e coletivas. Little (1994) corrobora ao dissertar que as formas de territorialização criam lutas divergentes pelo espaço, se sobrepondo ao espaço geográfico e tempo histórico. Esta (re)territorialização é legitimada pelas memórias coletivas que as coletividades construíram na base de suas necessidades que gradativamente mudam com o passar do tempo (LITTLE, 1994, p. 15).

Conforme Mesquita (1994), os territórios são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais. E atrelado a isso, as sociedades pode-se dizer que são responsáveis pela criação e transformação das paisagens, através de canais de irrigação, a construção de cidades, para a agropecuária, construção de barragens e hidrelétricas, etc. Essas modificações na paisagem revelam uma construção histórica permeada de lembranças que são identificadas por aqueles que ali vivem, pois o lugar é o espaço da vida (MACIEL; LIMA, 2011). Posto isso, podemos dizer que a territorialidade é a projeção sobre o território dos constituintes da identidade da população que o habita e que nele concretiza as suas relações sociais. Para Diegues (1983), são em seus espaços que essas sociedades se reproduzem econômica e socialmente, onde há reduzida acumulação de capital.

Como vimos, em uma sociedade, os laços familiares e territoriais entrelaçam-se e assim, fica perceptível que para cada coletividade o território é entendido e manuseado de acordo com sua cultura, hábitos e relações estabelecidas com a natureza. Para os Kaingang das Terras Indígenas localizadas em espaço da Bacia Taquari-Antas e para os pescadores artesanais do rio Taquari, o território é definido a partir de seus conhecimentos e a relação estabelecida com a natureza. Para a sociedade nacional, o território é entendido a partir do viés econômico, onde o ambiental entrelaça-se ao econômico, objetivando o desenvolvimento e o lucro. A partir das apropriações do território por diferentes atores sociais, a gestão e o ordenamento territorial precisam considerar a diversidade de pessoas habitando neste território e as múltiplas territorialidades existentes no espaço, além das negociações entre sociedade tradicional e sociedade nacional.

5.2 As relações de poder e conflitos entre e os atores sociais em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas

O território é um campo de forças, uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define uma alteridade (SOUZA, 2000). Segundo Cabral (2007), prevalece o entendimento de que, sob a noção de território, deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. Assim, tornou-se necessário conceber o poder como multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores sociais e presente em todos os níveis espaciais.

Corroborar uma geógrafa quando expõe que “[...] *as sociedades criam o território através dos usos que fazem do espaço. É um espaço apropriado por um grupo ou uma coletividade, porém os usos são disputados*” (EG4, 30/09/2020, p.1). Dessa forma, o território passou a ser entendido como elemento decisivo às relações de poder e as territorialidades como estratégias para delimitar e afirmar o controle de uma área geográfica, ou seja, para estabelecer, manter e reforçar esse poder (CABRAL, 2007). Neste sentido, um geógrafo, partícipe como interlocutor destaca:

“A palavra chave da geografia é o poder. Porque o poder? Porque se não tivesse alguma relação ou alguma tensão envolvendo aquele grupo com outros ou dentro dele não precisa de território, se vive o espaço. Então existe um momento, o momento zero digamos no processo de territorialização... eu tenho um espaço que todo mundo utiliza, que é de todo mundo, não precisa de alguém que mande, não precisa de uma regra, é um espaço compartilhado [...] Então em um momento zero a gente tem o espaço, um espaço compartilhado por todos. E daí, o que acontece, dentro desse espaço as vezes começa a aparecer algum tipo de conflito” (EG2, 24/09/2020, p.1).

Entende-se então, que o território é marcado pelas relações de poder em um determinado espaço, definido pelas relações sociais estabelecidas entre diferentes segmentos da sociedade. Sobre isso, um geógrafo interlocutor desta pesquisa esclarece:

“Território é relação de poder. É o poder que se exerce dentro de um determinado espaço. O que seria esse poder?! Seriam essas relações sociais que se estabelecem. E elas podem ser das mais diversas. Uma relação de poder que pode ser política, o Estado atuando sobre uma área, ou então a organização de um grupo social, que organiza todas as suas dinâmicas sociais dentro de um determinado espaço e precisa de limites e esses limites são definidos por diversos âmbitos. Pode ser uma lei definindo esse limite, ou a organização da sociedade definindo esse limite ou mesmo um elemento natural definindo esse limite. Mas principalmente as relações sociais que se estabelecem em um determinado espaço” (EG1, 10/01/2020, p.4).

Nesse sentido, a bacia hidrográfica, tem esse papel, pois além da força de produção, é um resultado dessas relações, e passa a ter papel importante no acúmulo de riquezas de atores

sociais responsáveis pela produção desse espaço (BEVILACQUA, 2011). Na visão do geógrafo entrevistado foi evidenciado que além de um espaço físico a bacia Hidrográfica é uma construção social, pois dentro deste espaço territorial há vários interesses, e cada grupo de atores sociais, defende seu interesse. Em vista disto complementa:

“[...] existe toda uma relação da sociedade sobre um determinado espaço que é delimitado por um aspecto físico, mas a importância é relacionar a sociedade e natureza dentro dessa bacia hidrográfica, para ver como as relações sociais ocorrem, como as atividades, principalmente as tomadas de decisões é realizada, principalmente pelos comitês que são os órgãos gestores das águas e também a sociedade em si, os grupos sociais, os diversos interesses. Porque tem inúmeros interesses. E cada interesse é diferente, muitos são conflitantes. Então essa bacia hidrográfica ela tem que abarcar tanto aspectos físicos, quanto também às relações sociais que estão ali estabelecidas dentro desse espaço e como elas organizam, planejam, estruturam todo aquele espaço. E isso, quando tu trabalhas com bacia hidrográfica a gente tenta fazer essas relações então. Pelo menos é o conceito que eu costumo seguir, então é bem interessante essa relação sociedade natureza dentro da bacia hidrográfica” (EG1, 10/01/2020, p.1).

As definições e delimitações do espaço da bacia é inicialmente natural, mas sua caracterização como território nasce das relações de poder definidas no âmbito do comitê (LIMA, 2005). Souza (2000) caracteriza o território como sendo um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, no qual esse poder é exercido por pessoas ou grupos, sem os quais não se define o território, pois território e poder relacionam-se, estando o poder presentes nas relações sociais que se realizam no espaço. Sobre as relações de poder dentro dos territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas no diálogo com um ex-integrante e presidente do Comitê quando indagado pelo pesquisador [...] dentro desse território tem uma relação de poder? O interlocutor expõe:

“Sempre! Total! A única questão que tem é assim, ó! [...] Quando tu está dentro de uma política de gestão dos recursos hídricos, aquilo é uma coisa muito importante, tu enxerga aquilo com uma importância muito grande! Porque no comitê tu discute, tu entende a relação desse município que está na margem do rio com o município que lá que precisa da água para beber e qual a relação dele com o balanço hídrico da propriedade pra eles. Decepção pra mim é que estando fora dessas nuances essas características tu não identifica. A sociedade não tem noção. E tu não ouves isso. E o que é isto? É esta relação... Porque eu falo isso? Porque está nessa identidade do poder. O poder não tá aí, deveria estar. Mas o poder não está aí, o poder está em outra atividade, porque ali não é dotado de valor econômico. A lei das águas fala muito sobre isso. A água é um bem natural, com uso comum de todos, dotado de valor econômico. Quando o bem é dotado de valor econômico? Quando ele é escasso! Se ele é escasso tu pagas. Tu tem sede, tu paga R\$5,00 uma garrafinha de água mineral, tu paga. E é isso na natureza. O poder está no valor econômico das coisas. Enquanto ele não for dotado de valor econômico, não tá aí o problema. O problema tá em outro lugar. E é isso que é a questão da identificação. Há um colegiado, a uma estrutura parcialmente implantada por isso que as pessoas não enxergam, porque ela não interfere na minha vida. Quando começa interfere? Pô, não tem água na minha torneira! Bah, essa água tá muito cara! Esse rio morreu peixe, olha lá! A escassez, a carência do bem que dá a característica de valor econômico [...]” (ECB1, 19/01/2020, p.4).

Nas palavras do ex-presidente do Comitê, o poder está pautado no valor econômico, é a partir dele que se geram os conflitos dentro dos espaços da Bacia Taquari-Antas. Corroborando outro representante do Comitê da Bacia do Taquari-Antas quando coloca que há relações de poder nos espaços da Bacia, “[...] os poderes constituídos, executivo, legislativo e judiciário. Além disso, tem todos os “poderes” representados nas cadeiras, suas categorias entre Estado / População / Usuários (40% / 20% / 40%)” (ECB2, 07/04/2020, p.3).

Wedig (2017) expõe que os territórios de sociedades tradicionais passam a ser disputados por diversos grupos de poder econômico e político, que os veem como possibilidades de ampliar a produção agrícola de monocultivos de exportação, de se apropriar de seus “recursos genéticos” e conhecimentos tradicionais associados, atuando como dispositivos de poder. As relações de poder modificam as relações da sociedade com a natureza e as próprias relações sociais estabelecidas dentro de um território. Segundo Raffestin (1993), o poder é inevitável. Segundo este autor, é impossível manter uma relação que não seja marcada pelo poder que está pautado no uso e na transformação do território por diferentes segmentos da sociedade onde os atores sociais buscam atender as suas demandas e necessidades, seja na reprodução de relações sociais, seja no acúmulo de riqueza por intermédio da reprodução do capital (BEVILACQUA, 2011). Na visão do ex-presidente do Comitê da Bacia Taquari-Antas, *“quando tu fala em planejamento tu planeja o uso e a conservação [de um território]. O comitê diz assim: todos os usos são possíveis, e todos os usos devem ser harmonizados”* (EC1, 19/01/2020, p.6). Neste sentido, tem-se:

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Assim, entende-se que, como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está presente em toda a espacialidade social (SOUZA, 2000). Além disso, o território é uma produção por causa de todas as relações que envolve e se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993). A respeito dos conceitos de território, territorialidade e poder temos:

“[...] territorialidade, seria como essas relações de poder, essa relação social se organizam de forma específica em um determinado espaço. Em um território eu posso ter algumas territorialidades diversas, que se articulam entre si. Então seria este aspecto dinâmico de exercer esse poder ou exercer essas relações sociais ou organizar esse espaço numa determinada forma que seja específica e muito identificada com aquele grupo social. Então eles imprimem as suas relações dentro de um determinado espaço nas suas relações [...]” (EG1, 10/01/2020, p.5).

O território é um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação, com uso ou múltiplos usos que implicam na manifestação de poder, podendo gerar ou não conflitos entre os atores sociais que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (SILVA, 2011). *“É necessário delimitar um espaço para controlá-lo”* (CLAVAL, 2011, p.50). Assim, um geógrafo complementa ao enfatizar que *“o território denota poder, soberania, domínio sobre um espaço”* (EG3, 26/09/2020, p.4).

Dessa forma, a territorialidade e as relações de poder nos territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas apresentam territórios diferenciados, ou seja, a partir de suas percepções e racionalidades, o uso do território é pautado pela dimensão que priorizam, seja preservação do espaço natural, seja pela ótica do desenvolvimento econômico. A partir de suas ações, os atores sociais territorializam sua permanência. Assim, entende-se que para os pescadores e Kaingang o território é marcado pela preservação dos espaços naturais, no qual os utilizam para a subsistência familiar. Para a sociedade nacional, aqui representado pelo Comitê da Bacia e CODEVAT, o território é visto pelo viés do desenvolvimento econômico.

No que se refere ao sistema político antes do contato com o colonizador europeu, os Kaingang, na hierarquia política organizavam-se da seguinte maneira: No topo da “pirâmide”, ficava a liderança maior – os *pã`i* -, chefe político, hoje, mais conhecido por cacique. Além dele, existem outras lideranças menores – os *pã`i sã`i*-, que são nomeadas e subordinadas ao chefe político *pã`i*. Esta hierarquia funcionava como um mecanismo político de organização social das coletividades indígenas. Assim, a hierarquia política está apregoadada a partir da figura do tenente, do capitão, do sargento, do cabo, etc. (ALMEIDA, 2014). Corrobora Severo (2020) quando ressalta que as populações Jê possuem uma organização política faccionalista, com divisões e agressões perceptíveis, onde os homens que encabeçam tais grupos disputam o poder político. Os Kaingang organizados a partir de metades assimétricas, exogâmicas e uxorilocais – *Kamé* e *Kanhru*, ordenam a unidade com a complementaridade e a hierarquia.

Quando questionamos um Kaingang sobre as relações de poder em territórios indígenas este interlocutor faz uma historicização a partir do contexto da Ditadura Militar. Sobre isso temos a informação:

“Tem [relações de poder]. Porque é fruto de um processo histórico colonial [...] se intensificou um regime de estrutura hierárquica de poder nas comunidades indígenas durante o período da ditadura militar. A ditadura militar colocou um controle dentro das Terras Indígenas. Antes de 88 [referindo-se à constituição] nós tínhamos o regime militar que fez aquele processo de aldeamento retirou os indígenas de várias regiões e colocou tudo em um só ambiente. Esses aldeamentos e

essas aldeias tinham um agente de um órgão público [o chefe do posto] na figura do SPI e depois a FUNAI que fazia o controle e a fiscalização da comunidade indígena. [...] A hierarquia nas terras indígenas na figura do major, do capitão, os Pã'í [...] Então se institui a figura do cacique. Então foi se construindo historicamente esses regimes de hierarquia. Eles ainda estão presentes nas nossas terras indígenas. Vários Kaingang reproduzem isso” (EK5, 01/10/2020, p.2).

De acordo com Severo (2020), a estrutura política atual encontrada em territórios Kaingang permanece semelhante aos séculos anteriores. Todas TI possuem um *pã'i mág*, escolhido através de eleições – com inscrições de chapas e campanha eleitoral – ou por escolha de um conselho. Nas Terras Indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul existe o modelo eleitoral e também a indicação do conselho. Quando questionamos um indígena da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tāhn* de Estrela sobre a representatividade das lideranças dentro das TI e como é feita a escolha das lideranças temos o relato:

“[...] tem dos pajés, dos Kujãs, e tem também, nós temo liderança que, tem o capitão, tem o delegado, o cabo, a polícia né, nós fizemo aqui dentro da nossa aldeia, nós que montemo a nossa liderança, pra nos ajuda, daí ajuda ali entre o cacique e o vice. Aí nós fizemos...”

E: *“São vocês que escolhem?”*

ED: *“Sim, nós dizemo tu vai se o cabo, ele vai se a polícia, ele vai se o capitão, e tem o conselheiro também [...]”*

E: *“E qual é a tarefa deles?”*

ED: *“A tarefa deles é nos ajuda. Quando der brigas assim entre casais, entre um e outro dá brigas assim, eles vão chama pra ter uma reunião, uma conversinha, se caso eles não respeita, não quisé respeita essas lideranças que nós, o cacique e o vice cacique botaram aí nós que acabemo resolvendo daí, se eles não querem respeitá, mas assim a maioria sempre tão respeitando né, eles vê se eles não pude com eles, eles já vê, que tem o cacique o vice que são mais forte que eles” (ED, 10/02/2016, p.2).*

Quando conversamos com as lideranças da Terra Indígena *Pó Nãnh Mág* estes nos relataram que na comunidade há a figura do cacique, do coronel e do capitão. Assim, reforçamos que estas nomenclaturas militares são resquícios das organizações as quais os Kaingang foram sucumbidos no século XIX dentro dos aldeamentos (DIÁRIO DE CAMPO, 08/01/2015). De acordo com Laroque (2007), é importante esclarecer que estamos tratando de uma sociedade sem a presença do Estado, na qual as relações de poder não estão separadas do corpo social, mas sim diluídas entre os vários integrantes que formam o grupo. Dessa forma, nas Terras Indígenas em estudo, podemos encontrar estas representações, do cacique, vice-cacique, capitão e policiais. Estes mantêm a organização e o controle da comunidade.

A expropriação dos Kaingang de seus territórios pode ser entendida como relação de poder, visto que, esta coletividade fora retirada de seus tradicionais territórios para que houvesse a produtividade das terras pelos colonizadores europeus – alemães e italianos. Essa expropriação territorial, fez com que os Kaingang ressignificassem novos espaços e formas de

garantir a sobrevivência física e cultural. O novo tempo Kaingang (*uri*) contém o tempo antigo (o *vãsy*), pois a partir da (re)territorialização, estes indígenas tiveram que construir um novo tempo (*uri*) em oposição ao tempo antigo (*vãsy*). Os Kaingang mantiveram suas territorialidades segundo seus próprios padrões. O tempo *vãsy*, trata-se de um tempo onde viviam da caça, pesca e coleta e tinham territórios imensos e com bastante alimentos (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014).

Em se tratando do estado do Rio Grande do Sul, os Kaingang se reterritorializam, mantendo os vínculos territoriais entre as Terras Indígenas, as quais se consideram parentes. Em centros urbanos, e aqui podemos citar as Terras Indígenas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, estes indígenas também passaram pelo processo de reterritorialização. Conforme Di Sopra (2020), podemos identificar elementos ligados à multiterritorialidade Kaingang, onde as movimentações pelos tradicionais territórios conectam-se aos laços familiares, coleta de materiais para a fabricação de seus artesanatos, etc. Assim, podemos dizer que o Kaingang consegue exercer várias territorialidades, adaptando-se às imposições da sociedade não-indígena e ressignificando as formas de ocupar tradicionalmente novos e antigos territórios (DI SOPRA, 2020).

Em relação à pesca artesanal, as disputas de poder no território da BHTA causam impactos que influenciam a dinâmica territorial da pesca. Nos municípios pesquisados (Encantado, Lajeado, Estrela, Taquari) a partir da interlocução com pescadores entende-se que a disputa de poder afeta os pescadores do rio Taquari, ou seja, a partir da diminuição do pescado – seja pela construção de barragens, esportes, pesca ilegal – os pescadores artesanais são pouco valorizados e buscam seu sustento no rio disputando os espaços com outros atores pelo uso da água. Como coloca Cardoso (2011), viver da pesca passa a ser um desafio. Em relação ao poder em território do rio Taquari, questionamos um interlocutor sobre a questão dos esportes aquáticos no rio Taquari. E sobre isso temos:

“Na verdade tem diversos conflitos. O que para mim é importante, para o outro pode não ser. Eu gosto da interação com os rios pessoalmente. [...] A proibição completa de uma atividade ela acaba levando a proibições e o uso vai acontecer do mesmo jeito. O que poderia se ter é um acordo. Porque tem vários usos do rio. Daí vem o comitê. O comitê ele acaba sendo uma entidade de deliberação em relação aos vários interesses, aos vários usos da água do rio. E quando são relatados problemas, conflitos de usos, o assunto vai para o comitê e nós montamos uma comissão de representantes [...] Então esses representantes eles entendem quais são os diversos interesses de cada categoria, de usuários, de produtores, dos sindicatos, dos produtores, dos pescadores, então é tudo isso é colocado nesse fórum. Então quando tem um conflito bem evidenciado que chega ao comitê, monta-se uma comissão e essa comissão vai até o local de representantes se ouve as duas partes e

se procura criar uma aproximação entre os dois grupos para que haja uma convivência com mais harmonia. Se for o caso, uma normativa. Só que a normativa não vem do comitê, quem cria são os órgãos de estado – FEPAM e DEFAP ou o órgão dos recursos hídricos” (EBI1, 08/01/2020, p.5).

Corroboram os estudos de Luênia Kaline Tavares da Silva; Francisca de Souza Miller (2018) sobre os pescadores do Rio Grande do Norte quando evidenciam que nas últimas décadas, as comunidades pesqueiras se tornaram mais vulneráveis às influências externas, uma vez que estão expostas às mudanças provenientes de diversos fatores, como a globalização, o crescimento populacional, o aperfeiçoamento tecnológico e as transformações no mercado. Essa constatação das autoras cabe também aos pescadores que exercem suas atividades no rio Taquari, pois, de acordo com os pescadores entrevistados, nos últimos anos, o rio Taquari tem apresentado um déficit de peixes em virtude do acentuado desenvolvimento econômico, poluição hídrica e esportes aquáticos praticados no rio. Como há essa diminuição no pescamento, aos pescadores do rio Taquari, são apresentadas várias alternativas de sobrevivência que consistem em exercer atividades de pintor, pedreiro, agricultor, etc. Assim, com uma atividade “extra” conseguem se manter financeiramente.

Devido a condições naturais ou de uso, os recursos ambientais não estão tão acessíveis. Isso incita em uma busca maior por recursos ambientais e o saber da sua localização e técnica de obtenção constitui-se em poder (PAULA, 2018). Sobre isso um geógrafo comenta:

“Entre pescadores há relações de poder, mas elas são simétricas e elas se resolvem no âmbito comunitário. Nos pescadores com outras atividades econômicas as relações de poder são assimétricas ou dessimétricas. Assimétrica quando ele tem muito poder, quando ele pode ir via Ministério Público, podem ainda utilizar algum artifício ou elas são dessimétricas que eles não podem nem discutir, que é muito o que acontece dentro do Brasil dentro da política ambiental” (EG2, 24/09/2020, p.2).

A partir desta interlocução e trazendo para a realidade dos pescadores artesanais do rio Taquari, percebe-se que as relações de poder são estabelecidas entre pescadores artesanais (que possuem carteira de pescador) e pescadores amadores (que não possuem a carteira profissional de pesca). Assim entende-se que *“o pescador não briga pelo que não é essencial. O pescador entra no conflito justamente quando o que está em jogo é o mais essencial para a sua existência, que é o território. Ele precisa do território pesqueiro para ele existir como pescador”* (EG2, 24/09/2020, p.2). Sobre isso, um interlocutor comenta:

“[...] todas as normas e regras devem ser respeitadas pelo pescador e o pescador profissional ele já sabe, já conhece, o que ele pode, o que ele não pode, então ele já é um profissional e ele já é auxiliado pela colônia sobre as redes sobre o material que ele pode usar, qual é o peixe que ele pode pescar, quando entra a fase da

reprodução, então ele tem que parar [...] Então o IBAMA fiscaliza né [...]. As vezes eles tem que aplica multa e geralmente não são pescador profissional, são os que vem de fora, largam rede em qualquer lugar, qualquer época, então eles tão fora do conhecimento [...] (EP2, 11/05/2018, p.3-4, grifo nosso).

Reforça outro interlocutor da cidade de Encantado, quando evidencia em nossa pesquisa de campo, que o principal problema enfrentado pelos pescadores profissionais artesanais é a irresponsabilidade e a falta de conhecimento de algumas pessoas pescando na época da piracema. No rio Taquari a pesca ilegal, ou a pesca praticada por não profissionais é recorrente, visto que, falta fiscalização por parte do órgão responsável (PATRAM) (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2018; 08/02/2019). Assim, entende-se que as relações de poder dentro do território do rio Taquari estão pautadas em seu saber, que é compartilhado por meio de seus conhecimentos tradicionais e das práticas de diárias no rio.

Podemos representar desse modo, um território como sendo um espaço permeado de forças e relações sociais e assim, o território passa a ser entendido como um elemento catalizador para as relações de poder estabelecidas entre diferentes atores sociais em um determinado espaço e as territorialidades ali presentes são vistas como estratégias para delimitar o controle de um lugar. É importante mencionar que, ao longo dos anos os territórios de sociedades tradicionais foram e continuam sendo disputados por diversos grupos sociais que almejam o poder econômico e político, que desejam ampliar sua produção agropecuária. Assim entende-se que as relações de poder modificam as relações da sociedade com a natureza e as próprias relações sociais estabelecidas dentro de um território.

Neste sentido, a Bacia Hidrográfica é uma construção social, pois neste espaço há vários interesses em jogo, e cada ator social prioriza seus interesses coletivos. Na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, as relações de poder e as territorialidades observadas durante a pesquisa apresentam territórios diferenciados, ou seja, cada coletividade, a partir de suas percepções utiliza o território a partir de suas prioridades, ou seja, manuseiam o território optando pela preservação do ambiente ou manuseiam o território a partir da ótica do desenvolvimento econômico.

5.3 Kaingang e pescadores: A simbologia e cosmologia das águas

A água de rios, riachos, igarapés, igapós e lagos tem importância vital para as coletividades indígenas e alguns mitos narram que algumas dessas sociedades têm sua origem relacionada com a água, considerada um ser vivo que deve ser respeitado (DIEGUES, 2007).

Os mitos Kaingang, por exemplo, representam a territorialidade desta coletividade bem como a sociabilidade entre os Kaingang e a natureza (LAPPE, 2015). “Se tomarmos como referência a geografia da terra mítica, pode-se perceber com clareza a associação com as terras de planalto, que é seu habitat” (TOMMASINO, 2000, p.209). Presente na criação do mundo, as águas são consideradas dádivas divinas abundantes e por isso mesmo o seu desaparecimento significa o fim da própria sociedade e do planeta terra (DIEGUES, 2007).

Uma das versões do Mito do Dilúvio, explica o surgimento das metades clânicas *Kamé* e *Kanhru*. Esta versão foi recolhida por Schaden (1953) junto a Xê Coelho, no Paraná em 1947 e apresentado por Crépeau (1997).

Xê contou-me também o mito do dilúvio universal. Muitos índios morreram na grande enchente que houve por êstes sertões Escapou somente um casal de irmãos, pequenos ainda. Eram do grupo dos Kamé. O casalzinho foi nadando, foi nadando até a uma serra muito alta, que se chama Krim-Takré. Os dois subiram no alto da serra e agarraram-se às folhas das árvores. Quando baixou a água da enchente, desceram ao chão. Casaram-se então os dois, o irmão com a irmã, e os índios tornaram a aumentar. Fizeram fogo, pois já conheciam o cipó que dá fogo. Depois de aumentar o número de filhos, o casal, antes de morrer, restabeleceu a divisão em dois grupos: os Kamé, que são mais fortes e os Kanherú, que são menos fortes. Dividiram-nos para arranjar os casamentos entre eles. Depois de aumentarem mais, os índios restauraram também a divisão em Votôro e Venhiky. Os Votôro têm a força dos Kanherú e os Venhiky as dos Kamé (CRÉPEAU, 1997, p.180).

Outra versão do mito do dilúvio, trazida por Telêmaco Borba em 1908, inclusive colhida anterior a de Schaden (1953), indicava que no momento do dilúvio coexistiam três grupos: os *Kaingang*, os *Kanhru* e os *Kamé*. Só os Kaingang escaparam ao afogamento e sobreviveram. Sobre o Mito do dilúvio temos:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra Krinjijimbé emergia das águas. Os Kainganges, Kayurukrés e Kamés nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha acesas. Os Kayurukrés e Kamés, cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra. Os Kainganges e uns poucos Kurutons, alcançaram a custo o cume do Krinjijimbé, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exigüidade de local, seguros aos galhos das árvores; e ali passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer. Já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água, que se retirava lentamente. Em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Kainganges que estavam em terra [...] As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado de onde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas ao poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Kainganges se estabeleceram nas imediações de Krinjijimbé (BORBA, 1908).

De acordo com um interlocutor Kaingang sobre a cosmologia e o mito de origem temos:

“Cosmologia, mundo Kaingang é pensar em tudo isso, nos rios, na natureza, na vegetação. Nos é ensinado que tudo faz parte de uma coisa só. Um só porque um tem que cuidar do outro e um depende do outro [...] O mito de origem Kaingang ele vem, da criação do mundo por Tupã que criou o mundo Kaingang e a vida no planeta não colocando ninguém acima de ninguém” (EK5, 01/10/2020, p.3).

Segundo Aquino (2018), o mito do dilúvio apresenta informações que nos permitem perceber que a geografia mítica constituiu-se na relação dos Kaingang com seres humanos e não humanos. Além disso, a partir das interlocuções, entende-se que a água está presente na natureza, na cultura, nos mitos e na história de uma coletividade.

Proveniente da natureza, a água é um bem de uso coletivo. Nas sociedades urbanas e modernas, a água doce é um bem, em grande parte, domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição, em alguns países, pode ser apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se um bem de troca, ou uma mercadoria. Nas sociedades tradicionais, apesar da água ser de uso polivalente (beber, lavar, irrigar), existem necessidades menos diversificadas que nas sociedades urbano-industriais, pois nestas últimas a água é usada também para uma diversidade de usos não domésticos e em larga escala (produção de bens industriais, serviços, etc.). Relacionado a isso, um Kaingang da Terra Indígena *Foxá* salienta:

“A importância dos rios enquanto nos Kaingang é para também fazer a demarcação de territórios, divisa de território. Mas também tem a sua importância para nossa sobrevivência, para a pesca para a canoagem e pro lazer. E tudo isso há uma grande importância em referencia aos rios. Para o Kaingang o banho, questão de lazer, brincadeiras das crianças, então há uma importância muito grande para a população Kaingang” (EK4, 30/09/2020, p.5).

Cada sociedade, seja ela tradicional ou não, tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade desse elemento e por tradições historicamente construídas. A água doce é necessidade básica de todos os seres humanos, mas a forma com que essa necessidade é atendida depende da cultura (DIEGUES, 2007).

De acordo com Bevilacqua (2011), a água é um elemento vital para subsistência das sociedades, e quando se tem os processos de acumulação de riquezas, passa a ser eficaz a sua reprodução em todas suas dimensões, incluindo o urbano, pois passa a ter importância econômica. A água é um dos elementos centrais da reprodução não somente material, mas também simbólica dos povos indígenas e comunidades tradicionais. De acordo com Wolkmer e Pimmel (2013), a água, mais do que um recurso imprescindível à produção de bens indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social, é também um elemento vital para a conservação dos ecossistemas e da vida de todos os seres em nosso planeta. Para a sociedade

nacional, a água é entendida como um bem de uso comum para todos e utilizado para o desenvolvimento econômico, ilustra a questão o relato de um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas quando comenta sobre a importância do rio e diz que o “[...] *comitê é uma reunião de interesses que perpassam o sócio, econômico e ambiental, tendo o rio estas importâncias*” (ECB2, 07/04/2020, p.2).

Diegues (1998) em seu livro *“Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário”* utilizando os estudos de Chevalier e Gheerbrant (1992), sinaliza que a água é um dos elementos com maior número de significados, mas que podem ser reduzidos a três principais: fonte de vida, meio de purificação e centro de regeneração. Nos símbolos analíticos da água, esta é fonte de fecundação da alma: a ribeira, o rio, o mar, representam o curso da existência humana e as flutuações dos desejos e dos sentimentos. Os rios e lagoas, por exemplo, dão origem a imagens e símbolos, em grande parte, distintos daqueles associados aos mares, uma vez que, as imagens associadas às torrentes e rios referem-se a água doce, a água lacustre, a água estagnada, possuem características femininas, já o mar, a água do oceano, escumante, fecundante está associado ao ser masculino (DIEGUES, 1998; 2000).

A água é um elemento da vida que a encompassa e a evoca sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários. Se, por um lado, é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico, (enfeixando várias imagens e significados). Isso se manifesta quer nos ritos, nos cerimoniais sagrados e mitológicos, quer nas práticas agrícolas, no cultivo das plantas e das flores, na fecundação da terra (da alma) (CUNHA, 2000).

As manifestações religiosas, por exemplo, são vistas e entendidas como um sistema de significação, muitas vezes têm como símbolos os aspectos naturais (como a água, o sol, a terra, alimentos, árvores) e envolvem rituais com cânticos, orações e até mesmo as danças (FARINHA; CARLE, 2014). É válido mencionar que a religião católica e evangélica luterana tem o diferencial da região onde a pesquisadora está localizada. Visto que, a maior parte dos entrevistados é de descendência alemã e italiana. Apenas um dos pescadores é de descendência portuguesa. Além disso, neste sentido é válido informar que elementos da religiosidade, seja ela de cunho cristão ou de outra matriz religiosa africana, por exemplo, não foi possível identificar na pesquisa com os pescadores. Talvez, uma possibilidade, seja o fato da maioria se apresentar do ponto de vista religioso como católico. Como mencionado na

metodologia da pesquisa, dois pescadores de Taquari são evangélicos³⁵ e um pescador de Estrela é evangélico luterano. Outro pescador de Encantado, nos informa que foi batizado na Igreja católica, mas hoje frequenta a Igreja evangélica e outro pescador de Encantado relata que é católico e participava das festividades para Nossa Senhora dos Navegantes.

Relacionado ao simbolismo das águas, podemos trazer à tona as devoções a Nossa Senhora dos Navegantes. Em pesquisa de campo realizada no dia dois de fevereiro de 2020 na cidade de Encantado, acompanhamos via terrestre e fluvial a procissão em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes (FIGURA 13). Os devotos saem com seus barcos enfeitados com bandeiras brancas e azuis do rio Taquari no sentido “praia do picão”, no bairro Porto XV até o bairro Navegantes³⁶. O que foi possível notar é que poucas pessoas que participavam da procissão eram pescadores. A maioria eram “curiosos” que queriam entender e conhecer a procissão. Outros eram apenas pessoas religiosas que fazem isso todo o ano (DIÁRIO DE CAMPO, 02/02/2020). Há pouca participação da comunidade, representada por católicos e umbandistas, fiéis, devotos. Estes agradecem pelas benesses, fazem promessas e pedidos. Durante a procissão, cantos religiosos e orações são entoadados, bem como palmas à Santa. A procissão é acompanhada por alguns (poucos) pescadores de origem católica, os evangélicos protestantes não participam por não acreditarem na imagem de Nossa Senhora dos Navegantes (DIÁRIO DE CAMPO, 02/02/2020, p.1).

De acordo com um morador do bairro Navegantes da cidade de Encantado e, antigo presidente do bairro e um dos organizadores da festa de Nossa Senhora dos Navegantes é relatado que, “[...] *quem participa [da festa] a maioria é os católicos. A festa de Navegantes surgiu pela irmã Beatriz em baixo dos eucaliptos [...] e naquele tempo era só a religião católica, não tinha outra religião*” (ERB, 26/08/2019, p.1). Logo quando começou as comemorações para Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Encantado, o interlocutor diz que “[...] *a gente vivia de pescaria. E na época de navegantes [festa] nós saía para pescar e doava tudo para festa, pra janta* (ERB 26/08/2019, p.1).

³⁵ Não foi possível identificar qual procedência evangélica.

³⁶ É importante informar que a pesquisadora ficou na beira do rio Taquari, no bairro Porto XV em Encantado, esperando os devotos chegarem. Eles saíram com seus carros e a imagem da Santa da capela do bairro Navegantes de Encantado rumo ao bairro Porto XV onde os demais estariam os aguardando.

Figura 13 - Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Encantado



Fonte: Da autora, fevereiro de 2020.

Anjos e Oro (2009, p. 33-34) *apud* Ramos (2017), quando escrevem sobre a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Porto Alegre, sintetizam que os cantos religiosos marcam território, carregam dimensões cósmicas para o solo das pessoas em devoção, alargam o limiar de percepção à presença cósmica em um espaço local. Em relação as comemorações à Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Encantado, uma mãe de Santo sinaliza:

“Pra nossa Senhora dos Navegantes sim. Eles descem o rio do picão, eles descem até aqui com os barcos tudo enfeitados e com a Nossa Senhora dos Navegantes junto que daí a gente toca atabaque quando eles vêm, em homenagem a Iemanjá. E lá a gente tem os batuqueiros que homenageiam Iemanjá, mas na linha do católico” (EMS, 02/09/2019, p.2).

No mesmo sentido da explanação de Ramos (2017), a mãe de Santo da cidade de Encantado evidencia que as comemorações acontecem em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes, mas a matriz afro toca atabaque para homenagear a mãe Iemanjá. A respeito de Iemanjá, a mãe de Santo para uma de nossas indagações responde:

“O poder dela [Iemanjá] é sobre as cabeças. E ser a supermãe que ela é. Ela é protetora ela protege as águas salgadas que ela é dona das águas, ela protege os pescadores, os a barcos, os marinheiros, é ela que comanda. Ela é a Rainha do mar! O dia dela é dia 02 de fevereiro que aí se faz festas na beira do mar em homenagem a mãe Iemanjá”.

E: “E pro Rio?”

O: “Pro rio é a Oxum. Dona das águas doces [...] ela [Oxum] protege os pescadores também” (EMS, 02/09/2019, p.1, grifo nosso).

Tomando o exposto entende-se que na umbanda, os orixás femininos e ligados às águas mais frequentes são *Iemanjá* e *Oxum*, que se diferenciam pelo fato de Iemanjá estar ligada às águas salgadas e Oxum às águas doces (GRAMINHA; BAIRRÃO, 2009).

Além desta caracterização, podemos ressaltar também que Iemanjá é a senhora das águas, é o rio que vai para o mar e para o próprio oceano, mãe de orixás, pessoas e peixes e Oxum é rainha das águas doces, reconhecida por ter domínio sobre a vinda da chuva criadeira que surge de sua união com Xangô (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019). Assim, Iemanjá e Oxum, além de serem consideradas donas dos domínios das águas, também estão muito ligadas aos sentimentos humanos (GRAMINHA; BAIRRÃO, 2009).

Conforme um de nossos interlocutores graduando em Engenharia Ambiental e iniciado no candomblé a seis anos para o *Orixá Ògún* e que também faz parte do mesmo a 9 anos, no que se refere a relação dos pescadores com Iemanjá salienta:

“Os pescadores justamente por lidar com essas características das águas, por ter sua vida ligada ao mar, a pesca e os peixes, tanto Yemajá, que o próprio nome dela já traz a questão dos peixes, e os mesmos são um dos símbolos de Oxum. Então os pescadores são protegidos por Iemanjá e Oxum porque eles têm toda essa ligação com a natureza com o bem estar das águas. E também há o sincretismo com Nossa Senhora dos Navegantes e Nossa Senhora Aparecida que é muito presente tanto no Candomblé quanto na Umbanda” (EEA, 23/09/2020, p.1-2).

Nos estudos de Leda Maria Perillo Seixas (2018, p.115-116), a autora cita o escritor Jorge Amado para falar sobre Iemanjá e suas referências. Iemanjá é entendida como a dona das águas e dos oceanos; Janaína, como a chamam os negros e os canoeiros; Inaê, temida por todos; Princesa de Aiocá, rainha das terras misteriosas e Dona Maria, nome mais bonito de todos, atribuído pelas mulheres da vida, mulheres casadas, mulheres que esperam um marido e que homenageiam Iemanjá com sabonetes e presentes bonitos. A figura de Iemanjá também foi fundida à figura da Iara dos indígenas, a sereia que leva os incautos para o fundo das lagoas ou do mar. Dessa forma, entende-se:

As religiões de matriz africana são adaptações e reinvenções das diversas formas de crer dos povos africanos para cá trazidos para serem escravizados. São diversas crenças que se caracterizam por cultuar a ancestralidade, o respeito à sabedoria dos mais velhos, o bom caráter, as forças e leis que regem a natureza e por partilhar alimentos ritualísticos e acolher todas as pessoas, independentemente de cor, credo, classe social, escolaridade ou orientação sexual (GLÓRIA, 2017, texto digital).

Nas contribuições religiosas africanas ao falar sobre os mitos de criação dos orixás, afirma que Olodumaré³⁷ criou Iemanjá para ajudar na criação do mundo, para não se sentir só. Iemanjá é um orixá que, no Brasil, está ligada às águas salgadas (GRAMINHA; BAIRRÃO, 2009). Sobre isso temos:

³⁷ Olódùmarè não é um Orixá. Olódùmarè, pra nós, é o Ser Supremo. Deus na visão ocidental. Ele criou os Orixás. Isso já vem desde a tradição Yorubá tal como é praticada na Nigéria até hoje (GLÓRIA, 23/09/2020, p.2).

Assim sendo, *Yemaja* sai da Nigéria e Benin como Deidade do RIO, e chega no Brasil como deidade do RIO. Claro a natureza dos *Orisa* preservada para formação dos cultos afro brasileiros.

Outro fato que comprova que a informação África – Brasil chegou corretamente é que a saudação até hoje mais utilizada para *Yemaja* é *ODO IYA* = *Mãe do Rio*, sendo que mãe do mar em *Yoruba* seria *OKUN IYA* (da versão brasileira de saudação – *Baba Nathan Lugo* aponta que o correto seria *Iya Olodo* – *mãe do rio* – *odo iya é o rio de mãe...* ou seja para falar *mãe do mar...* seria: *YIA OLOKUN*, *E Olokun já é a Orisa*) (BARCELOS, 2017, texto digital).

Em território africano, em terra Yoruba (Nigéria e Benin), *Yemoja* era uma deidade principal do rio Ógún, e chegou ao Brasil como deidade da água doce assim como é conhecida em terra Yoruba. Seu nome *Yeye Omo Eja* – mãe dos filhos peixes criou a atração dos pescadores, que passaram a cultuá-la em razão da escassez de peixes que estava ocorrendo na praia Rio Vermelho³⁸ na cidade de Salvador. Dessa forma, levou o culto da água doce para o mar. O fato de *Iemanjá* ser cultuada por pescadores fez com que outras pessoas a reconhecessem como Nossa Senhora dos Navegantes junto com Nossa Senhora das Candeias (BARCELOS, 2017, texto digital).

É importante salientar que a religiosidade praticada na África diverge da religiosidade afro no Brasil e sobre isso trazemos a interlocução:

“O que a gente tem no Brasil hoje são religiões de matriz africana. Não é o culto igual ao que se pratica na Nigéria, na República do Benin e na Angola. Que são os países onde se originou os cultos. Então há diversas transformações e adaptações do culto no Brasil” (EEA, 23/09/2020, p.2).

Na procissão que acompanhamos na cidade de Encantado, percebemos que durante a procissão fluvial a matriz afro não participou. Os umbandistas ficaram esperando a imagem da Santa próximo ao rio. Na passagem da Santa, estes se ajoelhavam e a entregavam flores. Faziam canções para Nossa Senhora dos Navegantes como é possível ver nas imagens (FIGURA 14).

³⁸ Praia de água salgada.

Figura 14 - Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes e devoção pelos Umbandistas da cidade de Encantado



Fonte: Da autora, fevereiro de 2020.

Para que possamos entender a influência das religiões afro em território brasileiro Oliveira; Quiroz (2019) salientam que se antes a nação africana cultuava um Orixá, no Brasil todas as nações podiam cultuar vários Orixás em uma mesma cerimônia, com o intuito de retomar a África e sua memória perdida através do espaço e tempo, mas também integrando características nacionais.

Neste sentido temos a umbanda, uma religião afro-brasileira que inclui ritos de possessão por espíritos mais ou menos associados a aspectos da natureza. Entre estes, existe o chamado “povo das águas”, em que se incluem espíritos de marinheiros, caboclas e outros. Além disso, segundo Glória (2017) a Umbanda é conhecida por sincretizar os santos católicos com as divindades Yorubás, os Orixás, mas, diferente do Candomblé estes não se manifestam nas pessoas, sendo as diversas entidades (Caboclos, Preto-velhos, Boiadeiros, Pombo Giras e Exus “catiços”) que incorporam e se comunicam com as pessoas que buscam orientações para seus problemas pessoais. É importante dizer que o candomblé foi criado pelos descendentes de africanos vindos de regiões hoje localizadas como Togo, Benin e Nigéria, que já cultuavam os orixás (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019).

Perguntado sobre a festa em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes, um dos interlocutores ligados a Umbanda comenta:

O: “Aqui nessa casa reina Iemanjá! Na igreja reina Nossa Senhora dos Navegantes. Mas é a mesma Iemanjá. [...] mas aqui, no dia dois de fevereiro também tem a festa que representa a Nossa Senhora que eles chamam de Nossa Senhora dos

Navegantes. Mas a Nossa Senhora dos Navegantes e a mãe Iemanjá é a mesma. Só que lá reina o católico e aqui reina o afro. Nós festejamos com eles quando, às vezes nós, a festa sai dias depois. A gente festeja a gente se veste a rigor e vai até a porta da Igreja porque nós não podemos entrar na Igreja porque nós usamos turbante. Mas não que o padre nos proíbe. O padre não nos proíbe só que a gente respeita como eles nos respeitam. [...] espiritualmente é proibido”.

E: “*Quem participa da festa?*”

D: “*Nossa Senhora dos Navegantes participa muita gente, muita gente que, lá é o católico né, então, aqui pra Iemanjá e as pessoas que acreditam na religião afro [...]*”

E: “*E os pescadores participam dessa festa?*”

“*Da Nossa Senhora dos Navegantes participam. Muito pouco. Porque já teve mais pescadores, tem assim, aqueles que ainda tem participam, tanto da Nossa Senhora dos Navegantes como de Iemanjá. Eles não entram na procissão, mas eles ficam nos aplaudindo quando a gente passa com a imagem*” (EMS 02/09/2019, p.3).

De acordo com os estudos de Pieve (2013), na festa em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes, entre os católicos, a intensidade de devoção está nas palavras, para os afro-religiosos, a intensidade se dá nas “coisas” oferecidas, nas oferendas, o modo de encadear os ícones possibilitam uma generosidade com ícones católicos, sendo Nossa Senhora dos Navegantes uma das intensidades de Iemanjá. Sobre essas homenagens e a encruzilhada³⁹ de religião afro e católica e o envolvimento de pescadores, o interlocutor explana:

E: “*Esses pescadores têm crenças em Nossa Senhora dos Navegantes?*”

B: “*Tem, tem. Eles são devotos*”.

E: “*E na festa eles participam?*”

B: “*Eles participam. Mas só os católicos.*

“*Aqui em Encantado a gente faz a procissão. É tudo por água. Vem do Picão e desce até lá onde te disse que tinha o dick*” (onde marca o nível da enchente).

E: “*E no bairro organizam alguma coisa?*”

B: “*Sim! Eles enfeitam o bairro, bandeirinhas*”.

E: “*Os católicos e afros se reúnem?*”

B: “*Sim, se reúnem. Na hora da comemoração. Eles aí, a Odete [mãe de Santo], eu já faço uma quebrada pra chegar na frente da casa deles, eles ficam dançando do afro deles, e com os tambor dele dançando no meio da rua com foguetes, eles são dez!*” (ERB 26/08/2019, p.2).

Corroborar com essa explanação a nossa pesquisa a campo na procissão de Navegantes. O cruzamento/encruzilhada das duas religiões (afro e católica) é visível e há um respeito pelas crenças de cada pessoa que participa das homenagens, conforme é possível observar (FIGURA 15). Católicos e afro-religiosos adotam estratégias identitárias semelhantes – o que permite que barcos decorados com a cor símbolo de um orixá componham uma procissão promovida pela Igreja Católica. Dessa forma, substitui-se o conceito de sincretismo pelo de cruzamento religioso (KOSBY, 2008). Segundo Hall (2006), poderíamos falar de identificação ao invés de identidade, pois a identificação é um processo em andamento. E

³⁹ Assim como a autora Marília Floôr Kosby, utilizo a expressão “encruzilhada” para substituir a noção de sincretismo, e conforma os estudos de Kosby (2008), com o intuito de considerar as múltiplas entidades, divindades e manifestações religiosas durante as celebrações de Nossa Senhora dos Navegantes/Iemanjá.

assim, corrobora Barth ao salientar:

[...] a cultura está em um estado de fluxo constante. Não há a possibilidade de estagnação nos materiais culturais, porque eles estão sendo constantemente gerados, à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas. Logo, argumento aqui que não devemos pensar os materiais culturais como tradições fixas no tempo que são transmitidas do passado, mas sim como algo que está basicamente em um estado de fluxo (BARTH, 2005, p.17).

Parafraseando Hall, tem-se:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

Assim, podemos mencionar que o cruzamento religioso encontra-se na via de identificação, ou seja, a cultura de uma coletividade está em constante movimento, se ressignificando a partir de suas necessidades e transformações que ocorrem no espaço na qual estão inseridas. No entender de Barth (2005), os grupos sociais podem ter fronteiras definidas. Um grupo pode ser clara e categoricamente distinto de outro e, podem conviver de forma harmônica em um mesmo espaço.

Figura 15 - Devoção a Nossa Senhora dos Navegantes – Católicos e Afro em frente a capela do bairro Navegantes em Encantado



Fonte: Da autora, fevereiro 2020.

Como as fotografias demonstram, fica evidenciado esse respeito e fé a Nossa Senhora dos Navegantes e a Rainha das Águas Iemanjá. Destacando as explanações de Marília Floôr Kosby no artigo *“Cruzamentos, territórios e patrimônio religioso: sobre a doçura como referência cultural nas comemorações de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes nas praias do Laranjal, Pelotas/RS, em 2007”* (2008), faz-se necessário salientar aqui, que as

relações de poder para com a água. Se quando falamos nas apropriações da água por diferentes sociedades (uso, irrigação, desenvolvimento, indústrias, etc.), a partir da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, percebe-se que a água tem “dono”, ou seja, no momento das festividades, as águas do rio Taquari é domínio (exerce poder) de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá, e, além disso, domínio de qualquer crença ou devoção.

Em uma de nossas pesquisas a campo na residência de um pescador de Encantado, de descendência italiana e de religiosidade católica, a neta (não pesca, mas tem o pai pescador e foi inúmeras vezes ao rio com ele), relata em nossa conversa que a onze anos atrás a mãe dela estava grávida – uma gravidez de risco. Então para que a criança se salvasse já que nasceu prematuro de oito meses “[...] *meu pai fez a promessa pra ela [Nossa Senhora dos Navegantes], meu pai acredita nela. Dai meu pai fez a promessa se ele se salvar ia sete anos com Nossa Senhora com uma roupinha nova de marinheiro acompanhar a Santa e ia deixar o cabelo crescer até os sete anos. Por sete anos seguidos todo mundo desceu com a Santa pra lá [bairro Navegantes]*” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/01/2020, p.3).

Em relação a devoção a Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá, um pescador sinaliza que ele não procura participar das festividades pois, para ele “[...] *estátua não faz bem pra ninguém*”⁴⁰ e além disso, comenta que a partir da leitura da bíblia ele foi mudando seu pensamento. Segundo ele no “apocalipse Iemanjá seria um anjo. Na bíblia não conta que é a rainha das águas, mas a gente não sabe o que é certo” (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p.3). Nas crenças voltadas a Nossa Senhora dos Navegantes e a religiosidade voltada a orações para entrar no rio e/ou pedir proteção, o pescador de Estrela relata:

E: “*Voltado pra questão da religiosidade, quando o senhor sai para pescar, o senhor faz alguma oração?*”

L: “*Não. Só assim quando levanta temporal, essas coisas! Ai a gente ora pra que não aconteça nada. Porque a gente já passou tanto temporal daqueles de não sobrar nada!*”

E: “*Mas reza para algum Santo específico?*”

L: “*Não, não! A gente junta a turma e faz uma oração para que tudo ocorra bem*”.

E: “*E para os pescadores, tem um Santo protetor?*”

L: “*Acho que cada um tem o seu*”.

M: “*A família do senhor é de qual Igreja? Católica, evangélica?*”

L: “*Católico, mas meu pai era evangélico. A família do meu pai era toda evangélica. A minha mãe era católica. A mãe era muito religiosa. Depois de viúva ela se converteu na Igreja adventista. Não tinha um dia que ela não lia a bíblia*”.

E: “*E nos feriados, por exemplo, lá em Encantado tem o feriado de São Pedro, dizem que ele é protetor dos pescadores*”.

⁴⁰ Este pescador da cidade de Encantado, de criação familiar é católico, pode ser que agora, seja evangélico, mas em nossas conversas em nenhum momento citou sua religião. Também, é importante ressaltar que tem descendência italiana.

L: *“Sim, Sim..”*

E: *“E vocês participam de alguma festa para São Pedro, Nossa Senhora dos Navegantes?”*

L: *“Não. Eu nunca participei. Tem pescadores que lá em Mariante, lá eu sei que eles fazem [...] Daí tem pescadores que vão junto de barco, do lado... mas essa parte eu... uma é porque eu não moro perto do rio, normalmente quem mora na barranca tem o barco a disposição”* (EP4, 22/11/2018, p.10-11).

Quando perguntado para o pescador de Lajeado sobre a religiosidade envolvendo a pesca e os pescadores, bem como a devoção a Nossa Senhora dos Navegantes ele explana:

“Eu digo assim. Eu respeito todas as religião, mas isso não tem nada a ver. Isso não vai ajudar e nem piora. Mas cada um cada um”.

M: *“E teus pai, avós que pescavam faziam alguma coisa?”*

A: *“não, não”.*

A: *“Aqui assim, ó. Eu tava na festa do ano passado, em Carneiros”* [bairro de Lajeado].

“Não existe mais navegação no rio que anos atrás tinha. Antigamente o pessoal subia de barco até carneiros, na capela, e eles faziam a festa” (EP5, 07/02/2019, p.3).

Outro pescador de Lajeado, com descendência portuguesa, durante nossa conversa, quando questionado sobre a participação nas Festas de Nossa Senhora dos Navegantes e sua religiosidade voltada à prática pesqueira, informa:

E: *Quando vocês saem pra pescar antes de entrar no rio vocês fazem alguma oração?”*

A: *“Sim, se pede proteção para Iemanjá, pra Santa Cruz, sempre, sempre”.*

E: *“Sempre?”*

A: *“Sempre, Sempre”.*

E: *“E nos feriados que se tem pra Nossa Senhora dos Navegantes, vocês participam dessas atividades?”*

A: *“Participa, participei algumas vezes, agora já não tá dando porque, até porque a gente foi pesca, porque dá justo na época que abre a piracema né, Abre a pesca a temporada de pesca se abre dia primeiro de fevereiro, Iemanjá é dia dois e ai como a gente ficou ai três meses sem pescar, com certeza desejo é de já estar na água”* (EP6, 07/02/2019, p.12).

A partir dos relatos de alguns pescadores entrevistados, percebe-se que estes não exercem devoção a Nossa Senhora dos Navegantes. Observou-se que cada pescador possui suas próprias crenças, mas sem muitas devoções. Apenas um pescador de Encantado apresentou-se devoto a Nossa Senhora dos Navegantes, sendo mencionados promessas e pedido de proteção/ajuda em momentos de “perrengues” no rio.

No universo da pesca é possível evidenciar alguns significados simbólicos impressos à água por pelo menos um pescador artesanal do rio Taquari. De todos interlocutores relacionada à pesca, apenas um fez menção a simbologia e cosmologia com o rio. Em nosso entendimento, a cosmologia é ressaltada no momento em que o pescador vai matar o peixe, no cuidado que tem para que o peixe morra rapidamente sem sofrer.

“Eu procuro sempre sangra o peixe. Tem gente que tira a escama e depois abre ele pra limpa. Eu escamo a barriga dele, o peixe de escama e sangro ele e limpo ele dentro primeiro. E depois no momento que eu começo atirar a escama dele eu tô massageando a carne e saindo mais sangue. Daí o peixe fica com uma qualidade bem melhor. Porque o sangue do animal, do peixe que é forte então faz uma diferença no sabor no final”.

E: *“Então também tem o jeito de limpar?!”*

R: *“Tem o jeito. O peixe quando tá vivo eu procuro passa a faca geralmente no coração dele para morre o mais rápido possível” (EP1, 05/05/2018, p.11-12).*

Figura 16 - Pescador ensinando as técnicas de matar e limpar o peixe pescado



Fonte: Acervo do projeto de Pesquisa Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS da Univates. 08/02/2019.

De acordo com o pescador, o correto é limpar os peixes no rio, pois assim, outros peixes e até mesmo aves se alimentam das vísceras (FIGURA 16). Além disso, para o pescador, a melhor maneira de matar um peixe para não o deixar sofrendo é passar a faca no coração (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p.4). Dessa forma, percebe-se a relação do pescador com os animais e a natureza, pois ele sabe como é o melhor jeito de matar o peixe sem deixar ele agonizando.

O próprio material de pesca pode ser entendido como a simbologia relacionada à pesca. O pescador da cidade de Encantado, durante nossa pesquisa a campo, nos diz que as

malhas pequenas de pesca não são as ideais, pois prejudicam a atividade pesqueira devido a captura de peixes muito pequenos. Para este pescador, o ideal para pescar e proteger a pesca, as malhas deveriam ser grandes. O pescador tem por hábito pescar com tarrafa, espinhel e carretel. Em seus apetrechos de pesca, a rede é o material menos utilizado, visto que, a rede auxilia na diminuição dos peixes, principalmente a rede fina, pois quanto mais fina for a rede, mais ela vai pegar de peixes miúdos, não favorecendo o desenvolvimento necessário das espécies (DIÁRIO DE CAMPO 08/02/2019). Segundo o pescador *“a pesca com tarrafas maiores onde só seriam capturados peixes adultos fariam com que aumentasse a população desses animais, respeitando o ciclo de desenvolvimento da espécie”* (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2018, p.3).

Sobre os materiais de pesca utilizados na captura do pescado e os cuidados para não prejudicar o desenvolvimento das espécies, um pescador de estrela comenta:

“Quase só rede [material que utiliza para pescar]. Eu uso alguns espinhéis, muito depende da onde eu vou pescar então, existe épocas do ano que o espinhel dá muito bem o peixe é mais... principalmente quando ele tá se preparando pra procriar, pra desovar. Porque tem uma fase que o peixe desenvolve a ova na barriga que ele come muito que ele precisa alimentar a si e alimentar toda aquela porção de ovas que ele tem. Então é uma época que o peixe come muito. Tem épocas que ele fica praticamente dormindo, que daí é mais fácil pegar com rede. A gente tira a experiência porque eu largo o espinhel com trinta anzol e tu levanta de manhã, vinte, trinta, isca, aí é sinal que o peixe não tá comendo. Não comeu com isca, pode parar de pescar com anzol, não tá com fome. Aí começa a pescar só com rede e deixa o espinhel de lado. Mas as vezes acontece de eu largar o anzol e de manhã ter dez, quinze peixes, não ter mais nenhuma isca. Opa!! Nessa temporada posso pescar mais de anzol. Então tudo depende de como vale a pena” (EP4, 22/11/2018, p.4-5).

A partir do exposto, entende-se que a relação com as águas e os rios representa o *locus* de práticas sociais e simbólicas dos pescadores artesanais do rio Taquari, uma vez que do rio tiram a subsistência. De acordo com Diegues (1983), a exploração dos habitats pesqueiros exige conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies e a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas. Neste sentido, Philippe Descola (2018) sintetiza que os humanos consideram normal e desejável estabelecer relações intersubjetivas com os não humanos – seria concebível legitimar a proteção de um ambiente particular não em virtude de suas características intrínsecas, mas pelo fato de que os animais ali são tratados pelas populações locais como pessoas, regularmente caçados desde que respeitadas certas precauções rituais.

Além dos equipamentos utilizados em pescarias, os conhecimentos sobre as variáveis

naturais como as estações do ano, os regimes de ventos, as fases da lua, as condições dos rios continuam sendo indispensáveis aos pescadores (BITTENCOURT, 2017), pois estes precisam entender os fenômenos naturais para que assim, tenham sucesso na atividade de pesca. Sobre as interferências das fases da lua, evidencia-se que ela detém influências no comportamento hidrodinâmico, atmosférico e biológico dos peixes. Sobre a influência da lua na pesca, o pescador da cidade de Taquari relata o seguinte:

“A lua sim, né. Então como a gente pesca mais em rede né, então tem que se na lua mais fraca se for possível. Na nova [lua nova], na minguante, e até na crescente vai. Mas na cheia [lua cheia] a rede não dá peixe. E o peixe se a gente pega ele estraga muito fácil também né. No verão principalmente. Deixo, não pego a rede de manhã cedo ele já tá estragado. Já tá podre. A lua cheia é a pior lua pra pesca” (EP2, 11/05/2018, p.6-7).

Para o pescador de Estrela, a lua influencia na morte do peixe, e diz:

“A lua quando é muito forte ela mata o peixe. Questão de uma hora o peixe preso da rede ele tá morto. Duas horas, três depois, menos... botamos rede de noite, escuro, de manhã cedo já tem peixe que tá podre na rede, quando a lua é forte e quando não tem lua tu pode até deixar de um dia pra outro que o peixe não morre”.
 E: *“E qual seria essas luas?”*
 L: *“A lua cheia mata o peixe”.*
 E: *“E a melhor lua pra pesca?”*
 L: *“É o quarto crescente ou quarto minguante. Lua nova também vai. Mas a pior é a lua cheia. A lua quando dá muito clarão de noite, ela mata o peixe”* (EP4, 22/11/2018, p.8).

Outro pescador, corroborando com a interlocução acima, evidencia que a lua interfere na pesca e destaca:

“[...] influi, e muito, que se bota uma rede aí na lua cheia o peixe não aguenta duas horas e tá estragado, pelo menos eu não pesco na lua cheia, não tem como pescar porque a não ser se tu vai ficar ali do lado né, mas se você pegar e botar a noite pra levantar a noite e ir de manhã é botar peixe fora...”
 E: *“Tem que tirar na hora?”*
 EP6: *“É porque a lua, duas horas o peixe já está estragado, peixe na lua, duas horas tá estragado”.*
 E: *“E qual é a melhor fase da lua?”*
 EP6: *“Minguante, é, pra mim é a melhor”* (EP6, 07/02/2019, p.10).

De acordo com as narrações dos três pescadores – um de Lajeado, um de Estrela e um de Taquari, a melhor lua para se pescar é a lua crescente, podendo praticar a pesca na lua minguante e lua nova. A lua cheia é a pior fase da lua para se pescar visto que, o peixe apodrece rapidamente. Além da lua mantendo influência na pesca, temos também as alterações provocadas por outros fatores como as estações do ano e mais significativamente os meses específicos para pescar. Segundo relato de pescadores entrevistados existe dois períodos marcantes (seca e cheia) que exigem mudanças no cotidiano das pescarias. Sobre a

melhor estação para pescar o interlocutor da cidade de Lajeado relata:

“[...] bom, depende, mas no inverno é melhor, no inverno você pega, primeiro que o peixe não estraga, as barragem, Uruguaiana, Bagé, aí você pega o peixe e ele não estraga e a traíra e o jundiá é peixe do frio e assim (incompreensível) começa o pintado que é mês de agosto até outubro quando ele sobe, no inverno é melhor” (EP6, 07/02/2019, p.10).

Em relação aos meses e estações mais propícias à pesca, um pescador relata que entre os meses de agosto a outubro têm mais peixes, favorecendo a pesca (DIÁRIO DE CAMPO, 09/03/2018). O pescador de Encantado relata o seguinte:

“Agora [maio] tá terminando a temporada do peixe de escama. Vai começa a temporada do peixe de couro. Mas o forte da pesca seria na época da piracema. Que geralmente os cardumes de peixe de escama sobe e o peixe de escama é o peixe que anda bastante que se desloca em quantias muito grandes então é um peixe fácil de pegar ele. O peixe de couro não, ele é um peixe mais de fundo, não é de anda tanto”.

E: *“E qual seria o peixe de escama que tu fala?”*

R: *“Piava, agrumatã, agora tem a carpa, o lambari”.*

E: *“E o de couro?”*

R: *“Aí tem o jundiá, o pintado”.*

E: *“O lambari é um peixe de escama?”*

R: *“Sim, de escama! O lambari é um peixe de água quente, ele migra bastante na época da água quente”.*

E: *“E se não for na época da piracema qual seria a melhor época para se pescar?”*

R: *“Para nós aqui para pega o peixe de coró principalmente, seria agosto, setembro, outubro. Nessa época o peixe de couro tá emigrando bastante por causa da desova. Então na verdade, a piracema ela é feita pro peixe de escama não pro peixe de couro. Daí na desova do peixe de couro o pessoal pega os cardumes de jundiá (não consegui escutar em razão do vento) o peixe vai lá na beirinha mas olha, ele faz barulho! Daí o pessoal vem e só joga a tarrafa em cima” (EP1, 05/05/2019, p.8).*

E outro pescador enfatiza que *“[...] Aqui na fase mais ruim que tem é quando chega o janeiro e o fevereiro. Então nessas épocas aqui que dá muito pouco peixe. Porque o peixe não se alimenta muito naquela época e é piracema” (EP2, 11/05/2018, p.6-7).* Para este mesmo pescador, *“[...] quanto mais cheio o nosso rio aqui [rio Taquari], mais peixe. Então, nossa época de fatura peixe é no inverno. Na época das chuvas é que nós peguemo a maior quantidade de peixe” (EP2, 11/05/2018, p.9).*

Para o pescador da cidade de Estrela os melhores meses para praticar a atividade pesqueira são em abril e maio, mas de agosto a setembro também é favorável, e complementa:

“[...] os meses sempre foram os meses de maio, abril, meses muito bons pra pesca, depois vem agosto, que é o mês do jundiá, eu tô falando por espécie! Março, abril, é a piava maio já entra um pouquinho de pintado e piava e aí em agosto e setembro é a época do jundiá e outubro começa o pintado. São fases. Que nem agora (final de novembro) no rio Taquari começa a dar piava, só que agora tá fechado. A piava mais ou menos coincide com a época da colheita do milho. Porque a colheita do milho é fim de dezembro até abril. O peixe de couro, principalmente o jundiá ele faz

a sua piracema em agosto e setembro. Época que o jundiá dá. Ele sai para fazer a piracema que ele migra, que ele sai da toca. E o cascudo é no verão. O cascudo no inverno fica entocado (EP4, 22/2018, p.7).

A partir das narrativas, compreende-se que os melhores meses para pescar estão relacionados com o tipo de espécie de peixe. Corroborando entre os pescadores que, os melhores meses para praticar a pesca estão entre agosto e setembro e de novembro a fevereiro a pesca está proibida em razão da época de piracema. Partindo desse pressuposto, sabe-se que esses conhecimentos possibilitam uma otimização do uso do habitat, que facilita as pescarias e a comercialização do pescado (BAPTISTA, 2007).

Seguindo esta linha de pesquisa e análise, no que segue as considerações relacionadas à água, esta é considerada sagrada para os Kaingang, visto que, é utilizada para estabelecerem suas moradias, para fazerem chás, remédios e demais simbologias como o batismo e a festa do *Kikikói*. Sobre isso, uma liderança da Terra Indígena *Pã Nanh Mág/Farroupilha*, expõe:

“No momento que a gente vai para algum lugar a primeira coisa que a gente procura é a água. E geralmente onde um Kaingang, uma tribo indígena fica a água é boa. Tanto é que quando nos ficamos aqui ninguém queria ficar, mas no momento que achamos a água boa eles ficaram porque é lá no meio do mato. A vertente sai de dentro de uma pedra”.

E: *“E a água serve para fazer algum remédio?”*

A: *“Serve! geralmente os Kujã fazem nas vertentes pro remédio funciona direito. Essa crença tem que ser um rio de água corrente”* (EK2, 29/02/2020, p.4).

As coletividades Kaingang sempre mantiveram a subsistência familiar através da caça, da coleta e da pesca. Os Kaingang da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh*/Estrela quando passaram a residir na cidade de Estrela, tinham o hábito de pescar no riacho próximo do Mato do Leão, referido como rio da Glória. Uma moradora da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh* reforça essa ideia e diz que *“da pescaria que nós tinha aqui dentro, [...] nós pescava aqui na sanga”* (ED, 10/02/2016, p.2). Corroborando o cacique da comunidade, eles pescavam peixes como o pintado e a joaninha. Para capturar o peixe, utilizavam anzol e minhocas (DIÁRIO DE CAMPO, 27/02/2020).

Sobre as questões alusivas à pesca e os hábitos dos Kaingang da T.I. *Jamã Tÿ Tãnh* de pescar na sanga perto da comunidade, um interlocutor Kaingang enfatiza:

“[...] nós não usamos pra beber assim não dá, por causa que ela vem lá de cima e já vem com produto tóxico [...] dos brancos lá né, que eles bota veneno, e vai tudo pra água ali, pra beber nós não tomamos. Não dá nem pra tomar banho ali. Nós vamos tomar banho, quando vê nós ficamos cheios de cabeça de prego assim. Nós chamamos de furungo, aqueles cabeças de prego dá na gente, com aquela água dali, né? Só quando chove ela vai embora, daí lava tudo né. Quando não chove, que fica uns quantos meses sem chover, chega a vir uma água amarela lá de cima, por causa

daquele tóxico do veneno né. Eles botam na roça, né. Eles botam tudo na sanga. Ela é lá de cima”.

J: *“Tem algum peixe ali?”*

ED: *“Primero quando nós vinha nós pegava bastante peixe, agora nós não tamo pegando mais nada de peixe. Não dá por causa dos veneno, dos tóxico mata tudo”.*

E: *“Tinha peixe na sanga?”*

ED: *“Nóis pegava um monte de peixe quando nós vinha pesca aí. Eu me lembro até hoje. Nóis era pequeno, nós vinha pesca com os anzol na bera da sanga ali. Nóis pegava cada Joãoão deste tamanho [gesticula com as mãos], nós chamava de Joãoão. Aqueles carute, nós chamava de Caruti, e Jundiá mole daqueles, grandão assim, nós pegava. Eu era pequeno, nós morava ali embaixo, sabe. Nóis vinha pesca aqui na sanga. É que nós indígena gostemo muito de pesca, caça” (EE, 28/07/2016, p.6).*

O hábito de pescar faz parte da cultura Kaingang. Estes utilizam os rios, riachos, sangas perto das aldeias para realizar a pesca. Mas, entende-se que este hábito está se tornando escasso em razão da poluição das águas, principalmente por agrotóxicos. Perguntamos para o Kaingang quem transmitiu estes conhecimentos e ele nos disse que fora seu pai. *“Isso aí ele passou para nós. Esse conhecimento. Negócio dos peixe, tudo ele passo para nós. A época que tem pra pesca, a época que não tem pra pesca. Tudo ele explico par nós isso aí” (EE, 28/07/2016, p.7).*

Relacionando a importância da água para os Kaingang, podemos destacar a utilização de uma fonte natural de água pela Terra Indígena *Foxá* (FIGURA 17). Sobre isso temos:

“Esta fonte de água ela foi inaugurada na semana da festa do kiki, a fonte ela foi reativada pra na festa do kiki se usa para beber dela, e também o uso do banho com ervas”.

“Prá nós a água da fonte ela é símbolo de pureza, purificação de todos os males que nós cercas. Inveja, mau olhar, ciúmes, etc. Também ela é pra nós remédio, para o banho do rosto pela madrugada e do corpo. Água de bica que chamamos aqui. Outro benefício que a água de fonte nós fornece e a reposição de energia. De vitalidade, de descarregar às más energia” (EK4, 30/09/2020, p.6).

A fonte de água natural é muito significativa para a comunidade *Foxá*. Esta nascente foi inaugurada durante a festa do *Kikikói* em abril de 2018. No ritual do *Kikikói*, o *Kujã* utilizou a água da nascente para fazer a preparação do *kiki* e também utilizou a água para os “benzimentos” que realizou na comunidade. E atualmente, a água da nascente é utilizada para o consumo diário das famílias, para fazerem seus chás, remédios e para purificação do Kaingang.

Figura 17 - Placa Identificando a fonte de água natural na Terra Indígena *Foxá* em Lajeado



Fonte: Acervo do projeto História e Cultura Kaingang – Univates.

Relacionado à pesca, uma das técnicas utilizadas pelos Kaingang, estava em fazer o *pari* (armadilha) para pegar os peixes. Mas, o pescar o peixe relacionava-se com a cosmologia indígena, aos espíritos e também as mulheres grávidas. Sobre isso, um Kaingang, ex-liderança da Terra Indígena *Foxá*/Lajeado, relata:

“[...] porque na cultura nós fazemos o pari, o pari é um cesto cumprido que é feito de taquara e a gente arma nas boca de corredeira de rio, que é o tal de pari pra pega peixe. Daí os peixe entram tu faz uma maguera de pedra, que a água corra só por dentro, tipo uma canaleta, daí ele deságua dentro daquele pari e não consegue mais volta. Então daí a gente naquele certo momento a gente tem que passar remédio no pari, então tem todo um ritual pra fazê pro pari, porque aqueles espírito mal que nós tava falando, não deixam os peixinho entra na pari, ele espanta tudo e quando nós vamos faze esses pari a gente nunca leva a mulher grávida, ou, moça, ou mulher que ta com o movimento da lua, que se chama a menstruação dela, daí não vai, os peixe não entram também. Mulher grávida se tem o marido dela que ta junto lá ele não pode ir, ele tem que ficar só no fogo, ou pega ele e amarra com cipó, amarra ele no tronco da árvore lá até a hora dele come ele tem que ficar amarrado e amarra os pé com cipó, daí tira um cipó e amarra o pé dele, a pena dele e daí surra bastante ele com remédio com folha, não morre nada, que dize, ele é um remédio que ele não mata, ele cega os peixe. Por isso que eu digo, a nossa cultura ela tem tanto a vê com a natureza que desde o manejo da pescaria também é bem feita. Porque tu ocupa um tipo de cipó pra mata os peixe, que por exemplo, o rio é essa fresta aqui [pequena] a gente coloca ele dali pra lá, então dali pra lá os peixe vão morre, a gente aproveita ele, ele não morre, a gente cega ele, daí a gente pega os peixe. Parte do rio pra cá ele vai abastece o rio, então os peixe nunca termina. No outro ano tu vem e faz o mesmo trabalho, e nunca bate todo ele. Se tu batê todo ele não vai ter peixe mais. Então todo esse processo já vem da cultura nossa” (EC, 15/05/2012, p.8-9).

Um Kaingang residente na Terra Indígena *Foxá* de Lajeado também ressalta que os antigos indígenas utilizavam o *pari* [*paríz*] para pescar. Sobre isso temos a interlocução:

“Antigamente, os costumes de antigamente ainda são praticados, como por exemplo, eu, quando morava na aldeia grande, chegava a época de chuvarada, que o rio aumenta, a gente vai fazer o Pariz. O que é esse paríz?! O paris que lá língua Kaingang se chama “pó ri” ele é feito nun trançado de taquara, numa espécie de esteira e essa esteira feita ela dá em torno de um metro e meio de largura por uns seis de comprimento, trançadinho, na forma de esteira, aí se pega as pontas e fecha ela e leva ela no rio e coloca ela no rio, cercada se faz uma taipa dos lado do córrego do rio e coloca essa pó ri, para pegar o peixe” (EK4, 30/09/2020, p.5).

Corroborando com a explanação a liderança da Terra Indígena *Pã Nanh Mág/Farroupilha* quando elucida que os antepassados pescavam utilizando o *pari*⁴¹, mas também pescavam utilizando facões, arco e flecha. Atualmente, a pesca é realizada com caniço e o anzol, colocando como isca minhocas.

E: *“E com o que vocês pescavam?”*

A: *“Quando a água tava limpa de noite era o facão o arco e flecha. Porque o arco e flecha de noite o peixe não enxerga. E é mais fácil pegar ele. Ou se não a gente faz a Parí que era da cultura Kaingang. Monto um monte de pedra fazendo um funil daí faz uma trama de taquara daí quando o peixe desce pra baixo ele cai ali”.*

E: *“É tipo uma armadilha?”*

A: *“Aham. É o pariz...”*

E: *“E hoje aqui vocês pescam?”*

A: *“Pesca. Porque tem bastante nesse rio aí. Só que é um peixe meio sujo até o pessoal que come diz que ele é meio forte”.*

E: *“Esse rio aqui atrás tu diz?”*

A: *isso. Peixe tem bastante, mas esses dias morreu bastante não sei o que largaram na água”.*

E: *“E daí vocês pescam com caniço?”*

A: *“Sim, daí é com anzol” (EK2, 29/02/2020, p.3-4).*

É válido mencionar que a pesca do *Pari* realizada pelos Kaingang é muito semelhante ao uso de redes e ao Covo [armadilha para pescar] – onde é colocada comida no covo e o peixe é atraído por esta isca. Sobre isso, um Kaingang comenta:

“Outra oportunidade que eu tive foi fazer a pesca com o covo. Como é esse covo. Ele é um trançado redondo na altura de um metro e vinte, ele é no formato de um funil com trançado, e esse peixe entra pra dentro desse funil desse covo, e as pontas das taquaras dobradas pra dentro o peixe não tem mais como voltar le entra nas não consegue voltar, então é uma prática pesca” (EK4, 30/09/2020, p.5).

E ainda relacionado a pesca praticada pelos Kaingang o interlocutor complementa:

“Os Kaingang também praticavam a pesca coletando um tipo de casca de madeira chamado de casca de maria preta e aí eles socavam no pilão e jogavam na água, num sanga, num rio pequeno onde tinha peixe e ali aquela casca virava, ela dava tipo uma espuma, uma espuma de sabão mais ou menos assim, e essa espuma prejudica a vista dos peixe, eles ficam cegos e vinham pra cima pilava e os

⁴¹ Espécie de armadilha para pegar o peixe com mais facilidade.

indígenas, as crianças, juntava com um balainho, não faz mal nenhum essas espécie de veneno”.

“E também tem um tipo de cipó, cipó escada e a gente pega esse cipó e bate nas pedras, vai moendo o cipó e vai jogando na água. E aí esse cipó traz uma espuma e forma uma espuma e os peixes fica cgo e vem pra cima e a gente vai juntando os peixes” (EK4, 30/09/2020, p.6).

Atualmente, como mencionado pelos Kaingang, estes utilizam o anzol e iscas para pescar, da mesma forma, alguns pescadores também se utilizam desse material de pesca. *“Outros indígenas fazem a pesca com vara, com anzol, com redes, então mudou um pouquinho” (EK4, 30/09/2020, p.6).* E reforça que na cidade de Lajeado não tem rios em razão da poluição das águas. *“Aqui em Lajeado a gente não faz isso porque não tem rios, assim que tenha peixe, sanga, as sanga que tem são tudo poluída. Então a gente evita fazer esse tipo de prática” (EK4, 30/09/2020, p.6).* Devemos salientar que a própria taquara utilizada para fazer os caniços é um elemento tradicional da cultura Kaingang.

A partir das interlocuções apresentadas, entende-se que para os Kaingang a água é um elemento sagrado que faz parte da sua cultura, pois está presente em rituais sagrados, na organização espacial dos grupos, bem como, é utilizada para os *Kujã* fazerem seus chás e remédios. Além disso, a água corrente tem força preventiva e curativa. Segundo Sales (1997:92) *apud* Silva (2014), o futuro curador em seu processo de aprendizagem, “teria que se banhar em águas correntes ou águas de cachoeira com folhas de remédios do mato”.

Ao se lavarem no rio antes dos pássaros, as crianças pegavam toda a força que vinha da correnteza de água pura, porque depois que os pássaros bebessem e se lavassem na água, toda a força era deles e assim deixavam a água contaminada para quem a usasse depois. Algumas plantas aquáticas são consideradas um bom remédio, pois crescem “por cima da água, boiando”, adquirindo dela seu poder, que as faz “não se terminarem nunca” (conforme Karein) (Kagrër (1997:156) *apud* SILVA, 2014).

Corroborando com o poder curativo da água, um Kaingang que morou por bastante tempo na Terra Indígena *Foxá/Lajeado* e foi liderança da comunidade relata:

D: *“Água também tem a utilidade. As vezes nós tamos no mato aonde não tem água, mas tem água. Tem um cipó que tem água”.*

E: *“Que cipó é esse?”*

D: *“Aqui não tem, não existe. Agora pra lá [referindo-se a Nonoai] tem muito. E como tem a taquara, também que tem água que é muita boa pra tose cumprida. É aquela tosse que a criança tosse, tosse e acaba morrendo né. então a gente tem que dá aquela água pra criança. Tem que ir no mato corta os gomo de taquara, colhe a água daí dá pra criança toma. De preferência no gogó do bugio. O bugio tem um gogó grosso, um copinho assim na goela daí despeja dentro daí dá pra criança beber” (EC, 15/05/2012, p.4-5).*

Relacionado aos rios e ao poder das águas, um morador da Terra Indígena *Foxá* evidencia o seguinte:

“Na nossa cultura, porque nos tomamos banhos com erva medicinal sentado dentro da água corrente. Quando vamos falar com Tupé, Deus, nós se ajoelhamos dentro da água e cruzamos os braços, fechamos os olhos e falamos com tupé para a cura da água e da terra porque, Emeli, porque as nossas águas estão poluídas. Então carece falar com tupé porque as águas, os rios estão doentes e possa ser curada através da fé e da espiritualidade Kaingang” (EK4, 30/09/2020, p.1).

Relacionado ao poder curativo da água e dos remédios/chás, um líder Kaingang nos conta que sua irmã tinha problemas de saúde e provavelmente não resistira e para salvá-la usaram água corrente e remédios da natureza:

“Então, a minha irmã, o meu pai ele conta pra mim que ela era bem doentinha quando nasceu. Então chamou o pajé e o pajé disse pro meu pai a tua filha eu não sei se vai se curar só que agora eu vou dá um remédio e a tua filha não vai mais sê do jeito que ela era, a tua filha vai sê muito forte né e foi busca aquele remédio e batizo ela na água com chás remédios deu nome pra ela. Então hoje a minha irmã tá com 90 anos, tá forte trabalha, vai pra lá e pra cá ela é a minha irmã mais velha” (EA, 15/12/2011, p.11).

Nas sociedades tradicionais a água (rios, cachoeiras, etc.) é um bem pertencente à natureza. Na mitologia, das águas doces se originam o mundo e as culturas humanas. Corroboram (TOMMASINI; ALMEIDA, 2014) quando sintetizam que na cosmologia dos caçadores-coletores [Kaingang], homens, animais e plantas mantêm uma reciprocidade e simetria, participando do mesmo universo simbólico. De acordo com Silva (2014), a coletividade Kaingang inclui em sua composição tanto seres humanos (ou pertencentes à série intra-humana) como seres não humanos (ou oriundos da série extra-humana). Tem-se, então, um coletivo indígena que inter-relaciona os seres humanos e seres não humanos existentes do cosmos. Não há, portanto, separação ontológica entre seres da natureza.

É perceptível que o espaço natural se projeta aos espaços sociais e as territorialidades de cada coletividade, sejam elas indígenas, pescadores artesanais ou sociedade nacional. Pensar, buscar e compreender as territorialidades dos diferentes atores sociais que ocupam os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas torna-se oportuno, pois ao mesmo tempo em que estas coletividades têm culturas, hábitos, pensamentos e percepções divergentes, compartilham ao mesmo tempo e no mesmo espaço, os avanços do desenvolvimento urbano e econômico, e automaticamente as modificações de seus territórios.

A relação da sociedade com a natureza apresentam análises diversas sobre as diferentes sociedades e a relação delas no que diz respeito à preservação. Por exemplo, nas sociedades tradicionais, há a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais. Para os Kaingang e os pescadores artesanais das áreas em estudo, estes entendem que o território é definido a partir de seus conhecimentos e a relação

que estabelece com a natureza. Já na percepção dos integrantes da sociedade nacional, a questão ambiental entrelaça-se ao lucro e ao desenvolvimento, mas também associam o desenvolvimento às práticas de preservação do ambiente.

A partir disso, podemos salientar que o território entendido a partir da ação social por diferentes atores sociais é o foco da geografia, história, antropologia, ciências ambientais, pois no território são desenvolvidas as relações de poder entre as diferentes coletividades que ocupam este espaço. Além disso, as territorialidades que surgem nos territórios são vistas como estratégias para delimitar e afirmar o controle de uma área geográfica, ou seja, para estabelecer, manter e reforçar esse poder. Nesse sentido, podemos dizer que a territorialidade que passa pelo papel que um rio relaciona-se à bacia hidrográfica. Assim, a água é um dos elementos centrais da reprodução material e simbólica dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

As territorialidades de pescadores artesanais do rio Taquari se expressa mediante o conhecimento que estes estabelecem sobre o espaço para ter o acesso aos recursos pesqueiros. Os Kaingang da Bacia Taquari-Antas exercem a chamada multiterritorialidade, pois esta é entendida como um conceito de análise da territorialidade Kaingang, visto que, estes indígenas ocuparam distintos lugares, como as áreas de planalto, reservas indígenas no norte do Rio Grande do Sul e áreas urbanas.

Desse modo, ao analisarmos os modos de apropriação da Bacia do Taquari-Antas, entende-se que os Kaingang e pescadores artesanais em estudo, possuem lógicas diferenciadas em suas relações com a natureza e com a terra se comparado à lógica capitalista desenvolvimentista do Comitê da Bacia e CODEVAT, pois cada grupo social e/ou coletividade modificam seu espaço conforme suas necessidades.

6 GEOMORFOLOGIA E A MODELAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS

Este capítulo tem como premissa entender como aspectos de desenvolvimento econômico interferem e afetam as sociedades tradicionais - Kaingang e pescadores que dependem de recursos naturais – matas, rios para manterem as suas práticas culturais, sociais e de subsistência. Além disso, o capítulo tem o intuito de analisar e compreender as interferências a partir de construção de barragens, poluição do rio e urbanização. Quando escrevemos “modelagem” estamos nos referindo a fatores antrópicos, ou seja, as interferências do ser humano na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Essas interferências fazem menção à poluição e aos agrotóxicos de plantações próximas ao rio Taquari, abrangendo as cidades de Encantado, Lajeado, Estrela e Taquari. Além dos agrotóxicos, a industrialização, urbanização crescente, pesca industrial e predatória bem como, pelos esportes náuticos e construção de barragens. A partir da investigação com pescadores artesanais do rio Taquari, geógrafos e biólogos, representantes do Comitê da BHTA e CODEVAT, bem como indígenas Kaingang buscamos compreender sobre estes fatores antrópicos e de modelagem da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Dessa forma, o capítulo busca apresentar essas modelagens de forma reflexiva para que possamos assim entender o quanto o ser humano e as sociedades, sejam elas tradicionais ou não, interferem e impactam no meio ambiente.

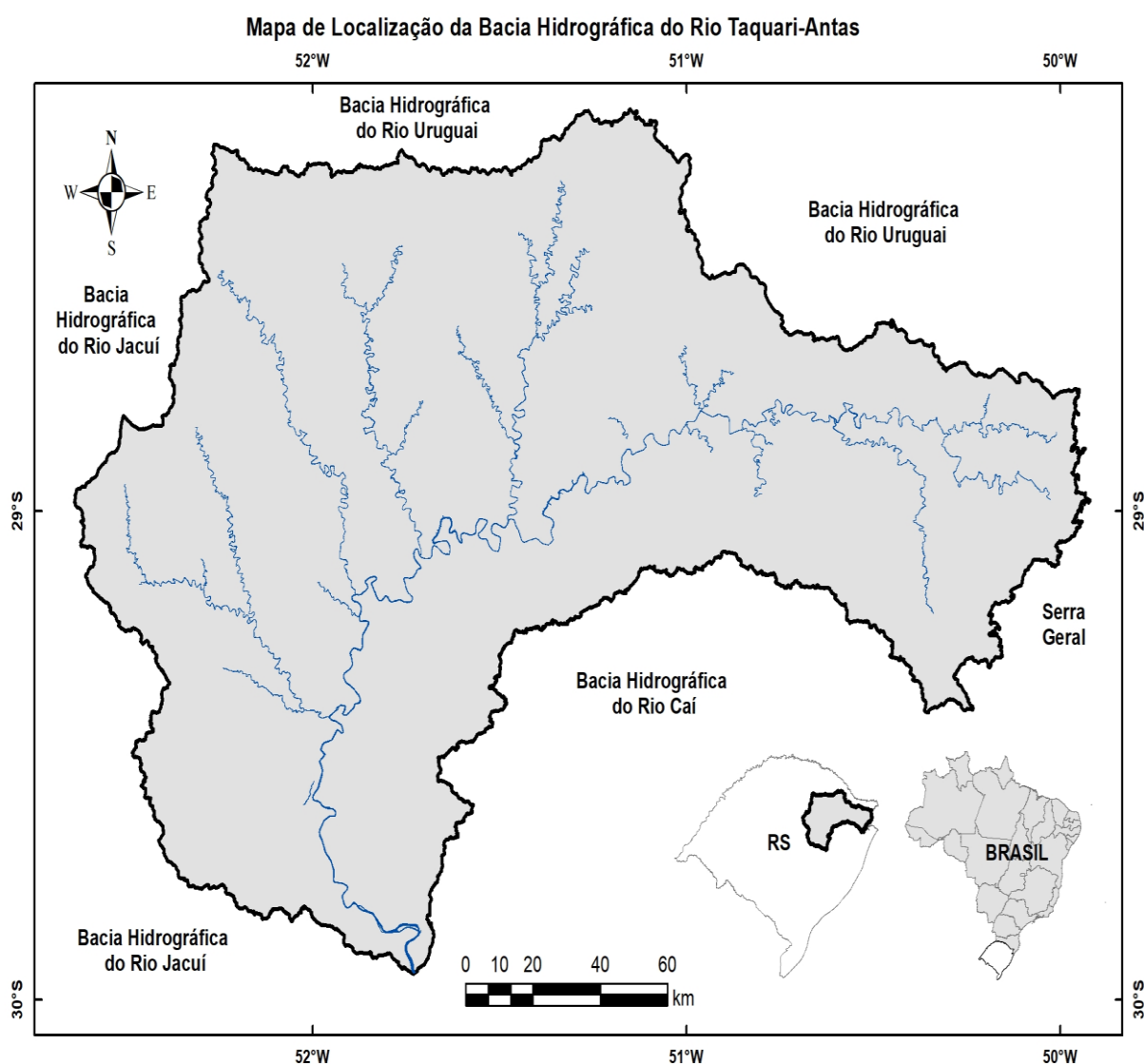
6.1 A Geomorfologia da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas

A bacia hidrográfica enquanto unidade de definição espacial para o campo da história ambiental só seria operacional quando se constitui em uma unidade socioeconômica

construída pela ação humana (ARRUDA, 2015). Uma história ambiental de uma bacia hidrográfica seria uma história das relações que as populações humanas, que nela circularam e viveram, circulam e vivem, mantiveram e mantêm com as outras populações não humanas e com as suas características físico-naturais da bacia.

É válido mencionar que o estado do Rio Grande do Sul é composto por três regiões hidrográficas (RHs): Região Hidrográfica do Uruguai, Região Hidrográfica do Guaíba e Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas. Estas Regiões Hidrográficas são formadas por bacias hidrográficas que somam 25 no total (MEIER, 2016). Nesse viés, a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas integra a Região Hidrográfica do Guaíba (OLIVEIRA, 2017).

Figura 18 - Localização BHTA



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang da Univates.

Em sua caracterização, a Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas está localizada a nordeste do estado do Rio Grande do Sul, (MEIER, 2016), limitando-se ao Norte com a bacia do rio Uruguai, a Oeste com a bacia do rio Jacuí, ao Sul com as bacias dos rios Jacuí e Caí e a Leste com as escarpas da Serra Geral (LARENTIS; COLLISCHONN; TUCCI, 2008).

A bacia do Taquari-Antas tem uma área de drenagem de 26.500 Km² e abrange totalmente ou parcialmente 119 municípios (LARENTIS; COLLISCHONN; TUCCI, 2008). O rio Taquari-Antas nasce na porção leste da Bacia Hidrográfica, no município de São José dos Ausentes, e sua foz encontra-se no rio Jacuí (MEIER, 2016). As nascentes do rio Taquari localizam-se no extremo leste da bacia, sob o nome de rio das Antas, nos municípios de Cambará do Sul, Bom Jesus e São José dos Ausentes, em uma região que apresenta altitudes em torno de 1200 metros, sob o nome de rio das Antas. Nessa porção o rio escoar no sentido leste/oeste percorrendo uma distância de 390 km até a confluência com o rio Guaporé, nas imediações da cidade de Muçum. A partir daí, passa a denominar-se rio Taquari, com o curso passando a correr no sentido norte/sul, por mais 140 km, até desembocar no rio Jacuí, próximo à cidade de Triunfo, com altitude inferior a 20 metros (SEMA; FEPAM, s/d).

Em relação a geomorfologia da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, esta encontra-se inserida na Província Geomorfológica do Planalto. Nessa província estão inseridas as regiões geomorfológicas denominadas de Planalto das Araucárias, Planalto das Missões e Planalto da Campanha. O Planalto das Araucárias compreende as seguintes unidades geomorfológicas: Planalto dos Campos Gerais, Serra Geral, Patamares da Serra Geral e Planalto dissecado Rio Iguaçu-Rio Uruguai (REGINATO, 2003). A região do Planalto Meridional ou do Planalto de Araucárias é atravessada pelos rios Pelotas, Taquari-Antas, Caí e Sinos (FERRI, TOGNI, 2012). O Relevo do Planalto das Araucárias apresenta variações morfológicas que englobam relevos amplos e aplainados, até relevos dissecados com profundo entalhamento (REGINATO, 2003).

As características geomorfológicas do Planalto das Araucárias são classificadas em Planalto dos Campos Gerais (constitui uma superfície levemente inclinada para oeste, onde se registram as maiores altimetrias. Na região oeste dos Campos Gerais o relevo é plano e conservado, representado por superfícies de aplainamento desnudadas, retocadas e degradadas. A região leste apresenta formas de relevo de dissecção diferencial, com entalhamentos fluviais desenvolvidos sobre zonas de fratura); A Serra Geral (representada por regiões escarpadas e fortemente dissecadas. A região leste da Serra Geral apresenta um relevo

escarpado e essa área caracteriza-se pela presença de vales fluviais. A região oeste-sul possui um relevo escarpado) (REGINATO, 2003).

Quanto à vegetação, a bacia do rio Taquari-Antas apresenta quatro regiões fitoecológicas associadas à Mata Atlântica e consideradas como zona de transição: Savana (caracterizada por herbáceas que ocorrem por amplas extensões; as gramíneas e as ciperáceas são as principais formas vegetais. Essa formação vegetal localiza-se na região do Planalto, onde estão as nascentes do Rio das Antas e é comum a presença de capões e de matas galerias). Floresta Ombrófila Mista, caracterizada pela presença do pinheiro (*Araucária angustifolia*). Essa floresta pode ser considerada como um remanescente de um passado com clima mais frio e seco; a Floresta Estacional Decidua (floresta subtropical desenvolvida em áreas com índices pluviométricos acima de 1300 mm/ano. Ao longo dos rios Taquari e Antas, a floresta sofreu processo de desmatamento, gerado em função da expansão agrícola) e Áreas de Tensão Ecológica (REGINATO, 2003; MEIER, 2016). Como menciona um ex-representante do Comitê da BHTA, “o Taquari-Antas dessas características ambientais das características de uso e ocupação da bacia da intensidade das atividades econômicas” (EG1, 10/01/2020, p.3), ou seja, a Bacia Taquari-Antas possui contrastes ambientais (serra e vale), contraste em relevo e vegetação e também os contrastes são visualizados em termos de atividades econômicas.

Os municípios que integram a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas constituem uma região econômica de amplo desenvolvimento (REGINATO, 2003) e são caracterizados pelas suas condições geográficas e pelas suas atividades econômicas (GOMÉZ, 2016). Dessa forma, podemos dizer que as bacias hidrográficas localizadas próximas às áreas urbanas sofrem pelas atividades antrópicas (industrialização, urbanização, agropecuária) e frequentemente gera efluentes industriais e domésticos que poluem cursos d’água e tendem a gerar problemas ambientais diversos. Assim, a poluição da água é uma desvantagem para os seres humanos e para a vida aquática, tornando-se uma prioridade dos órgãos ambientais a elaboração de legislações que garantam a preservação e a qualidade dos corpos da água (GOMÉZ, 2016).

A população da bacia Hidrográfica Taquari-Antas faz uso da água diariamente, de forma direta e indireta para as atividades domésticas, profissionais e de lazer. De acordo com um geógrafo em uma Bacia Hidrográfica ocorre “práticas econômicas, lazer, abastecimento urbano, agricultura e ainda, escoamento de esgoto e efluentes, se dão pela presença de rios

ou corpos d'água” (EG3 26/09/2020, p.1).

No Brasil ainda, conforme a lei nº 9.433/97, em seu artigo 1º, inciso V: “a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.” Corroboração de um o geógrafo neste sentido, relata:

“Tal política tem como função principal, garantir a qualidade da água e o abastecimento para os mais diferentes usos para as gerações atuais e futuras, sendo portanto, uma ferramenta de garantias da preservação dos rios que compõem a bacia hidrográfica com seus afluentes, prevenindo e penalizando os usos indevidos das águas fluviais e subterrâneas continentais brasileiras” (EG, 26/09/2020, p.2).

Dessa forma, os usos das águas da Bacia do Taquari-Antas podem ser classificados em duas categorias. Uma categoria são os usos consuntivos (usos que consomem água), como por exemplo, abastecimento público, uso industrial, pecuária, agricultura irrigada. A segunda categoria são os usos não consuntivos (usos que precisam de água para ocorrer, mas não a retiram do rio), como por exemplo, Transporte Hidroviário, Pesca Extrativa e Aquicultura, MINERAÇÃO, geração de energia, turismo e lazer (CGBHTA, 2012; OLIVEIRA 2017). Nesse sentido, segundo o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas elaborado no ano 2012, os setores que apresentam as maiores demandas de água são a irrigação (48%), uso urbano (24%) e pecuária (18%) (BAZZO *et al.*, 2017).

Como vimos anteriormente, o rio das Antas nasce em uma região de baixa densidade populacional e percorre uma região cujas atividades básicas são a agropecuária. Entretanto, a bacia conta com pólos industriais desenvolvidos, como o conglomerado urbano do nordeste (Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves e Garibaldi) e, no vale do Taquari, Lajeado e Estrela, concentrando a maior parte da população e das indústrias da bacia do Taquari-Antas (LARENTIS; COLLISCHONN; TUCCI, 2008). Corrobora Oliveira (2017) quando evidencia que a qualidade das águas do rio Taquari-Antas é afetada por alguns de seus formadores, como por exemplo, os rios Forqueta, Guaporé, Carreiro e Prata (ou Turvo), que percorre uma zona industrial de alto potencial poluidor e por arroios que drenam importantes áreas urbanas, como o Burati (Bento Gonçalves e Farroupilha), Tega (Caxias do Sul), Biazus (Farroupilha) e Marrecão (Garibaldi).

Corroborando, os estudos realizados pela FEPAM evidenciam que os rios e arroios da bacia Hidrográfica do Taquari-Antas (citados anteriormente) servem como corpo receptor e via de transporte de efluentes das mais variadas origens. Dentre estes, incluem-se os despejos

domésticos, na grande maioria dos casos sem tratamento, os despejos industriais, as águas pluviais de drenagem urbana, as lixívias de depósitos de resíduos sólidos e as águas de drenagem rural, incluindo lavouras, plantios diversos e criação de animais.

Conforme Paula (2018), a urbanização e a industrialização são consideradas como um processo causador de impacto ambiental. Neste caso as condições de sanidade ambiental são comprometidas pelo rápido crescimento das cidades, que provoca modificações nas características do ambiente (aterro de áreas de mangue, desvio de rios, etc.), e pela falta de infraestruturas que possibilitem a redução do impacto no ambiente, como sistema de esgoto, coleta e reciclagem de lixo, sistemas de drenagem pluvial. Para intensificar as questões vinculadas ao desenvolvimento de uma região com a preservação de uma bacia hidrográfica e aqui, referenciando a Bacia hidrográfica Taquari-Antas, um membro do comitê expõe:

“A bacia é muitíssimo importante para o desenvolvimento da região que abrange. Mineração, navegação, pesca, irrigação, dessedentação animal, abastecimento de água, geração de energia elétrica, etc. são algumas das áreas beneficiadas. Como corpo receptor de efluentes infelizmente não está sendo usado de forma correta, pois são lançados muitos efluentes não tratados de acordo” (ECB3, 01/10/2020, p.2).

Assim, podemos mencionar que os principais componentes das bacias hidrográficas - solo, água, vegetação e fauna - coexistem em constante dinâmica e interação, respondendo às interferências naturais (intemperismo e modelagem da paisagem) e aquelas de natureza antrópica (uso/ocupação da paisagem), afetando os ecossistemas como um todo. Corroborando Albrecht (2012) quando disserta que a vegetação próxima aos recursos hídricos desempenha papel importante para a manutenção dos rios bem como para suas comunidades biológicas. Devemos pensar a vegetação, a mata ciliar como territorialidades pesqueiras. Dessa forma podemos enfatizar que a vegetação em torno dos rios se torna benéfica para o equilíbrio natural do rio e das próprias espécies pesqueiras. Sobre isso temos a percepção de um biólogo:

“A vegetação das margens é de extrema importância, principalmente em rios caudalosos. Além de atuar como filtro para águas que escorrem através do solo das terras vizinhas, ela tem uma importante ação mecânica, reduzindo a ação da correnteza na erosão das margens. No entanto, Esta ação não é eficiente se a vegetação marginal for composta por uma faixa muito estreita de plantas. Por isto, no antigo código florestal as exigências quanto às larguras da mata ciliar eram maiores e estavam vinculadas à largura do rio. Havia fundamentação técnica e científica para tanto. Já o novo código florestal alterou esta situação permitindo, praticamente a retirada de toda a mata”.

“Para além da ação de filtro e retenção das margens, a vegetação ripária, seja ela de banhado ou florestal atua como abrigo, fonte de alimento e berçário para uma gama de espécies, ou seja, nem só de qualidade de água vivem os peixes e quem

deles vivem sem locais de alimentação e reprodução adequados fornecidos pela vegetação marginal, as populações de várias espécies não se mantém” (EBI2, 25/09/2020, p.4).

Nesse sentido, dois pescadores entrevistados durante a pesquisa de campo salientaram a importância da vegetação para a reprodução dos peixes. Sobre isso o pescador da cidade de Encantado comenta:

R: *“Toda fruta, alguma espécie aproveita ela. Se não é uma ave é um peixe, na verdade toda a semente é aproveitada! Porque tem peixe com dente que quebra a semente dura. A sementinha pequena o lambari aproveita e assim vai indo e as vezes as aves também aproveitam”* (EP1, 05/05/2018, p.17).

Corroborando o pescador de Taquari:

“A flora sim! A fauna não. Mas a flora... sim! Se tiver árvore frutífera na beira do rio, hoje praticamente a pirapitinga não existe mais guabiroba na beira do rio que cai na água, algumas amora ainda... a piava? A piava existe por causa das frutíferas... essas aí que não são carnívoras eles precisam principalmente da flora. E quanto a fauna aquática sim. A fauna aérea não influencia, mas aquática sim” (EP4, 22/11/2018, p.9).

Na percepção de um geógrafo a vegetação tem a seguinte importância e representação:

“A vegetação dentro das espécies que são endêmicas a vegetação tem papel muito importante na maturação dos alevinos, peixinhos pequeninhos... Por quê? Porque o rio ele, o rio não para. O rio ele não tem água parada então a vegetação acaba cumprindo esse papel de fixação pros alevinos. Ela é de suma importância nesse sentido. A retirada de vegetação tem provocado muito a erosão e assoreamento dos rios e o peixe ele se enterra ele não sobrevive a esse processo” (EG2, 24/09/2020, p.6).

A partir dessas interlocuções podemos compreender que a vegetação na beira do rio é de extrema importância para a preservação das espécies. De acordo com Albrecht (2012), com a mata ciliar preservada teríamos a diminuição da poluição; retenção de solo provindo das lavouras próximas ao rio, diminuindo a sedimentação; redução dos processos erosivos dos barrancos; aumento do aporte de carbono no sistema aquático; estruturação do habitat para organismos aquáticos através da queda de folhas, galhos e troncos, etc. Assim, entende-se que nesses compartimentos naturais de bacias e sub-bacias hidrográficas, os recursos hídricos constituem indicadores das condições dos ecossistemas no que se refere aos efeitos do desequilíbrio das interações dos respectivos componentes (ORTEGA, 2011).

Em território de uma bacia hidrográfica a água é um recurso de múltiplos usos, seja ele para consumo humano, desenvolvimento da agropecuária ou para as atividades industriais. A água sendo considerada um bem comum é geradora de conflitos e políticas de usos. Proveniente da natureza, a água é um bem de uso, em geral coletivo (GOMÉZ, 2016), sendo

uma necessidade básica de todos os seres humanos, mas a forma com que essa necessidade é atendida depende da cultura (DIEGUES, 2005). Dessa forma, a sociedade é vista como agente que interfere sobre os processos naturais (LIMA, 2005).

A água possui características essenciais para a sobrevivência da humanidade, que por sua vez é sua principal usuária e, também, uma das maiores responsáveis por sua poluição (ISAIAS, 2008). Corrobora Gómez (2016), quando disserta que os recursos hídricos representam para a sociedade e o meio ambiente um papel de suma importância. Em termos de sociedade relacionamos os múltiplos usos que se fazem destes, sem esquecer que o principal uso é para o consumo e abastecimento das necessidades primárias (GOMÉZ, 2016).

Para as sociedades tradicionais a água (rios, cachoeiras, etc.) é entendida como um bem da natureza, presente nos mitos cosmogônico, muitas vezes dádiva das divindades, responsável pela sua abundância ou por sua escassez. De acordo com uma Kaingang e a importância das águas e dos rios temos:

“Conta a história que tudo que tem na natureza tem vida, tem espírito. Os mais velhos acreditavam que isso existia. A água tem espírito. Tem que pedir licença, permissão para pegar água, ou cortar madeira. O rio, por exemplo, é uma fonte de vida” (EK1, 12/12/2019, p.3).

A partir da fala da Kaingang vemos a relação com a natureza e, a água e os rios fazem parte dessa composição. Nos elementos que compõe um território - os rios, arroios, riachos, lagos, córregos-, estes desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução sociocultural no modo de vida das sociedades tradicionais. Para os pescadores, a água é vida. É na água, nos rios que tiram a subsistência familiar e por isso deve haver o equilíbrio entre sociedade e suas águas, entre a natureza. De acordo com Diegues (2005), essas populações atribuem valores às águas que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais.

Nas sociedades urbanas e modernas, a água doce além de ser um bem é, em grande parte, utilizada para o uso doméstico, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição pode ser apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se um bem de troca ou uma mercadoria (DIEGUES, 2005).

Corrobora com Diegues o ex presidente do comitê da BHTA quando expõe sobre o valor econômico da água:

“A água é um bem natural, com uso comum de todos, dotado de valor econômico. Quando o bem é dotado de valor econômico? Quando ele é escasso! Se ele é escasso tu pagas [...]. A escassez, a carência do bem que dá a característica de valor econômico, e que daí dá o peso econômico dele” (ECB1, 19/01/2020, p.4).

Para um biólogo, quando questionamos sobre a importância dos rios e da água a partir de suas percepções e concepções ele ressalta:

“Um rio é uma das formas de acumulação e distribuição de água no planeta. Em geral, um rio é eclético em suas relações com as populações que com ele convivem, sejam humanas ou não. É fonte de inúmeras possibilidades de sobrevivência e de bem viver, desde que as populações humanas que com ele interagem e dele dependem entendam o papel que ele desempenha em suas vidas e a inevitável reciprocidade de ações associadas a este convívio. Um rio é uma bem aventura, mas não dialogar com a natureza que o envolve, ao longo de um processo de instalação, desenvolvimento e manutenção de uma comunidade pode ser catastrófico. Isto é muito comum na organização caótica de nossas sociedades. Rios podem ser a base para um viver próspero, abundante e sustentável de comunidades, desde que haja a tônica de uma visão estrutural e social de contextualização de bacia hidrográfica, e uma ótica ambientalista e permacultural. Toda ação terá sua reação em algum lugar, em algum momento e sobre alguém ou algo. Assim, rios podem ser fonte direta de alimento a partir de sua biodiversidade aquática e ribeirinha. Fornecem de água para os mais diversos fins (produção de alimentos cultivados ou criados envolvendo agricultura e pecuária, mesmo com espécies exóticas), saneamento básico, dessedentação, interações climáticas, belezas cênicas (conforto emocional, lazer, turismo), produção de energia e aplicações no comércio e na indústria. Para sintetizar pode-se comparar rios aos vasos sanguíneos do corpo, são eles que distribuem o que é necessário a sobrevivência e podem comprometê-la se a saúde do corpo não receber o devido cuidado. São portanto, essenciais e devem ser tratados como tal” (EBI2, 25/09/2020, p.1-2).

Para um geógrafo tem-se a seguinte concepção:

“Um rio é mais que um canal de drenagem de água. Um rio é a vida de determinado povo, onde as águas fornecem os nutrientes necessários para os cultivos ou para matar a sede de homens e animais. [...] Os rios culturalmente, nos enchem de lendas e histórias. A identidade que os diferentes povos constroem, porque identidade é uma construção, se relaciona com os rios ou com a ausência deles. [...] Mais do que o óbvio interesse do geógrafo no caráter hidrogeomorfológico do rio, é fundamental saber que ele modela o espaço em que vivemos, define fronteiras e garante fartura ou miséria, vida ou aridez, autonomia ou dependência de uma nação ou população por ser o portador do bem mais precioso e indispensável para a vida que é a água” (EG3, 26/09/2020, p.3).

Dessa forma, entende-se que os recursos hídricos de uma região caracterizam reservas consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento social, econômico e industrial. Sobre isso temos:

Seria desnecessário afirmar que ela é [bacia hidrográfica], também, fundamental na história das relações dos humanos com o mundo natural, mas a modernidade e o mundo urbano transformou-a em uma ‘abstração’, totalmente separada dos processos naturais, algo que sai dos canos e torneiras de nossas casas, resultado da ‘conquista da água’, uma das preocupações centrais, um dos temas principais da moderna religião do progresso (ARRUDA, 2015, p.212-213).

Com o crescimento demográfico e o desenvolvimento industrial, faz-se necessária a maior utilização de recursos hídricos, que, devido ao desperdício e à poluição estão se tornando mais escassos (REGINATO, 2003). Desse modo, ao se tratar de usos e interesses em relação a água, temos que entender o que as legislações apresentam sobre isso. Inicialmente é válido informar que a proteção jurídica das águas no Brasil tem as suas bases e diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal de 1988. Segundo os estudos de Aith; Rothbarth (2015), os autores sinalizam que a Constituição caracteriza a água como um bem público juridicamente tutelado e neste sentido, abrange, de um lado, a proteção dos direitos humanos e, de outro, a proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos e naturais.

Quando nos referimos sobre à proteção do direito ao meio ambiente equilibrado, o artigo 225 da Constituição Federal prevê o direito de todos cidadãos a um meio ambiente equilibrado, que passa a ser considerado bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, preservando-o para as futuras gerações (AITH; ROTHBARTH, 2015). Ainda de acordo com Aith; Rothbarth (2015), ainda embasados na Constituição, salientam que há o artigo 43, §2º que prevê incentivos regionais para priorizar o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis em regiões de baixa renda e que sofrem secas periódicas.

Assim, para controlar as formas de poluição (de indústrias e doméstico) a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída através da Lei nº 9.433 apresenta normas para o gerenciamento dos recursos hídricos adotando a definição de bacias hidrográficas como unidade de estudo e de gestão. A gestão dos recursos hídricos objetiva proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários da água e das distintas comunidades (AITH; ROTHBARTH, 2015). Os Planos de Recursos Hídricos visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. Nesse sentido temos:

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades [...]

Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água [...] (LEI nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, texto digital).

Dessa maneira, entende-se que as bacias hidrográficas constituem as unidades naturais para informações hidrológicas, podendo, também, ser usadas como unidades naturais de manejo da terra, uma vez que nelas se observa a dependência de todos os componentes do crescimento e desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a bacia hidrográfica deve ser considerada como uma unidade quando se deseja a preservação dos recursos hídricos, já que as atividades desenvolvidas no seu interior têm influência sobre a quantidade e qualidade da água (ISAÍAS, 2008).

A noção de bacia hidrográfica vem sendo utilizada como recurso para gestão territorial por parte de vários governos. No Brasil a implantação da Lei 9.433, de 08.01.1997, que regulamentou a gestão dos recursos hídricos, definiu a bacia hidrográfica como suporte para a sua gestão, através de uma organização compartilhada e tripartite com a implementação dos Comitês de Bacia (ARRUDA, 2015). Assim, o gerenciamento de uma bacia Hidrográfica objetiva solucionar conflitos resultantes do uso intensivo da água e preservar as funções hidrológicas, biológicas e químicas dos ecossistemas e também garantir que a água seja oferta a todos os indivíduos (BAZZO *et al.* 2017).

A Lei 9.433, definiu que para a implantação dos Comitês, bem como das Agências de gerenciamento, são necessários estudos preliminares, definidos como 'diagnósticos' sobre os usos presente e pretérito dos recursos naturais do território compreendidos pela bacia a ser gerenciada. Usos da água; dos solos; urbanização; população, etc são considerados nos diagnósticos, resultando em informações necessárias para a formulação de políticas de gerenciamento para o território da bacia (ARRUDA, 2015, p.230).

De acordo com a lei da Política dos Recursos Hídricos Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, esta atribui ações e atuações para os Comitês de Bacia Hidrográfica. Nesse sentido, de acordo com a Lei, temos:

Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

- I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados (LEI nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, texto digital).

Também, para que houvesse um gerenciamento e planejamento dos contornos das Bacias foram criados os comitês de bacia hidrográfica. A implantação dos comitês individualizou as bacias no que se refere à sua expressão como construto social. É válido informar, como visto nos capítulos anteriores, que o gerenciamento de uma área da bacia passa a ser interesse do coletivo que nela reside ou atua, tornando-o responsável em nível social, de seu desenvolvimento (ISAÍAS, 2008).

De acordo com Lima (2005), os comitês têm a possibilidade de que cada participante interaja com os demais, regulando suas ações e visando o bem comum de todos. Para Meier (2016), a representação e a representatividade dos representantes do comitê devem possibilitar que os segmentos da sociedade (todos) estejam presentes e tenham as mesmas condições de intervir no processo decisório do Comitê. Assim, as ações e decisões tomadas pelo comitê de Bacia irá favorecer parte dos interesses envolvidos com os recursos hídricos, tornando-se pouco democrático. Essas decisões irão afetar o modo como se utilizam os recursos hídricos e como também (re)organizar o espaço geográfico.

O manuseio de bacias hidrográficas permite formular ações sobre o meio ambiente, a estrutura social, econômica, institucional de uma bacia, para promover a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais (ISAÍAS, 2008). Segundo Lima (2005), uma vez gerenciado por um comitê, o espaço da bacia deixa de apenas ter agentes individuais e passa obedecer a um comando central onde todos os atores interagem.

6.2 A modelagem do meio natural pelas ações antrópicas envolvendo indígenas, pescadores e integrantes do CBHTA e CODEVAT

No decorrer da história da humanidade, as diferentes sociedades sempre tiveram a necessidade de ocupar determinados espaços naturais (próximos aos rios, em áreas férteis)

para que pudessem extrair desses lugares alimentos, insumos ou até mesmo para urbanizá-los (LIMA; REMPEL; ECKHARDT, 2007). A pesca é uma atividade milenar, presente desde as primeiras organizações humanas e teve papel relevante na sobrevivência destas civilizações e na sua fixação, na medida em que era fonte de alimento, contribuindo para subsistência das comunidades localizadas próximas aos rios, mares e demais corpos d'água (CARDOSO; FURLAN; MARTINS; KEMEL s/d). Dessa forma, entende-se que a relação das sociedades com os rios é antiga e remonta ao surgimento das primeiras comunidades humanas, que se utilizavam deles para sua dessedentação, preparo de alimentos, higiene, navegação, irrigação, etc.

Para Diegues (1983) a natureza não é somente um elemento da prática da sociedade, mas também uma totalidade do que existe. A sociedade passa a ser vista como parte da natureza, envolvendo as relações e interações com o meio natural, e também passa a ser entendido como um ser social, isto é, como um conjunto de relações capazes de criar uma organização social. “Apesar de serem dois pólos irredutíveis, existem, entre o homem e a natureza, processos de intercâmbio através do trabalho de transformação. Mas a natureza continua sendo sempre o substrato da atividade transformadora do homem” (DIEGUES, 1983, p.88).

Corroborando Souza (2000) quando disserta que sempre houve sociedades em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza através do trabalho, e posteriormente criando valor ao modificar o espaço social. Ou seja, de acordo com Bevilacqua (2011) as atividades da sociedade, inserem-se com e na natureza, e são indutoras da produção social do espaço, e são responsáveis na orientação da apropriação e uso dos recursos naturais.

Os pescadores, por exemplo, suas relações com o meio implicam no uso dos recursos naturais para a obtenção de alimentos, de produtos e de mercadorias para a comercialização e um conjunto de saberes sobre os elementos naturais que constituem o “saber-fazer” na pesca e pode, ou não, representar os modos de vida das comunidades tradicionais (CARDOSO; FURLAN; MARTINS; KEMEL s/d). Corroborando um pescador da cidade de Encantado quando em sua fala ressalta que “[...] *a natureza ela faz bem para todos nós! Ela ensina muita coisa para gente! E o homem sem ela não consegue viver. Então a gente tem que ir preservando para sempre ter*” (EP1, 05/05/2018, p.4). O pescador da cidade de Taquari enfatiza que “*a gente não pode estraga a natureza, o nosso rio [...] não só pra preserva [a natureza], pra*

ajuda, pra educa, pra mostra pros mais novo e pra população que a gente precisa toma conhecimento” (EP, 11/05/2020, p.9).

Nesta relação do Kaingang com a natureza e seu espaço natural, quando questionamos um Kaingang da Terra Indígena *Foxá* ele ressalta:

“Se nós não temos uma natureza equilibrada não vamos usufruir de uma beleza natural, pois a natureza pra nós tem que ser completa, com saúde e não doente. A natureza pra o Kaingang tem uma grande importância. Qual a importância da natureza pro Kaingang? Uma natureza sadia e rica com seus benefícios”.

“O meio ambiente, pra nós Kaingang ela tem que ser um meio ambiente limpo sem poluição, sem destruição, sem a ação do homem na destruição. Porque? Porque um meio ambiente desequilibrado para nós ela é considerada o meio ambiente doente com suas lezuras pela mão da ação do homem branco”.

“Uma natureza desequilibrada, destruída, doente, um meio ambiente poluído, os animais não vão ter os recursos para a sobrevivência. Então, tem que ter esses dois meios de boas condições de sobrevivência para os animais. Então é necessário ter um bom equilíbrio, uma natureza, meio ambiente bem equilibrado. O tatu, por exemplo, tem que ter um mato, uma natureza pra ele morar, os pássaros tem que ter uma mata pra eles construírem sua moradia, seus ninhos nas copas das árvores, ter alimentos para eles sobreviverem” (EK4, 30/09/2020, p.4).

Uma professora Kaingang da Terra Indígena *Pó Nañh Mág* relacionando a relação com a natureza nos diz:

“Na atualidade a gente tenta preservar, mas como a gente tem maior contato com o branco não tem como mais ou menos, conforme a nossa realidade aqui. A nossa realidade a onde a gente vive aqui na natureza ela é precária. O mato ao redor a gente utiliza pra fazer artesanato, remédio. Até conversando com o meu pai ele diz que não conseguem um remédio natural porque é reflorestado a maioria das árvores, daí eles vão buscar num lugar distante. Daí meu pai foi pra Guarita visita meu vô e pegou remédio. Não tem tudo que a gente precisa aqui” (EK1, 12/12/2019, p.2).

A partir dessas interlocuções podemos dizer que para a coletividade Kaingang existe uma interligação entre o indígena e a natureza, há o equilíbrio e o respeito para com os animais e vegetação. Além de usufruírem das matas próximas a comunidade, estes Kaingang deslocam-se para outras áreas indígenas em busca de plantas medicinais para fazerem seus remédios e chás. As sociedades tradicionais de pescadores e indígenas possuem um conhecimento tradicional definido como o conjunto de saberes em relação ao meio natural, sobrenatural, transmitido seja pela oralidade ou entre gerações (DIEGUES, 2000).

De acordo com um dos geógrafos entrevistado, quando questionamos sobre o poder entre as sociedades tradicionais, este interlocutor nos diz que *“[...] o maior poder que um pescador tem e um indígena também tem é o saber!”* (EG2, 24/09/2020, p.5). E complementa:

“O saber deles, por isso que ele não é compartilhado assim quando tu vai perguntar. Porque é tudo que eles têm. Então esse conhecimento um pescador como ele encontra a rede, porque ele coloca o remo lá no fundo e ele sabe aonde ele tá. Nosso olhar ele só vê a superfície da água retinha. Eles enxergam o fundo como se fosse um rosto... e aí quando vem uma draga de areia, uma atividade de mineração, ela destrói isso que o cara construiu em quarenta anos de vida” (EG2, 24/09/2020, p.5).

Desse modo, Santos (2006) sintetiza que a relação entre sociedade e natureza é, em todos os lugares, a da substituição de um meio natural, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do "natural" e do "artificial" também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo.

Assim, “desenvolvimento”, “avanço” e “progresso” são falácias que sustentam o discurso da prerrogativa de domínio do espaço por outras atividades econômicas, o qual se sustenta na invisibilidade da pesca artesanal (PAULA, 2018) e também na utilização do espaço natural pelos indígenas, em particular, os Kaingang. Os indígenas vistos circulando em centros urbanos não é novidade. Isso ocorre em razão de muitas famílias projetarem nas cidades a busca por melhores condições de vida, no qual desejam mais oportunidades à educação, saúde, emprego remunerado e, além disso, possam vender seu artesanato e assim manter sua sustentabilidade.

Como mencionado nos capítulos anteriores, aqui reforço a ideia sobre as movimentações de Kaingang para os centros urbanos. Devemos frisar que estas movimentações devem ser vistas e entendidas como uma ressignificação dos *wãre*⁴². Como exemplo, podemos citar os moradores das Terras Indígenas localizadas em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, onde Kaingang deixavam as suas aldeias e movimentavam-se para outras regiões e lugares em busca de matéria-prima para confeccionarem o seu artesanato, visitar seus parentes, ou simplesmente para caçar e pescar. É importante frisar que mesmo fazendo essas movimentações periódicas os Kaingang não rompiam os laços com o território tradicional, visto que, as movimentações ocorriam com a finalidade de complementação da subsistência de sua família.

Conforme Lappe (2015) em sua dissertação utilizando os estudos de Andrade, Bellinger e Penteado (2013), a presença de indígenas em centros urbanos resulta de dois

⁴² Acampamentos provisórios.

processos: a) A crescimento das cidades que alcançou (e ainda alcança) as terras indígenas e as engloba em contexto urbano; b) A própria movimentação de indígenas para as cidades em busca de uma condição e vida melhor.

Nessa prerrogativa, com base na dissertação de Lappe (2015), a autora menciona a fala do Cacique Francisco *Rókáng* dos Santos⁴³, prestigiada liderança indígena que exerceu funções nas Terras Indígenas Foxá e *Pó Mág*, ambas no Vale do Taquari. Em uma entrevista para o Conselho de Missão entre Indígenas (COMIN) esta liderança sinaliza que quando os Kaingang chegaram à Porto Alegre, por diversas vezes ouviu os não indígenas discorrerem que lugar de índio é na aldeia e não na cidade. Segundo seu Francisco “[...] no fundo eles têm razão. Nossa origem não é da cidade. Mas eu pergunto: quem trouxe a cidade junto dos índios?” (COMIN, 2008. p. 3 *apud* LAPPE, 2015). Assim, fica visível que muitas Terras Indígenas viram as cidades se desenvolverem rapidamente pelos seus tradicionais territórios, fazendo com que esta coletividade procurasse outras formas para viver e manter a sua subsistência.

Ao conversarmos com alguns moradores da Terra Indígena *Pó Nãnh Mág* eles nos relatam que tinham por costume circular pelas áreas indígenas de Ligeiro, Carretero, Cacique Doble, Nonoai, Campo do Meio ou pelas cidades da Serra Gaúcha, como Gramado, Farroupilha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, sempre fazendo trajetórias de caminhadas longas para comercializar o artesanato ou simplesmente circulando para conseguirem trabalhos paralelos, como por exemplo, em parreirais e malharias (DIÁRIO DE CAMPO, 08/01/2014).

Por que apresentar esse cenário? Muito simples. Quando falamos e descrevemos o desenvolvimento e o crescimento urbano e econômico, temos que pensar que as sociedades vistas como marginalizadas (assim como os indígenas – em especial os Kaingang) sofreram e ainda sofrem com a perda de seus territórios e consequentemente a destruição sistemática dos recursos naturais, os quais ocupavam (e ainda ocupam – em proporções menores) para parte da subsistência familiar, para realizarem seus rituais sagrados e seus chás. É importante salientar que a falta de recursos naturais não permite aos Kaingang exercerem suas atividades socioculturais adequadamente, pois as matas estão acabando, os peixes ficando escassos, a caça não é permitida e, então, resta a estes indígenas ressignificarem elementos de sua cultura.

⁴³ Liderança já falecida, mas que representou e lutou muito pelos Indígenas Kaingang. Ressaltamos que no trabalho de Conclusão de Curso e durante a jornada acadêmica como bolsista de extensão, dialogamos muito com seu Francisco Rókáng.

Fundamenta Diegues (2005) quando disserta que a noção de território é uma das mais importantes características que marcam as sociedades tradicionais. O território, ocupado desde seus antepassados, não se define somente pela sua extensão territorial e os recursos naturais dos quais eles usufruem para a subsistência ou para fazerem seus rituais, remédios, etc., mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, os caminhos percorridos e também os mitos (DIEGUES, 2005).

A situação de pescadores artesanais e da própria atividade pesqueira não difere dos Kaingang. As consequências do desenvolvimento urbano-industrial nas atividades voltadas à pesca nos corpos d'água é gradativamente devastadora (PAULA, 2018). Na pesca-artesanal, o produto do trabalho depende do ciclo da natureza. O pescador artesanal, por exercer uma atividade extrativista, depende diretamente da natureza para viver, da lua, dos ciclos das marés, da quantidade de peixes disponíveis, diferentemente de outras atividades que de tantas mediações alienam o trabalhador na relação com o produto do seu trabalho. O pescador artesanal, nessa relação de dependência e de transformação da natureza, vai transformando-se a cada pescaria, adquirindo novos saberes sobre o mar e habilidades sobre a pesca (NUNES, 2018).

Os pescadores ao se relacionar com a natureza produzem e se reproduzem não somente na esfera biológica, mas enquanto ser social, que produz cultura, que transforma e se transforma enquanto natureza, mas isso se modifica e torna-se cada vez mais difícil frente às dificuldades produzidas pelo modelo de desenvolvimento imposto tanto em áreas litorâneas quanto em áreas próximas aos rios (NUNES, 2018). Devido à diminuição do pescado ao longo dos anos, a preocupação com os recursos pesqueiros aumentou.

A liberdade do pescador-artesanal está sob ameaça, à proporção em que a forma de exercer trabalho na pesca-artesanal encontra dificuldades para subsistir. É necessário complementar a sua renda com outras atividades, uma vez não possuindo os instrumentos de trabalho, submete-se a trabalhar em outras embarcações, ou embarcar não mais nos rios e mares, mas nas políticas públicas que apresentam a produtividade de mercado a partir dos cultivos como solução para os problemas enfrentados pela atividade pesqueira (NUNES, 2018). Os pescadores que se dedicam à pesca relacionam-se intimamente com o meio ambiente dos rios adquirindo seu meio de vida. Podendo os pescadores se dedicar exclusivamente a esta atividade, ou possuir atividades complementares, uma vez que não seja possível se manter apenas com o ganho da pesca (CARDOSO; FURLAN; MARTINS;

KEMEL s/d). Sobre isso, corrobora o pescador quando explana:

E: *“E além da pesca, tu tens outra profissão?”*

R: *“Sim, tenho!”*

E: *“E que profissão seria, que tu exerce além da pesca?”*

R: *“Quando tem serviço de pedreiro eu trabalho nas construções daí. Quando não tem eu volto pro rio”.*

E: *“Sim. E a pesca assim, tu mesmo exercendo outra profissão, ela seria a tua principal atividade econômica?”*

R: *“No momento não é porque eu não consigo me manter. Uma vez tentei viver da pesca mas não consegui”* (EP1, 05/05/2018, p.1).

Outro pescador entrevistado expõe que a principal atividade dele é a pesca, mas, além disso, administra a colônia de pescadores Z32 da cidade de Taquari. Então, compreende-se que este pescador possui duas atividades com remuneração. Sobre isso temos:

E: *“E o senhor tem outra profissão além da pesca?”*

EA: *“Ó, eu tenho a colônia da pesca, sô fundador dessa colônia aqui, antes dessa colônia eu trabalhei pro sindicato em São Jerônimo, e depois então como foi aumentando aí na região os pescador né, aí a gente fundo a colônia aqui em Taquari. E hoje essa colônia abrange todos os vale aqui na região, sindicato, né?! Então a gente continua pescando, né. Minha profissão é pescador”.*

E: *“E a pesca seria tua principal atividade econômica?”*

EA: *“Hoje sim!”* (EP2, 11/05/2018, p.2).

A pesca enquanto atividade profissional é responsável pelo sustento de uma parcela de pescadores. Em muitas situações, é a única fonte de renda, em outras sendo um complemento (CARDOSO; FURLAN; MARTINS; KEMEL s/d). Durante nossas pesquisas a campo, percebemos que a maior parte dos pescadores exercem atividades complementares além da pesca. Trabalham como pintores ou pedreiros ou são aposentados. Dois deles, além de pescar, são presidentes da colônia de pescadores Z20 e Z32.

Sobre a diminuição da quantidade de peixes e o fator de não conseguirem se manter somente da atividade pesqueira, um pescador da cidade de Encantado esclarece:

“A pesca que nem uma vez eu vivia da pesca, hoje eu não posso mais, mas eu gostaria de voltar a viver da pesca. Daí eu não trabalharia fora. Eu iria me manter só no rio. Porque que nem tu falo: olha que tranquilidade! Claro, hoje é um dia que tamo de acordo [um dia calmo, nublado, sem vento], mas tem dias que a gente apanha muito, tem temporal, é chuva é frio, sol muito quente mas ainda é bom! É o que eu queria fazer! Continuar fazendo!” (EP1, 05/05/2018, p.7).

Para este pescador, entende-se que é difícil viver exclusivamente da pesca. *“Para pegar mais peixe, seria só na época da piracema, mas é proibido”*, enfatiza o pescador (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p. 3). Relacionado a época da piracema, o pescador de Estrela faz uma metáfora relacionando a piracema à agricultura.

“[...] É uma roça pra nós [referindo-se ao rio]. Porque ali tu tá... porque se durante a piracema tu não pesca, tu tá plantando peixe. Se na época da pesca existe peixe, tu tá colhendo e se a colheita é boa é bom pra ti principalmente pra venda porque nós não queremos jamais que o rio Taquari seja considerado poluído ao ponto de nós não vender mais peixe, porque essa é nossa preocupação” (EP4, 22/11/2018, p.3).

Mas, visto que a atividade pesqueira é entendida como um bem público e acessível a todos e, dessa forma todos podendo pescar, pode ocorrer a sobre pesca, motivando a exaustão do pescado, o que exige, portanto, a intervenção do Estado para que possa ter a regulamentação da atividade pesqueira a fim de evitar a superexploração (ABDALLAH, 1998). Sobre isso o pescador do município de Encantado relata:

E: “E aqui, o rio Taquari é bom assim, para a pesca? Tem bastante peixe?!”

R: “Na verdade não é mais que nem uma vez. Uns anos atrás, uns vinte e poucos anos atrás eu até conseguia me manter da pesca, mas dali pra frente não teve mais jeito. Entro muita gente, muita malha miúda. Tá diminuindo as espécies” (EP1, 05/05/2018, p.2-3).

A partir do exposto, entende-se que a exploração da pesca está associada na relação sociedade e o ambiente. O meio ambiente dispõe da riqueza que equivale à gama de recursos pesqueiros disponíveis na natureza para a utilização das populações que fazem a pesca e daquelas que consomem o seu produto. Sobre a exploração da pesca, um pescador ressalta:

“Se eu soubesse pescar a 30 anos atrás que nem eu pesco hoje, a experiência que eu tenho hoje, daí eu teria que comprar mais freezer pra por peixe porque tinha peixe antigamente. E pescava com pouco material e material até de baixa qualidade! Hoje não! Hoje tem material de boa qualidade e tem muito mais opção pra gente pescar o peixe. Só que aí escaciona o peixe”.

W: “Lá trás vocês pescavam com o que?”

R: “Na linha de mãos a gente podia pegar 8, 10 quilos de peixe só com linha de mão, pintado e Jundiá! Hoje tu coloca 300 metros de rede eu subo a barranca de mão vazia, não pego um pra come! Mudo a coisa assim muito, muito, muito”.

W: “Muito é por pesca o peixe jovem, pequeno”.

R: “Isso aí”.

E: “A pesca predatória tá terminando com os peixes”.

R: “Muito malha pequena tá acabando com o número das espécies. Tá diminuindo o número. As espécie ainda tão aí, mas com um número muito pequeno do que era uma vez”.

E: “E também a questão da poluição, do esgoto”.

W: “Uma série de coisa, né. A entra de outro peixe também né?!”

R: “Quando entro também esses peixes ornamentais também pode tá afetando as nativas né”.

E: “Aqueles peixes ornamentais são os peixes de lagoa, açude que tu falou antes?!”

R: “É. A tilápia o cat Fischer, o bagre africano, diversas espécies de carpa dos açudes então isso pode tá, tá na verdade competindo com a espécie nativa porque eles tão se mantendo vivo, eles tão comendo alimento da espécie que era nativa. Então existe uma concorrência sobre isso aí” (EP1, 05/05/2018, p. 11-12).

Em relação às espécies de peixes encontradas no rio Taquari, o relato de um pescador da cidade de Encantado nos mostra que a partir da década de 1990 diversas espécies de peixes

começaram a adentrar o rio Taquari devido as cheias. As águas das enchentes entravam os açudes próximos aos rios, liberando essas espécies exóticas, como por exemplo, o *catfish* (*Ictalurus punctatus*), *pacú* (*Piaractus mesopotamicus*), *carpa capim* (*Ctenopharyngodon idella*) e *bagre* (*Siluriformes*). “Elas [*carpa capim*] comiam até as raízes das árvores. A beira do rio ficava um deserto” (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019). No entender deste pescador, algumas dessas espécies contribuíram para a diminuição de espécies nativas (*lambari* (*Astyanax spp*), *cascudo* (*Hypostomus affinis*), *piava* (*Leporinus macrocephalus*), *jundiá* (*Rhamdia quelen*). Dois fatores são responsáveis pela diminuição do pescado: 1º) Por as espécies exóticas se alimentarem em maior proporção dos mesmos alimentos dos peixes nativos; 2º) E por se alimentarem dos próprios peixes nativos (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p. 3).

Sobre os peixes nativos, o pescador comenta que o *Jundiá* (*Rhamdia quelen*) quando está no período de procriar, a fêmea tem a capacidade de atrair para as margens do rio cerca de 100 peixes machos adultos, ficando assim fácil a captura dos mesmos. O que está acontecendo com essa espécie, é que atualmente, “cada 10 peixes pescados por ele, são 8 fêmeas e 2 machos, pois a forma de captura incorreta contribui para que só fiquem fêmeas na natureza, sendo esse o ponto que pode contribuir para a extinção da espécie” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2018, p.3).

Um pescador da cidade de Encantado, durante pesquisa de campo navegando pelo rio Taquari, mostrou-nos e mencionou que um de seus irmãos que também é pescador artesanal, colocou pastos (que servem de iscas) para atrair as carpas (*Cyprinus carpio*), conforme (FIGURA 19). É importante mencionar que quando o pescador coloca o pasto para a *carpa capim*, podemos entender isto como um processo de territorialidade, pois segundo o geógrafo entrevistado “[...] se é importante este pasto para que ela [*a carpa*] chegue, aquilo ali [o pasto no rio] é um pesqueiro. Territorialidade tu olhando o conjunto tu começa a observar um monte delas” (EG2 24/09/2020, p.2). O pescador enfatiza que “aqui nessa região [Encantado], as carpas (*Cyprinus carpio*) quase sumiram”, afirmando que todo mundo pesca de forma inadequada e a pesca predatória faz as carpas (*Cyprinus carpio*) terminarem (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p. 3).

Figura 19 - Pasto utilizado como isca para atrair as carpas capim – rio Taquari na cidade de Encantado/RS



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS da Univates, 08 de fev. 2019.

Além da escassez da carpa (*Cyprinus carpio*), o pescador da cidade de Encantado relata que a quantidade de lambari (*Astyanax spp.*) e cascudos (*Hypostomus affinis.*) também tem diminuído gradativamente. “*Existe 5 espécies de lambari. Nós vamos ver essas diferenças quando formos andar no rio, daí tu consegue ver*” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2019, p.4). Também nos relatou que tem um tipo de *lambari* (um bem pequeno) que se alimenta de uma espécie de capim e que ao limpá-los é possível ver o capim (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2019). Para este pescador artesanal, “*se fosse querer proteger o pescado e fazer com que se tenha mais peixes no rio Taquari, teríamos que ficar uns 3, 4 anos sem pescar e depois só liberar a malha grande*” (DIÁRIO DE CAMPO, 08/02/2019, p.3).

Além da superexploração da pesca, outras possíveis explicações para a diminuição dos peixes estão configuradas na pesca predatória no período da piracema, sendo que muitos pescadores amadores (sem carteira de pescador) não respeitam o período defeso (piracema). De acordo com um pescador, do ano de 2001 em diante, diminuiu a quantidade de peixes em razão da pesca imprópria na época de piracema por pescadores amadores da região que pescam por esporte e também em razão da poluição do rio Taquari (DIÁRIO DE CAMPO,

09/03/2018). Em relação ao período da piracema, o pescador de Encantado salienta que muitos pescadores amadores vão até o rio para pescar, pois, é a época que sem tem a maior quantidade de peixes (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2019).

Sobre a piracema e a reprodução dos peixes um geógrafo que estuda a territorialidade e o território da pesca expõe:

“As espécies pesqueiras, elas tem piracema anual, então o peixe ele não é, quando tu acaba com o estoque pesqueiro ele demora muito tempo para se recompor. Porque ele não tem duas três crias no ano. Tem peixes que é o macho que carrega os ovinhos, como o bagre. Fica dentro da boca até que eles sejam já resistentes ao ambiente, digamos. E aí tu falou da carpa, eu achei interessante tu falar porque a carpa é exótica, ela não deveria estar nos rios do Rio Grande do Sul, mas espécies como a carpa e a tilápia que são exóticas elas estão se procriando muito no estado. Elas são muito resistentes. E hoje os pescadores as veem como parte da pescaria e a tilápia é uma das poucas espécies que tem duas piracemas no ano, que não é nem uma coisa comum no estado” (EG2, 24/09/2020, p.6).

Ainda sobre a piracema e a reprodução das espécies pesqueiras quando perguntamos à um biólogo como as espécies de peixes se reproduzem e qual o melhor lugar para a procriação e desenvolvimento dos peixes ele responde:

“Peixes reproduzem liberando óvulos e espermatozoides na água. Algumas espécies põem ovos aderente a pedras, raízes, folhas. Outras fazem ninhos escavados no leito, certas espécies preferem leitos de cascalho, outros de areia outros de argila. Certos peixes constroem ninhos com pedrinhas, gravetos ou algas. Locais com vegetação, raízes, banhados e árvores parcialmente submersas são locais para desenvolvimento de microrganismos e outros seres que servem de alimento para filhotes de peixes. Além de abrigo contra predadores. Muitas espécies preferem águas calmas, outras, águas mais velozes, uns águas mais transparentes, outros menos. Certas espécies estão adaptadas para reproduzir em águas rasas e outra em águas profundas. Cada espécie tem necessidades próprias e por isto o ambiente ideal para reprodução muda de espécie para espécie. Também em cada estágio de desenvolvimento, do filhote ao adulto, as necessidades mudam e o ambiente para satisfazê-las também pode mudar, originando movimentos migratórios ao longo do rio ou entre zonas profundas e rasas. Por isto é importante a conservação das margens e a prevenção contra a poluição e modalidades de exploração dos ambientes aquáticos. A pesca artesanal pode, por vezes, ser mais afetada por outras ações antrópicas do entorno do que a própria pressão de pesca sobre os peixes” (EBI2, p.5).

Para que ocorra uma reprodução adequada dos peixes e do mesmo modo a conservação das espécies é preciso respeitar o período da piracema, na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas de novembro a fevereiro, é preciso preservar a mata ciliar, a vegetação na beira do rio, pois muitas espécies se alimentam de frutos e sementes. Além disso, é necessário não ter poluição, envio de agrotóxicos nas águas e principalmente, não ter a sobre pesca.

Nos períodos da piracema, quando os pescadores estão impossibilitados de pescar ou há falta de pescado, eles vendem estoques de peixe e fazem biscates (serviços extras). No

período da piracema, que compreende a época em que os peixes estão desovando, os pescadores profissionais ganham do governo federal um seguro desemprego, visto a proibição da pesca comercial, sendo permitido apenas a pesca de uma pequena quantia para a subsistência (CARDOSO; FURLAN; MARTINS; KEMEL s/d).

De acordo com Oliveira; *et al*, 2016 a pesca excessiva é um fenômeno global que pode levar os estoques de recursos pesqueiros a níveis preocupantes. Outro fator que interfere na diminuição dos estoques pesqueiros apontados pelos pescadores artesanais do rio Taquari é a poluição das águas – tanto por esgoto doméstico e industrial como por agrotóxicos das lavouras próximas ao rio. Corroborando, Baptista (2007) salienta que a poluição dos ambientes, a pesca predatória, pesca e captura em época de desova, o uso irregular de apetrechos contribuem para a diminuição dos estoques pesqueiros.

Também é válido mencionar que muitos pescadores relatam que a redução da quantidade de peixes é motivada pela falta de fiscalização ao longo do rio Taquari. Quando perguntado a um pescador sobre a fiscalização do rio Taquari ele salienta que “*a cada morte de bispo aparece a PATRAM (risos)*” (EP1, 05/05/2018, p.2). E continua:

“[...] A PATRAM quando vem, eles vem as nove da manhã até umas duas horas da tarde, geralmente o pessoal levantam cedo e trabalham cedo e bem no final da tarde. A PATRAM não tem como pegar eles. [...]”

E: “[...] antes tu falou da PATRAM que ela teria que fiscaliza. Teria um outro órgão municipal que poderia também fazer essa fiscalização?”

R: “Teria. Os municípios!”

“[...] Ou teria que ser uma associação?”

R: “A brigada, logo que eles proibiram a pesca, a brigada também fazia a patrulha. Depois desistiram, não sei porque! E não sei se é por problema de dinheiro, mas não sei porque eles desistiram!”

E: “E como é a relação da patrulha ambiental, IBAMA, EMATER, envolvendo a pesca?”

R: “A PATRAM aqui na nossa região me parece que ela tem 40 municípios pra fiscalizar. Então é entre terra e água. Então eles dizem que não tem condições pra tudo isso. E... Agora me, me esqueci dali... Olha os gaviões aí em cima (aponta para a árvore). A EMATER ela auxilia a gente. Nos tinha antigamente reuniões com a EMATER, até eles tem o nosso cadastro lá, acredito eu que eles tenham lá ainda. Mas fiscalização assim eles não se metem. Que cada setor sem afazer daí”.

E: “Então a fiscalização seria só com a PATRAM?”

R: “No momento só com a PATRAM. Anos atrás foi falado com o promotor de justiça, mas também, mas ele sozinho não tem como fazer nada”.

E: “Pois é, tem que ter o auxílio de todos!”

R: “Uma vez falamos também com os vereadores, na época da piracema pra todo mundo tira as embarcações da água. Daí eles alegaram que no rio eles não podem mexer as embarcação, mesmo que é a passeio. Mas que nem pra nós, nós pagamos nossos impostos. E pessoas que tem os barco a passeio, não é só passeio, é pesca! A prioridade é pesca! E então, porque assim, eles não cobram das pessoas que tem também só os barco a passeio”.

E: “Sim, é verdade!”

R: *“Porque na verdade nós estamos num lugar público aqui. Então teria que pagar todo mundo igual ou ninguém paga”* (EP1, 05/05/2018, p. 4-5).

Corroborando o pescador do município de Estrela, em relação a fiscalização do rio Taquari sinaliza que “[...] o batalhão ambiental eles alegam que não tem recurso pra fiscalizar. A gente cobra mais fiscalização, principalmente pra pesca predatória, mas eles alegam que não tem recurso, que eles tão fazendo o que podem” (EP4, 22/11/2018, p.5). Em relação a falta de fiscalização e interligando com a atividade pesqueira, questionamos um interlocutor se seria possível daqui uns anos viver somente da pesca. E ele responde que se houvesse mais fiscalização poderia sim voltar a viver exclusivamente da pesca. Sobre isso temos:

“Se tivesse mais fiscalização, se tivesse fiscalização pra fiscalizar com mais frequência, eu acredito que sim! Nosso rio é um berçário, ele cria muito peixe rápido! Então o pessoal tem que parar de pesca, principalmente com essas malha pequenas”.

E: *“Que pena que não tem essa fiscalização!”*

R: *“É. É muito, muito fraca a fiscalização”* (EP1, 05/05/2018, p.7).

Embora as espécies pesqueiras sejam renováveis é preciso estar alerta para os perigos de extinção a que estão expostas em virtude da sobre pesca (CARTILHA DO PESCADOR, 2003). De acordo com Oliveira *et al.*, (2016), com o passar dos anos a quantidade do pescado diminuiu de forma alarmante, sendo que atualmente muitos barcos saem para as pescarias e retornam sem peixe.

Além da superexploração, principalmente na época da piracema que dificultam a reprodução de peixes, pode-se observar que a poluição do rio Taquari também é um dos fatores que gera a diminuição de peixes. Sobre a questão da poluição dos recursos hídricos, em especial o rio, um geógrafo salienta:

“A poluição talvez seja um dos principais problemas e é aquele problema já faz parte da dinâmica social e os pescadores não enfrentam. O processo de crescimento das cidades o despejo de efluente doméstico sem tratamento, efluente industrial, foi se dando tão paulatino... a gente sabe que no Brasil é 70% in natura pro rio [...] a poluição além de atingir a quantidade de pescado ela leva a mortandade, a poluição ela é muito grave para as espécies” (EG2, 24/09/2020, p.5).

Quando perguntado a um biólogo sobre a poluição do Rio Taquari, seja ela por agrotóxicos, doméstica ou industrial, o biólogo responde:

“Quanto a qualidade da água, algumas análises periódicas realizadas pela SEMA RS e antiga FEPAM, nas últimas três décadas trazem informações sobre vários tipos de inadequações. As contaminações por agrotóxicos devem ser consideráveis visto que a região possui uma extensa área agrícola com práticas convencionais baseadas no uso de agrotóxicos e adubos químicos. O elevado custo destas análises

e possíveis as implicações políticas de seus resultados impedem o monitoramento deste tipo de contaminante. O abandono de algumas técnicas de conservação de solo como plantio em curvas de nível tem gerado a perda de solo agricultável pelas chuvas e descarga deste solo no rio. A recuperação de vegetação ciliar para proteção das margens e conservação da própria água também é insuficiente e piorou após a aprovação do novo Código Florestal (2012)” (EBI1, 08/01/2020, p.5).

E complementa:

“Não há como um rio tão extenso e salpicado de cidades de portes variados em suas margens, com atividades das mais diversas não apresentar poluição. No plano de bacia do comitê de gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas as águas do Taquari estão classificadas como classe 3, porém nesta classificação não há análise detalhada da contaminação por agrotóxico. Sabe-se que a poluição orgânica em virtude da falta de tratamento de esgotos é imensa. A implementação de unidades de tratamento de esgotos é tida como praticamente inviável, na atual conjuntura” (EBI1, 08/01/2020, p.5).

Nesse sentido, e corroborando com a fala do geógrafo destacada anteriormente sobre a poluição e o desenvolvimento das espécies pesqueiras, o biólogo reforça:

“Além dos problemas de envenenamento com morte dos animais, há situações de ma-formações, cânceres, ulcerações, esterelização e concentração de produtos altamente tóxicos nos tecidos que podem ser passados a quem consumir estes peixes. Além disto, como os peixes reproduzem liberando óvulos e espermatozoides na água, os gametas podem morrer antes da fecundação devido à poluição” (EBI1, 08/01/2020, p.5).

Após estas explanações podemos dizer que esta poluição é ocasionada pelo acúmulo de plásticos, esgotos de residências e indústrias, bem como a utilização de agrotóxicos nas plantações que margeiam o rio. De acordo com a Agência Nacional das Águas – ANA (2013), todos os dias, milhões de toneladas de esgoto inadequadamente tratado e efluentes industriais e agrícolas são despejados nas águas do mundo. Além disto, a cada ano, a contaminação das águas dos ecossistemas naturais afeta diretamente os seres humanos pela destruição de recursos pesqueiros ou outros impactos sobre a biodiversidade que afetam a produção de alimentos.

“Porque eu acho que aqui em cima não existe mais a reprodução de peixe”.

E: *“E isso se dá em razão da pesca predatória e pela poluição?”*

L: *“Pela poluição. Pela instalação do esgoto de maneira inadequada. E onde existe cidade próximo ao rio pode ter certeza, existe em abundância esgoto para dentro da água. E nos arroios, o rio ainda aguenta bastante, mas imagina ali nos arroios ali pra cima. Hoje eu acho que nem tem mais mussum, que é o bicho que mais resiste as águas poluídas” (EP4, 22/11/2018, p. 3).*

A contaminação das águas é um dos fatores que agrava a diminuição do pescado e a mortandade dos peixes. De acordo com os estudos da Agência Nacional das Águas (ANA) (2013), as atividades humanas voltadas à agricultura, indústria, mineração, o descarte de

resíduos humanos, o crescimento demográfico, a urbanização, etc., têm impacto sobre a qualidade da água. De acordo com um membro do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas no curso da Bacia em estudo “[...] *como corpo receptor [bacia hidrográfica] de efluentes infelizmente não está sendo usado de forma correta, pois são lançados muitos efluentes não tratados de acordo*” (ECB3, 01/10/2020, p.3). Além disso, a agricultura pode provocar contaminação por nutrientes e agrotóxicos e aumento da salinidade. Neste caso cabe salientar as alterações no ambiente provocadas pela instalação de grandes projetos agropastoris, bem como a contaminação dos corpos d’água devido aos defensivos químicos amplamente utilizados nas lavouras. Sobre a contaminação do rio Taquari, um pescador da cidade de Taquari relata:

“Olha, hoje em nossa região não [não tem poluição]. Antigamente tinha um curtume que poluía, que matava milhares e milhares de peixe. Hoje isso acabou. Aqui em nossa região a única coisa que tem, a gente tem, todo mundo sabe é as granja de arroz. Então as granja de arroz, não é o arroz! O problema é os veneno que eles usa então quando chove pouco aí que mata. Então hoje não é o pescador. Muitos acham que o pescador está terminando com os peixe. Não é! O veneno tá terminando com os peixe. São muito tipo de peixes, o principal peixe que tá sendo eliminado é o muçum, o jundiá, principalmente os peixe de cor, viu. Então muçum, se ele tá na toca as “vez” ele é muito acomodado pra sair né. Ele não corre da poluição. Ele ficou aí, aí é tarde até que ele sai dali. O jundiá ele é um peixe que a primeira chuva que cai ele vai lá nas bocas dos arroio e come os insetos. E aqueles inseto, geralmente já tão morto pelo veneno dos agrotóxicos que foi passado. E esse bicho que ele come, ele também morre, e uma coisa que a gente vê seguido, carpa, jundiá, esses peixe boiando no rio é o que a gente mais enxerga. E não é pouco!” (EP2, 11/05/2018, p.9).

Este pescador, pelos seus conhecimentos, assinala que não tem poluição no rio sendo a utilização dos agrotóxicos o causador da diminuição das espécies. Já o pescador da cidade de Encantado comenta que há muita poluição no rio Taquari. Segundo o mesmo interlocutor, “[...] *ano passado eu tive lá conversando com eles [referindo-se a PATRAM] daí eu perguntei para eles qual seria o grau de poluição. De 1 a 5 “taria” em 3 lá. Vamos dizer que taria 65% poluída. Acima já do recomendado*” (EP1, 05/05/2018, p.18). E quando perguntado sobre a poluição das águas pelos agrotóxicos, o pescador enfatiza que na água tem muito veneno misturado. “*Porque quando chove sempre vem pro rio. Que na verdade eu acredito que no futuro é o veneno, o pior a poluição e o veneno*” (EP1, 05/05/2018, p.19). Salienta-se que nas margens do rio Taquari, mais precisamente na cidade de Encantado, tem-se diversas plantações de milho e, nessas plantações segundo relatos, há a utilização de agrotóxicos.

Os agrotóxicos e pesticidas utilizados nas plantações são carregados pelos rios contaminando os mesmos e provocando a redução na quantidade e qualidade do pescado, além disso, o uso de defensivos agrícolas significa uma ameaça aos rios e solo, pela deposição

inadequada dos recipientes usados para manuseá-los. Devido a expansão dessas atividades acontece a substituição da vegetação nativa por pasto, isto promove processos erosivos, o que compromete os rios e demais corpos d'água (PAULA, 2018).

A atividade que mais conduz a problemas difusos de qualidade da água é o despejo de esgotos domésticos. A falta de tratamento e de disposição adequada de esgotos domésticos provoca a contaminação de cursos de água de todo o mundo e constitui uma das maiores fontes de poluição hídrica (ANA, 2013), situação que não é diferente no rio Taquari. Segundo alguns pescadores o esgoto afeta a coloração da água, bem como a contaminação e morte de peixes. Para o pescador da cidade de Encantado, quando nos dirigimos ao rio e com o auxílio de um caíco, percebemos a coloração da água em razão do esgoto. Esse pescador acrescenta que,

“Esse esverdeado da água que temos no rio é em função dos esgotos também. Porque pode ver que esse ali já deixa a água meia verde ali também tem a água verde, porque é do esgoto que vem de cima das outras cidades. Ela não consegue se limpar bem a água. Na verdade a água teria que se um azul bem clarinha, ela é verde!” (EP1, 05/05/2018, p.19).

E ainda:

“Eu acredito que, quase 100% dos esgoto vem pro rio. Se ele não vem hoje amanhã ele pode vim, né! E quando chove bastante ele limpa todos esses valos aí e empurra tudo pro rio. Tudo que o homem faz, geralmente é o rio, é o mar que vai absorver. O impacto da terra vem pra água. Tanto quando mexem a terra que chove a água fica barrenta isso aí é porque o homem já mexeu a terra né e a água se encarregou de trazer” (EP1, 05/05/2018, p.4).

Corroborando sobre a poluição do rio Taquari, o pescador de Estrela diz que,

“[...] continua sendo jogado poluição em abundância principalmente os curtumes quando a água tá parada a pesca é normal, quando começou a correr um pouquinho, sacolas plásticas, copos descartáveis a beira chega ficar florida! Sujo um pouco a água parece que os panos da rede, é uma gosma... lá o curtume de arroio do meio tem uma canalização feita, eles despejam aquela [...] do couro lá no meio do rio... então essas mudanças existe muito grande! Meu tempo de guri dava dourado aqui no rio taquari piava assim que era, em abundância. Hoje o dourado praticamente não existe mais. E tem um dos motivos também é essa porcaria de escada mal feita da eclusa de Bom Retiro. Em vez de fazer um arroio, um córrego lateral, um córrego onde existe os descansos e o peixe podia subir, mas montaram uma tal de escada lá. Só vendo pra... não tem como funcionar. Eles fizeram cochos e cochos, só que os cochos estão entulhados de sujeira, daqui um pouco não tem nem espaço pro peixe. Já tem umas barragens por aí que eles fizeram uma canalização de um arroio com muita pedra onde a água fica batendo, corre um pedacinho e para. E essas, parece que estão funcionando muito bem” (EP4, 22/11/2018, p.6).

A poluição hídrica ataca a reprodução das espécies pesqueiras. As cidades cresceram e começaram a contaminar os rios. Os agrotóxicos também fizeram e fazem seus ataques aos

corpos hídricos. A poluição degrada o meio ambiente e como consequência extingue o território pesqueiro visto que, a poluição torna impossível a vida pesqueira.

Em relação a poluição das águas, podemos citar Iemanjá, a Senhora e Rainha das águas que através de seus poderes demonstra importância de saber se defender quando vai a Olodumare indignada com o lixo que os seres humanos jogam em suas águas, e recebe o poder de devolver à terra o que não é do mar, pois não admite permanecer com os dejetos dos outros (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019). Quando estamos na beira do rio e até mesmo no mar, vemos dejetos, lixos jogados sem piedade e sem pensar nas consequências para as espécies que vivem na água. Então, Iemanjá devolve aquilo que não lhe pertence, prejudicando a atividade relacionada à pesca, tanto marítima como fluvial.

A partir do exposto e utilizando os estudos de Kaehler (2011), entende-se que as práticas agrícolas, os agrotóxicos, a poluição hídrica, a crescente urbanização e a utilização da água para abastecimento e irrigação e a construção de barragens, geram um efeito cumulativo que alteram o regime hidrológico dos rios e o de desenvolvimento de algumas espécies pesqueiras.

O “ataque” à natureza também é motivado pelo desenvolvimento e os empreendimentos elétricos. Dessa forma, um dos motivos da impossibilidade de reprodução de espécies de peixes no rio Taquari são as construções de barragens, uma vez que, dificultam a reprodução de espécies de peixes e prejudicam as sociedades tradicionais, principalmente os pescadores que mantêm a sua subsistência por meio da pesca. Por outro lado, no viés econômico e desenvolvimentista, as barragens beneficiam as sociedades urbana-industrial. De acordo com Diegues (2005), a construção de barragens e os sistemas de irrigação são exemplos típicos de atividade geradora de conflitos, visto que, o uso da água tem dimensões conflitivas e políticas.

Quando questionamos um geógrafo sobre a construção das barragens e sua influência na pesca ele foi preciso em sua explanação:

“As barragens influenciam no curso do rio aqui no estado, porque nossos rios não são tão grandes, então uma barragem ela gera todo um, ela muda toda a dinâmica hídrica de uma Bacia Hidrográfica. Ela muda, porque ela altera a vazão do rio, porque se em um lugar o rio tá diminuindo em outro ele está aumentando, porque é a natureza se assentando. Então tu vai ter uma série de rios secundários que vão secar, e esses rios secundários são aonde geralmente se reproduzem as espécies endêmicas, porque são aqueles banhadinhos, aquele rio que é bem razinho, então ele afeta esses rios”.

“O lago ele sempre se torna um lugar muito piscoso nas barragens. E aí o que acontece: como o lago é circunscrito ele é fechado e é um ambiente muito piscoso os pescadores que não são artesanais, aquelas pessoas que são eventuais na pesca vão lá naquele ambiente e pescam” (EG2, 24/09/2020, p. 3).

As barragens destinadas a abastecer as cidades com energia elétrica e água alteram os hábitos migratórios de peixes afetando negativamente as comunidades pesqueiras. Quanto aos pesqueiros cabe destacar que são significativas as mudanças nas características hidrológicas dos rios, o que compromete todo o *habitat* das espécies tradicionalmente capturadas pela pesca artesanal (NUPAUB, 2002). *“Para os pescadores as barragens não são benéficas por afetar a área de piracema e pelo processo de construção”* (EG2, 24/09/2020, p.3).

Na visão de um Kaingang da Terra Indígena *Foxá* a construção de barragens não é benéfica para as sociedades que dependem das águas para sua subsistência e nem para a reprodução de peixes. Sobre isso temos:

“Aquele rio que é fechado pra fazer a barragem, os peixes que costumava subir ou então descer, né, pra fazer suas desovas, porque nessa época de outubro, novembro ocorre a época da piracema, os peixes subir pra desovar, numa barragem não tem como os peixes subir. Corta-se o rio, impede-se o rio, impede o rio de descer, porque ele fica fechado, ele fica tracado e os peixes que tã na margem debaixo da taipa, não tem como subir rio acima pra fazer a sua desovaque é a época da piracema. Então o o homem ele corta o percurso do rio, né. Através da barragem, claro se é pro fim de um bem estar de um povo, de uma sociedade para que seja extraído a energia, a luz, e também os peixes eles sofrem e ali os alimentos deles também fica escasso” (EK4, 30/09/2020, P.3-4).

Esses empreendimentos sobrepõem pesqueiros tradicionais e territórios ocupados pelas comunidades de pescadores artesanais que dependem desses espaços para a subsistência familiar e para preservar as suas práticas culturais.

Figura 20 - Vista parcial da barragem eclusa de Bom Retiro do Sul/RS



Fonte: Da autora, 2019.

Na barragem de Bom Retiro do Sul, observamos pesca ilegal, talvez praticada por pescadores amadores ou até mesmo por pescadores artesanais. Nas escadarias da barragem, há uma escrita com o seguinte dizer: “*proibido pescar*” (FIGURA 20). Em relação a pesca em barragens, o geógrafo diz:

“O lago ele sempre se torna um lugar muito piscoso nas barragens. E aí o que acontece: como o lago é circunscrito ele é fechado e é um ambiente muito piscoso os pescadores que não são artesanais, aquelas pessoas que são eventuais na pesca vão lá naquele ambiente e pescam” (EG2, 24/09/2020, p.4).

De acordo com o instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis instrução normativa nº 43, de 23 de julho de 2004, mais especificamente no Art. 2º Fica proibido qualquer tipo de pesca praticada a menos de 200 metros à jusante e a montante das barragens, cachoeiras, corredeiras e escadas de peixe.

Figura 21 - Escadarias da Barragem eclusa de Bom Retiro do Sul – pesca imprópria



Fonte: Do autor, 2019.

De acordo com o MPF (2017, p.9-10), segundo a legislação da pesca, alguns conceitos precisam ser entendidos e estudados. Dessa forma, não podemos deixar de mencionar que a pesca é classificada em categorias de acordo com os materiais utilizados e, além disso, os pescadores tem regras para serem seguidas. São elas:

- a) **Pesca comercial artesanal:** Praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria. A Lei nº 11.959 incluiu no conceito de pesca artesanal os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

- b) **Pesca comercial industrial:** Praticada por pessoa física ou jurídica, com o envolvimento de pescadores profissionais empregados ou em regime de parceria, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.
- c) **Pesca não comercial amadora:** Praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou esporte.
- d) **Pesca não comercial de subsistência:** Praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.
- e) **Pesca ilegal:** Praticada em desacordo com o estabelecido nas leis ou nos regulamentos. Segundo a legislação brasileira, o desconhecimento da lei não pode servir de justificativa para seu descumprimento, de forma que é muito importante que todos os pescadores tenham conhecimento de seus direitos e deveres. Algumas formas de pesca ilegal são crimes previstos na Lei Federal nº 9.605/1998. Outras constituem infração administrativa e sujeitam o pescador a multa e até mesmo à apreensão da embarcação ou dos petrechos de pesca.
- f) **Pesca predatória:** muito embora não haja uma definição legal específica, a pesca é considerada predatória quando ela retira do ambiente quantidade de peixes superior à capacidade de reposição. A Lei nº 9.605/1998 prevê formas de pesca predatória que constituem crime, entre as quais a pesca de espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos, em quantidade superior a permitida, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos.
- g) **Pescador amador:** é a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos. Nesta categoria, o pescador amador não pode comercializar o produto de sua pesca.
- h) **Pescador profissional:** é a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação. O pescador artesanal que comercializa o produto da sua atividade é considerado pela Lei como

pescador profissional e deverá obter as devidas licenças, na Capitania dos Portos e na Superintendência Federal da Pesca, sob pena de multa e apreensão da embarcação e dos petrechos.

De acordo com a Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no capítulo IV, Seção I Art.8º, a pesca classifica-se em:

I – comercial:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

- a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
- b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
- c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (BRASIL, 2009, texto digital).

De acordo com a cartilha do pescador (2003), relacionado à pesca em águas interiores⁴⁴ o pescador está proibido:

[pescar] com redes de arrasto e de lance (cerco) com redes que ultrapassem 1/3 do ambiente aquático; com redes a menos de 200 metros das zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras; com redes a menos de 100 metros uma da outra; com rede eletrônica; com tarrafas com malhas inferiores a 50mm; com covos com malhas inferiores a 50 mm, colocados a uma distância inferior a 200 metros de cachoeiras, corredeiras e confluências de rios e lagoas; com fisga ou garatêia pelo processo de lambada; com espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 de largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas; com qualquer tipo de pesca praticada a menos de 200 metros a jusante e a montante das barragens, cachoeiras, corredeiras e escadas de peixe; com rede a ferro (CARTILHA DO PESCADOR, 2003, p.10).

As leis relacionadas à pesca servem para todos. Desde amadores até profissionais. Um pescador da cidade de Bom Retiro do Sul que conversamos em uma pesquisa de campo e é associado a colônia de pescadores Z20 da cidade de Estrela comentou que quando sai para pescar tem por hábito pescar no rio Taquari, próximo a barragem de Bom Retiro do Sul (DIÁRIO DE CAMPO, 02/08/2019). A Legislação da Pesca informa todas as normas a serem seguidas e como vimos na barragem de Bom Retiro do Sul⁴⁵, a pesca imprópria estava sendo

⁴⁴ Aquelas provenientes de lagoas, rios, arroios, sangas, riachos, barragens e açudes, assim como as de represas que fornecem águas às lavouras por meio de comportas ou dutos

⁴⁵ Barragem Eclusa de Bom Retiro do Sul localiza-se na cidade de Bom Retiro do Sul no Vale do Taquari. Teve

realizada. Sobre isso um pescador comenta:

“Pega, só que ali [barragem], pega muito peixe, só que ali tem um detalhe né, é que a fiscalização ali ta muito fraca, porque eu tenho 500 metro abaixo da barragem eu não posso pescar, eu tenho que medir 500 metro da meio quilometro né tchê, é um bom trecho, ai você vê que os caras vão lá pra escada do peixe, que o peixe vai subindo e ele fica ali ó procurando lugar pra subir, ai você joga uma tarrafa, uma rede ou joga aquele “garatêia” é evidente que você vai pegar os peixe ali e tirar né, então...” (EP6, 07/02/2019, p.8).

E continua:

“Mesmo que seja pra pegar um peixe pra comer, mas eu tô pescando no lugar errado eu tenho que respeitar... [...] bem na escada [lugar onde pescam] [...] o que eles fazem, tem aquele anzol que é “garateia”, eles jogam lá no fundo e dai vem, e daqui a pouco pega em alguma parte de uma carpa [...]” (EP6, 07/02/2019, p.9).

Percebe-se por meio das interlocuções que esta inapropriação de pesca em barragens ocorre devido a falta de fiscalização ao longo da Bacia do Taquari-Antas. Mas além de não haver fiscalização, os próprios indivíduos não percebem o crime que estão cometendo. Intensificando as colocações sobre a pesca ilegal praticadas em barragens, um de nossos interlocutores da área da geografia reforça a ideia de que,

“Nas barragens eles usam uma prática [falando dos pescadores eventuais] que é cevar. Eles levam milho e ai eles colocam e o peixe vem comer. Então eles conseguem acabar com uma safra. Porque a gente tá falando de pequena escala em pequena escala em águas interiores” (EG2, 24/09/2020, p.4).

Um de nossos pescadores, residente na cidade de Encantado, ressalta que, a barragem de Bom Retiro do Sul causa problemas para a reprodução de espécies em especial, no período da piracema, devido aos peixes subirem o rio nesse período para a desova. Na perspectiva do pescador, os peixes maiores não conseguem subir a barragem, apenas os peixes menores. As novas barragens que estão sendo projetadas ao longo do Rio Taquari contribuirão ainda mais para a diminuição das espécies pesqueiras nos rios (DIÁRIO DE CAMPO, 30/03/2019). Corroborando o pescador da cidade de Lajeado quando explica:

“Pega, só que ali, pega muito peixe, só que ali tem um detalhe né, é que a fiscalização ali ta muito fraca, porque eu tenho 500 metro abaixo da barragem eu não posso pescar, eu tenho que medir 500 metro da meio quilometro né tchê, é um bom trecho, ai você vê que os caras vão lá pra escada do peixe, que o peixe vai subindo e ele fica ali ó procurando lugar pra subir, ai você joga uma tarrafa, uma

sua construção iniciada em 1958 até 1962, ficando paralisada durante oito anos, reiniciando a obra em 1970 com conclusão em 1976. A barragem possui 230 metros de comprimentos, na largura do rio, constituindo-se de seis vãos entre os quais as comportas-vagão duplas de 17 metros de largura por 10 metros de altura. A Câmara Eclusa possui 120 metros de comprimento por 17 metros de largura e profundidade de 16 metros, permitindo a passagem de embarcações com até 3,20 metros de calado. Também, foi construída a escada do peixe (escada d'água) destinada a preservar o ciclo biológico dos peixes durante a piracema (Disponível em: <https://bomretirodosul.rs.gov.br/artigos/turismo/1228>).

rede ou joga aquele “garatêia” é evidente que você vai pegar os peixe ali e tirar né, então... [...] Falta fiscalização” (EP6, 07/02/2019, p.8).

Corroborando, Arruda (2008) salienta que as sociedades eliminaram os córregos e, em muitas regiões, altamente urbanizadas, os córregos, riachos e rios desapareceram, transformaram-se em canais que foram tampados, escondidos, transpostos por pontes, canalizados para evitar enchentes. Os rios, grandes e pequenos, foram interrompidos por barragens para que a força da correnteza movimentasse turbinas para satisfazer a nossa insaciável fome de energia.

Nesse sentido, enfatizando as barragens no rio Taquari, um pescador de Encantado menciona:

“A barragem ela oscila muito o nível do rio. A gente nunca sabe quando é o natural dele. Uma hora que ele tá muito cheio, hora muito baixo. Então a gente não sabe qual ponto seria o certo dele. [...] Então de repente ele tá acima do que ele deveria tá ou muito baixo ainda. Essas usinas represam muita água. [...] Eu acharia que não seria necessário fazer esses paredões de concreto nos rios, tipo faze rodas d’água pra produzi energia elétrica. O peixe tem acesso tanto quando ele quer subi como descer o rio. [...]” (EP1, 2018, p.14-15).

Corroborando, o pescador de Taquari, quando perguntado se as barragens podem influenciar no curso dos rios, nas vazantes e no desenvolvimento das espécies de peixes, ele responde:

“Todas as barragens ela influi. Porque só na própria ... quando chove, antigamente eles largavam tudo junto e agora tão sempre largando uma atrás da outra então se eles larga tudo junto, já influi muito. Ai não tem o que aguenta. Aí vem a água tudo ... assim, eles largando aos poucos. Mas a barragem ela, ela segura muito, ela influi na natureza! Na desova do peixe que não consegue e em muitos lugar mesmo tendo canal ele não consegue passa nos lugar, então lá pra cima que nem antigamente que nem Marques de Souza, Lajeado, lá era um lugar onde tinha muito piava, muito peixe e hoje já não é mais, que o peixe, a barragem atrapalha [...] Pras enchente as barragem é muito boa porque ajuda a regula um pouco as água, mas pra natureza, pro peixe não é bom. Pro peixe é acesso livre, não tem nada melhor” (EP2, 11/05/2018, p.8-9).

Outro pescador de Lajeado, quando perguntado sobre a construção de barragens e hidrelétricas expõe o seguinte:

“Assim no teu olhar como pescador tu acha que isso é bom essa construção dessa hidrelétrica?”

EP6: *“Por um lado sim [é bom], e por outro não [referindo-se as barragens], agora se tiver uma boa fiscalização como não houve lá embaixo em Bom Retiro, lá não houve a fiscalização, porque tem que ter a escadaria do peixe, pro peixe poder subir entende e quando ele quiser descer também, o peixe sobe e desce, subir pra desovar e desce pra procurar as agua mais fria, se for feita escadaria de acordo né, sem problema nenhum. Aí ajuda o desenvolvimento e tá se preservando os peixes”.*

E: *“Então pro senhor, por exemplo o senhor acha que as barragens elas, interferem no desenvolvimento...”*

EP6: *“Muito, muito, porque elas não são bem adequadas, por exemplo, em Bom Retiro não tem como o peixe subir livremente, tem, não tem porque ela é estreita, não tem como o peixe subir livremente, então ali já é alguma coisa que não está correta”* (EP6, 07/02/2019, p.6).

Nesse sentido, enfatiza-se que a dimensão das barragens, principalmente a altura, impede o processo reprodutivo dos peixes, além de causar a perda de espécies que tentam, sem sucesso, superar o barramento. De acordo com os conhecimentos do pescador da cidade de Encantado, *“a barragem ela oscila muito o nível do rio. A gente nunca sabe quando é o natural dele. Uma hora que ele tá muito cheio, hora muito baixo. Então a gente não sabe qual ponto seria o certo dele [...] Essas usinas represam muita água”* (EP1, 05/05/2018, p.15). E complementa *“Eu acharia que não seria necessário fazer esses paredões de concreto nos rios, tipo faze rodas d’água pra produzi energia elétrica. O peixe tem acesso tanto quando ele quer subi como descer o rio”* (EP1, 05/05/2018, p.15).

Conforme um Kaingang:

“A barragem traz um grande prejuízo para o povo indígena, não só o Kaingang, para toda a nação que vive do rio, né. Os ribeirinhos por exemplo, que se utiliza da pesca, o Kaingang que se utiliza da pesca, pra fazer as suas armadilhas no rio porque a água ela aumenta. Há uma perda de todo recurso natural da natureza” (EK4, 24/09/2020, p.3).

Respalando com o relato dos pescadores e do Kaingang, e a partir dos estudos de Diegues (2007), entende-se que as barragens destinadas a abastecer as cidades com energia elétrica e água alteram os hábitos migratórios de peixes afetando negativamente as comunidades ribeirinhas que dependem da pesca. E sobre isso, o pescador da cidade de Estrela complementa:

E: *“Tu achas que as barragens ela pode influenciar no curso dos rios, nas vazantes e no desenvolvimento das espécies?”*

L: *“Influencia sim. Como te disse antes, quando não tem uma escada boa de peixe, a espécie, por exemplo, a barragem do rio Taquari, o que acontece. As escadas ali é feita com cochos, então, eles deixaram embaixo, no fundo dos cochos, deixaram uma janela porque o peixe de couro não pula, o peixe de couro só vai por baixo, se tiver uma das janelas obstruída acabou a piracema para o peixe de couro. Nem cascudo, nem jundiá, nem pintado, nem nada, nada mais sobre, porque tá fechado. Que vai subi é o peixe de escama que pula. Tanto a dourada, a grumatã, a traíra, a traíra não gosta de água corrente. Essa escada de peixe não funcionou!”* (EP4, 22/11/2018, p.9).

A construção de barragens constitui um elemento de influência para a reprodução de espécies pesqueiras. A inexistência ou a conservação inadequada de desvios ou escadas previstas pela legislação ambiental para este fim restringe a migração dos peixes e

compromete sua reprodução, principalmente a montante⁴⁶ da barragem (PASQUOTTO, 2005). De acordo com um geógrafo “[...] *para os pescadores as barragens não são benéficas por afetar a área de piracema e pelo processo de construção*” (EG2, 24/09/2020, p.4). E complementa:

“Os pescadores não são anti-desenvolvimento. O problema maior é quando eles não são convidados a discutirem sobre esses empreendimentos. A gente sabe que muitas dessas barragens elas não são instaladas porque é o melhor lugar, mas por uma decisão política. Havendo argumento técnico os pescadores acabam entrando em acordo. Agora a grande questão é que não é essa a prática” (EG2, 24/09/2020, p.4).

Para fins de análise, e buscando fundamentar com as teorizações anteriores, ressaltamos que o rio Taquari possui uma barragem provida de eclusa na cidade de Bom Retiro do Sul, já a bacia do Rio das Antas possui treze empreendimentos hidrelétricos em plena operação, sendo duas Usinas Hidrelétricas (Monte Claro e Castro Alves) e onze Pequenas Centrais Hidrelétricas (Salto Forqueta, Caçador, Linha Emília, Cotiporã, Rio São Marcos, Palanquinho, Passo do Meio, Herval, Galópolis, Jararaca e da Ilha) (KAEHLER, 2011). Encontra-se em processo de inventariamento mais quatro Usinas Hidrelétricas na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (Muçum, São Marcos, São Manuel e Espigão Preto) (KAEHLER, 2011).

Mas, a partir de uma busca em sites de notícias do Vale do Taquari, encontramos informações que ressaltam impasses para este empreendimento. De acordo com o Portal do Vale do Taquari, a construção de uma hidrelétrica na cidade de Muçum foi indeferindo pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) no ano de 2015, por sem considerado um local impróprio e sujeita a danos ambientais (PORTAL DO VALE DO TAQUARI, 2017, texto digital). Um representante do Comitê menciona que a construção de barragens o longo da bacia Taquari-Antas é “[...] *aceitável, e até necessária, obviamente amparadas por projetos que garantam a proteção à natureza, respeitando todas as normas ambientais*” (ECB3,01/10/2020, p.3). Um outro interlocutor que foi por muito tempo representante do comitê enfatiza:

“É uma discussão grande! A geração de energia é conflitante em todo o lugar, o regramento dessa barragem, é uma barragem de alto impacto e ela tem limitação! A FEPAM tem um estudo que não recomenda a construção dela [...] é o conflito do interesse econômico e o interesse da preservação. Isso sempre vai ter” (ECB1, 19/01/2020, p.6).

⁴⁶ Sentido de onde provêm as águas de um corpo d'água, vulgarmente chamado de rio acima. Lado de uma barragem, represa ou açude que está em contato com a água represada.

Na visão do CODEVAT em relação a construção de barragens, conforme o relato de um de seus representantes, temos:

“Eu não tenho dúvida de que as pequenas centrais hidrelétricas e as barragens em geral nas suas condições geram o que a região precisa que pela dimensão econômica são fundamentais e são menos agressivas do que outros tipos de geração de energia. No entanto, a gente tem uma leitura desvirtuada do que são o tamanho dos impactos ambientais. A gente olha e inclusive chacota o que é os impactos. É possível equilibrar. Eu sou favorável que tenham que existi por uma questão de qualidade de vida da sociedade, mas tem que ter um equilíbrio entre econômico e ambiental” (ECO1, 30/08/2019, p.6).

Durante as pesquisas de campo e as análises para a tese, um dos nossos questionamentos se referiam a construção de barragens ao longo da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Para que pudéssemos ter uma visão mais ampla sobre o assunto, questionamos um biólogo sobre os impactos da construção de uma barragem para a natureza e sociedade. Sobre isso, o biólogo ressalta:

“Não há como sobrevivermos sem causarmos impactos negativos. A questão se dá quanto a minimização destes impactos. Atualmente, felizmente, novas formas de obtenção de energia estão despontando, o que não significa que obrigatoriamente sejam menos impactos negativamente. Não existe produção de energia limpa. Existem oportunidades de produção de energia de forma menos suja”.

“No que diz respeito as hidrelétricas. Existem vários estudos demonstrando que grandes centrais hidrelétricas trazem prejuízos ambientais atrelados prejuízos sociais e econômicos locais [...] Existem estudos apresentando o uso de micro centrais hidrelétricas como alternativa para impactos menores (cada caso é um caso) com mais benefício locais”.

“Creio que pelo montante de áreas alagadas com a inutilização de solos com vocações produtivas, perda da biodiversidade, desequilíbrio climático, desapropriação de grandes lavas de terras, perda de empregos, de trabalhos artesanais (principalmente da pesca por declínio e extinção de espécies comerciais de peixes), de meios de subsistência, mas simples, êxodo populacional, as grandes barragens não são alternativas aceitáveis de produção de energia. Além disto estudos, tanto do painel internacional para mudanças climáticas tanto do painel brasileiro indicam a possibilidade de não haver água suficiente para o abastecimento de grandes reservatórios nas próximas décadas (informações repassadas aos governos brasileiros nos dez últimos anos)” (EBI2, 25/09/20, p.3).

Sobre a possível construção de uma hidrelétrica na cidade de Muçum, um pescador de Estrela enfatiza:

“Olha, eu não digo que vai ser um agravante porque desde que faça, propicie pros peixes pode subir. De uma maneira que... eu defendo muito um córrego lateral. Com bastante... que a água não corra reto. Que a água bate ali, volta ali... os peixes tem condição de subir. Que não adianta tu fazer um canal, tipo um toboágua que o peixe não vai conseguir subir. Tem que fazer essas quebradas ali, para quebrar a velocidade da água.pro peixe pode subir. Essa é a maneira melhor que existe! O córrego acima tem como controlar. Tu bota lá um tampão ali, meu, o rio baixou então tu vai abrindo mais pra baixo. Deixando a água entrar. Existe uma maneira de controlar um córrego” (EP4, 22/11/2018, p.9).

O trecho da bacia em análise foi comprovado por estudos de monitoramento como a

única alternativa para a desova dos peixes migradores após a interrupção das calhas dos rios das Antas, Carreiro e Turvo-Prata pelas hidrelétricas existentes (PORTAL DO VALE DO TAQUARI, 2017, texto digital). Nessa perspectiva, Kaehler (2011), reforça a ideia que a construção de hidrelétricas e barramentos vem interferindo de forma importante no ciclo migratório de peixes, interrompendo rotas migratórias historicamente estabelecidas, além de alterar o ciclo natural de vazão, prejudicando diretamente o desenvolvimento destes animais.

Além das barragens, desmatamento, poluição, etc., alguns esportes náuticos têm provocado impactos nas espécies pesqueiras. Isto decorre da instalação de uma dinâmica de uso dos corpos d'água de forma intensa, principalmente nas áreas de desova e maturação das espécies, o que provoca a migração das mesmas para áreas mais protegidas (PAULA, 2018). Os esportes náuticos como o *Jet-ski* e lanchas agravam o desenvolvimento de peixes e a prática da pesca. Sobre isso um pescador da cidade de Taquari expõe:

E: *“A gente sabe que aqui no rio Taquari tem os esportes praticados no rio, como por exemplo, Jet-ski, lancha... isso prejudica a pesca e os peixes?”*

L: *“Prejudica. De certa forma sim! Só que nós não podemos, não nos importamos tanto, porque eles só fazem isso no sábado à tarde e domingo. Naquelas horas a gente retira o material da água. A gente respeita eles porque a gente sabe que no dia de semana eles não abusam também”.*

E: *“Mas o desenvolvimento dos peixes não vai afetar?”*

L: *“Não! Mais é a própria pesca. Porque o peixe com esse barulho ele vai... ele se esconde. Influencia tanto nas barragens a água parada que na primeira noite isso eu tô acostumado a fazer ano e anos já. A primeira noite que eu largo rede numa barragem lá eu pego uns 150 quilos. Na segunda noite se pegar muito uns 60. Na terceira uns 30 por causa do barulho do motor. O peixe já sabe: Tem pescador! E aí o que eu tenho costume. Eu acampo numa barragem. Primeira noite eu pesco pra aquele lado. Aqui negativo, não me coloca motor aqui. Na segunda noite então, eu pesco para o outro lado” (EP4, 22/11/2018, p.10).*

Corroborando, um pescador da cidade de Encantado explica:

“Na época da piracema, faz, deixa eu ver, no mês de fevereiro, vim aqui pra cima pescar, num domingo de tarde, ali, pra baixo daquele toca a esquerda (apontando com a mão para o toco) do lado esquerdo do rio tem aquele toco ali, uns 20 metros pra baixo uma piava ia descendo com a cabeça cortada no meio e tinha um jet-ski andando aqui e eu acredito que foi o jet-ski porque é uma embarcação muito rápida e esse peixe podia estar próximo da superfície e pode te atingido ele. Tava vivo! Tava viva a piava, ia cambaleando. Eu, pelo meu ver foi atropelada por uma embarcação. Porque sinal de anzol na boca não tinha, malha não tinha simplesmente ela tinha o lado da cabeça dela rachada, como se ela tivesse levado uma pancada. Aquele dia tinha muitos jet-ski no rio. Tavam andando também aqui pra cima. E o jet-ski na época da piracema eu acredito que ele destrói a desova dos peixes”.

E: *“Sim, por causa da trepidação”.*

R: *“É. A onda acústica ela vibra muito o fundo da água e de repente e pode assim tá estragando os ovos dos peixes” (EP1, 05/05/2018, p.13).*

Assim, na percepção dos pescadores *jet ski*, lanchas são prejudiciais à pesca, pois além

de afugentarem os peixes, fazem eclodir as ovas de futuros alevinos, matando-os através do barulho de seus motores. Também, a partir das interlocuções, percebe-se que o rio Taquari está sendo afetado a partir de práticas irregulares praticadas por terceiros e como não há fiscalização por parte de órgãos ambientais a diminuição do pescado está ocorrendo de forma gradativa e rápida.

A pesca sendo realizada com responsabilidade e respeitando as leis ambientais, poderemos ter nos pescadores artesanais, agentes comprometidos com a preservação ambiental, garantindo assim, a preservação das águas e do ambiente em que vivem e tiram seu sustento, e assim, garantindo a reprodução do pescador e de seu “saber-fazer” (CARDOSO; FURLAN; MARTINS; KEMEL s/d).

No rio, a sobrepesca, a pesca ilegal principalmente no período da piracema e nas barragens, a poluição hídrica através de lixo e agrotóxicos, a construção de barragens e hidrelétricas influenciam direta ou indiretamente a reprodução de peixes bem como a pesca, afetando o trabalho dos pescadores artesanais do Rio Taquari.

Os municípios que integram a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas constituem uma região com um desenvolvimento significativo e são caracterizados pelas suas condições geográficas e suas atividades econômicas. A área em estudo contempla uma diversidade de elementos culturais, sociais e econômicos e físicos-naturais, pois o rio das Antas nasce em uma região de baixa densidade populacional e percorre uma região com proporções expressivas de atividades voltadas a agropecuária e a industrialização.

Neste sentido, como os rios atingem as áreas urbanas e rurais, podemos sinalizar que as práticas agrícolas, os agrotóxicos, a poluição hídrica, a crescente urbanização e a utilização da água para abastecimento e irrigação e a construção de barragens, alteram o regime hidrológico dos rios e consequentemente o de desenvolvimento das espécies pesqueiras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Nos caminhos percorridos junto aos Kaingang, pescadores, agências oficiais, biólogos e geógrafos e demais interlocutores, procuramos identificar como o espaço da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas é percebido por integrantes e coletivos da Sociedade Tradicional e por integrantes da Sociedade Nacional que se encontram ligados à apropriação e ao uso dos recursos naturais existentes nestes territórios, bem como analisar os saberes e cuidados em relação aos espaços naturais a partir de atores sociais destas sociedades.

Este estudo mostrou-nos as concepções de indígenas Kaingang da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, de pescadores artesanais do Rio Taquari, geógrafos, biólogos, Mãe de Santo e representantes das Agências Oficiais (CODEVAT e CBHTA) em relação a interpretação, olhares e interferências no território em que vivem. Além disso, a pesquisa foi relevante para que os diferentes saberes a respeito do espaço, natureza, cosmologia, território e desenvolvimento fossem analisados e abrissem caminhos possíveis de contribuição para as perspectivas ambientais de preservação e manuseio do território, objetivando a preservação ambiental.

Com o intuito de responder à problemática inicial, de que os territórios são marcados e estabelecidos por relações de poder e dessa forma, manuseados de acordo com a lógica cultural das sociedades que o ocupam tem-se a seguinte problemática de pesquisa: Quais as percepções existentes dos integrantes e coletivos de Sociedade Tradicional e de integrantes da Sociedade Nacional no que tange a ocupação territorial, características culturais e sobre os manuseios dos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas? Há articulações entre os saberes dos integrantes de Sociedade Tradicional e de integrantes de Sociedade Nacional em relação a este espaço?

A partir disso, levantamos a tese de que nos territórios delimitados pelas Bacias Hidrográficas que se desenvolvem as atividades das diferentes sociedades, situação perceptível nos territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Além disso, os integrantes e coletivos de Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional estão em contato com a natureza, envolvida na cultura e cotidiano e dessa forma, seus saberes e utilização dos territórios estão pautados na preservação, manuseio, desenvolvimento e na relação existente entre sociedade-natureza.

Tratando-se de integrantes da Sociedade Nacional estes utilizam os espaços da Bacia Taquari-Antas para o desenvolvimento econômico e urbanização, mas também, temos que pensar que o CODEVAT e o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, tem políticas públicas e/ou projetos voltados para a preservação do meio ambiente e da sustentabilidade. Eles agem pela ótica do desenvolvimento sustentável. A Sociedade Tradicional usufrui dos espaços naturais pensando na sustentabilidade familiar e para a preservação cultural. Ou seja, os Kaingang utilizam os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas para fazer rituais sagrados, como por exemplo, o *Kikikói* e o casamento indígenas. Além disso, utilizam a mata para fazerem seus chás e remédios. Nos centros urbanos, comercializam o seu artesanato, que é feito com o cipó e taquaras das matas próximas às terras indígenas. Os pescadores, estão em contato direto com os espaços do rio Taquari e utilizam a natureza e em especial o pescado para comercializar o produto e para a sustentabilidade familiar.

No que tange as articulações entre os saberes de Sociedade Tradicional e Sociedade Nacional, entende-se que não há uma relação de diálogo entre os integrantes de cada segmento, pois cada ator social utiliza os espaços de acordo com sua lógica cultural, social e urbano-desenvolvimentista. Dentro das reuniões e pautas do CODEVAT quanto do Comitê há cadeiras disponíveis tanto para pescadores quanto para indígenas, mas estes não participam devido a falta de informação a respeito destas agências oficiais. Além disso, as articulações nos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas estão pautadas nas relações de poder das sociedades, onde cada ator social defende e utiliza o território a partir de suas concepções e conhecimentos.

Durante a elaboração desse estudo constatamos que as atividades desenvolvidas pela Sociedade Tradicional (indígenas Kaingang e pescadores) e Sociedade Nacional (CODEVAT, Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, biólogos e geógrafos) sempre estiveram interligadas ao meio ambiente e utilizando-o para produzir nestes espaços aspectos de sua

cultura e de sua sociedade. Além disso, o ambiente natural era e é utilizado para o desenvolvimento de várias atividades, como por exemplo, subsistência familiar a partir da criação de áreas de plantio e pecuária, desenvolvimento urbano e industrial, pesca, caça, coleta, etc.

Assim, a partir da pesquisa bibliográfica, coleta de dados de campo compreendemos que nos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas os Kaingang, pescadores e a Sociedade Nacional de modo geral e aqui nesta pesquisa representada pelas agências oficiais do CODEVAT e CBHT, geógrafos e biólogos buscaram ao longo do tempo e da história diversos lugares do Vale do Taquari e ao longo dos espaços da Bacia do Taquari-Antas para que pudessem viver e manusear, seja através de técnicas rudimentares ou tecnologias modernas, observando as características naturais do ambiente, como o clima, vegetação, solo e relevo para que pudessem utilizá-lo para a subsistência de sua coletividade.

Nos espaços da Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas de acordo com dados arqueológicos utilizados para a tese e registros historiográficos temos a informação que a coletividade dos Jê Meridionais ou Proto-Jê, originários da Região Central do Brasil, teriam chegado ao Vale do Taquari por volta de 1200 anos atrás. A ocupação dos Proto-Jê no sul do Brasil associa-se a ocupação de áreas de Floresta Ombrófila Mista (*Araucaria angustifolia*).

O estabelecimento no território da Bacia Taquari-Antas pelos Proto-Jê teria ocorrido entre 100 e 700 anos AD, com a presença de assentamentos junto ao Rio das Antas, e pequenas expansões na direção dos rios Caí e dos Sinos. No atual Vale do Taquari, a ocupação dos Jê Meridionais concentrou-se ao norte do território, nas chamadas “terras altas” da região. Como forma de delimitação territorial, constatamos na pesquisa que os antepassados dos Kaingang deixavam nos territórios ocupados, as moradias antigas, como as casas subterrâneas e acampamentos provisórios, restos de alimentos, cinzas e cerâmica.

No decorrer das movimentações Kaingang, seja no período do pré-contato quanto no contato com o colonizador, percebemos que estes indígenas percorriam os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas em razão de seus antepassados terem circulado por estes territórios, como exemplo temos o cacique João Grande que circulava pelos territórios da Serra Gaúcha onde hoje temos as terras Indígenas *Pó Nañh Mág* e *Ká Mág* e, além disso, foi nesses espaços que seus antepassados enterraram os umbigos, demarcando o seu tradicional território. Também podemos sinalizar que a territorialidade Kaingang das cinco Terras

Indígenas em estudo se estruturaram a partir de construção sociocultural, visto que, as pesquisas arqueológicas e documentais corroboram sobre a presença e as movimentações da coletividade Kaingang em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Rio Taquari-Antas, desde o período do pré-contato com os ibéricos.

Dessa forma, tanto as interlocuções que tivemos com indígenas Kaingang, como em documentos que constam trabalhos históricos, os quais reportam a ancestralidade Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas. Assim, foi possível constatar que as movimentações dos Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas não é um fenômeno recente, portanto é legítima a atual presença e inserção destes indígenas em contexto urbano do Vale do Taquari, de cidades como Estrela, Lajeado e Tabaí e da Serra Gaúcha, como é o caso da cidade de Farroupilha, Caxias e Canela. Assim fica perceptível que os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas é tradicional território Kaingang. Desse modo, verificamos que os territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas foram definidos como espaços de (re) territorialização e deste processo formou-se no Vale do Taquari as Terras Indígenas *Jamã Ty Tãnh*, em Estrela, a Terra Indígena *Foxá*, em Lajeado e a Terra Indígena *Pó Mág* em Tabáí, e na Serra Gaúcha, mais precisamente na cidade de Farroupilha a Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, e *Ka Mág*.

Além disso, a partir da investigação realizada, compreendemos que as cinco Terras Indígenas em estudo tem seus direitos respaldados na Constituição Federal de 1988 e, neste caminho de lutas pelos seus direitos tradicionais, o Movimento Indígena do Rio Grande do Sul atual de forma direta. As lutas dos Kaingang são diárias e, ainda não findaram. Cada direito adquirido consiste em uma vitória a ser comemorada. Tem muito caminho pela frente.

Também, no decorrer da tese contextualizamos o protagonismo de pescadores artesanais do rio Taquari, mais precisamente dos pescadores que residem nas cidades de Encantado, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Taquari e Mariante. Entendemos que estes pescadores são protagonistas em suas histórias e em suas práticas pesqueiras. No que se refere aos pescadores do Rio Taquari e sua atividade verificamos que além da subsistência familiar, a pesca esteve e está associada a organização social e econômica, pois apresenta uma temporalidade antiga compondo as práticas e a dieta alimentar das coletividades humanas e permeando a trajetória da humanidade até os dias atuais. O manejo dos recursos pesqueiros ocorre através do extrativismo e da pesca não extrativa e assim, o pescador é caracterizado como extrativista, pois se alimenta do peixe que pescou.

A pesca é uma atividade destinada basicamente à alimentação e a comercialização, e por esta razão, a pesca se divide em 5 categorias: Pesca comercial; Pesca industrial; Pesca de peixes ornamentais; Pesca de subsistência; e a pesca esportiva. Na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas identificamos com nossas pesquisas de campo e diálogos com os nove pescadores que estes exercem a pesca industrial e de subsistência e/ou artesanal, pois os pescadores do rio Taquari identificam-se como artesanais, visto que comercializam seu pescado e mantêm a sustentabilidade de família.

A pesca de subsistência é entendida como artesanal pelo fato de os pescadores se caracterizam pela simplicidade das tecnologias utilizada em seus aparatos de pesca, como as redes, tarrafas e covo. Salientamos que as técnicas de pesca são subjetivas, ou seja, cada pescador ao observar o comportamento dos peixes avalia o melhor material e, além disso, o lugar mais adequado para se pescar. Conforme nossas pesquisas à campo, a partir do relato de alguns pescadores, verificamos que alguns constroem suas próprias embarcações e materiais de pesca. A pesca artesanal segue um rito particular, iniciando com a captura e estendendo-se até a comercialização do pescado.

A atividade pesqueira faz parte de um universo com costumes e conhecimento culturalmente passados de geração para geração, normalmente de pai para filho ou pode ser baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador normalmente pelos mais velhos e com a própria experiência adquirida com o trabalho diário no rio. Em relação aos pescadores artesanais do rio Taquari, verificamos que nem sempre podemos associar a transmissão de conhecimentos entre gerações, pois alguns deles aprenderam a pescar por necessidade ou pelos ensinamentos de pessoas próximas a eles.

Percebemos em nossas pesquisas que os pescadores vivem o ritmo do meio ambiente, onde procuram entender cada modificação do rio para que possam conseguir pescar. O pescador artesanal não é somente o viver da pesca, mas, sobretudo a apropriação real dos meios de produção, o controle do como pescar e do que pescar. Em relação aos pescadores do Rio Taquari aferimos que seus conhecimentos são adquiridos pela interação com o meio ambiente, cuja interação segue regras para a sustentabilidade da região, sendo essas sociedades, parceiras da conservação do ambiente. Os pescadores artesanais tem seus conhecimentos construídos por meio de um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das águas, a melhor fase da lua para pescar e noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes. Assim, estes pescadores influenciam na conservação dos recursos hídricos, pois são

sociedades que vivem da pesca, e precisam do equilíbrio do ecossistema para preservar a tradição da pesca.

A partir de nossa pesquisa de campo e leituras bibliográficas podemos apresentar algumas características relacionadas ao pescador artesanal do rio Taquari em área de imigração. Os pescadores que foram nossos interlocutores exercem outras atividades remuneradas, como por exemplo, presidentes da associação de pescadores, exercendo atividades como pedreiros, agricultores e proprietários de aterro sanitário. Isso acontece porque o pescado reduziu em razão da pesca predatória, poluição, esportes aquáticos e o uso exacerbado de agrotóxicos. Estes pescadores estão em área de imigração e descendem de alemães, italianos e açorianos. Dos pescadores entrevistados quatro moram próximos ao rio Taquari e cinco deles moram em áreas mais afastadas. Além disso, na questão religiosa obtivemos dados de apenas cinco pescadores e verificamos que quatro pescadores artesanais são evangélicos (um evangélico luterano) e um pescador católico. Dos outros pescadores não obtivemos respostas.

Em relação às espécies pesqueiras encontradas no rio Taquari, indígenas e pescadores corroboram ao nomeá-las. Há os peixes nativos, como por exemplo, o lambari, o cascudo, grumatã, jundiá, etc. e as espécies exóticas como a carpa capim. Devemos sinalizar que a Sociedade Nacional, quando exerce a atividade pesqueira de forma esportiva e/ou pesque e pague também pescam e conhecem os mesmos peixes que a Sociedade Tradicional.

Atualmente, alguns fatores estão impossibilitando a reprodução de peixes e a prática pesqueira. A construção de barragens é um exemplo de atividade geradora de conflitos, que dificulta a reprodução de espécies de peixes e por outro lado, beneficia a sociedade urbana-industrial, prejudicando a Sociedade Tradicional, principalmente os pescadores que mantêm a subsistência por meio da pesca. Nesse sentido, enfatiza-se que a dimensão das barragens, principalmente a altura, impede a reprodução de peixes, além de causar a perda de espécies que tentam superar o barramento.

Além da construção de barragens, o desmatamento, as práticas agrícolas, os agrotóxicos, a crescente urbanização e a utilização da água para abastecimento e irrigação geram efeito cumulativo e alteram o regime hidrológico dos rios. Além disso, a seca e a piracema também exigem adaptações para a persistência dessa população. Nesses períodos, quando os pescadores estão impossibilitados de pescar ou há falta de pescado, os ribeirinhos

vendem estoques de peixe e fazem biscates, ou seja, exercem outras atividades para auxiliar na remuneração da família.

Verificamos também, que a Bacia Hidrográfica pode ser representada como unidade territorial onde as relações água-ambiente estão presentes e geograficamente, pode ser compreendida como uma área de produção social do espaço e de desenvolvimento aliado à sustentabilidade. Assim, compreende-se que a sociedade pode é um agente que interfere nos processos naturais de uma Bacia Hidrográfica. A partir de nossos estudos, utilizando aportes teóricos, fontes documentais e bibliográficas e através das interlocuções com os Kaingang, pescadores artesanais, representantes das agências oficiais bem como os geógrafos e biólogos compreendemos que a Bacia Hidrográfica é representada como uma unidade territorial onde se concentram as relações água-ambiente e também onde há uma produção e construção social do espaço, pois dentro deste espaço territorial há vários interesses que não necessariamente são convergentes.

A Sociedade Tradicional e a Sociedade Nacional apresentam regras sociais elaboradas para atingir seus objetivos, sempre aliando desenvolvimento à sustentabilidade. Assim, percebe-se que cada sistema econômico e social determina uma modalidade de uso dos recursos naturais. Além disso, as Bacias Hidrográficas são áreas de gestão da água. E para que a gestão funcionasse, foram criados os comitês de Bacia e, o CBHTA foi criado no ano de 1998. Já o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) surgiu em 1991 identificado com um território com a formação social e econômica dada pela história ao longo da bacia do rio Taquari. O objetivo do CODEVAT é desempenhar o papel de articulador de ações para o desenvolvimento regional e visando o desenvolvimento harmônico e sustentável.

Nesse sentido, podemos sinalizar que sempre houve sociedades em interação com um espaço, transformando a natureza através de técnicas e do trabalho e posteriormente criando valor ao modificar o espaço social. Nesse sentido, o território delimita-se por meio de aspectos naturais ou pela sociedade que projeta ao espaço uma dinamicidade, provocando transformações de acordo com suas singularidades e esta característica é percebida nos territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

A definição e a delimitação espacial da bacia hidrográfica são naturais, mas sua caracterização como território surge a partir das relações de poder definidas no âmbito do comitê. Assim, compreende-se que o território é definido na perspectiva do poder, onde este

poder, como por exemplo, nos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas é exercido por atores sociais como indígenas Kaingang, pescadores artesanais e agências oficiais como o CODEVAT e comitê, sem os quais não se define o território, pois território e poder estão interligados e o poder está presente nas relações sociais estabelecidas nestes espaços.

As relações de poder estão pautadas no uso e na transformação do território onde os atores sociais (Sociedades Tradicionais e Sociedade Nacional) atendem suas demandas e necessidades, seja na reprodução de relações sociais ou no acúmulo de riqueza por intermédio da reprodução do capital. É válido mencionar que as relações de poder são estabelecidas porque dentro de um território há múltiplos interesses pela apropriação do espaço e cada interesse é diferente para as Sociedades e isso gera conflitos e nas agências oficiais, por exemplo, o poder está entrelaçado a apropriação e ocupação da água, bem como motivado pelo viés econômico e desenvolvimentista. Para os Kaingang, as relações de poder estão pautadas no papel e atuação das lideranças dentro das terras Indígenas e isso acompanha as coletividades desde o século XIX. Além disso, o poder entre os Kaingang pode ser entendido no momento que são expropriados de seus territórios através das frentes expansionistas. Entre os pescadores artesanais do rio Taquari, percebe-se que as relações de poder se estabelecem entre pescadores artesanais (que possuem carteira de pescador) e pescadores amadores (que não possuem a carteira profissional de pesca), sendo que pescadores amadores, sem conhecimentos sobre os peixes, acabam praticando a sobrepesca ou pescando em locais inapropriados ou até mesmo pescam em períodos de piracema.

Os olhares e saberes em relação aos aspectos sociais, culturais, econômicas e ambientais do espaço da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas é regido pelas necessidades, percepções históricas e socioculturais, bem como as peculiaridades de Kaingang, pescadores, Comitê da Bacia Taquari-Antas e CODEVAT, que ocupam, utilizam e manuseiam os recursos naturais existentes nos espaços em estudo. Os pescadores artesanais do Vale do Taquari a partir de suas dinâmicas e construções socioculturais influenciam na conservação dos recursos hídricos, pois necessitam do equilíbrio do ecossistema para preservar a atividade pesqueira. Os Kaingang que ocupam os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas entendem que a preservação dos recursos naturais é fundamental para que possam manter a subsistência familiar e possam preservar seus rituais sagrados e para que a relação entre Kaingang e Natureza possa ser mantida e preservada. Desse modo, ficou perceptível que os Kaingang e pescadores artesanais se definem pelo uso sustentável da terra e pelo vínculo territorial, incluindo a importância que os ciclos naturais têm nas suas práticas produtivas, pelo seu

conhecimento do ecossistema no qual vivem e também por sua organização social, expressa através das inter-relações com outros grupos locais.

Para o CODEVAT e CBHTA, as estratégias estão pautadas tanto no desenvolvimento econômico como em práticas ambientais sustentáveis. A partir de interlocuções e documentações cedidas pelo CODEVAT e o CBHTA a preservação do ambiente é exercer ações que possam minimizar os problemas ambientais. Então, para que isso seja possível essas agências oficiais procuram avaliar o local onde se possa potencializar os ganhos econômicos e reduzir os impactos sociais e ambientais. Uma das ações realizadas pelo CODEVAT, por exemplo, foi a criação e desenvolvimento da Semana da Água e outras apoiadas em ações do “Viva o Taquari Vivo” e “Revive Boa Vista”.

Na pesquisa percebemos que para os integrantes da Sociedade Nacional os espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas são utilizados para o desenvolvimento econômico e para a urbanização, bem como para desenvolver atividades relacionadas a agropecuária, mas mesmo alinhados ao desenvolvimento, representantes das agências oficiais do CODEVAT e Comitê da Bacia Taquari-Antas demonstram preocupação com a sustentabilidade, criando métodos menos agressivos para realizarem seus empreendimentos e metas.

Assim, a partir de nossas pesquisas, entende-se que para os Kaingang e para os pescadores artesanais, o território é definido a partir de seus conhecimentos e a relação estabelecida com a natureza e, para a Sociedade Nacional, o território é percebido a partir do viés econômico, onde o ambiental entrelaça-se ao econômico, objetivando o desenvolvimento e o lucro.

Compreende-se a partir da pesquisa realizada que o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT) têm assumido uma nova dimensão, visto que as práticas sociais se modificam e se refletem sobre um espaço delimitado. Por exemplo, dentro das representações do comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas há a representatividade da sociedade em geral, onde todas as categorias podem participar. Mas, no decorrer da pesquisa, em relação aos espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas identificamos que não há relações estabelecidas entre Kaingang, pescadores com as agências oficiais do CODEVAT e Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

Nas reuniões e decisões dentro dessas agências oficiais em nenhum momento

representantes da Sociedade Tradicional são convidados ou tem assento para participar das reuniões, tanto do Comitê da Bacia Hidrográfica quanto do CODEVAT. A única participação dos Kaingang em reuniões do CODEVAT que a pesquisa identificou se referiu a reuniões envolvendo a duplicação da BR 386. Além disso, identificamos que o comitê não participa das reuniões que ocorrem nas colônias de pescadores Z20 e Z32 e os mesmos não têm conhecimentos dessas agências e desse modo não participam das reuniões. Entende-se que a maioria da sociedade, seja Tradicional ou Nacional, não tem conhecimento do CODEVAT, pois não faz parte de sua vida e, teoricamente não precisam do Conselho.

Talvez esta não participação de pescadores artesanais e indígenas Kaingang possa ser explicada pela falta de interesse ou até mesmo pela falta de conhecimento da Sociedade Tradicional. Além disso, pode-se entender que os pescadores e indígenas mesmo inseridos no plano de bacia são valorizados e pensados tanto pelo comitê como CODEVAT no sentido de preservação das águas e de seus territórios quando se pensa a sustentabilidade regional, porém não há representatividade e entende-se que estas sociedades tradicionais deixam de ser reconhecidas ou consideradas pela sociedade nacional, quando não são questionadas sobre as questões que envolvem seus territórios, territorialidades e a própria questão da água, visto que, a água é um bem público e acessível a todos.

Ao longo da história, modificações aconteceram na relação das sociedades com a natureza e em sua relação com a água, visto que, todas as sociedades cresceram e se desenvolveram com base na água e nos entornos de rios, assim, pela necessidade, o ser humano construiu suas primeiras aldeias na proximidade dos leitos dos rios. Assim, no decorrer de nossa pesquisa compreendemos que a água é um bem de uso coletivo. Além disso, compreende-se que a população que habita os espaços da Bacia Taquari-Antas faz uso da água de forma direta e indireta, para as atividades domésticas, profissionais e de lazer. A captação de água na bacia do Taquari-Antas destina-se a irrigação, abastecimento público, agroindústria e dessedentação de animais e, como a Bacia do Taquari-Antas abrange parte dos campos de cima da serra e região do Vale do Taquari e a região colonial da Serra Gaúcha há nesses espaços o predomínio de agropecuária, e a atividade industrial.

Assim, entende-se que, nas sociedades urbanas e modernas, a água doce é um bem, em grande parte, domesticado, controlado pelas diferentes coletividades. Nas sociedades tradicionais a água é usada para usos não domésticos. Os Kaingang, por exemplo, usam para praticar rituais sagrados, pescar e manter a cosmologia. Para os pescadores a água é um bem

que utilizam para a subsistência familiar e para manter vivo o pescar. Para a sociedade nacional, e neste trabalho foi representada pelo CODEVAT e CBHTA, a água é percebida como um bem de uso comum para todos utilizado para o desenvolvimento econômico.

A água apresenta aspectos materiais e imaginários. Se, por um lado, a água é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico. As manifestações religiosas são vistas e entendidas como um sistema de significação que em muitos momentos têm como símbolos os aspectos naturais como a água, o sol, a terra e vegetação e envolvem rituais com cânticos, orações e danças. Neste simbolismo das águas, podemos trazer à tona as devoções a Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá.

Na pesquisa de campo observou-se que os pescadores não têm envolvimento direto com estas celebrações. Dos nove pescadores entrevistados, apenas um pescador de Encantado relata ter participado das festividades a Nossa Senhora dos Navegantes. Quando acompanhamos uma procissão na cidade de Encantado, percebemos que há pouca participação da comunidade, representada por um pequeno grupo de católicos, umbandistas, fiéis e devotos da Santa. Estes agradecem pelas benesses, fazem promessas e pedidos. Durante a procissão, cantos religiosos e orações são entoadados, bem como palmas à Santa. A procissão é acompanhada por alguns (poucos) pescadores de origem católica, os evangélicos protestantes não participam por não acreditarem na imagem de Nossa Senhora dos Navegantes. A partir de nossas interlocuções e pesquisas observamos que cada pescador possui suas próprias crenças, mas sem muitas devoções. Apenas um pescador de Encantado apresentou-se devoto a Nossa Senhora dos Navegantes, sendo mencionadas promessas e pedido de proteção em momentos de “perrengues” no rio.

Talvez os pescadores não participam dessas celebrações em razão de suas crenças e da religião, ou talvez seja em razão da região que se insere em uma região de imigração europeia. Além disso, durante nossas incursões nas residências de pescadores estes eram mais fechados, falavam pouco e nos forneciam poucas informações.

Durante a pesquisa relacionamos a simbologia do pescador com as águas através do método de matar o peixe, os conhecimentos sobre as variáveis naturais como as estações do ano, os regimes de ventos, as fases da lua e as condições dos rios. Assim, a partir de falas miúdas e simples, identificamos a cosmologia dos pescadores do rio Taquari. Ressaltamos

que de todos interlocutores relacionados à pesca, apenas um fez menção a simbologia e cosmologia com o rio, principalmente no sentido de matar o peixe. Para este pescador de Encantado, primeiro ele sangra o peixe e posteriormente tira as escamas e limpa internamente, para que o peixe não sofra. O pescador passa a faca direto no coração para que o pescado morra mais rápido. O próprio material de pesca pode ser percebido como a simbologia relacionada à pesca, quanto menor o material (rede) mais agressivo é para o peixe, ou seja, prejudicam a atividade pesqueira devido a captura de peixes muito pequenos.

Para os Kaingang a água é sagrada. Estes indígenas utilizam a água como referencial para estabelecerem suas moradias, bem como para fazerem chás, remédios e rituais sagrados como o batismo e a festa do *Kikikói*. Além disso, a água tem poder curativo. Para os Kaingang inseridos em espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas a água/rios é utilizada para fazer a demarcação de seus territórios e também é vista como essencial para a sobrevivência de sua coletividade. Assim, para os Kaingang da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, a utilização e preservação das águas tornou-se necessária para que sua coletividade mantivesse a subsistência e para que pudessem preservar os rituais xamânicos e a relação Sociedade-Natureza fosse mantida. Para os pescadores do Vale do Taquari, o rio mantém preservadas as práticas de pesca, necessitam da preservação das águas para manter a sua subsistência e de sua família. Já para o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, as preocupações estão pautadas no rio e na água, principalmente no que diz respeito ao uso delas, como é um bem de coletivo. Através de nossas pesquisas podemos afirmar que há múltiplos interesses em relação ao uso da água, assim, este uso é visto através de várias perspectivas, pois os interesses passam a ser distintos para cada sociedade interessada.

Por fim, identificamos e compreendemos as ações antrópicas nos espaços da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e desse modo, ficou perceptível que ao longo do tempo, a poluição, as construções de barragens, o desmatamento da mata ciliar, os esportes náuticos, bem como a crescente urbanização e industrialização têm provocado a modelagem da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e dessa forma afeta a atividade pesqueira.

Com os dados analisados contata-se a tese de que os saberes construídos pelos atores sociais inseridos em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas são percebidos a partir das dinâmicas históricas e socioculturais. A identificação com o território bem como as percepções são subjetivas, ou seja, cada pessoa percebe e entende o território a partir de suas particularidades, mas permeado por elementos culturais da sociedade a que pertence. Em vista

disto, entendemos que os Kaingang, pescadores, geógrafos, biólogos, Comitê da Bacia Taquari-Antas e CODEVAT têm entendimentos em muitas situações distintos sobre os espaços e recursos naturais. Assim, é possível concluir afirmando que a percepção histórica e sociocultural das pessoas e coletividades de Sociedade Tradicional composta pelos indígenas Kaingang e pescadores artesanais e integrantes que representam a Sociedade Nacional como foi o caso do CODEVAT e Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas sobre os territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, possui suas próprias singularidades e estão perpassados pela cultura do grupo a que se inserem, e que norteia a apropriação e o uso dos recursos naturais existentes no espaço.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, Patrícia Raggi. **Atividade pesqueira no Brasil: Política e evolução.**

Orientador: Carlos José Caetano Bacha. 1998. 148f. Tese (Doutorado) - Ciências economia aplicada, Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, out. 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Cuidando das águas:** soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. 2. ed. Brasília: ANA, 2013. 157 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz? **Cadernos de capacitação em recursos hídricos**, Brasília: SAG, v.1, 64 p. 2011, texto digital. Disponível em:

<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf>. Acesso em 19 abr. 2017.

AITH, Fernando Mussa Abujamra; ROTHBARTH, Renata. O estatuto jurídico das águas no Brasil. **Estudos avançados**. [s.l.], 2015. p. 163-177. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n84/0103-4014-ea-29-84-00163.pdf>. Acesso em 22. Dez.2020.

ALBRECHT, Mariana. **Influência da mata ciliar em parâmetros da ictiocenose e em aspectos populacionais de quatro espécies de peixes em riachos no sul do Brasil.** 2012, 338f. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Biologia – Diversidade e Manejo da Vida Silvestre, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís; SIEDENBERG, Dieter Rugard; SAUSEN, Jorge Oneide; ANDREOLI, Vanessa Marion; ANACLETO, Adilson. **Compartilhando saberes:** os conhecimentos tradicionais e a educação ambiental. In: IX EPEA - Encontro Paranaense de Educação Ambiental. Guarapuava, PR, 2006. p. 1-10.

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. Organização Kaingang: o caso das lideranças tradicionais e políticas no Paraná. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, [s.l.], v. 13, n. 25, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10483-39849-2-PB.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ARESI, Cláudia. **Transformações culturais e território: o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha/RS**. 2008. 169f. Dissertação (Mestrado) – Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, set. 2008.

ARRUDA, Gilmar. A natureza dos rios. *In*: ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 7-25.

ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. **Revista de História Regional**, [s.l.], p. 209-231, 2015. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 26 abr. 2019.

AVILA, L. V.; WESENDOK, C.C.; MADRUGA, L.R.R.G; DA SILVEIRA, J.S.T.; DA SILVA, R.B. A experiência de um conselho regional de desenvolvimento – COREDE – no Estado do Rio Grande do Sul. **HOLOS** [en linea], p. 115-132, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481548604009>. Acesso em: 15 mai. 2017.

BACCI, Denise de La Corte; PATACA, Ermelinda Moutinho. **Educação para a água. Estudos Avançados**. [s.l.], 2008. p. 211-226.

BAPTISTA, Cristina Paes Barreto. **O uso e a percepção ambiental de áreas úmidas por uma população ribeirinha na região da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas, Rio Grande do Sul**. 2007. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Biologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, mai.2007.

BARCELOS, Renata. **Como Yemoja passou de Orisa do rio na África para Orisa do mar no Brasil**. 2017. Texto digital. Disponível em: <https://orisabrasil.com.br/Loja/como-yemoja-passou-de-deidade-da-agua-do-rio-na-africa-para-agua-do-mar-no-brasil/>. Acesso em: 23 set. 2020.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, Niterói, n. 19, p.15-30, 2005.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. **A mãe é Guarani, o pai é Kaingang: história, cultura e identidade a partir da Terra Indígena Kaingang Jamã Tÿ Tãnh**. Monografia (licenciatura em história). Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado, 2019.

BAZZO, Kássia Regina; GUEDES, Hugo Alexandre Soares; CASTRO, Andréa Souza; SIQUEIRA, Tírzah Moreira; GANDRA, Claudia Fernanda Almeida Teixeira. Regionalização da vazão Q95: comparação de métodos para a bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas, RS. **Rev. Ambient. Água**, Taubaté, v. 12, n. 5, p. 855-870, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ambiagua/v12n5/1980-993X-ambiagua-12-05-00855.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, [1976] 1995.

BECKER, Ítala Irene Basile. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. *In: Pré-História do Rio Grande do Sul – Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 05.* 2. ed. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas – Unisinos, 2006. p.125-145.

BEVILACQUA, Andréa Francomano. **A Bacia Hidrográfica como unidade territorial de planejamento:** Limites e perspectivas. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado) - Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, São Paulo, fev. 2011.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, jul. 2011. p.1-14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300054440_ARQUIVO_SIMPOSIONALDEHISTORIAANPUH2011TEXT0.pdf. Acesso em: 21. dez. 2020.

BITTENCOURT, Carolina Amorim da Silva. **Pessoas, Sereias e Divindades:** um estudo etnológico, mitológico e etnoceanográfico em uma colônia de pescadores no sul do Rio Grande do Sul. 2017. 228f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, ago. 2017.

BRAIDO, Janaina Agostini; CAPORLINGUA, Vanessa Hernandez. O preconceito e a desinformação como obstáculos à transformação social: a educação ambiental política como ferramenta de resgate da cidadania das mulheres na atividade pesqueira. *In: Anais do VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*, 2013. Rio Claro. Rio Claro: Unesp/USP. 2013. p. 1-16. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a523426cc5857453>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Índios, colonos e fazendeiros:** Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). 2010. 219f. Dissertação (Mestrado) – História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 03 dez. 2010.

BUSOLLI, Jonathan. **A Terra Indígena *Pó Mag*, Tabai/RS no contexto da reterritorialidade Kaingang em áreas da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.** 2015. 121 f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2015.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; SIEDENBERG, Dieter Rugard; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Conselhos regionais de desenvolvimento – COREDES/RS: Articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. *In: Anais do I circuito de debates acadêmico*, 2011.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, v. 41, n. 1-2, p. 141-155, 2007.

CÁNEPA, Eugenio Miguel; ZORZI, Isidoro; GRASSI, Luiz Antonio Timm; SOARES NETO, Percy B. **Os comitês de bacia no rio grande do sul: formação, dinâmica de funcionamento e perspectivas**. [s.l.], 2017. Disponível em: <http://www.abes-rs.org.br/rechid/comites-2.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CAPELLESUESS, Rodrigo; LEITE, Cristina Maria Costa. Lugar e geografia humanista: uma proposição para a geografia escolar. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, [s.l.], v. 22, p. 01-11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/26066>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia Física. São Paulo, 2001. p.143.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. A pesca em águas interiores do Rio Grande do Sul: Apontamentos para uma caracterização preliminar. In: PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian Nunes da. (orgs.). **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. Belém: GAPTA/UFPA, 2011. p. 13-30.

CARTILHA DO PESCADOR - Comissão de Economia e Desenvolvimento - Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo - Subcomissão Mista da Pesca e Piscicultura. Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CAPC/cartilha_pescador.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. 2013. 470 f. Tese (Doutorado) - Assis, SP: UNESP, 2013.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Edufsc, 1999.

CODEVAT. **Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Taquari 2015- 2030**. Cíntia Agostini (coord.). Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA TAQUARI-ANTAS - CGBTA. **Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: gestão 2012/2014**. [s.l.]: SEMA, DRH, [s/d.].

CRÉPEAU, Robert R. Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil Meridional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 173-186, 1997.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CURI, Melissa Volpato. Os Direitos Indígenas e a Constituição Federal. **Consilium - Revista Eletrônica de Direito**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 1-17, 2010. Disponível em:

http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/consilium_04_03.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

DECKERT, Cristiele Tomm. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990- 2010. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2011.

DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, p. 7-33, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/5620>. Acesso em: 28 dez. 2020.

DESCOLA, Philippe. **A quem pertence a natureza?** In: SEGATA, Jean *et al.* (orgs.). Populações tradicionais, ambientes e transformações. Natal, RN: EDUFRN, 2018. p. 32-46.

DEVOS, Rafael Victorino. **Uma “ilha assombrada” na cidade:** estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. 2002. 295f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, dez. 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **Ilhas e mares:** simbolismo e imaginário. [s.l.: s.n.], 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana (org.). **A imagem das águas.** São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do uso da Água.** Texto publicado no plano nacional de recursos hídricos-MMA, 2005. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP. 2005. p. 1-15. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/agua.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras.** In: I ENCONTRO INTERNACIONAL: Governança da Água, São Paulo, 2007. p. 20. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira (orgs.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP/ NUPAUB, 2001.

DI SOPRA, Fernando Ernesto Baggio. Territorialidade indígena no Rio Grande do Sul. **Terra Livre São Paulo**, [s.l.], ano 35, v. 1, p. 686-722, 2020. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/1942/1610>. Acesso em 29 set. 2020.

DORNELLES, Soraia Sales. **A experiência vivida por imigrantes italianos e índios Kaingang na serra gaúcha (1875-1925):** pioneiros em terras incultas e devolutas. Porto

Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2009. (Datiloscrito).

FARINHA, Alessandra Buriol; CARLE, Cláudio Baptista. A diversidade religiosa e o patrimônio imaterial: Navegantes e Iemanjá em Pelotas – RS. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 19, n. 1, p. 81-92, 2014.

FEPAM. Serviços Técnicos de Engenharia S.A. - STE. [s.l.], 2012.

FEPAM. **Qualidade das águas da bacia hidrográfica do rio das antas e rio taquari**. [s/d]. http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade_taquari_antas/taquariantas.asp. Acesso em: 29 set. 2020.

FERRI, Genuíno A.; TOGNI, Ana Cecília. **A história da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas**. Lajeado: Ed. da Univates, 2012. 375p.

FONSECA, Wagner; CAROLA, Carlos Renato. Os rios e a vida: percepções para uma educação ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 136-155, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7009>. Acesso em: 28 set. 2018.

FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lajeado, RS, 2014. 160p.

GAMA, Ana Maria Cardoso de Freitas Gama. **Avaliação da agenda 21 da bacia hidrográfica do Rio Pirapama**. 2003. 172f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) - Apresentada ao da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife: UFPE, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIBRAM, Paola Andrade. **Política, Parentesco e outras Histórias Kaingang: uma etnografia em Penhkar**. 2012. 202f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GLÓRIA, Alexandre Magno da. **Religiões de Matriz Africana: reconhecendo sua diversidade**. [s.l.], 2017. Texto digital. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/candomble/religoes-de-matriz-africana-reconhecendo-sua-diversidade/>. Acesso em: 21 set. 2020.

GOES, Paulo Roberto Homem de. **Morfológicas: um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os Kaingang (dialetos Paraná) e os Mbya (litoral sul)**. 2018. 500p. Tese (Doutorado) – Antropologia - Setor de Ciências Humanas da Universidade do Paraná, Curitiba, 2018.

GOMÉZ, Sandra Tatiana Reyes. **Avaliação da distribuição espacial de poluentes de origem industrial na bacia hidrográfica taquari-antas**. 2016. 164f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sensoriamento Remoto. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ago. 2016.

GRAMINHA, Marina Rachel Graminha; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Torrentes de sentidos: o simbolismo das águas no contexto umbandista. **Memorandum 17**. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP. 2009. p. 122-148. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a17/grambair01.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

GUEDES, Eneias Barbosa. Território e territorialidade de pescadores no Marajó: o exemplo das localidades Céu e Cajuína Soure (PA). In: PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian Nunes da (orgs.). **Pesca e territorialidades**: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2011. p. 67-86.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: [s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, [s.l.], n. 3, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 2014.

HENSEL, Reinaldo. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. **revista do museu e arquivo público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1928. p. 65-79.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa nº 43, de 23 de julho de 2004. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/gapp/arquivos/atualizacao_intra/dou/27_in_43_2004.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

INVERNIZZI, Marina. Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari- Antas e Caí, Rio Grande do Sul: Relações Socioculturais e Ambientais. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, 2017.

ISAIAS, Fábio Bakker. **A sustentabilidade da água**: Proposta de um Índice de Sustentabilidade de Bacias Hidrográficas. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2008. 168p.

KAEHLER, Tatiana Guterres. **Proposta de zoneamento da Bacia Hidrográfica do rio Jacuí com vistas ao licenciamento de barramentos e conservação de estoques de peixes migradores**. 2011. 80f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC, Porto Alegre, 2011.

KAUSS, Bruno Silva; SANTOS, Vanessa Flores dos. Reconhecimento jurídico e políticas públicas de acesso às terras indígenas e quilombolas no Brasil. In: RAMOS, João Daniel Dorneles; WIVES, Daniela Garcez (orgs.). **Natureza do espaço e o desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 69-90.

KEMEL, Samir Bitencourt. **Pesca e atividades complementares em águas interiores do Rio Grande do Sul**. [s.l.], [s/d]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Usoderecurso/s/67.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

KOSBY, Marília Floôr. Cruzamentos, territórios e patrimônio religioso: sobre a doçura como referência cultural nas comemorações de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes nas praias do Laranjal, Pelotas, RS, em 2007. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Lajeado, RS: Editora da UNIVATES, 2017.

LAPPE, Emeli. **Espacialidades sociais e territoriais Kaingang**: Terras Indígenas *Foxá e Por Fi Gâ* em contextos urbanos dos rios Taquari-Antas e Sinos. 2015. 206f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2015.

LAPPE, Emeli; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Terra indígena Foxá “aqui no cedro”: passado e presente Kaingang na sociedade do Vale do Taquari-RS-BR. **Geosp – Espaço e Tempo (online)**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 25-42, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/125928>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LARENTIS, Dante Gama; COLLISCHONN, Walter; TUCCI, Carlos E.M. Simulação da Qualidade de Água em Grandes Bacias: Rio Taquari-Antas, RS. **RBRH — Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 05-22, 2008. Disponível em: <https://www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=1&ID=14&SUMARIO=163>. Acesso em: 19 ago. 2019.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva *et al.* Imigrantes açorianos e seus descendentes no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul: processo história envolvendo movimentação e práticas socioculturais. **Revista Signos**, ano 37, n. 2, p. 104–123, 2016. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1103>. Acesso em: 19 mar. 2019.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808 – 1889). Instituto Anchieta de Pesquisas. **Pesquisa - Antropologia**, São Leopoldo: Unisinos, n. 56, 2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Guaíba no Contexto Histórico-Arqueológico do Rio Grande do Sul**. Canoas: La Salle, 2002.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no Sul do Brasil. **História Unisinos**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 49-59, 2005.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil – (1889-1930). Instituto Anchieta de Pesquisas. **Pesquisa - Antropologia**, São Leopoldo: Unisinos, n. 64, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; JASPER, André; ZANON, Letícia. Etnohistória como abordagem interdisciplinar no estudo de populações indígenas Guarani. **Boletim de Geografia**. Maringá, v. 33, n. 3, p. 168-183, 2015. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/22078/pdf_78. Acesso em: 05 out. 2020.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; WEIZENMANN, Tiago; SCHÄEFFER, Jéferson Luís. Relações interétnicas: (des)encontros entre Kaingang e imigrantes holandeses no século XIX em territórios das bacias hidrográficas Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 103-128, jan./abr. 2019. 26p. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/556>. Acesso em: 18 jun. 2020.

LIMA, Adalto Gonçalves de. A Bacia Hidrográfica como recorte de estudos em geografia humana. **Geografia**, [s.l.]: Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, v. 14, n. 2, p. 173-183, 2005.

LITTLE, Paul Elliot. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. Textos de história. **Revista de Pós-Graduação em História da UNB**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

LITTLE, Paul Elliot. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Série antropologia).

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 25, p. 85-103, 2006.

LONDERO, Marcia. **Democracia e participação política indígena no Estado do Rio Grande do Sul**: a atuação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (1993 -2014). Orientador: Alfredo Alejandro Gugliano. 2015. 303 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2015.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, n. 2, p. 159–177. 2011.

MALHEIROS, Tadeu Fabrício; PROTA, Mariza Guimarães; RINCÓN, Mario Alejandro Perez. Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas. **Ambiente & Água**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 98-118, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. **Cadernos Ceru. Serie 2**, São Paulo, n. 5, p. 52-60, 1994. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000869860>. Acesso em: 05 out. 2020.

MEIRE, Mara Alini. **A representação e a representatividade social do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas/RS**. 2016. 253f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociência, Programa de Pós-Graduação em

Geografia, Porto Alegre, nov. 2016.

MESQUITA, Zilá. Procura-se o coração dos limites. *In*: LEHNE, Carlos; CASTELO, Iara Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero (*org.*). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, Edições Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994. p. 69-73.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 235f. Tese (Livre docência) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.

MORENO, Larissa Tavares; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Trabalhadores do mar: uma discussão sobre as transformações do trabalho do pescador artesanal de Ubatuba/SP. **Revista Pegada**, v. 14. n. 1, p.140-163, 2013.

NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [s.l.], v. 12, n. 01, p. 57-84, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222017000100057&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 mai. 2020.

NUNES, Shauane Itainhara Freire. **A mediação natureza/sociedade e as lógicas espaciais e territoriais da luta pela água sob a dimensão dos pressupostos teóricos lukacsianos da ontologia do trabalho**. 2018. 254 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

OLIVEIRA, Jônata Fernandes de; NOVAES, José Luís Costa; SEGUNDO, Antônio Luiz Nogueira de Moraes; PERETTI, Danielle. Caracterização da pesca e percepção de pescadores artesanais em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Nordeste brasileiro. **Natureza online** – ESFA. 2016. p. 48-54. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_Luis_Novaes2/publication/303865025_Estrutura_tronica_da_ictiofauna_em_um_reservatorio_do_semiarido_brasileiro/links/57f63b4208ae91dea5e936d/Estrutura-trofica-da-ictiofauna-em-um-reservatorio-do-semiarido-brasileiro.pdf. Acesso em: 03 nov. 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados?”. Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 03 nov. de 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. **Travessia**: Revista do Migrante, São Paulo, ano IX, n. 24, p. 05-10, jan./abr. 1996.

OLIVEIRA, Marilda Dolores. **Essa terra já era nossa**: um estudo histórico sobre o Grupo Kaingang na cidade de Lajeado. 2010. 89 f. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2010.

OLIVEIRA, Laura Barbieri de. **Gestão dos recursos hídricos na prática da suinocultura**: percepções dos suinocultores da Sub-bacia do Forqueta/RS. 2017. 128f. Tese (Doutorado) - Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2017.

ORTEGA, Diego Javier Perez. **Avaliação dos efeitos das atividades antrópicas na bacia hidrográfica do córrego do ipê, município de ilha solteira – SP**. 2011. 151p. Dissertação (Mestrado) – Engenharia Civil. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Ilha Solteira, SP, 2011.

PAULA, Cristiano Quaresma de. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. Tese (Doutorado) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. p. 451.

PIEVE, Stella Maris Nunes. A festa de Nossa Senhora dos Navegantes em Porto Alegre: sincretismo entre Maria e Iemanjá. **Debates do NER**. Porto Alegre. n. 23, jan./jun. 2013. p. 261-265.

PEREIRA, Carmen Regina Antunes. **Identidades culturais e cidadania no contexto dos processos comunicacionais Kaingang na região metropolitana de Porto Alegre**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Curitiba, set. 2009.

PORTAL DO VALE DO TAQUARI. **Geração de energia**: projetos de usinas esbarram na Fepam. fev. 2017. Disponível em: <http://www.cicvaledotaquari.com.br/geracao-de-energia-projetos-de-usinas-esbarram-na-fepam/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 04. out. 2020.

PRESTES, Fabiane da Silva. **O bem viver Kaingang**: as conexões entre os princípios da teoria do buen vivir e os saberes tradicionais que orientam o seu modo de ser. 279f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES, Lajeado, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, SP: Ática, 1993. p. 143-185.

RAMOS, João Daniel Dorneles. Territórios, natureza e cultura política entre coletivos afro-brasileiros. In: RAMOS, João Daniel Dorneles; WIVES, Daniela Garcez (orgs.). **Natureza do espaço e o desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 43-68.

REGINATO, Pedro Antônio Roehe. **Integração de dados geológicos para prospecção de aquíferos fraturados em trecho da bacia hidrográfica taquari-antas (RS)**. Tese (Doutor em Engenharia) – UFRGS, Porto Alegre, p. 276, 2003.

RODRIGUES, Cíntia Régia. **As populações indígenas e o Estado Nacional pós-ditadura militar**. **História Unisinos**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 240-245, 2005.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. O xamanismo kaingang: a relação dos kujà com os espíritos animais/vegetais da floresta e os santos do panteão do catolicismo popular. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann (org.). **Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul: manifestações da religiosidade indígena**. São Paulo: ANPUH, 2014. v. 3. p. 97-128.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 103-150, out. 1997.

SANTOS Micheli dos; ANGST, Francisco; RISTOW, Letiane Peccin. COREDE Missões: suas especificidades e estratégias de desenvolvimento. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 25, n. 3, 2018. p. 70-83. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1638>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes Dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos avançados**. 2005. p. 165-182.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWINGEL, Kassiane; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; PILGER, Maria Ione. (org.). **Jamã Tý Tãnhn**. Ig Vênh vêj Kaingag. Morada do Coqueiro. Jeito de viver Kaingang. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SEEGGER, Antony; CASTRO, Eduardo B. Viveiros. **Terras e territórios indígenas no Brasil**. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1979. p. 101-109.

SEIXAS, Leda Maria Perillo. Maria e Iemanjá: duas faces – um arquétipo. **Revista Último Andar**, [s.l.], n. 31, p. 112-125, 2018.

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente. **Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas**. <https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>. Acesso em: 24 mai. 2017.

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas**. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas (Gestão 2012/2014). 2012. 32 p. Texto digital. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>. Acesso em: 24 mai. 2017.

SEVERO, Diego Fernandes Dias. **Chefia Kaingang no urbano: orquestrando outro contato**. In: IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Fortaleza, CE. 2013. p. 17.

SEVERO, Diego Fernandes Dias. **Chefia, parentesco e alteridade: um estudo etnológico do sistema dualista e do poder político Kanhgág**. Orientador: Rogério Reus Gonçalves da Rosa.422f.Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

PRESTES, Fabiane da Silva. **O bem viver Kaingang**: as conexões entre os princípios da teoria do buen vivir e os saberes tradicionais que orientam o seu modo de ser. 2018. 279f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES, Lajeado, 2018.

SILVA, Christian Nunes da. **Percepções ambientais-territoriais de pescadores artesanais do estuário amazônico**. In: PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian Nunes da. (orgs.). **Pesca e territorialidades**: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. Belém: GAPTA/UFPa, 2011. p. 49-66.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A história dos Kaingang da Terra Indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: Sentidos de sua (re)territorialidade. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24, n. 3, p. 435-448, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/15008>. Acesso em 15/04/2017.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn. **“Eles viram que o índio tem poder, né!”**: o protagonismo Kaingang da Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãnh*/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira. Orientador: Luís Fernando da Silva Laroque. 2016. 256 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado 2016.

SILVA, Luênia Kaline Tavares da; MILLER, Francisca de Souza. **Mudanças socioambientais**: O caso da pesca artesanal no Complexo Lagunar Bonfim Guaraíba/RN, Brasil. In: SEGATA, Jean [et al.] (orgs). **Populações tradicionais, ambientes e transformações**. Natal, RN: EDUFRRN, 2018. p. 171-194.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

SILVA, Sergio Baptista. Cosmo-ontologia e xamanismo entre coletivos kaingang. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann (org.). **Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul**: manifestações da religiosidade indígena. São Paulo: ANPUH, 2014. v. 3. p.69-96.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier; BRANDT, Grazielle Betina; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. A sociedade civil e o planejamento regional no RS/Brasil: uma análise qualitativa a partir dos COREDES. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, [s.l.]: Universidade do Contestado, v. 5, n. 2, p. 71-85, 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

TALASKA, Alcione. Região e regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do COREDE norte/RS. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 201–215, mar. 2011.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidades, experiências e narrativas. 2ed. ed: Universidade de Passo Fundo. 2014. p. 357.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em movimento**. 1995. 348 f. Tese (Doutoramento em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. **Os Kaingang da bacia do Tibagi e suas relações com o meio ambiente**. In: II REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUr. Fronteras Culturales y Ciudadania. Piriápolis, Uruguay, 11 al 14 de noviembre de 1997. p. 1-13.

TOMMASINO, Kimiye. Território e Territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; TOMMASINO, Kimiye (orgs.). **Uri e Wãxí – Estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2000. p. 191-226.

TOMMASINO, Kimiye. **Os sentidos de Territorialização dos Kaingang nas Cidades**. In: IV RAM - reunião de antropologia do MERCOSUL, Curitiba, nov. 2001.

TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, Moacyr (ORGS). **A bacia do rio Tibagi**. Londrina, PR: M.E. Medri, 2002. p. 81-98.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduep, 2004. p. 145-198.

TOMMASINO, Kimiye. **Considerações etnológicas a partir de dois conceitos Kaingang: GA e KRI**. In: VI Reunión de antropologia Del mercosur. Montevideo, Uruguay. 16 al 18 de novembro de 2005. p.1-17.

TUAN, Yi-Fi. Espaço, Tempo, Lugar: Um Arcabouço Humanista. **Geograficidade**, [s.l.], v. 01, n. 01, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4020648>. Acesso em: 6 mar. 2020.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Contatos interétnicos: Sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí**. 2015. 100f. Monografia (Graduação) – História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, jun. 2015.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Sesmarias, fazendas, desenvolvimento e desdobramentos socioambientais em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari de meados do Século XVIII a meados do século XIX**. 2018. 140f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, dez. 2018.

VICTORIA, Claudio Gomes. **Comunidade ribeirinha, cotidiano, juventude e cultura: interfaces de um diálogo em história oral no Amazonas**. In: XIII Encontro Nacional de História Oral. História Oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade. UFRGS, mai. 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461780510_ARQUIVO_COMUNIDADERIBEIRINHA,COTIDIANO,JUVENTUDEECULTURA-CLAUDIOGOMES.pdf. Acesso em 14/10/2020.

WEDIG, Josiane Carine. Territórios e questões ambientais na perspectiva de povos e comunidades tradicionais. *In*: RAMOS, João Daniel Dorneles; WIVES, Daniela Garcez (orgs). **Natureza do espaço e o desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p.115-138.

WITTMANN, Luisa Tombini. Introdução ou a Escrita da História Indígena. *In*: WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 15.

WOLF, Sidnei. **Paisagens e sistemas de assentamentos**: um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Ambiente e Desenvolvimento – Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2012.

WOLF, Sidnei. **Arqueologia Jê no alto Forqueta e Guaporé/RS**: um novo cenário para um antigo contexto. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Lajeado, novembro de 2016. p. 356.

WOLKMER, Maria de Fátima S.; PIMMEL, Nicole Freiburger. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Sequência**, Florianópolis, n. 67, p. 165-198, 2013.

Documentais

ACERVO documental e fotográficos do Projeto de Extensão “História e Cultura Kaingang” e Projeto de Pesquisa “Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS” da Univates.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em 18 de abril de 2020.

BRASIL. Política Nacional de Recursos Hídricos. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Brasília, 1997.

DIÁRIO DE CAMPO DE 08 de janeiro de 2014. **Visita à Terra Indígena Pó Nãnh Mág em Farroupilha**. Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e Projeto de Pesquisa Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil. Lajeado: Univates. 08 jan. 2014. 5p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 08 de janeiro de 2015. **Visita à Terra Indígena Pó Mág no Vale do Taquari**. Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e Projeto de Pesquisa Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil. Lajeado: Univates. 08 de jan. 2015. 3p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 28 de abril de 2015. **Visita à Terra Indígena Pó Mág no Vale do Taquari**. Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 28 de abr. 2015. 3p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 13 de maio de 2016. **Visita à Terra Indígena Foxá no Vale do Taquari.** Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e Projeto de Pesquisa Sociedade Indígena Kaingang na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul/Brasil. Lajeado: Univates. 13 mai. 2016. 5p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 27 de setembro de 2017. **Visita à Terra Indígena Foxá no Vale do Taquari.** Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 27 set. 2017. 4p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 09 de março de 2018. **Visita à Colônia de Pescadores Z32 – Taquari.** Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 09 mar. 2018. 3p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 30 de março de 2018. **Visita à residência do pescador P1 – Encantado.** Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 30 mar. 2018. 4p.

DIÁRIO DE CAMPO, DE 06 de abril de 2018. **Visita à Terra Indígena Foxá no Vale do Taquari.** Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 27 set. 2017. 6p.

DIÁRIO DE CAMPO de 08 de fevereiro de 2019. **Visita à residência do pescador P1 – Encantado.** Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates. 08 fev. 2019. 4p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 05 de julho de 2019. **Visita a residência do pescador de Mariante.** Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 05 jul. 2019. 2p.

DIÁRIO DE CAMPO, DE 02 de agosto de 2019. **Visita à residência do pescador da cidade de Bom Retiro do Sul.** Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 02 ago. 2019. 3p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 30 de janeiro de 2020. **Visita à residência do pescador de Encantado.** Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 30 jan. 2020. 5p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 02 de fevereiro de 2020. **Procissão Nossa Senhora dos Navegantes em Encantado.** Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 05 fev. 2020. 4p.

DIÁRIO DE CAMPO DE 27 de fevereiro de 2020. **Visita à Terra Indígena Pó Nãnh Mág em Farroupilha.** Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang e Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates. 27 fev. 2020. 4p.

EA – **Entrevistado EA:** Relato [15 dez. 2011, 21p]. Terra Indígena *Por Fi Gâ*, São Leopoldo/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2011. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EBI1– **Entrevistado EBI1:** Relato [08 jan. 2020, 10p]. Biólogo. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EBI2– **Entrevistado EBI2:** Relato [25 set. 2020, 8p]. Biólogo. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Entrevista realizada por *e-mail*. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EC – **Entrevistado C:** Relato [15 mai. 2012, 12p]. Terra Indígena *Foxá*, Lajeado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2012. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

ECB1 – Entrevistado **ECB1:** Relato [19 jan. 2020, 6p]. Propriedade do Entrevistado. Encantado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates.

ECB2 – Entrevistado **ECB2:** Relato [07 abr. 2020, 5p]. Lajeado (RS): s.e., 2020. Entrevista realizada por *e-mail*. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates.

ECB3 – Entrevistado **ECB3:** Relato [01 out. 2020, 5p]. Lajeado (RS): s.e., 2020. Entrevista realizada por *e-mail*. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates.

ECO1 – Entrevistado **ECO1:** Relato [30 ago. 2019, 6p]. Univates. Lajeado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2019. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS: História, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates.

ED - **Entrevistado ED:** Relato [10 fev. 2016, 10p]. Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãhn*, Estrela/RS. Entrevistador: Juciane Beatriz Sehn da Silva. Lajeado (RS): s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EE - **Entrevistado EE:** Relato [28 jul. 2016, 14p]. Terra Indígena *Jamã Tÿ Tãhn*, Estrela/RS. Entrevistador: Juciane Beatriz Sehn da Silva. Lajeado (RS): s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em

Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EEA - Entrevistado **EEA**: Relato [23. set. 2020, 9p]. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação pelo *whatsapp*. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates.

EG1– Entrevistado **EG1**: Relato [10 jan. 2020, 6p]. Geógrafa. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EG2– Entrevistado **EG2**: Relato [24 set. 2020, 6p]. Geógrafo. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação pelo *Google Meet*. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EG3– Entrevistado **EG3**: Relato [26 set. 2020, 5p]. Geógrafo. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Entrevista por *e-mail*. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EG4– Entrevistado **EG4**: Relato [30 set. 2020, 3p]. Geógrafo. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Entrevista por *e-mail*. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EK1 – Entrevistado **EK1**: Relato [12 dez. 2019, 4p]. Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, Farroupilhas/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2019. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EK2 – Entrevistado **EK2**: Relato [29 fev. 2020, 5p]. Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, Farroupilhas/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EK3 – Entrevistado **EK2**: Relato [29 fev. 2020, 3p]. Terra Indígena *Pó Nãnh Mág*, Farroupilhas/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EK4 – Entrevistado **EK4**: Relato [30 set. 2020, 6p]. Terra Indígena *Foxá*, Lajeado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação de áudio pelo *whatsapp*. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EK5 – Entrevistado **EK5**: Relato [01 out. 2020, 7p]. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2020. Gravação pelo *Google Meet*. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. Lajeado: Univates.

EMS - Entrevistado **EMS**: Relato [02. Set. 2019, 7p]. Propriedade do Entrevistado. Encantado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2019. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates.

EP1 – Entrevistado **EP1**: Relato [05 mai.2018, 21p]. Propriedade do Pescador EP1. Encantado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2018. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EP2 – Entrevistado **EP2**: Relato [11 mai.2018, 11p]. Colônia de Pescadores Z32. Taquari/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2018. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EP4 – Entrevistado **EP4**: Relato [22 nov. 2018, 11p]. Colônia de Pescadores Z20. Estrela/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2018. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EP5 – Entrevistado **EP5**: Relato [07 fev. 2019, 05 p]. Propriedade do pescador. Lajeado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2019. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

EP6 – Entrevistado **EP6**: Relato [07 fev. 2019, 15p]. Propriedade do pescador. Lajeado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2019. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS. Lajeado: Univates.

ERB - Entrevistado **ERB**: Relato [26. Ago. 2019, 4p]. Propriedade do Entrevistado. Encantado/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s.e., 2019. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa Identidades Étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Lajeado: Univates.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Assembleia Legislativa Gabinete de Consultoria Legislativa Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994a. 11p.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Secretaria da Coordenação e Planejamento Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano. Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994b. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Sistema LEGIS. Disponível em:
http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666. Acesso em: 21 jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. **Pesca artesanal legal**: pescador da região Sul/Sudeste: conheça seus direitos e deveres. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília: MPF, 2017. 59 p. Disponível

em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/008_17_cartilha_pesca_legal_publicacao_biblioteca_digital-compressed11.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

PARECER nº 01/2008, de 27/02/2008. Procuradoria Regional da República da 4ª Região. Parecer referente aos subsídios antropológicos relativos à possível construção de presídio Estadual no Município de Lajeado, nas proximidades da comunidade indígena Kaingang, neste mesmo município. Procedimento administrativo nº 1.29.014.00000/2008-97. Ministério Público Federal de Lajeado, Lajeado.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Anuência Prévia (TAP)

Vimos por meio deste, solicitar a Terra Indígena _____ autorização para que os Kaingang sejam sujeitos da pesquisa intitulada “*Os saberes e as percepções das Sociedades Tradicionais e não Tradicionais a respeito do espaço territorial da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*”, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento/Curso de Doutorado, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES de Lajeado/RS. Portanto, considerando a realidade Kaingang, esta pesquisa pretende contribuir com informações para as coletividades indígenas que farão parte da pesquisa, para a academia e a sociedade em geral, contemplando questões tais como história, cultura, natureza e territorialidade.

Os instrumentos de pesquisa, mediante a autorização da liderança, será a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos integrantes desta comunidade Kaingang, de forma individual e, dependendo do interesse dos indígenas, outras perguntas poderão ser acrescentadas. Intenciona-se ainda realizar registros fotográficos e elaborar diário de campo das visitas realizadas.

As entrevistas serão gravadas e as informações dos diários de campos e registros fotográficos serão utilizadas apenas para os fins da pesquisa e divulgação científica. Será garantido também:

- Receber resposta a qualquer dúvida ou questionamento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- Poder retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo;
- A comunidade no final da pesquisa receberá um exemplar do trabalho produzido.

A referida pesquisa será desenvolvida por _____, aluna regularmente matriculada no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento/ da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES/RS. Tem como Orientador o Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque.

Eu liderança da Terra Indígena _____, declaro que tenho conhecimento e autorizo a execução do projeto de pesquisa em nossa comunidade Kaingang.

Desde já, agradecemos pela contribuição com a comunidade científica por meio da colaboração com o processo de pesquisa.

Liderança da Terra Indígena

Emelí Lappe

Aluna doutoranda do PPGAD

Lajeado, _____ de 201__

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Eu _____, aceito participar com fornecimento de informações para a tese de doutorado cujo título provisório é: “Olhar e (re)conhecimento: Os diferentes saberes e percepções sobre a Bacia Hidrográfica Taquari-Antas na perspectiva das sociedades tradicionais e não tradicionais” da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES orientado pelo professor Luís Fernando da Silva Laroque cujo objetivo é analisar a perspectiva de atores sociais sobre a identificação e ocupação do espaço denominado de Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido declaro como entrevistado (a) a concordância em participar desta pesquisa e de uma possível continuidade da mesma, após ser informado de forma clara e detalhada dos propósitos e justificativa do projeto, bem como dos procedimentos relacionados ao levantamento dos dados. A participação dar-se-á através de informações que serão fornecidas no momento das visitas onde serão realizadas entrevistas gravadas, bem como de registros fotográficos e que as mesmas serão previamente agendadas.

Estou ciente que o único possível desconforto será o tempo que disponibilizarei para a realização do levantamento dos dados e que poderei solicitar esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, tendo a liberdade de recusar-me à participar ou de retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Minha participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará qualquer apoio financeiro, dano ou despesa e que as informações contidas na entrevista e os resultados do estudo podem ser utilizados para fins de publicação e divulgação em eventos e revistas científicas, tendo a garantia de sigilo que assegure a privacidade.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o (a) entrevistado (a) e a outra em posse do pesquisador.

Data: ____/____/____

Nome do(a) Entrevistado(a)

Assinatura do Entrevistado (a)

Emelí Lappe

Nome do(a) entrevistador(a)

Assinatura do(a) entrevistador (a)

Telefone: 51 99549-7362

APÊNDICE C – Bloco de questões semiestrutaradas para os interlocutores pescadores do Vale do taquari

- 1) Nome do pescador:
- 2) Quem te ensinou a pescar? Com qual idade o senhor começou a pescar?
- 3) Como é a preparação para alguém se tornar um pescador?
- 4) E como você aprendeu todos seus conhecimentos sobre a pesca?
- 5) Atualmente, você ensina alguém a pescar?
- 6) Que tipo de materiais você utiliza para pescar?
- 7) Os peixes pescados, são comercializados? Se sim, são comercializados em alguma feira, supermercado, etc.?
- 8) Tem alguma outra profissão além de atividades com a pesca? Essa seria a sua principal atividade econômica?
- 9) Como a colônia de pescadores auxilia os pescadores?
- 10) Como é a relação envolvendo o IBAMA, Patrulha Ambiental, Emater no que diz respeito a pesca no rio Taquari?
- 11) Vocês tem alguma relação com o Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas?
- 12) Você(s) recebe(m) alguma ajuda do governo? Se afirmativo, qual?
- 13) Qual é o tipo de pesca que você exerce?
- 14) Tu sabe me informar a extensão do rio Taquari? E a profundidade das águas?
- 15) **Há um território/lugar exclusivo para os pescadores?**
- 16) Em que local você tem por hábito pescar?
- 17) **Qual a percepção que vocês, pescadores sobre o espaço geográfico do rio Taquari?!**
- 18) Para você, qual a importância do rio Taquari?
- 19) Nos últimos anos, você notou alguma mudança no rio Taquari? Quais seriam essas mudanças? E porque elas ocorrem?
- 20) Quais as principais espécies de peixes que encontramos no rio Taquari?

- 21) No rio Taquari, há pesca predatória? E há alguma fiscalização para evitar a pesca predatória?
- 22) Tem uma época do ano em que é melhor para pescar?
- 23) As fases da lua influenciam na pesca?
- 24) Você acha que as barragens podem influenciar no curso do rio, nas vazantes e no desenvolvimento das espécies?
- 25) Está tramitando um projeto de instalação de uma hidrelétrica na cidade de Muçum. Para você, que é pescador, quais são os pontos positivos e negativos que esta obra trará para o Vale do Taquari e para os espaços atingidos pela Bacia Taquari-Antas?
- 26) Esta construção, afetará a pesca?
- 27) A fauna e flora exercem influência no rio Taquari?
- 28) E o relevo, exerce influência na pescaria e no desenvolvimento de espécies?
- 29) O rio Taquari é preservado? Como vocês pescadores, preservam o rio Taquari?
- 30) Tem muito esgoto e poluição no rio Taquari? Isso prejudica alguma coisa?
- 31) A gente sabe que no rio Taquari muitos esportes são praticados com embarcações como jet-ski, lanchas, etc. Isso prejudica o desenvolvimento dos peixes?
- 32) Quando vocês estão no rio, você pede proteção para algum Santo?
- 33) Você participa de alguma festa religiosa?

APÊNDICE D - Bloco de questões semiestraturadas para os interlocutores Kaingang da bacia hidrográfica Taquari-Antas

Bloco 1: Território

Bloco 2: Identificação do Ambiente e da Natureza

Bloco 3: Importância das águas e dos rios

Bloco 4: Ambiente do Desenvolvimento

Bloco 5: Relação dos Kaingang com a sociedade não-indígena

APÊNDICE E – Roteiro de questões semiestruturadas para integrantes do CODEVAT

- 1) Com qual finalidade foi criado o CODEVAT?
- 2) Atualmente quais são os objetivos dessas instituições?
- 3) Quais os critérios utilizados pelo CODEVAT para agrupar os municípios que fazem parte do Conselho?
- 4) Como o território é percebido pelo CODEVAT?
- 5) Qual a política do CODEVAT relacionada as práticas ambientais dos territórios do Vale do Taquari?
- 6) Como está pautada a preservação ambiental por parte do Conselhos do Vale do Taquari?
- 7) Há ações para se pensar na preservação do Rio Taquari? Se afirmativo, os pescadores auxiliam nesses projetos?
- 8) Culturalmente, como é percebido o território do Vale do Taquari?
- 9) No que se refere aos aspectos socioeconômicos, como são percebidos e manuseados os territórios do Vale do Taquari?
- 10) Qual a concepção de desenvolvimento para o CODEVAT?
- 11) Como é a representatividade da sociedade no que diz respeito ao CODEVAT?
- 12) Quais os setores da sociedade que representam e participam das reuniões do Conselho?
- 13) Quais critérios são utilizados para escolher os membros do CODEVAT?
- 14) Qual a importância e percepção da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas para o CODEVAT?
- 15) Qual a relação estabelecida entre o CODEVAT e pescadores ou colônia de pescadores que estão localizados no Vale do Taquari?
- 16) Os pescadores e/ou as colônias de pescadores existentes no Vale do Taquari, participam das reuniões do Conselho?

- 17) Os indígenas Kaingang que vivem nas cidades de Estrela, Tabaí e Lajeado, participam dos planejamentos do CODEVAT?
- 18) Há relação de planejamento entre o comitê e os indígenas?
- 19) Qual a relação estabelecida entre o CODEVAT com os indígenas Kaingang residentes no Vale do Taquari?
- 20) Quais as ações desenvolvidas pelo CODEVAT para se pensar na preservação da Bacia do rio Taquari e Vale do Taquari?
- 21) Há planejamento conjunto entre CODEVAT e o Comitê da Bacia Taquari-Antas?

APÊNDICE F – Roteiro semiestruturado para integrantes do comitê da bacia hidrográfica Taquari-Antas

- 1) Quais os critérios utilizados pelo comitê para agrupar os diversos territórios na bacia do Taquari-Antas?
- 2) Como as áreas territoriais da bacia Taquari-Antas são percebidos para o comitê?
- 3) Atualmente, quais os setores da sociedade que participam das reuniões do Comitê?
- 4) Qual a importância da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas para o Comitê que a gerencia?
- 5) Qual a relação estabelecida entre o comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e pescadores ou colônia de pescadores?
- 6) Os pescadores e/ou as colônias de pescadores existentes nos espaços territoriais das Bacias Hidrográficas, participam das reuniões do comitê e dos planejamentos que o comitê desenvolve?
- 7) Quais as ações desenvolvidas para se pensar na preservação da Bacia Taquari-Antas?
- 8) Hoje, há alguma fiscalização realizada pelo Comitê para controlar o uso das águas da Bacia Taquari-Antas?

APÊNDICE G - Roteiro semiestruturado para geógrafos

Nome do entrevistado:

- 1) Dentro de tua área de formação, como definiria uma bacia hidrográfica?
- 2) Qual seria a importância de uma bacia hidrográfica para a construção social do espaço?
- 3) Em teu ponto de vista, como analisa a construção de barragens?
- 4) No viés da geografia, qual seria a importância dos rios?
- 5) Na análise da geografia, como definiria um território?
- 6) Como definiria a territorialidade?
- 7) Considera que em um território há relações de poder entre diferentes atores sociais?
- 8) Há relações de poder entre pescadores? Como elas poderiam ser definidas?
- 9) Há uma territorialidade da pesca? Como poderia ser definida?

APÊNDICE H - Roteiro semiestruturado para biólogos

Nome completo:

Formação:

- 1) Dentro de tua área de formação qual seria o conceito de Bacia Hidrográfica?
- 2) Dentro de um território, qual a importância de uma bacia hidrográfica?
- 3) Qual a importância do rio para a população?
- 4) Qual a importância da água para as diferentes sociedades?
- 5) Em sua formação, como você definiria um território?
- 6) Ao longo das bacias hidrográficas temos a construção de barragens e hidrelétricas. Do teu ponto de vista, isso seria benéfico ou não? Por quê?
- 7) E dentro dessa questão, de pensar o desenvolvimento, como poderíamos interligar o ambiente com o desenvolvimento sem que haja danos negativos para o ambiente?!
- 8) Você consegue perceber alguma mudança no rio Taquari ao longo dos anos? Quais seriam essas mudanças? Porque elas ocorrem?
- 9) A vegetação exerce influência nas margens do rio taquari? Os peixes precisam dela?
- 10) Em relação a poluição hídrica, considera que o rio Taquari tem poluição? Seja poluição doméstica, industrial, por agrotóxicos?
- 11) A poluição prejudica o desenvolvimento das espécies pesqueiras?
- 12) Como as espécies de peixes se reproduzem? Há um melhor local para procriação e para o seu desenvolvimento?

APÊNDICE I - Roteiro semiestruturado para mãe de santo e iniciante do candomblé

- 1) Poderias descrever como é Iemanjá e seu “poder”?
- 2) Qual a importância de Iemanjá relacionado as águas doces e salgadas?
- 3) Quem é Oxum? Poderia descrever?
- 4) Oxum e Iemanjá protegem os pescadores?
- 5) Podemos dizer que há um “sincretismo” religioso entre religião afro e católica?
- 6) No Brasil atualmente comemora-se o dia de Nossa Senhora dos Navegantes/Iemanjá. Podemos dizer que há/houve ressignificações diante dos contextos de contatos interculturais?
- 7) Como era ou é na África e como passou a ser no Brasil as devoções para Iemanjá e Oxum?
- 8) Iemanjá e Oxum, além de serem considerados donos dos domínios das águas, também estão muito ligadas aos sentimentos humanos, tanto ao amor quanto ao ódio. Como isto é visto no Brasil e na África?
- 9) Quem seria o Orixá Olodumaré?



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09